

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA — UFJF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO — PPGCOM
MARCELLO PEREIRA MACHADO

Telejornalismo, Identidades e Deficiência Visual:
representação e recepção midiáticas junto a pessoas com deficiência visual

Juiz de Fora
Fevereiro de 2013

Marcello Pereira Machado

Telejornalismo, Identidades e Deficiência Visual:
representação e recepção midiáticas junto a pessoas com deficiência visual

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação Social

Orientador: Prof. Dr. Aluizio Ramos Trinta

Juiz de Fora
Fevereiro de 2013

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Machado, Marcello Pereira.

Telejornalismo, Identidades e Deficiência Visual: : representação e recepção midiáticas junto a pessoas com deficiência visual / Marcello Pereira Machado. -- 2013. 315 f.

Orientador: Aluizio Ramos Trinta
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2013.

1. Comunicação. 2. Deficiência visual. 3. Telejornalismo. 4. Identidades. 5. Inclusão. I. Trinta, Aluizio Ramos, orient. II. Título.

Marcello Pereira Machado

Telejornalismo, Identidades e Deficiência Visual:
representação e recepção midiáticas junto a pessoas com deficiência visual

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação Social

Orientador: Prof. Dr. Aluizio Ramos Trinta

Dissertação de Mestrado aprovada
em 28/02/2013 pela Banca composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Aluizio Ramos Trinta (UFJF) — Orientador

Profa. Dra. Iluska Maria da Silva Coutinho (UFJF) — Convidada

Prof. Dr. Flávio Antônio Camargo Porcello (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) —
Convidado

Conceito obtido: _____

Juiz de Fora
Fevereiro de 2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus — “minha força na fraqueza, meu abrigo na aflição, minha alegria na tristeza, meu amigo na solidão, minha esperança no caos, meu escape na tentação, meu prazer nos dias maus, minha luz na escuridão, meu consolo no luto, minha justiça na perseguição, minha paz no tumulto, meu renovo na tribulação, meu alívio na dor, meu alvo na adoração, meu exemplo de amor, meu motivo de gratidão, meu tesouro na escassez, minha provisão em cada dia, meu Criador, Deus que me fez, minha eterna companhia”. Agradeço porque, como diz o verso bíblico de João 3:16, “Deus amou o mundo de tal maneira que deu o Seu Filho unigênito [Jesus], para que todo aquele que nEle crê não pereça, mas tenha a vida eterna”. Agradeço porque “todas as coisas contribuem juntamente para o bem daqueles que amam a Deus”, como escreveu Paulo aos romanos. Agradeço, enfim, “porque dEle, e por Ele, e para Ele são todas as coisas; glória, pois, a Ele eternamente. Amém” (Romanos 11:36).

Agradeço à minha preciosa família, que tanto amo. Meus pais, Elio M. Machado e Aguida P. Machado, meu irmão, Marciel P. Machado, e minha irmã, Cristiane Q. Machado Silva, agradeço por vocês serem parte essencial da minha vida e pelo amor incondicional de sempre. E como a família é grande, agradeço a cada parente que, de perto ou de longe, torceu por este momento e emprestou suas mãos para também me sustentar com tanto afeto e encorajamento: meu cunhado, Domingos; minha sobrinha, Lorena; meus tios Josias, Lindaura, Aládia, Arminda, Erotildes, Arceniro, Arcemimo, Arlete, Maria, Iná, Élia, Eurides, Zacarias, Edite, Neida, Anízia, Amélia; meus primos Darlene, Josiane, Daniel, Diego, Valquíria, Waltilene, Waldeci, Marli, Cácio, Jânio, César, Mônica, Flávia, Aline, Fernanda, Édina, Cristiana, Glaucindo, Carlos — e ficaria escrevendo uma enorme lista, que não caberia neste espaço. Por isso, sou grato a todos os familiares, tão especiais para mim.

Agradeço aos tesouros em forma de amigos que fazem parte da minha trajetória: colegas do Mestrado, em especial Fran, Íris, Ígor, Raruza, Renata, Dora, Emília, Luciano, Tito, Patrícia, Flávia, Gabriela, Pavam, Tomyo, Rodrigo, Adriano, Fernanda, Rafael, Marise; querida Ana, sempre prestativa e diligente na secretaria do Mestrado; amigos que guardo desde a época da graduação, especialmente Adriana, Diogo, Guilherme, Patrícia, Francislene e Thais; valiosos amigos, mais chegados que irmão, da igreja de que faço parte (Assembleia de Deus - Ministério Petrópolis), como Crislene, Rafael, Sulamita, Ana Cláudia, Laís, Noemi, Rebeca, Felipe, Rodrigo, Cláudio, Everaldo, Elisângela, Julineide e cada um dos demais irmãos em Cristo, sempre amados; amigos que conheci nos tempos da Acesso Comunicação Jr., da Aiesec, da Editora UFJF, do Critt, do Sircom e do projeto “Nossa Mídia”; amigos da Associação dos Cegos, com quem tenho tido a satisfação de conviver há anos.

Aos professores, funcionários e demais colegas da Facom e do PPGCom-UFJF, que nos últimos anos contribuíram para a minha formação acadêmica e humana, sou muito grato. Em particular, destaco o Professor Álvaro Americano e a Professora Letícia Torres, que orientaram minha Monografia, em 2009, a qual se “desdobrou” nas novas reflexões aqui propostas. Além deles, ressalto os Docentes do Mestrado com quem tive a oportunidade de tanto aprender: Aluizio Ramos Trinta; Boanerges Lopes; Bruno Fuser; Christina Musse; Cláudia Lahni; Iluska Coutinho; Maria Cristina Brandão; e Paulo Roberto Figueira Leal. Agradeço, ainda, à Professora Teresa Cristina da Costa Neves, pela gentileza em emitir suas impressões acerca de alguns aspectos do estudo.

De uma maneira especial, nesta Dissertação, agradeço ao Professor Aluizio Ramos Trinta, um admirável intelectual, um sábio mestre, um diligente orientador, um inesquecível amigo. Muito obrigado pelas sugestões pertinentes, pelas correções necessárias, pela paciência constante, pelo incentivo permanente, pela gentileza inesgotável e pela dedicação do seu tempo e do seu vasto conhecimento na zelosa orientação prestada a mim, desde a Pesquisa até aqui. Nossos encontros de orientação foram mais que “aulas” ou reuniões de praxe — agradáveis momentos de reflexão, de aprendizado e de troca de experiências. Muito grato.

Agradeço, ainda, ao Professor Flávio Porcello e à Professora Iluska Coutinho — que muito têm contribuído para os estudos de comunicação e, em específico, de telejornalismo — por me conceder a honra e a satisfação de tê-los na Banca de avaliação desta Dissertação. À Professora Christina Musse e ao Professor Alfredo Vizeu, também agradeço por, gentilmente, aceitar o convite para, como suplentes, fazer parte deste momento.

Minha gratidão à Fapemig, que concedeu a bolsa de pesquisa, muito importante para a viabilização do estudo. Contribuíram, ainda, para a realização deste os participantes do grupo focal, a quem agradeço os enriquecedores “olhares” partilhados. Além deles, Gisele, Raquel, Alexandre, Flávia, Fernanda, Flávia Bonsanto e senhor Lucas — todos da Associação dos Cegos — aos quais agradeço por apoiar as investigações que originaram este trabalho. Sou grato, também, à amiga Raruza, que ajudou na gravação do encontro com o grupo focal, e à amiga Fran, com quem compartilho a trajetória acadêmica desde a graduação.

Agradeço, enfim, a cada pessoa com quem tive a oportunidade de conviver, estudar, trabalhar, aprender. Creio ser muito importante perceber o valor de cada encontro e de cada irmão. Sendo assim, sou grato a Deus por cada vida que faz parte da minha caminhada até aqui.

*“A candeia do corpo são os olhos; de sorte que, se os
teus olhos forem bons, todo o teu corpo terá luz.”*

*(Jesus Cristo, no Evangelho de Mateus,
capítulo 6, verso 22)*

RESUMO

Na realidade contemporânea global, em que a deficiência visual atinge cerca de 45 milhões de pessoas, a Dissertação relaciona-se ao campo de estudos sobre comunicação (mídia e recepção), identidades e deficiência, passando por tópicos como deficiência visual, televisão, telejornalismo, imagem, representação, inclusão social, cidadania e direito à informação e à comunicação. A proposta se baseia em duas questões principais: analisar que representação o principal noticiário televisivo brasileiro (Jornal Nacional, da Rede Globo) faz do deficiente visual, com base em uma análise textual de TV aplicada a 16 matérias sobre o assunto, veiculadas durante o ano de 2011 (janeiro a dezembro); e verificar, em uma pesquisa de recepção com grupo focal formado por oito deficientes visuais, como estes interpretam tal representação, observando, por exemplo, se eles se sentem identificados com a mesma e respeitados pelo referido telejornal. As abordagens teóricas e empíricas estão organizadas em quatro capítulos que compõem o estudo: “Deficiência visual: perspectivas científica e social”; “Comunicação midiática e identidades”; “Representação midiática do deficiente visual no Jornal Nacional: análise textual de matérias”; e “Identidades e recepção telejornalística por deficientes visuais: pesquisa com grupo focal”.

Palavras-chave: Comunicação; deficiência visual; identidades; inclusão; telejornalismo.

ABSTRACT

In contemporary global reality, where visual impairment affects about 45 million people, the thesis relates to the area of communication studies (and media reception), identity and disability, through topics such as visual impairment, television, television journalism, image, representation, social inclusion, citizenship and the right to information and communication. The proposal is based on two main issues: to analyze the representation that the main Brazilian television news (Jornal Nacional, Globo) produces relating to the visually impaired, based on a textual analysis of TV applied to 16 news on the subject, aired during the year 2011 (January-December); and to check in a reception research with focus groups of eight visually impaired, as they interpret that representation, noting, for example, if they feel identified with it and respected by that same newscast. The theoretical and empirical approaches are organized into four chapters that compose the study: “Visual impairment: scientific and social perspectives”; “Media communication and identities”; “Media representation of the visually impaired in Jornal Nacional: textual analysis of news”; and “Identities and reception of TV news by visually impaired: research with focus group”.

Keywords: Communication; visual impairment; identities; inclusion; television journalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. A DEFICIÊNCIA VISUAL: PERSPECTIVAS CIENTÍFICA E SOCIAL	21
1.1. A DEFICIÊNCIA VISUAL SOB UM PRISMA CIENTÍFICO	24
1.2. A DEFICIÊNCIA VISUAL NA SOCIEDADE	30
1.2.1. A evolução social da deficiência (visual) na História	33
1.2.2. O corpo com deficiência (visual): entre estigmas e preconceitos	45
1.2.3. Ser cego: peculiaridades, mitos e desmistificações no universo dos sentidos elementares	56
2. COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA E IDENTIDADES	64
2.1. IDENTIDADES E REPRESENTAÇÃO	73
2.2. A MÍDIA TELEVISIVA	92
2.3. O TELEJORNALISMO	106
2.4. A IMAGEM	118
2.4.1. A imagem televisiva	125
2.4.2. A imagem telejornalística	128
2.5. DIREITO À INFORMAÇÃO E À COMUNICAÇÃO: CIDADANIA E DEMOCRACIA MUDIÁTICA	135
3. REPRESENTAÇÃO MUDIÁTICA DO DEFICIENTE VISUAL NO JORNAL NACIONAL: ANÁLISE TEXTUAL DE MATÉRIAS	145
3.1. A ANÁLISE TEXTUAL DE TV	145
3.2. REDE GLOBO E JORNAL NACIONAL	151

3.3. ANÁLISE TEXTUAL DE MATÉRIAS TELEJORNALÍSTICAS	
DO JN SOBRE DEFICIÊNCIA VISUAL	161
3.3.1. VT 1: Prefeitura de São Paulo cria projeto para incluir cegos no carnaval	163
3.3.2. VT 2: Museu guarda memória da luta dos deficientes por direitos	168
3.3.4. VT 3: Professor salva turma da fúria de assassino em escola no Rio	172
3.3.4. VT 4: Fundação Dorina Nowill completa 65 anos auxiliando deficientes visuais	173
3.3.5. VT 5: Feira em São Paulo traz novidades para deficientes	178
3.3.6. VT 6: Paixão de Cristo recebe melhor pessoas com deficiência em Pernambuco	180
3.3.7. VT 7: Festival de <i>jazz</i> reúne músicos em Paraty	182
3.3.8. VT 8: Estudantes recebem medalha de ouro da Olimpíada Brasileira de Matemática	183
3.3.9. VT 9: Projeto usa música para ajudar jovens com deficiência	185
3.3.10. VT 10: OMS estima que metade dos fumantes morrerá por doença ligada ao tabaco	188
3.3.11. VT 11: Treinamento ensina a alunos de escolas do Rio como agir em caso de enchentes	189
3.3.12. VT 12: Falta de cães-guia dificulta a vida de brasileiros que não enxergam	189
3.3.13. VT 13: Crianças criam robôs com peças de brinquedo em campeonato	193
3.3.14. VT 14: Censo 2010 reforça desafio do Brasil em dar uma vida digna aos deficientes	194

3.3.15. VT 15: Prêmio Innovare é entregue em Brasília	196
3.3.16. VT 16: Aparelho criado por estudantes de MG pode ajudar deficientes visuais	197
4. IDENTIDADES E RECEPÇÃO TELEJORNALÍSTICA POR DEFICIENTES VISUAIS: PESQUISA COM GRUPO FOCAL	200
4.1. GRUPO FOCAL	203
4.2. O QUE É SER CEGO: IDENTIDADE(S) DE DEFICIENTES VISUAIS	208
4.3. DEFICIENTES VISUAIS E SUA RELAÇÃO COM A MÍDIA	219
4.4. RECEPÇÃO DE MATÉRIAS TELEJORNALÍSTICAS DO JN SOBRE DEFICIÊNCIA VISUAL	226
4.5. TELESPECTADORES COM DEFICIÊNCIA VISUAL E AUDIODESCRIÇÃO: UMA ALTERNATIVA INCLUSIVA	239
CONCLUSÃO	251
REFERÊNCIAS	272
APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	284
APÊNDICE 2: ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA GRUPO FOCAL	285
APÊNDICE 3: DESCRIÇÃO DAS MATÉRIAS — JORNAL NACIONAL	286

INTRODUÇÃO

“Dois homens *olham* pela mesma janela: *um vê* as estrelas do céu; o outro, a lama na estrada”. Olhar e ver — o que, em princípio, parece ter o mesmo significado podem distinguir-se pela intensidade da observação e da percepção. Por isso, uma mesma janela pode revelar aspectos distintos de certa paisagem, tantos quantos podem ser variados os pontos de vista dos que estejam contemplando o cenário descortinado. Afinal, “*não vemos* as coisas como são, mas como somos”. Sendo assim, quantos de nós podem caber em nós?

“Se *o olho não admira*, o coração não deseja”. Entretanto, podem os olhos, “*as janelas da alma*”, admirar sem ver? Podem desejar sem enxergar? Quem “*come com os olhos*” diria que não. Mas, se “a beleza está nos *olhos de quem vê*”, onde estará ela quando não puder ser vista, apenas ouvida, tocada, sentida? E se “*uma imagem vale mais que mil palavras*”, quantas imagens valerão a pausa, o silêncio?

É verdade que “*as aparências enganam*”, porque “*quem vê cara não vê coração*”. É preciso cuidado para não ver demais — e mais cuidado ainda para não ver de menos, fazendo “*vista grossa*”. Diz-se que “*os olhos são inúteis se a mente é cega*”. Assevera-se que “*o pior cego é o que não quer ver*”. Contrapõe-se que “*o pior cego é o que quer ver os dentes do cavalo dado*”. Menciona-se, então, o ditado platônico: “podemos facilmente perdoar uma criança por ter medo do *escuro*; a verdadeira tragédia da vida é quando os homens têm medo da *luz*”. Quem tem medo da luz? Pergunte-se aos prisioneiros na caverna platoniana¹, que ainda estão lá, na companhia das sombras.

“*No escuro*, todos os gatos são pardos”. Como então fazer a distinção: com os olhos, a luz clara ou divisando melhor os gatos? “*Os olhos do estrangeiro veem com mais clareza*”. Pode ser. Se “*nem tudo que reluz é ouro*”, será que tudo que é ouro reluz? Fala-se que “o que

¹ Referência ao “mito da caverna”, presente no livro sétimo de “A República”, em que o filósofo grego Platão (429-347 a.C.) aborda o processo pelo qual a alma passa da ignorância à verdade.

os olhos não veem o coração não sente”. Por que, então, se insiste em afirmar que “o amor é cego”? Se os olhos veem e o coração sente, onde estaria a cegueira do amor? A resposta pode estar na piada da mãe que alertara a filha “*cegamente apaixonada*” pelo novo namorado: “*abre o olho, filha, abre o olho*”; casada, a moça um dia queixou-se à mãe sobre os defeitos do marido, dela escutando então o conselho inverso: “*fecha o olho, filha, fecha o olho*”.

“Em terra de *cego* quem tem *um olho* é rei” — ou, contraditoriamente, “em terra de *cego* quem tem *um olho* é servo”. Quem decidirá: os cegos da terra ou o único ser vidente²? Talvez resolvam na base da pena de talião³: “*olho por olho, dente por dente*”. Ou, quem sabe, o escritor José Saramago (1922-2010) em seu ensaio sobre a cegueira possa resolver o impasse. Não se repete que “*pimenta nos olhos dos outros é refresco*”?

“Faça o bem sem *olhar* a quem”. Por que sem olhar? Não poderia ser “faça o bem sem escutar a quem” ou “sem tocar” ou, ainda, “sem cheirar”? Mas “*os olhos* estão localizados na frente, porque é mais importante *olhar* para adiante do que para trás”. E o que há adiante? Muitos querem “pagar para *ver*”. Será preciso “*ver* para crer” ou “crer para (poder) *ver*”, como pretende a mídia contemporânea? Tomé, um dos doze discípulos de Cristo, preferiu a primeira opção, quando ouvira sobre a ressurreição de seu Mestre — “*se eu não vir* o sinal dos cravos em suas mãos, e não puser os dedos no lugar dos cravos, e não puser a minha mão no seu lado, de maneira nenhuma o creerei”, disse ele, com uma fé sustentada na visão (e no tato). “Bem-aventurados os que *não viram* e creram”, respondeu-lhe Jesus, que outrora ensinara: “tira primeiro a trave do *teu olho* e, então, cuidarás em tirar o cisco do *olho do teu irmão*”. Com a fé que consiste na “prova das *coisas que se não veem*”, o apóstolo Paulo de Tarso endossaria, mais tarde, a recomendação de atentar “nas coisas que *se não veem*; porque as que *se veem* são temporais, e as que *se não veem* são eternas”. Lição semelhante recebeu da

² O termo “vidente” significa, aqui, “pessoa que tem o uso da vista (em oposição aos cegos)”.

³ Pena antiga pela qual se vingava o delito, aplicando ao delinquente o mesmo dano ou mal que praticara.

raposa o ‘Pequeno Príncipe’, do escritor Antoine de Saint-Exupéry (1900-1944): “só se vê bem com o coração; o essencial é *invisível aos olhos*”.

Entremeando-se os parágrafos acima com alguns provérbios populares, versos famosos e frases célebres a respeito dos olhos, da visão, da cegueira e da percepção geral, tem início esta Dissertação de Mestrado, sobre deficiência visual, identidades e telejornalismo. As reflexões e indagações feitas revelam o quão complexo é o universo sensorial e o quão fascinante é a própria vida, também permeada de dilemas, perguntas, respostas, buscas e descobertas. Como geralmente nascem as pesquisas, esta também é fruto de dúvidas instigantes, que a acompanharam desde sua gênese. Mas o que motivou o autor deste trabalho a fazer sua incursão nessa temática ainda pouco explorada? Razões estritamente pessoais?

Essas perguntas são comuns quando se tem a oportunidade de apresentar assuntos sobre os quais se cogita, o que ocorre com este autor desde a sua graduação em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal de Juiz de Fora, em 2009. Naquele ano, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) resultou na monografia “Duas janelas abertas: uma análise sobre a recepção de telejornal por cegos”, orientada pelo Professor Álvaro Americano e coorientada pela Professora Letícia Torres. O interesse em aliar a temática da deficiência visual aos estudos de (tele)jornalismo⁴ nascera com uma pergunta: como pessoas desprovidas da visão assistem a um veículo de intrínseca natureza audiovisual, como a televisão? Desta indagação, outras vieram à tona; entre elas, as referentes ao modo pelo qual a (ausência da) imagem interfere na recepção televisiva por parte de deficientes visuais. Especialmente quanto ao formato noticioso, como esse público peculiar apreende o conteúdo jornalístico veiculado pela TV?

Apesar de não ter familiares próximos com deficiência visual, o autor teve contato com a realidade de pessoas cegas durante seu curso de graduação, porque, em 2006, fora

⁴ Os termos “(tele)jornalismo” e “(tele)jornal”, que por vezes são usados nesta Dissertação, referem-se tanto ao formato noticioso televisivo, em específico, como também ao jornalismo, em geral.

convidado a atuar como voluntário no departamento de comunicação e marketing da Associação dos Cegos, em Juiz de Fora, organização sem fins lucrativos fundada em 1939, com a missão de prevenir a cegueira e incluir pessoas com deficiência visual na sociedade. O trabalho na instituição perdura até hoje, tendo sido fundamental para que um genuíno interesse pelos estudos, envolvendo mídia e deficiência visual, fosse despertado, até porque o acesso à entidade facilitou desdobramentos práticos das investigações realizadas.

A oportunidade de cursar o Mestrado em Comunicação na UFJF se ofereceu, em 2010, com a aprovação, pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom), de um Projeto apresentado. Em fevereiro de 2011, este autor deixaria o emprego de repórter num jornal impresso da cidade, para dedicar-se àquele Programa. Como desdobramento das proposições expostas e defendidas do TCC, o Projeto de Pesquisa se voltou e se votou à temática das identidades, na linha de pesquisa “Comunicação e Identidades”, do PPGCom-UFJF. Ao longo de dois anos de estudos e intenso aprendizado, veio ganhando novas formas, contornos precisos e variados pontos de vista, até aqui. Esta Dissertação foi elaborada, portanto, sem a pretensão de oferecer respostas exaustivas, mas com o objetivo de aprofundar reflexões propostas e apontar novos caminhos, que cruzam em muitos pontos com a trajetória do campo de pesquisas em Comunicação.

Campo este muito bem (re)apresentado e (re)discutido, por diversos vieses, em cada disciplina cursada durante o Mestrado: “Comunicação, intervenção social e cidadania”, lecionada pela Professora Cláudia Lahni; “Comunicação e identidades”, ministrada pelo Docente Paulo Roberto Figueira Leal; “Televisão e identidade cultural”, comandada pelos Professores Aluizio Ramos Trinta e Maria Cristina Brandão; “Metodologia da pesquisa em Comunicação”, sob responsabilidade da Professora Iluska Coutinho; “Mídia, cultura e imaginário urbano”, a cargo da Docente Christina Musse; “Recepção: teoria e exercício metodológico”, com o Professor Bruno Fuser; “Comunicação, imagem e identidade

institucional”, encabeçada pelo Docente Boanerges Lopes; “Orientação de Projeto de Dissertação”, “Estágio de Docência na Graduação I” e “Dissertação de Mestrado” (módulos I, II e III), sob orientação do Professor Aluizio Ramos Trinta. Também houve aprendizado durante os mini-cursos promovidos pelo PPGCom, como: “Comunicação no contexto organizacional: perspectivas contemporâneas, interação e produção de sentido nas organizações”, ministrado pela Professora Ivone de Lourdes Oliveira, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); “Folkcomunicação e novas tecnologias”, comandado pelo Professor Severino Lucena Filho, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); “Da convergência tecnológica às novas textualidades: os desafios da pesquisa”, com o Docente Edson Dalmonte, da Universidade Federal da Bahia (UFBA); e “*La revolución de las audiencias: Diez abordajes para develar sus movimientos*”, lecionado pelo Professor Guillermo Orozco Gómez, da Universidade de Guadalajara, México. Certamente, todas essas oportunidades de disciplinas e cursos oferecidas pelo Programa contribuíram para a composição desta Dissertação.

Também foram válidos os comentários e as sugestões sobre o então Projeto de Pesquisa, advindos do Exame de Qualificação, após o primeiro ano de estudos no Mestrado. Na ocasião, a Banca composta pelo Professor Orientador, Aluizio Ramos Trinta, e pelas Docentes convidadas, Iluska Coutinho e Christina Musse, ofereceu uma análise crítica e consistente das propostas apresentadas, auxiliando a definição dos rumos — teóricos, empíricos e metodológicos — que a Pesquisa tomaria no último ano do curso. Como se trata de um estudo que envolve, diretamente, seres humanos (com deficiência visual), o Projeto foi, também, apresentado ao Comitê de Ética em Pesquisa Humana da Universidade Federal de Juiz de Fora, tendo recebido a aprovação do órgão em novembro de 2012.

Os resultados das investigações culminaram, então, na presente Dissertação, que se relaciona ao campo de estudos de comunicação (mídia e recepção), identidade e deficiência,

passando por tópicos como deficiência visual, televisão, telejornalismo, imagem, inclusão social, cidadania e direito à informação e à comunicação. A proposta se baseia em duas questões principais: analisar que representações o principal noticiário televisivo brasileiro (Jornal Nacional, da Rede Globo) faz do deficiente visual, com base em uma análise textual de TV aplicada a 16 matérias sobre o assunto, veiculadas durante o ano de 2011 (janeiro a dezembro); e verificar, em um grupo focal formado por oito participantes com deficiência visual, como estes interpretam tais representações, observando, por exemplo, se eles a uma ou outra se identificam e se se consideram respeitados pelo referido telejornal. Entre os objetivos específicos da Pesquisa, que motivaram seu desenvolvimento, destacam-se: aprofundar os conhecimentos sobre estudos de identidades, representação e recepção midiática; ampliar o entendimento sobre a parcela social composta por pessoas com deficiência visual; relacionar a importância da imagem (em notícias telejornalísticas) com a recepção dos participantes; avaliar e aferir se o Jornal Nacional tem feito tentativas no sentido de incluir a fatia do público composta por cegos; e apontar caminhos, que apoiem a derrubada de preconceitos discriminatórios e fomentem uma inclusão social mais efetiva, com referência, sobretudo, aos meios de comunicação.

Como a própria linha de pesquisa “Comunicação e Identidades” pondera, o debate relativo ao papel desempenhado pelos *media* na configuração ou na transformação de fenômenos e estruturas sociais vem se intensificando, em um tempo no qual se verifica certa reconfiguração de identidades, como as culturais, as midiáticas, as políticas, as religiosas, as profissionais e as de gênero, além das locais e nacionais, por exemplo. Enquanto isso, numa sociedade que constantemente (super)valoriza a visualidade, a deficiência de visão costuma ser mal compreendida, por força de mitos e ideias erroneamente pré-concebidas. Nessa perspectiva, estudos de comunicação consistem, de fato, em importantes instrumentos teóricos

para compreender-se bem como os meios atuam na transformação da realidade, assim como na construção, desconstrução ou reconstrução de sentidos, em âmbitos sociais instáveis.

Decerto, o assunto apreciado por este trabalho ancora-se na realidade contemporânea brasileira, contando-se aqui mais de 6 milhões de deficientes visuais, distribuídos entre totalmente cegos e pessoas com pouca acuidade visual. Logo, faz-se importante uma compreensão regrada de aspectos identitários referentes a tal segmento social, investigando-se, por exemplo, a recepção midiática dessa parte significativa da audiência, até porque o tema não é comumente explorado no atual campo de pesquisas da Comunicação, apesar de socialmente relevante. Enfatiza-se, também, que o estudo dos processos de recepção e audiência tem obtido notoriedade, mercê de perspectivas teóricas calcadas em pesquisas (quantitativas ou qualitativas), tendo em vista a existência de identidades fragmentadas e múltiplas, que se relacionam, também, com os meios de comunicação social.

Dessa forma, o conteúdo da Dissertação foi dividido em quatro capítulos, sendo dois de natureza teórica e dois de caráter eminentemente empírico. O primeiro, intitulado “Deficiência visual: perspectivas científica e social”, apresenta a definição do termo “deficiência” e suas classificações, bem como oferece um panorama científico, histórico e social da deficiência visual, apresentando, ainda, dados estatísticos relevantes acerca do assunto, em nível nacional e em plano global. Para tanto, duas seções compõem o Capítulo 1 — a primeira chama-se “A deficiência visual sob um prisma científico”; a segunda, “A deficiência visual na sociedade”, segmenta-se em três itens de apreciação: “A evolução social da deficiência (visual) na História”, “O corpo com deficiência (visual): entre estigmas e preconceitos” e “Ser cego: peculiaridades, mitos e desmistificações no universo dos sentidos elementares”. Entre os autores citados, estão Peter Berger, Thomas Luckmann, Erving Goffman, Luciana Marques, Luís Celso Moura, Vicente Pascarella Júnior, Carminha Soares, José Espínola Veiga, Monica Rector e Aluizio Ramos Trinta.

Em consonância com a linha de pesquisa do PPGCom, o Capítulo 2, “Comunicação midiática e identidades”, lança luz sobre esses dois temas-chave. Após um preâmbulo sobre o campo da Comunicação, a seção se divide em cinco subcapítulos: “Identidades e representação”; “A mídia televisiva”; “O telejornalismo”; “A imagem”, desdobrado nos subitens “A imagem televisiva” e “A imagem telejornalística”; e “Direito à informação e à comunicação: cidadania e democracia midiática”. A proposta basilar é aqui a de prover conceitos e fundamentos, bem como proporcionar abordagens a respeito de assuntos como identidade, diferença, representação, identificação, mídia, televisão, telejornalismo, imagem e democratização midiática. Contribuem com seus apontamentos autores como Stuart Hall, Homi Bhabha, Kathryn Woodward, Jacques Aumont, Zygmunt Bauman, Pierre Bourdieu, Erving Goffman, Serge Moscovici, Guillermo Orozco Gómez, Paul Virilio, Dominique Wolton, Norberto Bobbio, Olga Curado, Vera Iris Paternostro, Ciro Marcondes Filho, Aluizio Ramos Trinta, Alfredo Vizeu, Iluska Coutinho e Flávio Porcello.

O Capítulo 3, designado “Representação midiática do deficiente visual no Jornal Nacional: análise textual de matérias”, propõe analisar 16 matérias do Jornal Nacional (JN) relacionadas à deficiência visual e exibidas em 2011. Para isso, o subcapítulo “A análise textual de TV” explicita esse método analítico proposto pelos teóricos Francesco Casetti e Frederico Di Chio, ressaltando sua pertinência também ao estudo do telejornalismo. O item seguinte, “Rede Globo e Jornal Nacional”, expõe um breve relato histórico sobre a referida emissora e seu principal noticiário, lançado em 1969 como o primeiro telejornal brasileiro de exibição simultânea, em rede e ao vivo. Parte-se, enfim, para a subdivisão “Análise textual de matérias telejornalísticas do JN sobre deficiência visual”, que esquadrinha os vídeos do JN segundo categorias ou aspectos de análise, como terminologias empregadas, estrutura espaço-temporal da reportagem e identidade(s) de deficiente visual realçada(s) ou sugerida(s), bem como textos verbais e imagéticos. Além de F. Casetti e F. Di Chio, são

evocados nesta seção autores como Jacqueline Dourado, Daniela Klein, Raquel Rocha, Ricardo Miranda, Carlos Pereira e William Bonner.

No quarto e último capítulo, nomeado “Identidades e recepção telejornalística por deficientes visuais: pesquisa com grupo focal”, a recepção midiática é, finalmente, analisada, ressaltando-se os momentos mais importantes do grupo focal e salientando resultados obtidos. Após uma abordagem introdutória sobre o campo da recepção (em especial a midiática), a seção se divide em cinco subcapítulos: “Grupo focal”, realçando a aplicabilidade desse instrumento de levantamento de dados para investigações como esta e apresentando o perfil dos oito participantes; “O que é ser cego: identidade(s) de deficientes visuais”, trazendo relatos de vida e depoimentos dos entrevistados referentes a aspectos identitários e a preconceitos sociais; “Deficientes visuais e sua relação com a mídia”, verificando como é a relação dos pesquisados com meios de comunicação, principalmente com a TV e seu formato noticioso; “Recepção de matérias telejornalísticas do JN sobre deficiência visual”, expondo apreciações dos participantes acerca de oito reportagens, selecionadas no *corpus* de 16 vídeos do JN; por fim, “Telespectadores com deficiência visual e audiodescrição: uma alternativa inclusiva”, com relatos de deficientes e notas de autores sobre a audiodescrição, que consiste na narração das principais imagens de espetáculos e atrações televisivas, por exemplo, e constitui — mais que uma modalidade de tradução intersemiótica — uma ferramenta de inclusão social, cultural e, também, midiática, em prol de cegos e de outras faixas sociais.

Espera-se que esta Dissertação possa trazer contribuições para o campo de estudos da Comunicação e exercer um positivo impacto quanto à conscientização sobre a importância de se incluir pessoas com deficiência nas diversas esferas da vida social. Afinal, como verseja o poeta Mauro Luis Iasi (2011, p. 178), “revolução não é história. Revolução não é memória/ Revolução é um ato/ que se pratica agora”. Desejamos, assim, uma boa (e por que não revolucionária?) leitura. Um *olhar*.

1. A DEFICIÊNCIA VISUAL: PERSPECTIVAS CIENTÍFICA E SOCIAL

(...) *um cego não sabe o olho são
sabe só que seu olhar acaba
dentro de si, sem chave que o abra (...)*
(VINICIUS, 2004, p. 21)

O conjunto de versos acima integra o poema *Guia*, do professor Marcus Vinicius. Em seu *Manual de instruções para cegos*, o autor poetiza acerca de uma cegueira simbólica, em que “o não ver é igual ao ver como se não visse”, nas palavras introdutórias de Marly de Oliveira (ibidem, p. 7). Como a privação da vista nem sempre é bem compreendida, os deficientes visuais são, com frequência, ignorados, marginalizados, excluídos de práticas e processos sociais. Não raramente, pessoas que “veem como se não vissem” voltam o olhar exclusivamente para elas mesmas, num ato de individualismo extremo que desconsidera o Outro e privilegia tão somente os próprios interesses. A proposta deste capítulo é oferecer informações sobre o universo da deficiência, em particular da visual, capazes de agir como uma “chave” — para usar a metáfora aplicada pelo poeta — que ajude a abrir olhares fechados “dentro de si” e a (re)conhecer condições e implicações da falta de visão.

Em termos gerais, as deficiências podem ser classificadas, segundo o psicólogo Luís Celso Moura (1992, p. 6), como: físicas, presentes no corpo do indivíduo e, geralmente, bem visíveis; sensoriais, localizadas nos órgãos dos sentidos e subdivididas em visuais e auditivas; mentais, marcadas pela ocorrência de déficit mental; e orgânicas, que atingem um órgão ou uma função dele, a exemplo dos pacientes cardíacos. Atingindo uma parcela expressiva da população mundial (cerca de 45 milhões de pessoas), a cegueira⁵ — incapacidade de ver devido à perda ou à ausência da percepção dos estímulos visuais — pode ter seu alcance ainda

⁵ Os termos “cego” e “cegueira” são utilizados nesta Dissertação sem qualquer conotação pejorativa. Segundo o significado literal presente no dicionário Aurélio, “cego” é o ser “privado da vista”, e “cegueira” é o “estado de cego”. Aqui, portanto, serão geralmente utilizados como sinônimos para “pessoa com deficiência visual”/“deficiente visual” e “deficiência visual”, respectivamente.

mais ampliado. Segundo a Organização Mundial da Saúde, entre 1 e 2 milhões de novos casos surgem anualmente no planeta, havendo uma inquietante projeção de que o número de cegos aumente para em torno de 75 milhões até 2020 (PASCARETTA JÚNIOR, 2008).

No Brasil, dados baseados no Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, da população total de 190.755.799 de pessoas, quase 24% dos entrevistados (45.623.910) responderam ter ao menos uma das deficiências investigadas — na hora de responder ao questionário, era possível declarar ter alguma dificuldade, grande dificuldade ou impossibilidade total, de modo que aqueles que se enquadraram nas duas últimas categorias foram considerados com deficiência grave⁶. A deficiência visual despontou como a deficiência de maior incidência no País: ao todo, 35.791.488 de pessoas (18,7% da população nacional e 78,4% do total de deficientes) enquadraram-se nessa categoria, sendo que 528.624 disseram-se totalmente cegas (quase 0,3% da população brasileira), 6.056.684 responderam ter grande dificuldade para enxergar (3,1% da quantia geral de pesquisados), e 29.206.180 afirmaram ter alguma dificuldade (15,3%) — considerando as pessoas com grande dificuldade ou nenhuma capacidade de ver, chega-se à quantidade de 6.585.308 pessoas com deficiência visual grave (3,4% da sociedade brasileira)⁷.

Segundo estimativas da OMS apresentadas pelo médico Vicente Pascaretta Júnior (2008, p. 39), a quase totalidade do número de cegos no planeta (90%) é composta por residentes em países em desenvolvimento. Somando-se a quantidade de pessoas privadas da vista à parcela populacional com baixa visão em maior ou menor índice (124 milhões), chega-

⁶ Dos 45,6 milhões, revelaram ter deficiência auditiva grave 2.147.366 pessoas, 4.442.246 indivíduos apontaram deficiência motora severa, e 2.617.025 indicaram deficiência mental/intelectual. Ao todo, quase 13 milhões de pessoas disseram aos pesquisadores do IBGE que têm uma deficiência grave (motora, visual, auditiva ou mental), sendo que os entrevistados incluídos em mais de um tipo de deficiência foram contadas apenas uma vez.

⁷ No Glossário do Censo 2010 do IBGE, a deficiência visual é assim definida: “incapacidade visual (mesmo com o uso de óculos ou lentes de contato, se a pessoa usá-los) dividida em: Incapaz de enxergar (pessoa se declara totalmente cega), Grande dificuldade permanente de enxergar (pessoa declara ter grande dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes de contato); ou Alguma dificuldade permanente de enxergar (pessoa declara ter alguma dificuldade de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes de contato).” Já no termo “deficiência” do referido Glossário, informa-se que “foram investigadas: deficiência mental permanente, deficiência física permanente (tetraplegia, paraplegia, hemiplegia, falta de membro ou de parte dele), deficiência auditiva, visual e motora” — informações disponíveis no site www.ibge.gov.br.

se a 161 milhões de pessoas com graves danos visuais — 2,3% da população global, estimada em mais de 7 bilhões de pessoas.

O médico avalia (ibidem, p. 43) que o constante aumento populacional e o desenvolvimento de novas tecnologias médicas — o que, por sua vez, implica maior expectativa dos anos de vida — geram a elevação na quantidade de cegos no mundo referente a casos ligados ao envelhecimento: “quanto mais se vive, maior a probabilidade da opacificação cristalínea” (idem). Numa perspectiva regionalizada, a taxa mais alta de deficiência visual encontra-se no continente africano, enquanto a mais baixa está presente na América, conforme dados de 2002 (ibidem, p. 40). Como ressalta a psicóloga Priscila Augusta Lima (2008, p. 3-4), o Brasil segue a tendência internacional: assim como o número de cegos ou pessoas com baixa visão é crescente em países com grandes desigualdades sociais, também no território brasileiro tal índice aumenta em regiões mais pobres.

Pascarella Júnior pondera (op. cit., p.39), entretanto, que 75% (três quartos) de toda a cegueira são tratáveis, podendo-se prevê-la ou curá-la. Baseando-se nesse pressuposto, a OMS criou o programa *Visão 2020: O Direito à Visão*, em 1999, em conjunto com a Agência Internacional para a Prevenção da Cegueira. A iniciativa objetiva prevenir que a deficiência visual atinja 100 milhões de pessoas no mundo até 2020, considerando que quatro de cada cinco vítimas perderiam a visão desnecessariamente. Para tanto, a meta é erradicar as principais causas do mal evitável e promover ações para controle de doenças oculares.

Etimologicamente, verifica-se que o verbo latino *videre*, ancestral de “ver”, descende da mesma raiz indo-europeia que a antiquíssima forma verbal causativa *vedáyati*, do sânscrito (língua indo-europeia do ramo indo-ariano), que significa “ele faz conhecer”, conforme explana o professor João Vicente Oliveira (1999, p. 1) — depreende-se daí a relação semântica entre visão e conhecimento. Já o termo “cego”, em grego, corresponde a *tyflós*, que deriva do verbo *tyflomai*, utilizado para designar um ambiente que se encontra enfumaçado ou

obscurecido; a raiz indo-europeia exprime a ideia de fumaça, assim como, no sentido figurado, de obscuridade espiritual (ibidem, p. 2). Segundo a pesquisadora Dannyelle Valente (2008, p. 2), a palavra “cegueira” originou do termo latino *caecitas*, variação do termo *caetus* (‘cego’). Ela acrescenta (idem) que “cego” pode ainda ser empregado no sentido metafórico, “especificamente na área moral e intelectual, para designar alguém que perde a razão em determinada circunstância ou que não julga corretamente certo assunto”.

Diante do panorama apresentado, percebe-se a pertinência de se estudar a temática da cegueira no mundo hodierno e a importância de se discuti-la em diversos âmbitos para o entendimento de sua complexidade. Desde a segunda metade do século XX, o problema vem recebendo mais atenção e repercussão por parte de órgãos internacionais e países. Em 1978, por exemplo, foi criado o Programa da OMS de Prevenção da Cegueira, a fim de ajudar os mais de 190 países-membros da Organização na formulação de programas nacionais de preservação da vista. Portanto, analisar o assunto sob o prisma da ciência e em sua imbricação junto à sociedade permitirá uma compreensão mais aprofundada da deficiência visual e do universo do cego, de modo a contribuir na discussão das questões aqui abordadas.

1.1. A DEFICIÊNCIA VISUAL SOB UM PRISMA CIENTÍFICO

*Todas as noites/ meus olhos deitam-se/
saudosos das estrelas/ que não vejo.
(IASI, 2011, p. 46)*

Cientificamente, observa-se que a deficiência visual pode ter causas congênitas ou hereditárias, a exemplo de patologias oculares, doenças do nervo ou do quiasma⁸ ópticos ou ainda doenças cerebrais que afetam as vias visuais ou lobo occipital (correspondente à parte ínfero-posterior da cabeça), bem como pelo uso inadequado de drogas e por epidemias,

⁸ O quiasma é uma pequena formação quadrangular em que nervos ópticos parcialmente se juntam e se cruzam.

pandemias, guerras e causas acidentais. Por suprimir do indivíduo 70% de tudo o que é percebido através da visão — o sentido que aos humanos confere o maior número de informações oriundas do meio externo — a cegueira tem sido objeto de estudo há séculos.

A mais antiga menção a patologias oculares refere-se a um livro escrito no Egito⁹ entre 1553 e 1550 a.C. e descoberto em 1872 na necrópole de Tebas, conforme relata Pascarella Júnior (op. cit., p. 37). Trata-se do *Erbes Papyrus*, que oferece cura de patologias em geral e lista o nome de 20 doenças dos olhos. Já o médico grego Hipócrates, considerado o “pai da Medicina”, classificou cerca de 30 patologias oculares, enquanto a Antiguidade Hindu registrou 76 problemas de visão. Por volta de 300 a.C., o “pai da Geometria”, Euclides, despontou como um dos fundadores da Óptica, a ciência da propagação de raios luminosos, e como um dos pioneiros teóricos da visão. A História tem observado que, nos tempos antigos, doenças dos olhos eram comumente tratadas com drogas e/ou técnicas de exorcismo.

Atualmente, a perda da visão pode ser classificada como leve, moderada, severa e profunda — níveis integrantes do chamado grupo de visão subnormal ou baixa visão — ou como ausência total da resposta visual. Profissionais da Fundação Hilton Rocha que produziram a obra *Ensaio sobre a problemática da cegueira*, coordenada por Hilton Rocha e Elisabeto Ribeiro-Gonçalves, relatam (1987, p. 49) que, em 1966, a OMS registrou 66 diferentes definições de deficiência visual, utilizadas para fins estatísticos em inúmeros países, mas, em 1972, um grupo de estudos propôs normas para a definição da mesma e para a uniformização das anotações dos valores de acuidade visual¹⁰.

Falamos em “cegueira parcial” (também dita legal ou profissional) quando nos referimos a indivíduos cuja acuidade visual corrigida nos dois olhos (com óculos ou lente de contacto) é igual ou inferior a 0,1, bem como aos portadores de campo visual tubular, restrito a 20° ou menos. Nessa categoria estão os indivíduos apenas capazes de contar dedos a curta distância e os que só percebem vultos. Mais próximos da cegueira total, estão os indivíduos que só têm percepção e projeção luminosas. No primeiro caso [percepção], há apenas a distinção entre claro e escuro;

⁹ O Egito era conhecido na Antiguidade como o “país dos cegos”, devido à expressiva incidência da cegueira. Acredita-se que esta decorria do clima quente e da poeira.

¹⁰ A acuidade visual pode ser definida como o grau de aptidão do olho para discriminar os detalhes espaciais (ROCHA; RIBEIRO-GONÇALVES, 1987, p. 31).

no segundo (projeção) o indivíduo é capaz de identificar também a direção de onde provém a luz. A cegueira total ou simplesmente amaurose pressupõe completa perda de visão. A visão é nula, isto é, nem a percepção luminosa está presente. No jargão oftalmológico, usamos a expressão “visão zero”. (ROCHA; RIBEIRO-GONÇALVES, 1987, p. 49-50)

Sendo assim, a cegueira total ou amaurose indica a perda completa da visão de ambos os olhos, enquanto a cegueira parcial significa a visão não superior a 1/10 no melhor olho e pode ser considerada sinônima de visão subnormal (ibidem, p. 55).

De fato, a pedagoga Ida Mara Freire observa (2005, p. 3) que a cegueira vem sendo apresentada como redução ou ausência da acuidade visual, sendo que essas noções têm orientado as proposições presentes em documentos oficiais e a formulação de políticas públicas para o trabalho e a educação das pessoas cegas ou com baixa visão. Embora ressalve que “uma compreensão total da cegueira escapa do vidente [pessoa não cega] que não pode se colocar completamente na experiência e na posição ativa de uma pessoa cega” (ibidem, p. 7), ela pondera que a deficiência visual, ao criar uma formação peculiar da personalidade, reanima novas forças, muda as direções normais das funções do organismo e, de uma forma criadora e orgânica, refaz e transforma a psique e a *persona*. “Portanto, a cegueira não é somente uma deficiência, uma incapacidade, mas, em um certo sentido, uma fonte de manifestação das capacidades, uma força. Por mais estranho e paradoxal que seja” (idem). Deixando de ser objeto, a deficiência visual passa a ser uma experiência perceptiva: “trata-se mais de lidar com a invisibilidade que com a escuridão. A cegueira está para quem não vê, assim como a invisibilidade está para quem vê” (idem). Nessa perspectiva, o cego desponta como “um ser singular, contribuindo para a pluralidade do mundo. Um ser não-visual, que não usa a visão como sentido prioritário para conhecer o mundo” (idem).

A psicóloga Deisy Parnof reforça (2010, p. 1-2) que a perda da visão pode ocorrer em qualquer fase da vida, seja por fatores hereditários, seja por adquiridos (doenças oculares ou acidentes, por exemplo), podendo, às vezes, ser prevenida ou controlada. “O diagnóstico deve ser realizado por um médico oftalmologista, que auxiliará na utilização de recursos ópticos e

na orientação sobre seu uso” (ibidem, p. 1). Entre as principais causas da cegueira, segundo Pascaretta Júnior (op. cit., p. 43), estão: catarata (47,8% dos casos); glaucoma (12,3%) e degeneração da mácula¹¹ devido à idade (8,7%).

Na atualidade, a visão é tida como um fenômeno psico-neuro-físico, e o olho humano é comparado a uma sofisticada câmera¹² capaz de captar a luz visível¹³ e levar impulsos neuroelétricos pelas vias ópticas até a região encefálica:

(...) estes impulsos são processados na velocidade e eficiência superiores aos mais avançados computadores de última geração que conhecemos, em imagens (...). O olho humano, (...) como que uma câmera fotográfica, precisa que todos os seus meios por onde a luz viaja (luzes e compartimentos) estejam limpos e transparentes, para que a energia luminosa possa adentrar para o aparato, sensibilizando o filme fotográfico (retina) (...). (PASCARETTA JÚNIOR, 2008, p. 79)

No desenvolvimento embrionário, os olhos, instrumentos universais da percepção visual, começam a se formar a partir de duas semanas de gestação. Com quatro semanas, esses globos de formato aproximadamente esférico entram na fase de cálice óptico, dando origem às suas estruturas individuais. Logo, o olho é formado basicamente pelo globo ocular e por órgãos acessórios, sendo responsável por transmitir e focalizar a luz sobre a retina e conduzir a imagem para o córtex cerebral.

Ao nascer, a criança não é ainda capaz de enxergar como o adulto. Seus órgãos da visão são imaturos. A maturação visual é processo evolutivo, que se desenrola do nascimento aos seis anos de idade, período em que os estímulos visuais (luz e forma) constituem condição “sine qua non” para o sazonalamento [cura de uma eventual baixa de visão]. (ROCHA; RIBEIRO-GONÇALVES, 1987, p. 50-51)

Segundo o professor Jacques Aumont (1995, p. 18), a visão resulta de três operações diferentes e subsequentes: ópticas, químicas e nervosas. Desse modo, a percepção visual consiste no processamento em etapas de uma informação vinda por meio da luz que entra nos

¹¹ A mácula constitui uma pequena área amarelada situada em cada retina.

¹² O olho tem seu princípio de funcionamento comparado ao da câmera escura, proposta no século XV pelo artista Leonardo Da Vinci. A pupila, por exemplo, abre-se para permitir a maior penetração de luz, quando esta é pouco intensa, e se fecha, quando o oposto ocorre. No fundo do olho, onde a imagem é formada, encontra-se a retina, uma membrana com muitos receptores de luz (bastonetes e cones). A imagem retiniana é transformada em informação nervosa, enviada ao cérebro. Logo, o sistema visual humano (com a estrutura óptica semelhante a uma lente biconvexa) interpreta aspectos de fenômenos luminosos, como sua intensidade, o comprimento de onda e a distribuição no espaço e no tempo.

¹³ A faixa do espectro visível que os humanos percebem vai de 390 a 750 nanômetros. As chamadas ondas infravermelhas, médias e longas não são visíveis ao olho humano. Estima-se que 10% do universo sejam compostos de matéria visível, enquanto 90% sejam formados de matéria escura.

olhos. O teórico afirma (ibidem, p. 31) que a visão é, antes de tudo, um sentido espacial, pois os olhos estão em constante movimento, o que gera variação na mensagem recebida pelo cérebro. “(...) o olho não é o olhar: (...) o olhar é o que define a intencionalidade e a finalidade da visão. É a dimensão propriamente humana da visão” (ibidem, p. 58).

Em termos fisiológicos, João Vicente Oliveira destaca (op. cit., p. 1) que, no mínimo, 4/5 das impressões que temos do mundo chegam-nos através dos olhos, o que equivale a dizer que os olhos podem transmitir não menos do que o quádruplo da quantidade de impressões que os outros quatro sentidos juntos são capazes de comunicar. “A superioridade visual é, pois, incontestável no que tange às possibilidades de adquirir conhecimentos acerca do mundo que nos cerca” (idem). A professora Lucia Maria Monteiro confirma (2011, p. 5) que a visão é responsável pela mediação de 70% a 80% das informações que o meio nos fornece — “captamos a maioria das informações pela visão, já que é o sentido que desde tenra idade nos guiou e pelo qual nossa atenção foi por mais tempo capturada” (idem). Segundo ela (ibidem, p. 7), a percepção visual é construída na interação olho-cérebro.

Abordando a percepção e a comunicação por meio dos sentidos, os professores Monica Rector e Aluizio Ramos Trinta sintetizam (1995, p. 33) que a realidade consiste na “forma como percebemos o mundo que nos cerca”, de modo que “escolhemos o que queremos perceber e comandamos a percepção.” De acordo com os autores (ibidem, p. 40), os sentidos humanos servem efetivamente à comunicação social, integrando toda “comunicação do corpo”. Sobre a visão, observam (ibidem, p. 37) que existem distintos usos sociais para o olhar e que ela é tida como o mais “racional” dos sentidos (ibidem, p. 40), além de permitir, ao lado da audição, uma percepção à distância (ibidem, p. 43). Por sua vez, o tato, o paladar e o olfato são sentidos de proximidade (idem). “O homem é o único animal que estabelece uma hierarquia entre seus cinco sentidos. A visão e a audição têm sido bastante exploradas e

estudadas. Já o olfato, o tato e o paladar são tidos como sentidos de importância secundária” (ibidem, p. 46-47).

Lucia Monteiro compara (op. cit., p. 6) que a visão é imediata e globalizadora, ao passo que o tato, por exemplo, apesar de também ser imediato, é sequencial. A professora trata, ainda, de uma perspectiva teórica ligada à ideia de Compensação, que, no caso da deficiência visual, “contextualiza uma situação de substituição e de aperfeiçoamento de um sentido na falta de outro” (ibidem, p. 4). Para a autora, trata-se de “uma falsa ideia de que a privação de um sentido possa ser compensada” (idem).

Um dos entendimentos do que seria essa compensação é a ideia de uma substituição ou mesmo de uma adaptação sensorial na qual os sentidos remanescentes compensariam a falta da visão. O que seria, grosso modo, dizer que, por estar privado desse sentido, o indivíduo cego imediatamente passaria a escutar melhor, ter melhor olfato, melhor paladar e melhor tato do que as pessoas que veem, a fim de compensar a falta da visão. Pesquisas recentes tentam finalizar a discussão; todavia, ainda não se percebe o consenso (...). Quando fechamos os olhos ou quando nos faltam condições para ver, como, por exemplo, na falta de luz, imediatamente passamos a dirigir nossa atenção aos estímulos captados pelos outros sentidos. Temos a impressão de estarmos ouvindo “melhor” do que antes, percebendo sutilmente mais diferenças no ambiente, como, por exemplo, a passagem de uma corrente de ar ou um som longínquo (...). Parece que, ao isolarmos o sentido da visão, concentramo-nos melhor na execução das tarefas citadas, as quais prescindem desse sentido para sua efetivação. (MONTEIRO, 2011, p. 4)

Desse modo, a autora acredita que não há uma maneira de substituir o sentido da visão, mas, sim, uma elaboração de novas formas de utilização dos sentidos remanescentes.

Quem também analisa a noção, limitada e questionável, de que a privação de um dos sentidos acarrete uma compensação dessa deficiência são as psicólogas Virgínia Kastrup, Paula Rego-Monteiro e Luciana Manhães (2007). Em artigo sobre a Teoria da Compensação no campo da deficiência visual, apontam (2007, p. 2) ser recorrente que o senso comum atribua aos cegos uma percepção privilegiada nos demais sentidos. As autoras embasam-se nos pressupostos do professor Lev Vygotski, para quem a cegueira não é compensada com o desenvolvimento do tato ou do ouvido, mas, antes, com a linguagem, isto é, com o uso da experiência social e a comunicação com os videntes. A linguagem seria, então, importante para minimizar os efeitos negativos das dificuldades do deficiente visual, considerando-se que

o que se modifica com a cegueira é, na verdade, a orientação da atenção, e não a própria capacidade sensorial em si mesma.

(...) o conceito de compensação é, a despeito de sua popularidade, uma ferramenta teórica limitada para entender os efeitos sobre o sistema cognitivo da perda de um dos sentidos. A complexidade do problema exige uma abordagem mais ampla, que leve em conta a invenção da cognição e do próprio mundo (...). Assim podemos entender o desafio que constitui a perda gradual ou súbita da visão numa sociedade eminentemente visuocêntrica, que continua privilegiando a visão dentre os diversos modos de perceber e habitar o mundo. (REGO-MONTEIRO, MANHÃES, KASTRUP, 2007, p. 6)

A perda da visão implica, pois, um processo de recriação da cognição, transformando-se, por exemplo, acoplamentos visuo-motores em tátil-motores, ainda que certos conhecimentos não possam ser aproveitados.

(As discussões em torno dos sentidos humanos não terminam aqui. Dadas a complexidade do assunto e suas peculiaridades ligadas à deficiência visual, o item 1.2.3 retomará as reflexões de um modo mais específico, associado à realidade, às idiosincrasias e ao desenvolvimento de pessoas cegas.)

Para terminar esta seção, convém observar que, apesar de dotados do mesmo equipamento biológico visual, os seres humanos videntes podem perceber imagens e fatos visuais de maneiras diferentes. Tal disparidade não se embasa no ato de ver propriamente dito, mas, sim, na capacidade interpretativa de cada observador, a qual é influenciada por inúmeros fatores, como o conhecimento prévio, a cultura, as crenças, os sentimentos e o contexto social em que se está inserido. Sendo assim, a seção analítica seguinte abará a temática da deficiência visual sob um viés propriamente sócio-histórico.

1.2. A DEFICIÊNCIA VISUAL NA SOCIEDADE

“Estar cego não é estar morto, Sim, mas estar morto é estar cego”.

“(...) costuma-se até dizer que não há cegueiras, mas cegos, quando a experiência dos tempos não

tem feito outra coisa que dizer-nos que não há cegos, mas cegueiras.”

“Sei, sei, levei a minha vida a olhar para dentro dos olhos das pessoas, é o único lugar do corpo onde talvez ainda exista uma alma”.

“Se eu voltar a ter olhos, olharei verdadeiramente os olhos dos outros, como se estivesse a ver-lhes a alma (...) foi então que, surpreendentemente, (...) a rapariga dos óculos escuros disse, Dentro de nós há uma coisa que não tem nome, essa coisa é o que somos.”

“Por que foi que cegámos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos que vêem, Cegos que, vendo, não vêem.”

(SARAMAGO, 1992, p. 111, 308, 135, 262, 310)

Os fragmentos que abrem este subcapítulo foram retirados da obra *Ensaio sobre a cegueira* (1992), do escritor português José Saramago, a qual trata da “responsabilidade de ter olhos quando os outros os perderam” (1992, p. 241). Na trama, a partir de um morador que misteriosa e repentinamente fica cego, a epidemia denominada “treva branca” se alastra pela cidade e vitima uma multidão de pessoas que, sem a vista, devem aprender a (con)viver de novo — consigo mesmas e com os demais. Essa enfermidade, em que os olhos só enxergam um clarão permanente na cor branca, acaba por desvelar a necessidade de se resgatar a sensibilidade, o afeto, a solidariedade, a compaixão, a ética, o amor. Com personagens sem nome — identificados apenas como “o primeiro cego”, “o médico”, “a mulher do médico”, “a rapariga dos óculos escuros”, “o velho da venda preta” e “o rapazinho estrábico”, por exemplo — o enredo indica que, “provavelmente, só num mundo de cegos as coisas serão o que verdadeiramente são” (ibidem, p. 128) e permite que se indague se, de fato, “em terra de cego, quem tem olho é rei”. Mais que uma cegueira física e fictícia, o ensaio aponta, crítica e simbolicamente, a ausência de “visão” que, muitas vezes, marca a sociedade atual.

Nesse contexto, a cegueira é, frequentemente, mal interpretada. Afinal, como salienta o professor José Espínola Veiga, cego desde a infância, o mundo foi feito essencialmente para

se ver, e o ser humano compreende melhor o universo pela visão: “a vista alcança bem mais longe que o ouvido, além de a luz caminhar muito mais rápido que o som. Quando o cego ouve o trovão, o relâmpago já foi visto pelos outros” (1983, p. 15). Se o ato de ver torna-se naturalmente um “alimento para os olhos” (TOLEDO, 2000, p. 42) e traz prazer ao espectador, quem é privado desse sentido é, por vezes, considerado um ser inferior.

Paralelamente a isso, nota-se com frequência um processo de “romantização” da deficiência e do que signifique ser cego, como considera a professora Lucia Monteiro (2007). Ela explica que o termo indica um retorno ao paradigma de normalização — um retrocesso à noção, já ultrapassada, de que o deficiente visual tinha de parecer o mais “normal” possível. Por trás disso, estaria uma forma velada de negação da deficiência por meio da desconsideração de impedimentos e limitações para determinadas tarefas a que estão submetidos todos os seres humanos, inclusive os cegos.

Acerca dos critérios de normalidade e anormalidade, a professora Luciana Marques acredita (2001, p. 50) que o poder exercido sobre o dado da deficiência aponta para os valores construídos histórica e culturalmente por uma dada sociedade: o bom e o ruim, o desejável e o indesejável, o normal e o anormal. “Estabelecidos os critérios de pertencimento e de não-pertencimento à faixa de normalidade, a sociedade passa a avaliar seus membros conforme os parâmetros por ela própria definidos” (ibidem, p. 51). Entendida como desvio da normalidade, a deficiência, então, constituiu um objeto permanente de práticas de vigilância e isolamento sociais: “tais atitudes se manifestariam no cotidiano das pessoas nas formas do preconceito e da discriminação. O isolamento das pessoas com deficiência em asilos, internatos e hospitais representa a materialização do que ora é discutido” (idem).

O psicólogo Luís Celso Marcondes de Moura comenta (1992, p. 1) que, tomando-se um dicionário, pode-se constatar “deficiência” com o sentido de falta, defeito, falha, e “deficiente” como significando falho, incompleto, imperfeito, “donde se conclui que haja uma

falha, um defeito no corpo, na mente ou no organismo de uma pessoa. (...) porém, em se tratando de seres humanos, a deficiência precisa ser melhor entendida para se evitar o preconceito, já existente.” Ele assevera, “com conhecimento de causa¹⁴ e sem qualquer constrangimento” (ibidem, p. 2), que uma deficiência é, antes de qualquer definição, genérica ou específica, um drama, tanto para quem a tem como para seus familiares e amigos, porque, por mínima que seja, impedirá alguma atividade considerada corriqueira para outras pessoas (ibidem, p. 2-3). “Temos então que a deficiência é, na realidade, um mal. No entanto, se devidamente tratada, pode ter seus efeitos negativos minimizados e seu portador será um ser humano socialmente integrado, produtivo e conscientemente feliz” (ibidem, p. 4).

Esta seção trata, portanto, de uma perspectiva sócio-histórica da deficiência, em particular a visual. A seguir, exporemos um panorama histórico do tema, tanto num quadro mais geral, universal, quanto num relato mais específico, sobre a realidade brasileira. Em seguida, comentaremos sobre o corpo deficiente entre estigmas e preconceitos. Por fim, enfatizaremos desmistificações e peculiaridades do ser cego e do universo dos sentidos sem a visão. Objetivamos, assim, apresentar uma abordagem da deficiência visual que fundamente a análise empírica a ser explicitada posteriormente.

1.2.1. A evolução social da deficiência (visual) na História

“(...) a deficiência só é de fato um grave problema numa sociedade deficiente”. (MOURA, 1992, p. 5)

Historicamente, percebe-se que a coletividade, nas mais variadas culturas, passou por distintas fases no que diz respeito às práticas sociais, como observa a jornalista Carminha Soares (2009, p. 31). Em relação aos deficientes, a sociedade “começou praticando o

¹⁴ O autor é deficiente físico; por isso, faz sua afirmação “com conhecimento de causa”.

extermínio e a exclusão social. Em seguida, desenvolveu o atendimento segregado dentro de instituições. E, num processo longo, passou a lutar pela integração e, posteriormente, pela inclusão social” (idem).

Toda sociedade tem, em cada momento histórico, determinadas necessidades e valores sociais, em função dos quais estabelece o que é adequado socialmente. Ao longo da história, muitos e variados sujeitos foram considerados diferentes, sendo objeto das mais variadas denominações, concepções e formas de tratamento. A palavra deficiência não é negativa em si e designa uma realidade. Quando a deficiência é usada para assinalar a pessoa, esse termo pode ser usado de forma discriminatória e injusta. (...) Nos registros disponíveis, fica claro que as pessoas com deficiência incomodam. Diante de uma pessoa com deficiência física ou motora, sensorial ou mental, as pessoas vivem sentimentos contraditórios: desde a repulsa até a compaixão. Perante os diferentes — os que apresentam um desvio de relacionamento social ou comportamental — as sociedades sempre viveram um misto de fascínio e rejeição. (SOARES, 2009, p. 43)

Tal rejeição chegava a casos extremos: em muitas sociedades primitivas, não era comum haver cegos adultos, já que enfermos e pessoas com deficiência comumente eram mortos ou abandonados, não somente pelas difíceis condições de vida da época, mas também por se acreditar que os deficientes visuais fossem possuídos por espíritos malignos, castigados por divindades ou ainda estigmatizadas pelos pecados próprios ou da família tribal — o que os tornava um objeto de temor religioso. Algumas tribos nômades chegavam a abandonar seus doentes, velhos e pessoas com deficiência em lugares inóspitos e expostos a riscos, junto a animais ferozes e/ou a grupos inimigos.

Carminha Soares menciona (idem) que, na Antiguidade Clássica, em sociedades voltadas principalmente para a guerra, como em Esparta, a lei impunha o sacrifício de crianças com deficiência, consideradas subumanas. O extermínio e/ou o abandono, nesses casos, cabia(m) geralmente às próprias mães, “em prol dos ideais estéticos, segundo o modelo grego de homem: belo, forte e inteligente” (idem). De acordo com ela (ibidem, p. 32), em todos os momentos da história humana, os deficientes foram alvos de comportamentos e reações distintas e contraditórias de exclusão e integração, dependendo do contexto social: “esses comportamentos foram mudando de acordo com as transformações sociais, as descobertas científicas e tecnológicas e as mudanças culturais e econômicas ocorridas”.

Os professores João Franco e Tárzia Dias também comentam (2005, p. 1) que a história da pessoa com deficiência varia conforme a cultura e reflete crenças, valores e ideologias que, materializados em práticas sociais, estabelecem modos diferenciados de relacionamentos entre as pessoas, com ou sem deficiências. De acordo com os professores Peter Berger e Thomas Luckmann (2007, p. 87), qualquer desvio radical da ordem institucional toma caráter de um afastamento da realidade, podendo ser tachado como depravação moral, doença mental ou ignorância, por exemplo (ibidem, p. 93).

No percurso sócio-histórico dos cegos, particularmente, traçado pela professora Lívia Motta, em artigo no site Bengala Legal, destaca-se que o lado místico da cegueira encontra repercussão desde a antiga Grécia, onde alguns cegos eram venerados como profetas, capazes de realizar milagres. Em Roma, houve deficientes visuais letrados, advogados, músicos e poetas¹⁵, embora a maioria vivesse como mendigos, escravos ou prostitutas. Também mendicantes na maior parte das vezes, muitos cegos no Reino Unido viviam da caridade alheia; as primeiras referências a eles nessa região datam do século XII, mencionando-se um refúgio próximo a Londres, para homens desprovidos da visão.

Enquanto, na era pré-cristã, constatam-se ações de negligência e maltrato a deficientes em muitas situações, com a difusão do Cristianismo fomentou-se a proteção e a compaixão para com eles.

Com o fortalecimento do Cristianismo, a situação das pessoas com deficiências se modificou. A pessoa humana elevou-se à categoria de valor absoluto e todos os homens, sem exceção, passaram a ser considerados filhos de Deus. O Evangelho dignifica o cego e deste modo, a cegueira deixa de ser um estigma de culpa, de indignidade (...). (FRANCO, DIAS, 2005, p. 3)

Em uma das passagens bíblicas¹⁶ do Novo Testamento, o apóstolo cristão João relata a cura de um cego de nascença (Evangelho de João, capítulo 9). O episódio é significativo por

¹⁵ O orador e escritor romano Cícero, por exemplo, aprendeu Filosofia e Geometria com o tutor cego Diodotus.

¹⁶ Na cultura judaica verificada na Bíblia, existem dados interessantes acerca da deficiência visual, como menciona o professor João Vicente Oliveira (1999, p. 2). A lei de Moisés, por exemplo, é enfática ao proibir que se colocasse “tropeço diante do cego” (Levítico 19:14), chegando a amaldiçoar aquele que fizesse com que o cego “errasse do caminho” (Deuteronômio 27:18). Para Oliveira, isso fortalece a tese de que a deficiência visual

desmistificar, no contexto sociocultural judaico, a ideia de que a deficiência, a calamidade ou o sofrimento fossem, necessariamente, uma maldição que provinha diretamente do pecado pessoal ou familiar. Nesse texto, os discípulos de Cristo, ao verem o cego, indagam: “Rabi, quem pecou, este ou seus pais, para que nascesse cego?” Jesus respondeu: “Nem ele pecou, nem seus pais; mas foi assim para que se manifestem nele as obras de Deus” (João 9:2-3).

De acordo com Carminha Soares (op. cit., p. 32), o advento do Cristianismo desempenhou um papel decisivo ao promover a valorização do ser humano e o direito à vida. “Esse humanismo cristão, tolerante e complacente com a deficiência, gerou grande avanço ao instituir a caridade como instrumento para assistir aqueles que, temporariamente ou não, estivessem impedidos de prover o próprio sustento” (idem). Contudo, ressalva que era reduzido o número de deficientes com idade mais avançada, devido à escassez de recursos para tanto, à elevada mortalidade infantil e à limitada expectativa média de vida (idem).

Na Idade Média, faz-se pertinente realçar uma maior atenção conferida a pobres e pessoas com deficiência, principalmente com a lei *The Poor Law Act*, lavrada em 1601. Tal legislação previa abrigo e suporte a pobres, incapazes e cegos. Por outro lado, a cegueira também foi utilizada na Idade Média como castigo ou como ato de vingança em confrontos. Ainda nessa época, a cegueira era vista como pena judicial, regulada pela lei ou pelos costumes, sendo aplicada em crimes nos quais havia participação dos olhos, tais como contra a divindade e as leis de matrimônio.

era frequente no Oriente Médio durante a Antiguidade. Entre os judeus, a cegueira aparece associada, também, à punição (como na história de Sansão, em Juízes 16:21, a qual relata como o guerreiro ficou cego, ao ter os olhos arrancados por inimigos) e à conversão (como no episódio em que Saulo, posteriormente chamado de apóstolo Paulo, encontra-se com Jesus e, cercado pelo ‘resplendor de luz do céu’, cai e fica cego durante três dias, como se lê em Atos 9:1-18). Além disso, são numerosas as circunstâncias em que os evangelhos relatam a cura miraculosa de cegos por Jesus Cristo (como em Mateus 9:27-31 e 20:29-34, Marcos 8:23 e João 9). Por vezes, a acepção de cegueira na Bíblia se dá em sentido metafórico, indicando obscuridade ou apatia espiritual (Isaías 42:19 e 56:10, Mateus 23:16-19 e João 9:41, por exemplo). Em sua epístola aos Filipenses, Paulo de Tarso ressalta que o Salvador, Jesus Cristo, voltará e transformará o corpo abatido dos salvos, “para ser conforme o seu corpo glorioso” (Filipenses 3:20-21); assim, mesmo aqueles que tivessem alguma deficiência (no ‘corpo abatido’) poderiam ter a esperança da ressurreição, pela fé em Cristo. Na Bíblia, portanto, cegos e pessoas com outras deficiências não são excluídos da mensagem de graça divina e de salvação por meio de Cristo; ao contrário, são considerados seres humanos, também criados — “quem fez a boca do homem? Ou quem fez o mudo, ou o surdo, ou o que vê, ou o cego? Não sou eu, o Senhor?” (Êxodo 4:11) — e amados por Deus (João 3:16), que, de acordo com o escritor neotestamentário Paulo, não faz “acepção de pessoas” (Romanos 2:11).

O professor Nelson Matos considera (2006, p. 2) que, no período medieval, tenham surgido as primeiras tentativas de atendimento à pessoa deficiente, “possivelmente, como forma da sociedade, ou mais precisamente, da classe dominante solucionar o problema que ela própria produziu, mas não reconhece”. Entretanto, o autor define tal atendimento como assistencialista, uma vez que se volta, apenas, para um extremo da questão (as consequências), sem a preocupação com as causas determinantes.

Parece ser desta forma que surge o embrião do atendimento especial, cuja população-alvo é definida a partir dos padrões de normalidade. Mais uma vez caracteriza-se a diferenciação entre as pessoas, agora não mais pela supremacia física, religiosa ou econômica que gerou dominantes e dominados, reis e vassallos, proprietários e serviçais; mas por parâmetros científicos que definem os comportamentos medianos e os desviantes. (MATOS, 2006, p. 2)

Carminha Soares afirma (op. cit., p. 32) que, ao longo da Idade Média, os deficientes passaram a ser vistos como pessoas, sendo confiados a igrejas e conventos, “onde eram ‘protegidos’, mas, ao mesmo tempo, isolados socialmente. Até o Iluminismo, a igualdade de *status* moral ou teológico não correspondeu a uma igualdade civil, de direitos” (idem). Entretanto, no século XV, a Inquisição condenou à morte, na fogueira, os chamados hereges, que incluíam loucos, adivinhos e deficientes (ibidem, p. 33). “O preconceito da Igreja manifestava-se de forma clara e contundente, evidenciando a contradição existente. Para o clero, a deficiência ofendia a Deus, era uma heresia” (idem).

Desde os tempos medievais até dois séculos posteriores, os cegos comumente viviam em suas casas ou em instituições chamadas de *asylums*, recebendo algum suporte de governantes. Segundo os professores Franco e Dias (op. cit., p. 2), a desatenção e o menosprezo a que cegos e outras pessoas com deficiência eram submetidos modificaram-se com o advento do mercantilismo e do capitalismo comercial, no lugar do feudalismo.

Os séculos XVIII e XIX marcaram um avanço na história das pessoas com deficiência visual (ibidem, p. 4). Em 1784, o pioneiro professor Valentin Haüy¹⁷ inaugurou, na França, o Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris, a primeira escola do mundo destinada à educação de pessoas cegas e à sua formação profissional, com o apoio da Coroa francesa. No final do século XVIII e começo do século XIX, mais escolas para cegos foram fundadas em outros países da Europa, como Alemanha e Grã-Bretanha. Em 1829, Louis Braille¹⁸, então aluno do referido Instituto parisiense, desenvolveu o Sistema Braille, para leitura e escrita em relevo.

Interrompendo o fluxo do presente relato histórico, faz-se imprescindível que aqui “se abra um parêntese” para explicitar o desenvolvimento desse método que revolucionou o contato de deficientes visuais com a leitura e a escrita. A base para os estudos do francês L. Braille foi o mecanismo denominado “escrita noturna”, do capitão do exército de Luis XIII, Carlos Barbier de la Serre, em forma de “signografia” composta por 36 sinais em relevo (pontos e traços), representativos de outros sons e distribuídos por seis linhas de seis sinais cada. L. Braille observou que os sinais com mais de três pontos em cada fila excediam as possibilidades de uma única percepção tátil, de forma que buscou reduzir as proporções; em 1825, criou uma convenção gráfica pela qual atribuía a cada símbolo um valor ortográfico, e não fonético. Surgia, assim, seu sistema, publicado em 1829 na primeira edição de seu “Processo para escrever as palavras, a música e o canto por meio de pontos, para uso dos cegos e dispostos para eles”. Na França, o Sistema Braille só foi definitivamente aceito em 1854, enquanto nos Estados Unidos o método foi implantado em 1910. Já no Brasil, o uso oficial do Braille deu-se em 13 de novembro de 1945.

¹⁷ Valentin Haüy traçava em relevo as mesmas letras utilizadas por videntes, na expectativa de que pudessem ser compreendidas pelo dedo dos cegos. No entanto, como considera V. Pascarella Júnior (op. cit., p. 71), tal sistema consistia em “simples exercícios tipográficos, sempre condenados à destruição”.

¹⁸ Braille nasceu em 4 de janeiro de 1809, em Coupvray, uma aldeia ao leste de Paris, sendo o filho mais novo do correeiro local Simão Renato Braille e de Mônica Baron. A vida do francês foi humilde e marcada por um acidente com um objeto pontiagudo em 1812, quando brincava na oficina do pai e teve ferido um dos olhos, aos 3 anos. Como a infecção progrediu, ficou completamente cego. Faleceu aos 43 anos, em 6 de janeiro de 1852, na capital francesa. Em 1887, o país ergueu um monumento em homenagem a Braille, considerando-o um grande benfeitor da humanidade.

Formado por 63 sinais, o sistema é apreciado como sendo tão genial quanto o método binário digital, que combina zero e um. Cada sinal é formado por até seis pontos agrupados em duas filas verticais e justapostas de até três pontos cada. Tais signos podem ser identificados com agilidade, por não ultrapassarem o campo da percepção tátil, de modo que o processo de leitura é facilitado. Além de letras, simples e acentuadas, o sistema permite representar pontuações, números, notas musicais e símbolos matemáticos, químicos e físicos, por exemplo. Avanços tecnológicos a partir do método francês possibilitaram, por exemplo, a invenção de impressoras capazes de imprimir em Braille.

Fechado o “parêntese”, retoma-se agora o percurso histórico proposto. O professor João Oliveira sintetiza (1999, p. 2-3) que, ao longo da cultura ocidental, prevalece a tendência de enfatizar o caráter “debilitador” da cegueira, bem como a associação do cego ao plano da alteridade: “o cego é o outro, no sentido daquele que foge aos padrões esperados”. Luciana Marques evidencia (op. cit., p. 53) que o discurso da Modernidade sobre os deficientes esteve calcado no entendimento da deficiência como desvio da norma, um não ajustamento aos padrões ideológicos. Consequentemente, instalavam-se os sentimentos de pena e dependência constantes, além das atitudes de caridade e proteção, “camufladoras do sentido maior da exclusão social” (idem).

Já no início do século XX, o modelo de escola segregada havia se expandido e se consolidado como forma de atendimento à pessoa desprovida de visão. Não obstante, foi somente na segunda metade do século passado, após a Segunda Guerra Mundial (ocorrida entre 1939 e 1945) e mediante a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que se passou a pensar na possibilidade de atendimento à pessoa cega na escola regular (FRANCO, DIAS, op. cit., p. 4-5). Leis e programas de atendimento educacional que favoreceram a integração de cegos na escola regular e no mercado de trabalho estruturaram-se no fim da década de 1960 e durante os anos 70 (ibidem, p. 5).

Por sua vez, a década de 80 foi marcante por consolidar a integração da pessoa cega. Em 1981, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o Ano e a Década da Pessoa Portadora de Deficiência, alcançando espaço em meios de comunicação para gerar uma maior conscientização da sociedade em torno do tema. Desde a década de 90, com a realização da Conferência Mundial de Educação para Todos (1990, em Jontiem, na Tailândia) e com a Declaração de Salamanca de Princípios, Política e Prática para as Necessidades Educativas Especiais (1996)¹⁹, passou a vigorar a chamada “era da inclusão”, em que as exigências não se referem apenas ao direito da pessoa com deficiência à integração social, mas sim, ao dever da sociedade, como um todo, de se adaptar às diferenças individuais (ibidem, p. 5). Logo, foi nas duas últimas décadas do século XX que se passou a observar um movimento mais intenso que tende a valorizar pessoas com deficiência e a integrá-las ou incluí-las no meio social.

Nessa perspectiva, João Franco e Tércia Dias distinguem integração e inclusão. Eles mencionam (idem) que o princípio filosófico/ideológico que norteou a definição e as práticas de integração foi o da normalização, objetivando a adaptação do deficiente às exigências ou necessidades da sociedade como um todo. Já na era da inclusão (década de 1990 em diante), “as exigências não se referem apenas ao direito da pessoa com deficiência à integração social, mas sim, ao dever da sociedade, como um todo, de se adaptar às diferenças individuais” (idem). Os autores comparam (ibidem, p. 6) que o processo de integração busca normalizar a pessoa com deficiência e atribuir-lhe a responsabilidade de adequação ao meio social, não propondo “nenhuma mudança na estrutura social vigente, cabendo ao indivíduo a responsabilidade de se ‘adequar’ ao sistema”, enquanto a inclusão vai além, por exemplo, da inserção dos alunos na escola, “exigindo uma mudança na estrutura social vigente, no sentido

¹⁹ A Declaração foi aprovada por aclamação, em 10 de junho de 1996, na cidade espanhola de Salamanca e exerceu, segundo Carminha Soares (op. cit., p. 42), “forte influência para essa fase de progresso na área da deficiência”, tomando por base as já citadas Declaração Universal dos Direitos Humanos e Conferência Mundial de Educação para Todos, “além de diversas declarações da ONU sobre a educação inclusiva, e do trabalho realizado por grupos de pressão, grupos comunitários e pais, organizações de pessoas com deficiência e envolvimento de alguns governos” (idem).

de se organizar uma sociedade que atenda aos interesses de todas as pessoas, indiscriminadamente.” Esse processo inclusivo denuncia as desigualdades e o desrespeito a minorias, “reivindicando não só a mudança de estruturas físicas, mas também de concepções, pensamento e planejamento da sociedade, (...) em que as diferenças individuais sejam respeitadas e não menosprezadas” (idem).

A pesquisadora Dannyelle Valente corrobora (2008, p. 7) a ideia de que a sociedade deva se adaptar ao indivíduo e à sua diferença. “Particularmente fortalecido no meio anglo-saxão, este campo [de pesquisa *Disability Studies*, emergente na década de 90] caracteriza-se por uma forte ação política, em defesa de um modelo social de compreensão do *handicap* [deficiente]” (idem). Ratifica (ibidem, p. 8) que, nos dias atuais, persistem discursos que sustentam uma hierarquia entre cegos e videntes: “(...) pelos exemplos de discriminação ainda constantes, percebemos que ainda não aprendemos a respeitar o outro e sua particularidade e encarar com simplicidade e realismo aquilo que o diferencia de nós” (ibidem, p. 10).

Deste modo, cabe pensar em uma inclusão que signifique não somente uma adaptação do sujeito à normalidade, mas que permita, ao invés disso, *uma verdadeira participação social*, exigindo que ações concretas, visando aperfeiçoar a autonomia na vida cotidiana, caminhem junto com estratégias para uma ressignificação, no âmbito cultural, de imagens exageradas e/ou negativas vinculadas à cegueira. (VALENTE, 2008, p. 11, grifo nosso)

Também para os educadores Armando Barros, Michelle Ramos e Nicole Caputo (2005, p. 10), incluir o ser humano na sociedade é incluí-lo em sua cultura, nos modos de fazer e saber, “nas manifestações culturais mais amplas que significam, antes de tudo, favorecer que participe com o Outro do mundo cotidiano, onde o discurso realiza-se como sentido”. Defendem (ibidem, p. 12) uma inclusão fundada na experimentação do mundo.

Para Luciana Marques (op. cit., p. 53), o cenário atual acentua um movimento que valoriza a inclusão social, no qual “o sujeito com deficiência passa a dividir a cena com os sujeitos sem deficiência, coabitando os diversos espaços sociais.” A autora nota (idem) o dinamismo intenso experimentado pelos sujeitos, especialmente os deficientes.

A diversidade implica, é claro, o reconhecimento e o respeito pelo que faz de uma pessoa um ser diferente de todos os demais (...). Todavia, pressupõe, também, a preservação do dado de que *todas as pessoas são iguais no que se refere ao valor máximo da existência: a humanidade do homem*. A diferença não deve, pois, se constituir num critério de hierarquização da qualidade humana. (...) Assim, o que se deve considerar é a diferença na totalidade e a totalidade na diferença, sem se prender à prejudicial polarização do normal (igual), de um lado, e do diferente (desigual), do outro. (MARQUES, 2001, p. 55, grifo nosso)

Na opinião de João Vicente Oliveira (1999, p. 4), negar o sentido da vida a um cego, ou a qualquer outro deficiente, constitui o que chama de cegueira inaceitável, “pois a pior forma de cegueira é a do homem que tem os olhos sãos e recusa-se a ver o que está diante de si.” Contra o argumento de que os deficientes sejam membros inúteis à sociedade, o professor cita (2004, p. 4), como exemplos, personagens históricos que deixaram um legado significativo à humanidade: o gênio da música erudita Ludwig von Beethoven, que perdeu a audição nos últimos anos de vida, quando compôs suas obras mais famosas (Apassionata, Sonata ao Luar e Sinfonias números 3 a 6); a filósofa Helen Keller, que, cega, surda e muda, tornou-se uma líder defensora da causa de pessoas deficientes; e o físico britânico Stephen Hawking, que colaborou em estudos sobre buracos negros e tem esclerose lateral amiotrófica, doença degenerativa que enfraquece os músculos do corpo.

Outros “exemplos de superação de limites pessoais” são destacados por Carminha Soares (op. cit., p. 36-37): Moisés, líder dos hebreus no êxodo do Egito e na busca da Terra Prometida, o qual apresentava um problema de comunicação verbal (possivelmente, tartamudez ou gagueira), como se infere a partir do relato bíblico do livro de Êxodo; Homero, considerado o maior poeta épico grego, autor das obras *Ilíada* e *Odisseia* e cego; Sétimo Severo, imperador romano de 193 a 211 d.C., que perdeu o movimento das pernas ao final da vida e teria dito, quando conspiradores desejavam afastá-lo do cargo por não mais poder andar: “agora vocês aprenderam que não se governa um império com as pernas”; Luiz de Camões, cavaleiro e fidalgo tido como um dos maiores poetas portugueses e que perdeu um dos olhos em luta contra marroquinos; Galileu Galilei, cientista, matemático e astrônomo que inventou o telescópio e ficou cego nos últimos anos de vida; Johannes Kepler, astrônomo

alemão que estudou o movimento dos planetas e tinha deficiência visual causada por sarampo desde os 4 anos de idade; e Antônio Francisco Lisboa, o escultor brasileiro alcunhado de Aleijadinho, que, em face de tromboangeíte (doença vascular inflamatória), teve ulcerações nas mãos e, aos 70 anos, esculpiu os doze profetas no adro da Igreja Matozinho, na cidade mineira de Congonhas do Campo.

Após o panorama histórico universal desta seção, convém ressaltar a trajetória particular do Brasil nessa temática. No País, o papel do Estado referente ao cuidado das pessoas com deficiência começou a ser exercido no século XIX, ainda que de modo episódico, como acentua Carminha Soares (op. cit., p. 38). A primeira iniciativa conhecida quanto à formalização do atendimento educacional a essa parcela da sociedade data de 1835, quando o deputado Cornélio França apresentou à Assembleia Legislativa no Rio de Janeiro o projeto de lei para criar uma classe voltada ao ensino de cegos e surdos-mudos. Todavia, a proposta não foi sequer discutida em plenário, por motivos políticos. Já em 1854, foi formado, sob a égide do Governo do Império, o Imperial Instituto de Meninos Cegos, “por iniciativa do brasileiro José Álvares de Azevedo, que era cego e inspirou-se no modelo de uma escola especializada francesa onde estudou” (idem) — o já citado Instituto Real dos Jovens Cegos.

“Durante muitos anos, o Instituto foi um mero asilo e não passou disso, sempre sob a custódia imperial” (ibidem, p. 39). No entanto, o professor de matemática Benjamin Constant, que lá lecionava desde 1861, propôs, ao assumir o cargo de diretor do Instituto, mudanças substanciais não só no atendimento prestado, como também na construção de uma nova casa para abrigar a organização. “Com o seu falecimento, 1891, o governo, em sua homenagem, alterou o nome do instituto para Benjamin Constant, o qual é mantido até hoje” (idem).

Em 1935, nascia o Instituto Pestalozzi, em Belo Horizonte, criado pela professora russa naturalizada brasileira Helena Antipoff, sob inspiração dos teóricos Pestalozzi, Claparède e Dewey, da chamada Escola Nova. “Helena Antipoff, assim como eles, propugnou

não apenas o atendimento integral da pessoa com deficiência, como também a integração dessa pessoa à vida social” (ibidem, p. 41). Posteriormente, nas décadas de 40 e 50, outras iniciativas em prol dos deficientes floresceram no âmbito da sociedade civil brasileira, como: a criação da Fundação para o Livro do Cego no Brasil, em 1946, localizada em São Paulo e atualmente chamada Fundação Dorina Nowill, responsável por difundir a literatura em Braille no País; o surgimento da Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), em 1950, também em São Paulo, até hoje famosa pelos serviços de reabilitação infantil; e a formação de duas importantes instituições, em 1954, no Rio de Janeiro, uma que atua no campo da reabilitação motora, a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR), e outra voltada à educação de deficientes mentais, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que está presente em grande parte das cidades brasileiras (idem).

Desde então, inúmeras organizações filantrópicas têm sido criadas na nação, “apesar dos escândalos ligando o meio político a associações ‘fantasmas’ (...). O publicista republicano Joaquim Nabuco já dizia no século XIX: *é preciso organizar a bondade no Brasil*” (idem, grifo da autora), sendo necessário promover a cidadania e a solidariedade social a partir de políticas públicas responsáveis. De todo modo, C. Soares observa (ibidem, p. 42) um progresso, com o envolvimento estatal e de organizações privadas que, pressionadas pelas famílias, impulsionaram os avanços na área.

Apesar dos avanços em benefício das pessoas com deficiência no Brasil e em outros países ao longo da História, essa fatia social ainda se depara com atitudes de desrespeito, discriminação e preconceito. Numa época em que a “corpolatria” (culto ao corpo dito perfeito) permeia o imaginário de muitas pessoas, o próximo item abrange reflexões em torno desses temas, relacionados aos deficientes, especialmente os visuais.

1.2.2. O corpo com deficiência (visual): entre estigmas e preconceitos

“A diferença não deve, pois, se constituir num critério de hierarquização da qualidade humana. (...) todos são igualmente homens, com o mesmo valor existencial.” (MARQUES, 2001, p. 55)

Indubitavelmente, corpos deficientes são com frequência “marcados”, facilmente identificados e estigmatizados. O sociólogo Erving Goffman²⁰ retoma a história (1982, p. 5) ao explicar a origem do termo estigma: os gregos, que conheciam muitos recursos visuais, criaram essa palavra para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar algo de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Hoje em dia, o autor ressalta que a expressão é amplamente usada, de maneira até um tanto semelhante ao sentido literal original, uma vez que a sociedade define os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada categoria. “Utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, (...) sem pensar no seu significado original” (ibidem, p. 8).

Para E. Goffman, quando se deixa de considerar alguém como criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída, “tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande” (ibidem, p. 6). Porém, ressalva que nem todos os atributos indesejáveis estão em questão, mas, apenas, os que são incongruentes com o estereótipo criado para um determinado tipo de indivíduo. “O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo” (idem), constituindo um “tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (ibidem, p. 7).

O sociólogo aborda o aspecto sobrenatural, por vezes associado à deficiência visual como sendo “sexto sentido” ou “percepção”, citando que alguns podem hesitar em tocar ou

²⁰ Afiliado a escola de Chicago, Erving Goffman foi um dos primeiros teóricos, ainda na década de 1970, a fundamentar a questão da deficiência sobre uma visão sociocultural, segundo Dannyelle Valente (op.cit., p. 7).

guiar o cego, enquanto outros generalizam a deficiência de visão sob a forma de uma “gestalt de incapacidade”²¹, de tal maneira que o indivíduo grita com o deficiente como se ele fosse surdo ou tenta erguê-lo como se ele fosse paralítico.

Não raramente, trata-se o estigmatizado como se ele fosse alguém melhor ou pior do que se pensa que ele seja. “Se nenhuma dessas condutas for possível, tentaremos, então, agir como se ele fosse uma ‘não-pessoa’ e não existisse, para nós, como um indivíduo digno de atenção ritual” (ibidem, p. 19). A visibilidade do estigma é outro fator crucial (ibidem, p. 44): “(...) uma pessoa cega com uma bengala branca dá uma prova bastante visível de que é cega; mas esse símbolo de estigma, uma vez notado, pode algumas vezes ser ignorado, junto com o que significa” (ibidem, p. 45); porém, o fato de que o deficiente visual não consiga voltar o rosto para os olhos dos coparticipantes é um acontecimento que repetidamente viola a etiqueta da comunicação, desorganizando os mecanismos de realimentação da interação falada (idem). Alguns cegos têm o rosto desfigurado na região dos olhos, diferenciando-se entre eles em função desse fato. “Os óculos escuros, algumas vezes usados para oferecer voluntariamente uma prova de cegueira podem, ao mesmo tempo, ser usados para acobertar a existência de uma desfiguração facial” (idem); assim, a cegueira é revelada, mas a deformidade é ocultada.

Segundo a pedagoga Luciane Aparecida Nobre (2007, p. 3), a ideia de que os cegos habitem um mundo limitado e inferior é fruto de uma construção social, “pois o que realmente o limita não é a deficiência em si, mas a forma como ela é concebida na sociedade”. Estigmatizadas, as pessoas cegas são “marcadas pejorativamente como incapazes e inferiores, dependentes e não-produtivas, portanto, inaptas a progredir, a alcançar qualquer sucesso na

²¹ O Gestaltismo ou Teoria da Forma consiste numa doutrina relativa a fenômenos psicológicos e biológicos, que veio a alcançar domínio filosófico. Considera tais fenômenos não mais como soma de elementos por isolar e analisar, mas como conjuntos que constituem unidades autônomas, manifestando uma solidariedade interna e tendo leis próprias, donde resulta que o modo de ser de cada elemento depende da estrutura do conjunto e das leis que o regem. Crê, então, que não se pode conhecer o todo através das partes, mas as partes por meio do conjunto, e que este é mais que a simples soma dos seus elementos. O termo “gestalt de incapacidade” alude, pois, a uma ideia de generalização da deficiência visual, que afetaria o corpo como um todo.

vida” (idem). Tal estigma funcionaria como justificativa para a não inserção no meio social, influenciando as relações pessoais dos deficientes, com os outros e consigo mesmos.

Para Luciana Marques (op. cit., p. 51), há uma forte tendência em se analisar a deficiência sob o prisma biológico, de modo que as pessoas deficientes passam a ser tratadas como “doentes”, fragilizadas, sempre necessitadas de assistência, dignas de pena. “Assim procedendo, as pessoas ditas normais reduzem os significados da normalidade e da adaptação para os padrões estéticos e os de produtividade do corpo” (idem). Em outra obra, Luciana Marques e Carlos Alberto Marques comentam (2008, p. 11) que, ao pôr os deficientes numa condição de inferioridade corpórea e de incapacidade produtiva, a sociedade gera uma estratificação, com limites claros quanto às possibilidades de realização pessoal, profissional e afetiva de seus membros. Para eles, a deficiência também se enquadra, como estereótipo do desvio, no grupo das marginalidades produzidas pela ideologia da classe dominante.

Aliando abordagens sobre imagem corporal e deficiência visual na Pós-Modernidade, as educadoras físicas Fabiane Morgado e Maria Elisa Ferreira consideram (2009, p. 2) que, em uma sociedade que reconhece as pessoas a partir do que possuem e da representação que seu corpo exerce, a manifestação de uma deficiência pode provocar alterações na imagem corporal do indivíduo. “As relações humanas no atual período Pós-Moderno são marcadas por mudanças constantes, rápidas e abrangentes, que direcionam a uma desvalorização constante das mercadorias, entre elas, o corpo” (idem).

Propondo um olhar antropológico sobre o corpo, na qualidade de entidade repleta de signos e significados e enredada em um contexto sociocultural, as autoras observam (ibidem, p. 4), diariamente, uma manifestação midiática de um totalitarismo fotogênico globalizado em que os indivíduos tendem a desfilarem um corpo não natural, moldado, arquitetado tecnocientificamente, violentado até, mas dentro dos padrões de beleza de uma sociedade ocidentalizada. “(...) o corpo é pensado e atravessado por diferentes tecnologias na busca de

um ideal estético” (idem). Se, por um lado, o uso da tecnociência na busca frenética pelo corpo ideal pode trazer riscos, por outro seus efeitos podem ser benéficos, na medida em que promovam a fórmula de novos medicamentos e a cura de doenças que outrora matavam muitas pessoas. “O desafio do atual momento histórico é utilizá-la eticamente, ou seja, a favor do indivíduo num contexto sociocultural” (idem).

Em meio à ditadura da beleza, contudo, impõem-se padrões estéticos e corporais que seguem leis de mercado e excluem indivíduos tidos como inadequados. Não por acaso, “o corpo gordo, corpo magro, corpo alto, corpo baixo, corpo oriental, corpo ocidental, *corpo eficiente e corpo deficiente*, enfim, o corpo, é ele o alvo de um debate acerca das experimentações que a ciência proporciona nas últimas décadas” (ibidem, p. 6, grifo nosso). F. Morgado e M. Ferreira asseveram que as pessoas experimentam uma diferente forma de se relacionar com o corpo, por vezes nociva ao bem estar biopsicossocial, ao se buscar “um corpo que não é geneticamente definido, mas que é resultado de uma massificação cultural”.

Na atual sociedade, valoriza-se sobremaneira o corpo ideal, aquele belo, másculo, bonito, produtivo e perfeito, mas que não é o real. O sujeito é constantemente influenciado por uma corpolatria presente nas relações sociais. (...) O corpo ideal desfila na mídia e nas ruas lançando padrões massificantes de beleza e perfeição. Os indivíduos que não possuem condições genéticas ou financeiras de manter o corpo ideal de sua cultura tendem a se sentirem deprimidos, incapazes e eternamente insatisfeitos, (...) em crise de identidade. (MORGADO; FERREIRA, 2009, p. 10)

As autoras constataam (ibidem, p. 11) que, à medida que o sujeito se reconhece e se aceita na sua diferença/deficiência, ele pode manter relações positivas e prazerosas com o seu corpo e sua identidade²², formando uma imagem corporal positiva.

A ideia de que o corpo bom é o belo e de que a feiúra e o descaso com a aparência física são valores imperdoáveis hoje, vistos quase como deformidade de caráter, é apresentada, também, pela jornalista Maria Fontes (2002). Ela apresenta (2002, p. 5) o conceito de corpo canônico da Contemporaneidade: o corpo ideal, belo, não gordo, saudável e submetido voluntariamente a exercícios, medicamentos, tratamentos e cirurgias radicais,

²² A temática sobre as identidades será esmiuçada no capítulo seguinte desta Dissertação.

visando a “alterar, aperfeiçoar, corrigir e reconstruir o corpo natural, no sentido de potencializá-lo (saúde, boa forma, aparência, disposição física, etc.) e embelezá-lo.” Então, o corpo canônico é um corpo alterado por tais práticas e tem a mídia como sua principal janela de divulgação, por meio da qual “essa configuração física, esse corpo (re)construído, dissemina-se à exaustão e conquista cada vez mais adeptos” (ibidem, p. 6).

A autora contrasta (ibidem, p. 7) os monstros corporais midiáticos (produtos de cinema, videocliques, quadrinhos) e os monstros corporais reais, “que, nesse contexto da corporeidade canônica, não são outros senão os obesos e *os deficientes*” (grifo nosso). De acordo com M. Fontes (ibidem, p. 7-8), o monstro midiático é atrativo e consumido como espetáculo, enquanto o “monstro” real é a negação ameaçadora do desejo de sedução e aceitação. Nesse sentido, o “anti-corpo não tem lugar na sociedade contemporânea” (ibidem, p. 8), em face dos progressos e avanços da biotecnologia como instrumentos poderosos de aniquilação da falha física e da rejeição ao defeito. Disso se deduz que, a médio prazo, as anomalias congênitas serão banidas das famílias com acesso à biotecnologia (idem). Porém, a anomalia não desaparecerá da sociedade futura, segundo a jornalista (ibidem, p. 9), devido às limitações e deficiências adquiridas, decorrentes até das próprias sociedades modernas, a exemplo de traumas típicos da Contemporaneidade, como os advindos de acidentes automobilísticos, violência urbana e acidentes esportivos, além de doenças ainda sem cura.

M. Fontes acentua (idem) que, atualmente, o corpo é medicalizado, esquadrihado, corrigido, aperfeiçoado e descartado ou aceito, no caso da seleção de genes a serem usados em processos de fertilização de casais e/ou mulheres inférteis em laboratórios (ainda sob a forma de espermatozoide, ovo, óvulo, célula ou embrião), a fim de que haja maior correção de prováveis ou eventuais imperfeições. Ela ressalta que o maior exemplo da imperiosidade da seleção genética hoje é o Projeto Genoma Humano, que envolve bilhões de dólares e é desenvolvido com a participação de vários países, objetivando garantir a saúde dos futuros

seres humanos e impedir a manifestação de sintomas das doenças de origem genética (idem). Todavia, um dos riscos e polêmicas dessa seleção envolve o seguinte limite: o que seria uma (im)perfeição (in)suportável? “Nesses casos, todos os embriões com algum tipo de defeito são descartados” (ibidem, p. 10). Além disso, a discriminação contra os deficientes tenderia a crescer, e a anomalia, a ser cada vez mais rejeitada, perante o aperfeiçoamento genético de futuras gerações, uma vez que eles poderiam ser vistos como corpos absolutamente antagônicos aos corpos saudáveis que a ciência promete assegurar antes mesmo do nascimento (ibidem, p. 11). As pessoas com deficiência passariam a ter cada vez mais dificuldades em conquistar espaços políticos e sociais. Enquanto essa ameaçadora projeção mantém-se no campo hipotético, percebe-se que o corpo sem autonomia, limitado, deficiente acaba, muitas vezes, passando pelo mundo silenciosamente, “praticamente invisível aos olhos sociais” (ibidem, p. 13).

Uma das explicações para isso pode estar no pensamento dicotômico entre corpo e mente, ainda persistente às vezes, como ressalta a educadora Anamaria Attié Figueira (2002, p. 3). “Por exemplo, alguém que tem um corpo limitado por alguma deficiência teria uma mente defeituosa. Nossa sociedade se comporta de acordo com uma visão muito estreita de que corpo defeituoso é causador de uma mente defeituosa, ou vice-versa” (idem). Destaca, ainda, que, na nossa coletividade, se assume uma forma de representar negativamente o ser humano, por sua deficiência e não por seu potencial. Ela defende (ibidem, p. 7) o estímulo àquilo que o deficiente visual tem para mostrar por meio de sua linguagem corporal, prestando atenção à maneira de se mover e se relacionar com o mundo. Além disso, nenhum corpo é apenas patológico, pois todos estão em movimento (ibidem, p. 8).

Os educadores Armando Barros, Michelle Ramos e Nicole Caputo ressaltam (2005, p. 8) que espaço e tempo são operativos a partir de uma referência fundamental: o corpo, já que o ser humano “é, antes de tudo, corpóreo, unidade que referencia tudo o que é a ele exterior.”

Exemplificam (ibidem, p. 9) que, em um cego, a expressão facial é empobrecida, pois ele não a exercita pela observação dos outros e de suas possibilidades sígnicas corporais. “O riso de um cego é restrito, em sua maioria, ao sonoro, uma vez que não vê o outro riso e portanto não tem a ciência de que o Outro observa seu riso (seu riso no Outro)” (idem). Defendem que se perceba, no indivíduo cego ou com baixa visão, “um sujeito que se produz com-o-outro, objeto de atenção do mundo e sujeito de suas próprias circunstâncias” (ibidem, p. 14).

Sem o sentido da visão, a maneira pela qual o cego percebe o que está ao seu redor é diferente do sujeito que tem este sentido em perfeita condição. A conceptualização da realidade vai ocorrer de forma distinta e os processos cognitivos vão sofrer alterações. Mesmo assim, a pessoa cega acaba desenvolvendo-se linguisticamente valendo-se de seus sentidos remanescentes. Sem a alteração nos outros órgãos ela consegue conceber a realidade. (FIGUEIREDO, 2009, p. 3)

Em muitas ocasiões, porém, a comiseração com relação ao cego — e a pessoas com outras deficiências — consiste mais num pretexto para que a sociedade possa livrar-se da diferença, por vezes incômoda, e das demandas requeridas pela diversidade. Nesse sentido, preconceitos com relação aos deficientes visuais vêm gerando, com o passar dos anos, a injusta limitação de oportunidades, como lamenta Lívia Motta:

A cegueira e a baixa visão não deveriam ser barreiras para uma participação maior na sociedade e na escola. Estas barreiras são, na grande maioria, construídas pela própria sociedade, sendo traduzidas na linguagem utilizada para descrever as pessoas com deficiência pela cultura da normalidade [...] Ultimamente, a televisão, jornais e revistas têm mostrado pessoas com deficiência que “superaram” sua deficiência, tornando-se profissionais bem sucedidos ou pessoas ativas em busca de seus objetivos pessoais e profissionais. Estas histórias são a antítese dos criminosos, dos monstros e das pessoas desajustadas mostradas nos filmes, mas ainda assim, traduzem uma visão distorcida da deficiência, considerando-a como um problema emocional de aceitação pessoal. O sucesso ou fracasso de uma pessoa com deficiência estaria ligado muito mais a fatores individuais, como coragem, determinação e equilíbrio emocional, deixando de levar em consideração *o estigma, a discriminação, a limitação e falta de oportunidades impostos pela sociedade*. (MOTTA, disponível em www.bengalalegal.com/deficiencia-visual, grifos nossos)

De fato, persistem inúmeras formas de exclusão por violência física e simbólica contra deficientes, por vezes considerados inferiores, menos capazes — o que intensifica o processo de marginalização. Contudo, tanto o olhar de piedade como o de admiração partem do preconceito, segundo o psicólogo Luís Celso Moura (op. cit., p. 43). “Preconceito nada mais é do que a falta de conhecimento” (idem). Ele explica que a ignorância do que seja de

fato uma deficiência culmina na marginalização do deficiente, “seja na forma de coitadinho — forma mais degradante da condição humana — seja na forma de super-herói, elemento mítico distante da condição humana” (idem). Moura aponta (ibidem, p. 5), ainda, que “a deficiência só é de fato um grave problema numa sociedade deficiente”, em que os problemas da área da saúde não são considerados prioritários, e questões como prevenção, reabilitação e promoção social ficam restritas a grupo de idealistas, com pequeno alcance social.

O psicólogo João Roberto Franco e a pedagoga Fátima Elizabeth Denari admitem (2011, p. 3) que o advento da cegueira pode dificultar o convívio social entre pessoas com e sem deficiência, devido tanto ao eventual preconceito das pessoas videntes em relação às pessoas cegas quanto ao de deficientes visuais em relação às pessoas com visão. Os autores concordam com a ideia de que o conjunto formado por atitudes, preconceitos, estereótipos e estigmas delinea a configuração de contingências favorecedoras ou desfavorecedoras no desenvolvimento das potencialidades e na integração social da pessoa cega, numa sociedade organizada para sujeitos física, intelectual e socioemocionalmente perfeitos (ibidem, p. 4). Para eles (idem), a pior forma de discriminação é a que marginaliza a pessoa em qualquer ambiente, dificultando sua aproximação e seu convívio social. Nesse prisma, o deficiente visual pode ser discriminado, “seja de forma mais explícita, em situações de busca de trabalho, seja de forma mais sutil, por meio de atitudes assistencialistas” (ibidem, p. 6). Mas a discriminação também pode ocorrer às avessas, quando o cego é colocado em uma posição melhor; “essas formas de pensamento e ação também são discriminatórias, pois as pessoas cegas não são nem melhores, nem piores que os videntes” (idem).

Certamente, a discriminação social para com pessoas deficientes visuais é um problema da sociedade que estigmatiza e separa indivíduos, “mas é também um problema que lhe pertence como produto e produtor da história” (ibidem, p. 8), cabendo à sociedade alterar o rumo que conduz a uma atitude estereotipada e estigmatizante das deficiências. Os autores

creem (idem) que uma mudança social poderá proporcionar, a grupos minoritários²³ como o formado por cegos, a possibilidade de ser respeitados pela diferença, “minimizando a exclusão social à qual estão expostos cotidianamente”.

A psicóloga Elizabet de Sá afirma (2003, p. 6) que a relação de incompatibilidade entre os cidadãos e o meio circundante é caracterizada por ambientes restritivos, espaços inacessíveis e estruturas excludentes.

As pessoas cegas costumam despertar atenção, curiosidade e estranheza, ao fazer compras, combinar peças do vestuário, lidar com talheres, dinheiro (...). É como se fossem “párias”²⁴ em uma comunidade de cidadãos invisíveis, cujos direitos são esquecidos, negligenciados ou negados quotidianamente. Portanto, torna-se necessário insistir na *afirmação de direitos básicos que assegurem a igualdade de oportunidades para todos*. Neste sentido, convém potencializar o compromisso dos agentes públicos, a promoção de ações educativas e a participação dos sujeitos envolvidos. As necessidades de cada pessoa têm igual relevância e deveriam constituir a base do planejamento social. (SÁ, 2003, p. 9, grifo nosso)

Nesse sentido, cabe refletir sobre a garantia legal de acessibilidade. Esta é definida como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (ROSA, 2010, p. 12). “O conceito envolve o ambiente físico, como as edificações; os transportes e também o acesso aos meios de comunicação (rádio, televisão, internet etc.)” (idem). A Constituição Federal de 1988 (artigo 227, parágrafo 2º) prevê a construção de logradouros e edifícios de uso público e a fabricação de veículos de transporte coletivo, para garantir o acesso adequado a deficientes. Mas, na prática, nem sempre é assim:

O não rebaixamento de guias nas calçadas, a inexistência de rampas de acesso, portas demasiadamente estreitas, pias e vasos sanitários instalados em locais inacessíveis aos usuários de cadeiras-de-rodas, *objetos instalados em vias públicas sem qualquer esquema de identificação pelos cegos (telefones públicos, lixeiras e caixas coletoras de correspondências, dentre outros)*, a falta de elevadores e rampas de acesso aos transportes coletivos (ônibus, trens etc.), a ocupação indiscriminada das calçadas por bancas, mesas e barracas são alguns dos muitos obstáculos produzidos pelo próprio ser humano e que ainda hoje dificultam demasiadamente a

²³ O binômio maioria/minoria não se refere aqui a conceitos necessariamente quantitativos, já que pode haver numericamente mais pobres, por exemplo, embora continuem compondo minorias (em termos de representatividade e acesso a direitos e bens, por exemplo).

²⁴ No sistema hindu de castas, trata-se da mais baixa, composta por indivíduos privados dos direitos religiosos ou sociais. Em sentido figurado, o termo “pária” refere-se ao indivíduo excluído socialmente.

locomoção de um grande número de pessoas. (...) As mulheres grávidas, as pessoas obesas, os idosos, as pessoas que empurram carrinhos de bebê ou de compras, dentre outras, também se veem em apuros quando necessitam transitar pelas ruas (...). (MARQUES, MARQUES, 2008, p. 21, grifo nosso)

Observando a fundamentação civil-constitucional dos direitos dos deficientes, a professora Lídia Cabral realça (1999, p. 1) que tais direitos não resultam de uma postura filantrópica do Estado brasileiro, uma vez que a República Federativa do Brasil fundamenta-se constitucionalmente, entre outros, no princípio da dignidade humana, tendo como objetivos a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a redução de desigualdades sociais e regionais, por exemplo. No entanto, quando se trata de pessoas com deficiência, “fica clara a desproporção de acesso aos direitos individuais e sociais ao exercício das suas cidadanias, exigindo-se a presença do Estado” (idem). A família também pode contribuir para a inserção social mais efetiva da pessoa com deficiência; por vezes, a discriminação começa em casa, “movida por atitudes protecionistas, deixando a família de promover o desenvolvimento das potencialidades do deficiente” (ibidem, p. 6). (Depoimentos de deficientes envolvidos na presente Pesquisa apontam para essa realidade, como se verá no último Capítulo.)

Além de medidas teóricas (dispostas e sugeridas sob a forma de leis) e práticas (como o apoio familiar, a popularização de rampas para o trânsito de cadeiras de rodas e a confecção de cardápios em linguagem Braille para cegos em restaurantes), existe ainda o tema da reformulação da própria linguagem empregada no âmbito semântico da deficiência:

Já há quem evite dizer, por exemplo, “deficiente físico”, preferindo “pessoa portadora de deficiência”; em vez de “cego”, diz-se “deficiente visual” ou “não-vidente”. O perigo de tais atitudes consiste na perda de objetividade que o problema requer. Que passemos do extremo do preconceito para o do eufemismo; que deixemos de discutir as questões em si, detendo-nos simplesmente no plano das palavras. (OLIVEIRA, 2004, p. 4)

A expressão “portador de deficiência” mostra-se inadequada, porque a condição (inata ou adquirida) de ter uma deficiência faz parte da pessoa, de modo que soa imprópria a ideia de levar ou carregar algo que, na verdade, não pode ser posto de lado simplesmente quando se deseja fazê-lo. Termos como “excepcional”, “aleijado”, “defeituoso”,

“incapacitado”, “inválido” e “especial” também estão em desuso; este último “exclui a pessoa do todo, da igualdade, remetendo-se somente à diferença”, mesmo “após tanta luta pela igualdade na diferença”, conforme pondera o fundador do site Bengala Legal, Marco Antonio de Queiroz (2009), em artigo disponível no endereço www.bengalalegal.com/pessoas-com-deficiencia. Desde meados da década de 1990 até hoje, a terminologia mais utilizada tem sido “pessoas com deficiência”, a qual “reproduz uma verdade, que é a de se ter uma deficiência, aliada ao fato de que essa deficiência é de uma pessoa”, ressalta ele. “Em geral, a pessoa com deficiência, que é caracterizada por sua fragilidade e não por suas qualidades, vai conseguindo se mostrar a todos, antes por ser pessoa do que por possuir uma deficiência”, completa.

Ainda acerca da terminologia da deficiência na era da inclusão, o consultor Romeu Sasaki (2002) defende:

Usar ou não usar termos técnicos corretamente não é uma mera questão semântica ou sem importância, se desejamos falar ou escrever construtivamente, numa perspectiva inclusiva, sobre qualquer assunto de cunho humano. E a terminologia correta é especialmente importante quando abordamos assuntos tradicionalmente evitados de preconceitos, estigmas e estereótipos, como é o caso das deficiências (...). (SASSAKI, 2002, disponível em www.deficienteciente.com.br.)

De fato, o uso de terminologias não deve ser visto apenas como tentativa de se validar o que convencionalmente é chamado de “politicamente correto”. Por trás das palavras, há certos significados que, por vezes, apresentam conotação preconceituosa, depreciativa e discriminatória. Logo, os termos ligados às deficiências devem ser empregados com respeito e adequação, sem desconsiderar a consciência de que isso não basta para a construção de uma sociedade mais inclusiva, sendo necessário ir além, numa dimensão prática coordenada por atitudes concretas de inclusão e justiça sociais.

João Vicente Oliveira enfatiza (2004, p. 3) que ser cego implica apenas e fundamentalmente não ver, de modo que “toda e qualquer projeção semântica da cegueira para outros setores da potencialidade humana afora a visão (i. e., considerar o cego, além de cego, surdo, deficiente mental etc.) torna-se incorreta por conferir ao cego privações que não

lhe cabem” — ideia convergente à da “gestalt de incapacidade” de E. Goffman (1982), mencionada anteriormente. Além disso, mesmo que se tenha uma deficiência, vale frisar: “a humanidade do homem mantém-se em sua essência” (ibidem, p. 4).

Concepção semelhante tem Luís Celso Moura (op. cit., p. 57-58), ao realçar que é necessário reabilitar a sociedade, “para que a pessoa com deficiência seja vista antes como pessoa, antes como um ser que sente e vive, e não pela sua deficiência”. Afinal, esta faz, sim, parte da sua diferença, mas não diminui o deficiente como ser, “já que são as diferenças fundamentos da condição humana” (ibidem, p. 58). É na singular esfera humana marcada pela ausência da visão que o próximo item faz sua incursão.

1.2.3. Ser cego: peculiaridades, mitos e desmistificações no universo dos sentidos elementares

(...) *como os cegos sabem que estão mortos
se não muda o hábito, se o sono
permanece o mesmo, e as paredes
que estreitam duras e incômodas
dão-lhe a sensação de que mais nada
existe, só a mão sobre o ombro?*
(VINICIUS, 2004, p. 33)

Elucubrações como as que são feitas nos versos acima, do poema *Como os cegos sabem que estão morrendo*, de Marcus Vinicius, expressam, de certo modo, a curiosidade sobre o peculiar “universo” da deficiência visual. Sabe-se que muitos mitos sociais relacionados aos cegos persistem, ora devido à falta de conhecimento, ora por causa de certos misticismos e distorções. Ao analisar a questão dos mitos, inclusive, o professor Roberto Benjamin recorre (2000, p. 81) ao conceito corrente na teoria do folclore, de mito como personificação de um ser inexistente, sobrenatural, dotado de poderes extraordinários.

Na busca por explicar o que é “ser cego”, o professor José Espínola Veiga contribui em certas desmistificações: “nada de cego de alma pura, porque não vê as desgraças do mundo, nada de ‘tristeza da escuridão eterna’, nada de ‘ceguinho incapaz de fazer mal aos outros porque não vê’” (1983, XI). Segundo ele, ser cego de berço é ser marcado como tal por toda a vida e em quaisquer tempo e lugar, até por não ter as expressões fisionômicas e gestuais dos demais, convencionalmente tidas como “normais”.

À mãe do cego é vedada a alegria de ver o dedinho do filho apontando o objeto desejado, ou a mãozinha idolatrada lhe acenando adeus. Não: o filho não lhe imitará as mímicas (...) Daí ficar o cego de berço com aquela ausência de plasticidade e de similitude em seus movimentos e expressões (...) Daí os erros de julgamento da sociedade a seu respeito, que o hão de atormentar, tolher o desenvolvimento, privá-lo das alegrias do convívio social normal e, o que é pior, impedi-lo de prestar na comunidade os serviços e trabalhos ao seu alcance, para proveito de ambos. (VEIGA, 1983, p. 6)

Como salientam Monica Rector e Aluizio Trinta (op. cit., p. 5), o corpo humano pode servir à comunicação interindividual, de forma que, “mesmo sem a intenção deliberada de comunicar, nosso corpo é uma *mensagem*, que anuncia ou denuncia o que somos e pensamos” (ibidem, p. 6, grifo dos autores). Nesse sentido, pode ser positivo, segundo J. Veiga, apontar ao cego seus vícios de atitudes, sua fisionomia imóvel, seu mau uso das mãos, seu tronco encurvado ou empinado demasiadamente, sua cabeça baixa ou virada para o lado, embora muitos não tenham coragem de lhes indicar os erros, “seja para não molestá-lo, seja porque você acha que ele já faz muito (...) Essa sobrestima só prejudica o cego, que não se aperfeiçoa” (op. cit., p. 11).

Também abordando o universo da infância sem visão, os professores Maura Freitas, Zilda Del Prette e Almir Del Prette mencionam (2007, p. 18) a possibilidade de a falta da visão afetar o desenvolvimento da criança, já que seus sentidos restantes (audição, tato, olfato e paladar) necessitam funcionar desprovidos da informação e da integração visuais. O ciclo prejudicial prossegue, na medida em que, decorrente dessa exclusão, inúmeras áreas de desenvolvimento — como habilidades motoras, de linguagem e sociais — são restringidas.

As educadoras Sylvia Santin e Joyce Nesker Simmons consideram (2000, p. 3) que uma conceituação de cegueira como diferença, e não como déficit, é fundamental para se compreender como uma criança que nasceu totalmente cega conhece o mundo, obtém informações sobre ele e constrói a sua realidade.

A experiência que uma criança cega tem de um grande edifício, por exemplo, é basicamente uma experiência de textura (áspera, estriada), de maleabilidade (dura), de som (tráfego, pessoas caminhando e conversando), e de olfato (argamassa, madeira). Para um vidente, a experiência do mesmo edifício é basicamente visual, focalizada simultaneamente no tamanho, no formato e na cor. (SANTIN, SIMMONS, 2000, p. 5)

Outra característica do cego que desponta nas avaliações de J. Veiga é o que ele chama de verbalismo. Devido à falta de acervo de imagens visuais — mais recorrente no cego de infância, seja de nascença ou de tenra idade — o deficiente visual costuma falar sobre assuntos dos quais não possui experiência: “fala, e fala muito sobre tudo, porque tem na linguagem um dos seus melhores meios de expressão” (op. cit., p. 72).

Professores e pais ensinam as crianças cegas como sabem e como podem, sempre com o uso exclusivo da palavra. Falam de objetos, flores, pássaros e animais, mas não fazem com que as crianças toquem em nada disso. (...) O certo seria levar a criança a tudo isso; por mais que custe, suspendê-la até tocar os objetos fixos no alto ou trazer-lhe à mão, vivos ou embalsamados, animais, pássaros e flores. (VEIGA, 1983, p. 72).

Também contribui para a compreensão do universo de cegos o trabalho da pós-doutora em Psicologia Social Margot Madeira e da educadora Sandra Castiel ao analisar as construções identitárias e representações sociais junto a crianças deficientes visuais de uma escola de educação especial. Baseando-se na Teoria das Representações Sociais²⁵, as professoras analisam como os sujeitos constroem representações de si, da deficiência e do deficiente, considerando a imbricação de elementos como identidade, estigma e alteridade. As autoras apresentam os principais resultados da análise desenvolvida, fornecendo indícios de sentidos que os sujeitos cegos pesquisados construíam de si mesmos:

(...) sabem que portam uma diferença negativa; desvalorizam sua etnia; sentem-se excluídos de grupos de jovens não-deficientes; consideram sua vida social limitada

²⁵ Reiteramos que a abordagem teórica sobre identidades e representação será mais bem desenvolvida no próximo capítulo desta Dissertação.

pela cegueira; condicionam uma atitude de autonomia exacerbada à aceitação da família, da escola, da sociedade. Até aceitariam a convivência com a deficiência, desde que fossem aceitos como realmente são pelas famílias. (CASTIEL; MADEIRA, 2007, p. 8)

Além do estigma, inúmeros mitos sociais estão relacionados a pessoas com deficiência visual. Muitos estereótipos referentes a cegos chegam a ser reproduzidos em personagens literários — o que, na opinião da pedagoga Luciane Aparecida Nobre (2007), contribui para reforçar um parâmetro determinista e excludente. A autora rememora o modo como a cegueira é retratada na clássica tragédia grega “Édipo Rei”, de Sófocles (496? - 406 a.C.), na qual o oráculo cego Tirésias²⁶ é consultado por Édipo, então rei de Tebas, num momento conturbado. Tirésias é tido como um conhecedor dos fatos ocultos e dos sinais vindos do céu e do mundo, com o poder de adivinhar e apreender a plena realidade que não se mostrava aos olhos, apesar — ou por causa — da cegueira. L. Nobre destaca dois fatos relevantes: a imposição da cegueira a Tirésias como um castigo e o recebimento do dom da profecia, dado a ele por Zeus, como compensação a essa punição. Conclui que o simbolismo da deficiência visual, na literatura por ela analisada, por vezes apresenta-se como incapacidade cognitiva e de autonomia e, em outros casos, indica uma visão sobrenatural e mística que põe o cego num patamar de superioridade. “Ambos os enfoques marcam o cego como um ser diferente, especial, desacreditado para uma vida social normal e participativa” (2007, p. 26). Ela critica, também, a vinculação comum entre ver e saber e, por conseguinte, entre não-ver e não-saber.

Comentando a desinformação que impede a compreensão sobre o que signifique ser cego, J. Veiga esclarece (op. cit., p. 30) que, habituado a servir-se do tato constantemente, o cego percebe informações sutis: “no mais leve tocar da mão (...), pode determinar se é homem, mulher ou criança. Mesmo através de sapatos, o tato dos pés lhe indica a natureza do terreno em que ele se desloca. A lufada de vento no rosto de algum modo o informa das condições do tempo”. O tato é, então, um dos sentidos de que mais se servem os cegos.

²⁶ Segundo a mitologia grega, Tirésias foi um adivinho tebano que teria sido transformado em cego pela deusa Hera, por ter dado a ela uma resposta que a desagradou durante uma discussão. Em compensação, Zeus teria dado a ele o privilégio de viver muitas existências e de ter o dom da profecia.

Monica Rector e Aluizio Trinta abordam (op. cit., p. 41) o estudo da comunicação pelo tato, chamado tacésica. “A criança, por exemplo, começa a conhecer o mundo pelo tato; mas, à medida que cresce, seu mundo tátil tende a estreitar-se” (idem). O exercício da comunicação tátil se efetua pelo toque (mão, braço), pelas apalpadelas, pelos abraços e pelos beijos, mas “sempre obediente a convenções sociais, a padrões culturais” (idem).

A fim de desfazer algumas dúvidas e mitos, J. Veiga distingue tato e visão: enquanto a vista contenta-se com perspectivas, desenhos e traçados de duas dimensões que sugerem um conjunto do mundo externo, o tato não possibilita tal reconhecimento sígnico, sendo que não adianta recortar em papel um animal, por exemplo, para que o cego o sinta pelo tocar das mãos. “Só as miniaturas com as três dimensões, com a rugosidade ou a maciez inerentes à coisa miniaturizada, interessa, realmente, à inspeção tátil do cego” (op. cit., p. 30). Além disso, o tato parece exigir mais a realidade das coisas para que se satisfaça plenamente, a exemplo de flores naturais e artificiais, as quais nem sempre se diferenciam tanto através dos olhos, mas, muito melhor, por meio da percepção tátil.

A diferença dos dois sentidos também é pontuada pela professora Virgínia Kastrup e pelos pesquisadores Filipe Carijó e Maria Clara de Almeida (2008). Eles exemplificam que um cego tardio, isto é, com cegueira adquirida, não pode voltar a dirigir um carro, uma vez que, nesse caso, o tato não é capaz de substituir a visão com eficiência, pois não forneceria as mesmas informações que ela, por serem modalidades sensoriais com características distintas. “A visão é um sentido à distância, enquanto o tato é um sentido de contato. Qualidades como a cor, por exemplo, não são acessíveis ao tato. A visão, por sua vez, não tem acesso a qualidades como a temperatura” (2008, p. 7).

Outro mito envolvendo, particularmente, o tato é o de que ele dá conta de compreender o belo do mesmo modo que a visão. J. Veiga clarifica (1983, p. 31) que um cego de nascença não sente a beleza de um rosto, ou de outras formas, por meio da palpação —

entendendo-se a beleza como aquela percebida pela visão. Ao cego pode agradar a maciez da pele, por exemplo, tal qual a maciez de um veludo, mas o deficiente visual de nascença, que não teve possibilidade de acumular imagens do belo, não terá a noção de bonito ou feio advinda pela visão.

Com relação à atividade sexual, o autor desfaz (ibidem, p. 32) o mito de que a sexualidade entre os cegos seja prejudicada pela incompreensão da beleza física. J. Veiga afirma que a libido nasce com todos, de modo que a voz, em primeiro lugar, e, depois, o calor, os contatos e as palpações mais intensas são capazes de despertar nos cegos a mesma sensualidade dos demais humanos. Há escolas, inclusive, que chegam a levar os meninos e meninas cegos a conhecerem o rosto de homens e o busto de mulheres por meio do tato, como naturalmente ocorre pela visão no caso das crianças videntes. Avaliando a educação sexual de deficientes visuais, a professora Maria Bruns constata (1997, p. 6) a reprodução do estigma de que o cego seja desinteressante, assexuado e “deserotizado”.

Outro mito, talvez um dos mais fortes e persistentes, é o de que o cego tenha bom ouvido. J. Veiga combate essa “balela recorrente” (op. cit., p. 33), afirmando que o deficiente visual serve-se mais do ouvido que qualquer outra pessoa, o que dá a impressão de que tem um ouvido melhor, mais potente e até — numa concepção mais mística — sobrenatural. Conforme apresentado anteriormente, quando se abordou a Teoria da Compensação Sensorial, o autor ratifica que a acuidade auditiva não melhora necessariamente com o maior uso do ouvido, apesar de reconhecer a importância da audição.

(...) depois do tato, o ouvido é o sentido que mais concorre para a integração do cego neste mundo. (...) é o único sentido funcionando em todas as direções, sempre aberto a qualquer estímulo que venha do ambiente. (...) é comum ouvir-se o avião que se não está vendo. (...) o ouvido capta qualquer estímulo do ambiente, em qualquer direção, sem que nos seja preciso mover a cabeça nem que tenhamos vontade de receber o estímulo. Ouve-se o que se quer e o que não se quer ouvir, independentemente de abrir ou fechar as orelhas, que não abrem nem fecham como as pálpebras. O cérebro, sim, rejeita as impressões de que você não precisa ou não estava buscando, mas todas elas chegam lá. (VEIGA, 1983, p. 33)

Entende-se, assim, que o cego rejeita menos e, conseqüentemente, aproveita melhor as impressões auditivas, por já ser privado das visuais. Por isso, ele pode descobrir novidades do universo audível que podem passar imperceptíveis diante da falta de concentração auditiva dos videntes em determinadas situações de distração, por exemplo.

De acordo com M. Rector e A. Trinta (op. cit., p. 39), a audição ('ouvir') e a fonação ('falar') são comportamentos humanos estritamente relacionados. "Pelo uso de nosso ouvido é que nos tornamos propriamente *receptores*, isto é, ficamos sabendo 'do que se trata'. Diz um provérbio árabe que 'Deus deu ao homem duas orelhas e uma só boca, para que ouvisse duas vezes antes de falar' (idem). O ouvido humano tem a função de perceber e analisar pressões acústicas, referentes ao som, a sua altura, seu timbre, sua duração e sua intensidade (ibidem, p. 39-40). "Se a visão é tida como o mais 'racional' dos sentidos, é possível que seja a audição o mais 'sensível'. É ela, de resto, um dos instrumentos privilegiados da consciência que temos de nós mesmos e do mundo que nos cerca" (ibidem, p. 40).

Outro sentido bastante utilizado pelos desprovidos de visão é o olfato, por meio do qual o cego pode obter um melhor relacionamento com o mundo. Afinal, os odores do local por onde passa podem ajudar na locomoção sem guia, tal como um perfume agradável e o cheiro de limpeza ou de sujeira. J. Veiga defende (op.cit., p. 36) que a própria beleza do ambiente pode adentrar à imaginação do cego através do olfato, uma vez que o aroma de flores e ou de terra molhada, por exemplo, desperta-lhe sensações de prazer, alegria e até de beleza, por vezes maiores do que suscitaria em videntes.

Essa "linguagem do cheiro", olfativa, é uma forma de comunicação constituída por sinais químicos, como informam M. Rector e A. Trinta (op. cit., p. 46). "Se para os animais o cheiro é uma forma básica de comunicação, para o homem é aparentemente acessório. A mensagem olfativa é de apreensão difícil, porque não se pode definir a materialidade física de um cheiro" (idem). O olfato é, segundo os professores (ibidem, p. 48), o único sentido

humano cujas células receptoras são as próprias células cerebrais em contato direto com o estímulo recebido; requer extensa e intensa experiência social.

Já o paladar é considerado um dos sentidos mais aguçados (ibidem, p. 45), através do qual “chegam a nós prazeres íntimos” (ibidem, p. 44). “O gosto é uma parte intrínseca do nosso ser” (idem), mas requer, segundo os autores, aprendizagem e condicionamento cultural, tal qual os outros sentidos.

As pesquisadoras Virgínia Kastrup, Paula Rego-Monteiro e Luciana Manhães questionam (2007, p. 5) o mito de que a recuperação da visão seja um bem inexorável. Segundo elas, devem-se considerar os termos psicológicos e existenciais nas dificuldades cotidianas que um “ex-cego” passaria a enfrentar, podendo este entrar num quadro de depressão e enfermidades por não conseguir se adaptar ao universo visual.

Por fim, é interessante evocar a opinião da educadora Solange Tavares (2003, p. 31), para quem um dos caminhos para a derrubada do “preconceito mesquinho” é buscar os meios de comunicação de massa. “(...) percebemos o quanto é importante os meios de comunicação de massa, a especialmente a mídia televisiva, perpetuarem uma imagem positiva da deficiência”. A autora crê (ibidem, p. 33) que a TV brasileira “tem mostrado coragem de olhar de frente para a diferença, a deficiência, mostrando a possibilidade de viver em comum com a desigualdade, com a possibilidade do deficiente ser uma pessoa comum”. Para Roberto Benjamin (op. cit., p. 82), os *media* exercem, atualmente, um papel importante na permanência e na criação dos mitos, sem que as formas tradicionais de transmissão tenham sido abandonadas. Logo, mediante a possibilidade de os meios de comunicação operarem representações, como pressupõe esta Dissertação, é importante que se fundamentem conceitos e princípios envolvendo identidade e alteridade, bem como a mídia televisiva e o formato telejornalístico — é essa a proposta do capítulo seguinte.

2. COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA E IDENTIDADES

*“A maior graça da natureza — e o maior perigo da graça — são os olhos. Tanto aqueles com que vemos, quanto aqueles com que somos vistos.”
(Antônio Vieira)*

Ver e ser visto — ambas as ações podem, juntas, metaforizar o sentido da comunicação e das identidades nesta Dissertação. Afinal, a primeira implica emissão, transmissão e recepção de mensagens por meio de processos convencionados, seja pela linguagem falada ou escrita, seja por outros sinais, signos ou símbolos, seja ainda por um aparelhamento técnico especializado, sonoro e/ou visual, por exemplo. De certo modo, essa acepção de partilha, de “tornar comum”, está ligada, também, à questão identitária, uma vez que identidade e diferença, o “eu” e o “Outro” estão relacionados, como se explicará. Como “eu me vejo”, como “eu vejo o Outro”, como “o Outro me vê”, como “o Outro se vê”, como “eu quero ser visto pelo Outro” — põe-se na mesa uma série de aspectos comunicacionais e identitários que, presentes na e perpassados pela esfera midiática²⁷, podem assumir configurações ainda mais complexas. A proposta deste Capítulo é, pois, aliar estudos de representação e identidades ao campo da Comunicação, mais especificamente à área que se dedica a esquadrihar a mídia televisiva e seu formato (tele)noticioso.

Em meio ao universo da pesquisa científica, as leis gerais dos campos despontam na abordagem do sociólogo Pierre Bourdieu, para quem (1983, p. 89) os campos figuram-se como “espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)”. Sendo assim, distinguem-se áreas como

²⁷ O termo “mídia” refere-se, neste estudo, ao conjunto dos meios de comunicação, abrangendo diferentes veículos, recursos e técnicas, especialmente os massivos — aqueles dirigidos a uma ampla faixa de público, anônimo, disperso, heterogêneo, de maneira que uma grande audiência pode ser atingida simultaneamente. O professor Stig Hjarvard salienta (2012, p. 87) que, somente com a expansão dos meios de comunicação de massa no século XX, a mídia começou a ser percebida como meios de comunicação em pleno direito.

Política, Filosofia, Religião ou Comunicação, por exemplo. Além disso, “em cada campo se encontrará uma luta” (idem), de modo que, quando se estuda algo, é possível descobrir propriedades específicas de um campo particular, “ao mesmo tempo que se faz avançar o conhecimento dos mecanismos universais dos campos” (idem).

No caso do campo comunicacional, Isaac Epstein pondera (*In*: DUARTE; BARROS, 2006, p. 26) que a ubiquidade da comunicação lhe confere uma posição periférica em diversos contextos disciplinares, tendo em vista que “corta transversalmente várias disciplinas das ciências sociais. Em certas problemáticas, ela assume papel central” (ibidem, p. 28). Por isso, Epstein defende (ibidem, p. 29) que a Comunicação não deva ser considerada um campo específico e independente das ciências humanas, mas, sim, “como o campo da seleção dos problemas destas ciências onde a comunicação pode exercer um papel relevante”.

Segundo Miguel de Moragas Spa (1981, p. 9), os estudos sobre a comunicação de massa têm-se visto sempre condicionados pela realidade comunicativa e social do contexto em que se desenvolvem. Para ele (ibidem, p. 9-10), a investigação da comunicação massiva não é propriamente uma disciplina ou ciência social particular. Lembra (ibidem, p. 18), ainda, que tal fenômeno é relativamente recente. “*La necesidad de interdisciplinaridad no aparece, entonces, como un capricho o moda académica, sino como una necesidad de dar respuesta al enfrentamiento entre el objeto-comunicación y las disciplinas sociales*”²⁸ (ibidem, p. 20). O tema central da investigação sobre a comunicação massiva continua sendo o de encontrar um quadro conceitual que permita delimitar um campo de estudo interdisciplinar (ibidem, p. 22).

A extrema fragmentação do conhecimento e a dissociação dos campos científicos também são criticadas pelo professor Severino Antônio (2009, p. 89), para quem a hiperespecialização atomiza cada vez mais o saber, impede a compreensão da realidade e produz ciências sem consciência. Diante disso, defende a transdisciplinaridade como um novo

²⁸ Em tradução livre: “A necessidade da interdisciplinaridade não aparece, então, como um capricho ou modismo acadêmico, mas como necessidade de responder ao confronto entre o objeto comunicação e as disciplinas sociais.”

modo de pensar e produzir conhecimento, que vai além da atitude multi/pluridisciplinar e interdisciplinar²⁹, ao conjugar o que existe de convergência e interação nas disciplinas, entre elas e para além delas, e ao representar “uma nova concepção epistêmica e também educacional” (ibidem, p. 93).

Também na concepção do sociólogo e filósofo Edgar Morin (2011, p. 50), é necessária uma reforma do pensamento, com a contextualização e a complexificação do conhecimento. “(...) todo conhecimento é uma tradução e uma reconstrução. É por isso que não existe conhecimento que seja um reflexo fotográfico da realidade” (ibidem, p. 141-142). Ressalva (ibidem, p. 149) que as disciplinas, os objetos e os elementos podem ser separados desde que “o que foi separado possa ser religado novamente”, já que “o pensamento complexo se esforça para religar” (ibidem, p. 150).

Haja vista que a pesquisa em Comunicação apresenta múltiplas facetas, a professora Vera França considera (2001, p. 10) enriquecedor e saudável haver contribuições advindas das várias áreas de conhecimento, como Filosofia, Sociologia, Psicologia, Linguística, Semiótica, Antropologia, Educação, Ciências da Informação, Física, Biologia. Acrescenta (idem) que a reivindicação ou a preocupação “com nossa especificidade não significa e não pode ser tomada como uma atitude de fechamento (...) uma postura retrógrada, imobilizadora — avessa ao espírito de nossa época, que chama aos transbordamentos, às confluências, à mistura, à hibridação.” Realmente, é possível que se promovam diálogos interdisciplinares e, complementarmente, a construção do lugar próprio da Comunicação, sendo que, na avaliação dela, “a especificidade do olhar da comunicação é alcançar a interseção de três dinâmicas

²⁹ Enquanto a pluridisciplinaridade aponta para o estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina por várias outras ao mesmo tempo, a interdisciplinaridade diz respeito à transferência de métodos de uma disciplina para outra, conforme apresentado por Severino Antônio (2009, p. 92-93). De certo modo, esta Dissertação busca reunir contribuições de distintos campos disciplinares, como Medicina, Psicologia, Educação, História, Sociologia e Linguística — conforme apresentado no capítulo anterior, em que se propôs uma abordagem científica e sócio-histórica da deficiência visual, com autores oriundos de diversas áreas do conhecimento.

básicas: o quadro relacional (relação dos interlocutores); a produção de sentidos (as práticas discursivas); a situação sócio-cultural (o contexto)” (ibidem, p. 14).

V. França identifica (ibidem, p. 3) dois objetos no campo comunicacional: os meios de comunicação e o processo comunicativo. Ela pontua (idem) que, historicamente, as “origens” da Teoria da Comunicação, no começo do século XX, foram estudos voltados para a caracterização e a análise das novas práticas comunicativas que vieram à tona desde o final do século XIX, como o surgimento da imprensa de massa, do rádio, da televisão e do cinema. Diante disso, se “toda a reflexão contemporânea (dentro do campo das ciências sociais) desenvolve estudos da comunicação” (ibidem, p. 4), a autora indaga qual é a especificidade dessa área e se esta teria um objeto próprio. Ela se baseia no conceito de disciplina como domínio de conhecimento já consolidado e campo científico já dotado de uma tradição, realçando (ibidem, p. 6) que “os estudos da comunicação claramente se originaram do aporte de diversas disciplinas”. Questiona, então, se, mesmo após um século de estudos, a Comunicação constitui ainda uma área interdisciplinar, sem consolidar a própria tradição. De fato, o campo da Comunicação está em fase de consolidação, desenvolvendo métodos e caminhos mais particulares; apesar disso, não tem a pretensão de substituir outros saberes, até por se caracterizar pela possibilidade de diálogo com diferentes ciências já constituídas.

Discorrendo sobre o problema da pesquisa, o professor José Luiz Braga também reconhece (em artigo *online*) ser possível e frequente fazer pesquisa na interface entre a Comunicação e outro campo. Nesse caso, porém, é preciso assegurar que as perguntas envolvam a preocupações com os processos propriamente comunicacionais (interações), não bastando a presença de tecnologias e aparatos mediáticos, conforme explicita. “Ou seja: o que nos interessa são *os processos interacionais* (que estes se refiram mais de perto à produção, à recepção, aos programas e mensagens, aos sentidos produzidos ou à crítica e aos processos ‘de retorno’)” (p. 14, disponível em pt.scribd.com/doc/43447105, grifo do autor).

Entretanto, de que modo se pode fundamentar a comunicação como um campo científico próprio? Partindo dessa indagação, o professor Muniz Sodré cogita (2012, p. 15) que a dificuldade de constituição do campo científico da comunicação tem a ver com a ambiguidade institucional de suas condições de possibilidade. Segundo ele (ibidem, p. 17), a comunicação seria, em princípio, uma experiência antropológica basilar, uma vez que “não há vida social sem comunicação”; em seguida, comporia um saber sobre essa experiência; finalmente, “é uma realidade industrial já concretizada por um formidável aparato tecnológico sustentado pelo mercado”.

A professora Marialva Barbosa ressalva (2012, p. 149) que pensar em comunicação não envolve apenas um ato que deixa à mostra o diálogo, mas “é pensar a construção de aspectos comuns.” Sendo assim, o mundo teórico da comunicação indica a esfera das ideias em relação com a mídia e com a chamada biosfera — o mundo no qual o ser humano vive em relação e no qual suas ideias se constituem em relação (ibidem, p. 152). “O caminho é pensar a relação comunicacional, ou seja, o sujeito em relação. (...) por exemplo, refletir sobre a relação sujeito *versus* redes tecnológicas. (...) O mundo comunicacional é o mundo teórico das relações” (idem).

A comunicação, portanto, não se define pela constituição de um saber a partir de objetos evidentes (os meios). A comunicação são os meios e as mediações, como definia Jesús Martín-Barbero já nos idos de 1980. Comunicação é a relação da *práxis* (sujeito/sujeito) com a *techné* (sujeito/objeto), (...) refletindo-se também em análises sobre relações subjetivas e pragmáticas em torno do processo enunciativo e de produção de sentido. (BARBOSA, 2012, p. 150, grifos da autora)

Quanto à pesquisa em Comunicação Social no Brasil, a cientista social e professora Maria Immacolata Vassalo de Lopes sintetiza a periodização da mesma no século XX, apresentando (1994, p. 52-53) as seguintes subdivisões: década de 50 (pesquisas funcionalistas³⁰ baseadas em métodos quantitativos); anos 60 (pesquisas funcionalistas descritivas, com métodos comparativos, e primeiros estudos críticos sobre a Indústria

³⁰ Maria Immacolata destaca (1994, p. 54) os princípios metodológicos básicos do paradigma funcionalista que têm comandado os estudos de comunicação e cultura: análise centrada no receptor; enfoque psicossociológico e psicolinguístico; conceitos operacionais; e nível descritivo de estudo.

Cultural³¹); década de 70 (pesquisas funcionalistas descritivas sobre políticas de comunicação e continuação dos estudos sobre Indústria Cultural); e década de 80 (pesquisas funcionalistas envolvendo o sistema de produção e circulação da comunicação, politização das pesquisas com influência gramsciana³², estudos críticos e esforços para elaborar uma teoria latino-americana). Lopes pondera (ibidem, p. 70) que, na década de 1980, o panorama da pesquisa em Comunicação é marcado por atualizações dos paradigmas funcionalista e marxista.

Para Antônio Fausto Neto (*In*: OLIVEIRA; SOARES, 2008, p. 54), a comunicação não é meramente um ato de atribuições de sentidos, que se realizaria automaticamente entre produtor e receptor, mas, sim, um jogo em que a questão dos sentidos se engendra em meio a disputas de estratégias e operações de enunciação. As professoras Ivone Oliveira e Carine de Paula elucidam (ibidem, p. 94-95) que, nas práticas discursivas, a construção dos sentidos é um processo social, historicamente localizado, implicando a mediação de vozes que se alternam entre as instâncias de produção, circulação e consumo, por meio de repertórios interpretativos, os quais atribuem significações. Elas entendem (ibidem, p. 97) os fluxos informacionais como parte da interação social, que ocorre de modo relacional. De acordo com as autoras (ibidem, p. 99), a comunicação — fundada na linguagem em ação, seja ela oral, seja escrita ou mediada por dispositivos técnicos — é também um processo social que viabiliza a construção de novos sentidos possíveis.

A professora Fábria Lima também considera (ibidem, p. 111-114) a comunicação pelo viés relacional, como um processo de construção conjunta de interlocutores (sujeitos sociais),

³¹ Quanto à Indústria Cultural, a percepção era de que as formas da “alta cultura” decaíam e perdiam a “aura”, ao passo que formas consideradas inferiores perdiam a essência resistente e rude mediante sua domesticação civilizadora. Dentro do paradigma marxista da Pesquisa Crítica, M. Lopes explicita perspectivas como a da Escola de Frankfurt. Uma dificuldade dessa linha teórica é pensar a interpenetração da cultura massiva com a popular, lamentando a alienação e a manipulação decorrentes (LOPES, 1994, p. 62). Apesar de seu “pessimismo radical e conservador” (ibidem p. 60), a teoria frankfurtiana não pode ser meramente descartada; afinal, “como toda teoria, ela tem o mérito de chamar a atenção para certos problemas pertinentes, mas o demérito de impedir a compreensão de outros” (idem).

³² A obra do pensador Antonio Gramsci (1891-1937) consiste na “contribuição mais importante para o tema da Cultura na sociedade de classes dentro do paradigma marxista” (LOPES, 1994, p. 63), uma vez que se apoia no binômio cultura hegemônica-culturas subalternas, reconhecendo na ideologia um valor cognoscitivo (idem).

a partir de discursos (formas simbólicas com marcas de sua produção, dos sujeitos envolvidos e do contexto), em situações únicas (contextualizadas). Para Rudimar Baldissera (*In: SCROFERNEKER, 2009, p. 33*), a comunicação constitui um processo de construção e disputa de sentidos (*ibidem, p. 33*), sendo que os sentidos propostos não são, necessariamente, os mesmos “que serão experienciados/interpretados/internalizados pela outra força em relação” (*ibidem, p. 39*).

No que tange à comunicação midiática, o professor Stig Hjarvard pondera (2012, p. 77) que os meios de comunicação desempenham um papel de importância crescente em um número cada vez maior de contextos, a ponto de os papéis sociais também serem avaliados em termos do acesso à cobertura midiática que sejam capazes de mobilizar. O autor lembra (*ibidem, p. 76*) que os *media* possibilitam que as pessoas interajam à distância, sem ter de estar em um mesmo local ao mesmo tempo. “A mídia, evidentemente, são meios para a comunicação, ou seja, um intercâmbio de significados entre duas ou mais partes” (*ibidem, p. 75*), de modo que “a interação mediada não é nem mais nem menos real do que a interação não-mediada” (*ibidem, p. 78*). S. Hjarvard comenta (*ibidem, p. 62, 68*) que os meios de comunicação expandem o contato com eventos e fenômenos no que, outrora, eram “lugares distantes”, influenciam e intervêm na atividade de outras instituições, como família, política e religião, além de proporcionar um “espaço público” para a sociedade como um todo, na qualidade de fóruns de comunicação virtuais compartilhados.

Por meios de comunicação entendemos tecnologias que expandem a comunicação no tempo, no espaço e na modalidade. (...) não são apenas as tecnologias, mas também adquirem formas sociais e estéticas que estruturam as maneiras em que eles são utilizados em diferentes contextos. (...) não são um fenômeno uniforme; cada meio tem suas próprias características e elas variam tanto em uso quanto em conteúdo entre as culturas e as sociedades. (HJARVARD, 2012, p. 66)

Nesse sentido, a midiaticização — fase ou situação em que os meios de comunicação exercem uma influência predominante em outras instituições sociais (*ibidem, p. 61*) — reflete a “importância intensificada e mutante da mídia” (*ibidem, p. 64*), pela qual a sociedade pode,

em grau ascendente, submeter-se ou se tornar dependente da mídia e de sua lógica. Consequentemente, a interação social através dos meios comunicacionais pode ser endossada. Todavia, “a midiaticização não é um processo universal que caracteriza todas as sociedades” (ibidem, p. 65); de acordo com S. Hjarvard, trata-se de uma tendência que se acelerou particularmente nos últimos anos do século XX em sociedades modernas, altamente industrializadas e principalmente ocidentais³³ (idem). “Conforme a globalização avança, cada vez mais regiões e culturas serão afetadas pela midiaticização, (...) a globalização pressupõe a existência dos meios técnicos para estender a comunicação e a interação em longas distâncias” (idem). Tal midiaticização distingue-se da mediação, porque se refere a um processo a prazo mais longo, “segundo o qual as instituições sociais e culturais e os modos de interação são alterados como consequência do crescimento da influência dos meios de comunicação” (ibidem, p. 66), ao passo que a mediação alude à “comunicação através de um meio do qual a intervenção pode afetar tanto a mensagem quanto a relação entre emissor e receptor” (idem), mas não as instituições propriamente ditas.

Lucia Santaella esclarece (2003, p. 13) o que entende por cultura das mídias: esta não se confunde com a cultura de massas, de um lado, nem com a digital ou cibercultura, de outro, mas consiste numa cultura intermediária, situada entre ambas. Para clarificar, a professora divide (idem) as chamadas eras culturais em seis tipos de formações: a cultura oral, a cultura escrita, a cultura impressa, a cultura de massas, a cultura das mídias e a cultura digital. Não se trata de períodos lineares, como se uma era fosse desaparecendo com o nascimento da próxima; ao contrário, há sempre um processo cumulativo de complexificação, de modo que uma nova formação comunicativa e cultural vai se integrando na anterior, provocando

³³ Talvez essa midiaticização expressiva ocorrida especialmente no Ocidente ajude a entender a “visuocentralidade” (predominância do sentido visual) que, muitas vezes, marca a sociedade atual — conforme explorado no capítulo anterior, sobre a cegueira — em meio ao exibicionismo, ao “nudismo psicológico” e à “visualidade obscena” do mundo contemporâneo. O pensador Dominique Wolton considera (1996, p. 5), inclusive, que o sucesso imediato da televisão, em meados do século XX, “colocou a imagem no primeiro plano da civilização ocidental”. Dada a relevância desse veículo, uma abordagem da TV é oferecida no item 2.2.

reajustamentos e refuncionalizações (idem). “Todas as seis eras culturais (...) coexistem, convivem simultaneamente na nossa contemporaneidade” (ibidem, p. 78).

L. Santaella considera (ibidem, p. 14) a cultura como um organismo vivo, inteligente, com poderes de adaptação imprevisíveis e surpreendentes, além de ser aprendida e permitir a adaptação humana a seu ambiente natural (ibidem, p. 30). Já a mídia, segundo ela (ibidem, p. 62), refere-se aos meios de comunicação de massa, especialmente aos de transmissão de notícias e informação, como jornal, rádio, revista e TV. Comenta (ibidem, p. 56) que — assim como a pintura não desapareceu com o advento da fotografia, nem o teatro morreu com o desenvolvimento do cinema, nem o livro com a explosão do jornal — o surgimento das redes teleinformáticas não extinguirá outros meios, podendo, no máximo, provocar mudanças de suporte; estas, por sua vez, poderão afetar, mais ou menos perceptivelmente, suas linguagens.

O professor Marshall McLuhan considera (2005, p. 129) que um meio de comunicação cria um ambiente. Este é, para ele, um processo, e não um invólucro. A chamada ecologia da mídia consiste em dispor vários veículos de comunicação para que um ajude o outro, sem se anular ou se substituir (ibidem, p. 320), pois “é possível fazer coisas em um meio que não se pode fazer em outro”. M. McLuhan concebe (ibidem, p. 335) que todos os artefatos humanos (como língua, leis, hipóteses, ferramentas, vestuário, computadores) são extensões de nosso corpo físico, sendo que “quaisquer extensões humanas são expressões de nosso próprio ser e, em essência, literalmente linguísticas” (ibidem, p. 341) e que “a tecnologia do homem é o que ele tem de mais humano” (idem).

O Quarto Mundo é o mundo eletrônico que ronda o Primeiro, o Segundo e o Terceiro Mundo. O Primeiro Mundo é o mundo industrial do século XIX. O Segundo Mundo é o socialismo russo. O Terceiro Mundo são os países restantes, onde as instituições industriais ainda não se firmaram. E o Quarto Mundo é aquele que cerca a todos eles. É o nosso mundo. É o mundo eletrônico, o mundo do computador, o mundo da comunicação instantânea. (McLUHAN, 2005, p. 334)

Nessa perspectiva, quando se fala em comunicação massiva, por exemplo, deduz-se que o termo “massa” signifique simplesmente simultâneo (ibidem, p. 344). Trata-se, portanto,

de uma questão de velocidade, não de números: “não importam que sejam seis ou seis milhões. Se for simultâneo, é massa” (idem).

Após esse preâmbulo acerca da comunicação como prática/processo social e como campo científico, no qual esta Dissertação se insere, parte-se, a seguir, para as seções que compõem o presente Capítulo. Inicialmente, serão explicitados conceitos e princípios concernentes a identidades e representações, tendo em vista que, empiricamente, se avaliará a representação de pessoas com deficiência visual no principal noticiário televisivo brasileiro. Também por esse motivo, faz-se imprescindível refletir sobre a mídia televisiva e o formato telejornalístico — temáticas desenvolvidas nos dois subcapítulos seguintes. Sucessivamente, este item passará, com mais detalhes, pela temática da imagem, com foco na linguagem televisual e telejornalística, a fim de contribuir para as posteriores análises envolvendo a recepção telejornalística na ausência da visão e compreender melhor esse elemento que, embora marcante na TV, falta à percepção de cegos. Por fim, o Capítulo terá seu desfecho com uma abordagem sobre direito à informação e à comunicação, aliando cidadania e democracia midiática neste estudo, que envolve uma fatia social por vezes marginalizada, estigmatizada e excluída social, cultural e até midiaticamente.

2.1. IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES

*O pavor se espalha/ mas o cego não se espanta
não sabe que o mundo é espelho (...)
os dias seguem mais cegos/ do que ele
como um espelho de costas (...)
(VINICIUS, 2004, p. 16)*

Num mundo “especular” — segundo a metáfora do poeta — cuja sociedade se mostra bastante mediatizada, a temática identitária continua relevante. Abordando a identidade na pós-modernidade, o teórico cultural Stuart Hall observa que as identidades modernas estão

sendo descentradas, deslocadas e fragmentadas e diz que as identidades culturais constituem “aspectos de nossas identidades que surgem de nosso ‘pertencimento’ a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais” (2000, p. 8).

As três concepções de identidade que o autor distingue (ibidem, p. 10-13) envolvem o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. “O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação” (ibidem, p. 10). Segundo ele, (ibidem, p. 11), o centro essencial do eu compunha justamente a identidade de uma pessoa. Já o sujeito sociológico enquadra-se num contexto de complexidade do mundo moderno, sendo a identidade formada na interação entre o eu e a sociedade. Assim, o núcleo interior desse indivíduo não é autônomo, nem autossuficiente, mas formado “na relação com ‘outras pessoas importantes para ele’, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos — a cultura — dos mundos que ele/ela habitava” (idem). Por sua vez, o sujeito pós-moderno é produto de um processo de mudança: “o sujeito, previamente visto como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas” (ibidem, p. 12). Logo, esse sujeito pós-moderno não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente, já que ela se torna uma espécie de “celebração móvel” (ibidem, p. 13), formada e transformada continuamente, definida historicamente, e não mais biologicamente. De fato, o indivíduo pode assumir identidades diferentes em momentos distintos, as quais nem sempre se unificam ao redor de um eu coerente.

Para o teórico, o “descentramento final do sujeito cartesiano” (ibidem, p. 34) está ligado ao período da modernidade tardia (segunda metade do século XX); afinal, “o ‘sujeito’ do Iluminismo, visto como tendo uma identidade fixa e estável, foi descentrado, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas do sujeito pós-moderno”

(ibidem, p. 46). Se “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (ibidem, p. 13), existe então uma multiplicidade cambiante de identidades possíveis.

Citando a ideia marxista de que tudo que seja sólido se desmancha no ar, S. Hall aponta (ibidem, p. 14) que as sociedades modernas, ao contrário das tradicionais, sofrem mudança constante, rápida e permanente, sendo frequentemente descentradas ou deslocadas por forças externas ou ímpetus exteriores. Além disso, novas identidades emergentes têm a ver com novos movimentos sociais, a exemplo de lutas por afirmação de culturas negras, do feminismo, de ações antinucleares e ecológicas, além daquelas voltadas à libertação nacional e de ações afirmativas em prol das pessoas com deficiência. Afinal, a identidade muda conforme o modo “como o sujeito é interpelado ou representado” (ibidem, p. 21).

Na concepção do autor (ibidem, p. 38), a identidade é algo formado ao longo do tempo, por meio de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência desde o nascimento do ser humano ou literalmente impresso nos genes humanos, “como se fosse parte da natureza essencial” (ibidem, p. 47). “[Sua unidade] permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’” (idem). S. Hall defende (ibidem, p. 39) que, em vez de se falar da identidade como coisa acabada, o preferível seria falar de identificação, como processo em andamento. “Eu sei quem ‘eu’ sou em relação com ‘o outro’ (por exemplo, minha mãe) que eu não posso ser” (ibidem, p. 40-41).

Nessa perspectiva, entende-se que uma cultura nacional, por exemplo, constitui-se num discurso — “um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (ibidem, p. 50), já que “as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades” (ibidem, p. 51, grifo do autor). Essa noção também é pertinente a outras realidades, com culturas de cegos, negros, cristãos, mineiros. S. Hall lança (idem) a pergunta: “quais são as representações, digamos, de ‘Inglaterra’, que dominam as

identificações e definem as atividades do povo ‘inglês’?” Pretendemos aqui avaliar questão similar, substituindo “Inglaterra” por termos como “pessoa com deficiência visual”. Ainda segundo o autor (ibidem, p. 62-63), a raça não é uma categoria biológica ou genética, mas discursiva — o que se aplica a outros aspectos, como o ser mulher ou o ser deficiente, por exemplo, pois os discursos em torno disso interessam aos estudos identitários de um grupo.

S. Hall observa (ibidem, p. 75) que, quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, por viagens internacionais, imagens da mídia e sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas (desalojadas) de tempos, lugares, histórias e tradições específicos, parecendo “flutuar” livremente. “Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual [...] fazendo apelos a diferentes partes de nós)” (idem). Em tom conclusivo, analisa (ibidem, p. 87) que a globalização parece ter tido o efeito de contestar e deslocar identidades centradas e fechadas de uma cultura nacional, gerando novas posições de identificação e tornando as identidades mais posicionais, políticas, plurais e diversas, menos fixas, unificadas ou trans-históricas. Logo, “as culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia” (ibidem, p. 89).

De fato, com as identidades híbridas, observam-se fronteiras mais fluidas, “movimentos” de deslocamento e tradução (mais que tradição), conforme apontado pela jornalista Bianca Alvim Silveira (2010). Ela comenta que as identidades não são unas, nem fixas, “mas construções discursivas cuja flutuação se relaciona com os espaços de interação comunicativa a impactarem os auto-sentidos” (2010, p. 38). A construção identitária estaria ligada às transformações sofridas, mediante expectativas e frustrações criadas a partir do olhar do outro diante de nós. “Logo, a unidade da identidade é utópica. (...) identidades só se constroem se cotejadas às alteridades” (ibidem, p. 52).

Mediante identidades cambiantes, localizadas, frágeis, flexíveis, instáveis, por vezes diferentes e concorrentes, conclui-se que identidade implica diferenciação em relação ao outro — ser diferente e singular. Realmente, o indivíduo pode pertencer a distintas comunidades de valores, linguagem, interesses e cultura, apresentando, assim, uma pluralidade de identidades. Para o professor Bruno Souza Leal (*In: MAIA; CASTRO, 2006, p. 186*), a busca da identidade é uma atividade intrinsecamente solitária, num contexto de interpenetração entre público e privado. Ele percebe (*ibidem, p. 184*) uma tensão: a identidade é vivida como construção individual, ao passo que a comunidade desponta como uma forma de sociabilidade coletiva. Comumente associada a termos como território, solidariedade, igualdade, identidade e tradição, a imagem da comunidade pode referir-se a um grupo de pessoas vinculadas umas às outras por tradição e laços de solidariedade, havendo um repertório comum, formas de enraizamento dos indivíduos, comunhão, passado perdido ou futuro a ser alcançado. Nesse sentido, a identificação territorial, tradicionalmente ligada à cidade e à nação, cede espaço a identificações de outras naturezas, em que os meios de comunicação têm “importância decisiva” (*idem*). Assim, a identidade é hoje “bem menos estável, fixa, enraizada” (*idem*), enquanto laços de solidariedade e fraternidade se esvaziam ou se pulverizam ao extremo.

O professor Marco Aurélio Prado aponta (*ibidem, p. 194*) a ideia de identidade coletiva como construção dinâmica, negociada e processual, de práticas coletivas, significados, formas de pertença, lógica de reciprocidades e compartilhamento de valores e crenças. Considera (*ibidem, p. 199*) o colapso das hierarquias e a crise da coerência do sujeito como duas experiências modernas relevantes, sendo que a identidade coletiva garantiria uma continuidade da experiência taxada como um “nós”, revelando a pertença a certo grupo, a exemplo da fatia social composta por pessoas com deficiência visual. Nessa linha, convém destacar que “o mais importante da identidade coletiva é o compartilhamento de valores e crenças que definem uma cultura política do próprio grupo, colaborando na configuração e na

mediação da relação entre diferentes grupos” (ibidem, p. 202), de modo que o “eles” e o “nós” sejam inconciliáveis, embora com o mesmo direito de tornar espaços sociais em locais de luta política. Realmente, a identidade coletiva vai além da mera adesão grupal, ao negociar posições subjetivas e valores societais, por exemplo. Por outro lado, as relações de opressão aparecem como subordinação, antagonismos, injustiça social, podendo despertar os agentes “para a deslegitimação dos sustentáculos da pretensa imutabilidade das diferentes posições, construídas historicamente entre eles” (ibidem, p. 210) — como se percebe na exclusão social a grupos como de deficientes. “(...) a igualdade não é pensada como homogeneidade, mas, sim, como equivalência/diferença” (ibidem, p. 204).

Para Erving Goffman (1991, p. 91), as identidades social e pessoal são parte, antes de tudo, dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão. “O conceito de identidade social nos permitiu considerar a estigmatização. O de identidade pessoal nos permitiu considerar o papel do controle de informação na manipulação do estigma” (idem).

Etimologicamente, identidade indica tanto o que torna único, o mesmo, inconfundível, como o que aproxima, por semelhança, de outro, conforme esmiuçado pelas professoras Cristine Severo e Adna de Paula (2010, p. 93). Por se formar ao longo dos anos, a identidade está sempre “em processo”, incompleta (ibidem, p. 96), de modo que o multifragmentado sujeito pós-moderno é composto “não de uma ou duas, mas de várias identidades, contraditórias, na maioria das vezes” (ibidem, p. 98). De acordo com elas (ibidem, p. 116), o sujeito busca uma identidade nacional e cultural com a expectativa de que isso lhe assegure o conhecimento de si e lhe ofereça a resposta para a pergunta “quem sou eu?” da chamada identidade-ipseidade³⁴. Já o Outro é visto como um fenômeno imprevisível, porque “pode

³⁴ A identidade-ipseidade consiste na dimensão reflexiva do *si* — como o sujeito se reconhece e como é reconhecido pelo outro, segundo Cristine Severo e Adna de Paula (ibidem, p. 101). “A identidade-ipse é a forma como o sujeito ‘é’ no mundo” (idem), ao passo que a identidade-mesmidade (ou identidade-idem) é entendida no

sempre se manifestar de outra forma que a já manifestada” (ibidem, p. 117); embora não seja o próprio sujeito, o Outro é uma parte deste, faz referência a ele (ibidem, p. 118). Por isso, a identidade não pode prescindir do diálogo com esse Outro, “pois ele é a fonte da mudança, o outro é o espelho em que se vê refletido o ‘eu’” (ibidem, p. 120). As autoras concluem (ibidem, p. 126) que, ameaçados e inseguros, os sujeitos procuram, por um lado, novos tipos de pertença, o que gera uma multiplicidade de identidades, enquanto, por outro lado, “em uma tentativa de proteção e segurança, o sujeito pós-moderno retrocede ao século XIX, fechando-se em sua *torre-de-marfim*, tanto da subjetividade quanto aquela dos condomínios ultra-protegidos de outros indivíduos”.

No entendimento da professora Kathryn Woodward (*In: SILVA, 2000, p. 9*), a identidade é relacional e marcada pela diferença, exemplificando: “ser um sérvio é ser um ‘não-croata’”. Para ela (ibidem, p. 10), a construção da identidade é simbólica e social. Ademais, assinala (ibidem, p. 14) que as identidades não são unificadas, podendo haver negociações e contradições, quando, por exemplo, o que é requerido por uma identidade interfere com as exigências de outra (ibidem, p. 32). “Todas as práticas de significações que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído” (ibidem, p. 18). É, pois, a cultura que molda a identidade, ao dar sentido à experiência e tornar possível optar, entre as inúmeras identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade, como atesta a autora (ibidem, p. 18-19).

A globalização, entretanto, produz diferentes resultados em termos de identidade. A homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. De forma alternativa, pode levar a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade. (...) Toda prática social é simbolicamente marcada. As identidades são diversas e cambiantes, tanto nos contextos sociais (...) quanto nos sistemas simbólicos por meio dos quais damos sentido a nossas próprias posições. (WOODWARD *In: SILVA, 2000, p. 21, 33*)

quadro da comparação, estando relacionada com o reconhecimento do idêntico, com o caráter — marcas distintas que permitem reconhecer alguém como sendo o “mesmo” (ibidem, p. 100).

Não por acaso, os chamados “novos movimentos sociais” têm se concentrado em lutas envolvendo identidades e apagando as fronteiras entre o pessoal e o político (ibidem, p. 33). K. Woodward clarifica (ibidem, p. 34) que a política de identidade empenha-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo marginalizado ou oprimido — a exemplo dos deficientes visuais, objeto de estudo desta Dissertação. Com isso, novas identidades estão sendo forjadas, muitas vezes por meio da luta e da contestação política, em meio à construção da diferença (ibidem, p. 39). Afinal, “a marcação da diferença é crucial no processo de construção das posições de identidade” (idem); de modo mais direto, “as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença” (idem).

A identidade, pois, não é o oposto da diferença; a identidade *depende* da diferença. (...) A diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, frequentemente na forma de oposições, (...). A marcação da diferença é, assim, o componente-chave em qualquer sistema de classificação. Cada cultura tem suas próprias e distintivas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados. (WOODWARD *In*: SILVA, 2000, p. 40-41, grifo da autora)

A cultura consiste, então, nesses sistemas partilhados de significação (ibidem, p. 41). Segundo K. Woodward (ibidem, p. 49), as identidades são formadas relativamente a outras identidades, ao “forasteiro”, ao “outro”, ao que não é, sendo vistas como contingentes. Despontam, daí, as oposições binárias — dualismos do tipo natureza/cultura, corpo/mente, paixão/razão, normal/anormal, eficiente/deficiente. Entretanto, “um dos elementos da dicotomia é sempre mais valorizado ou mais forte que o outro” (ibidem, p. 50). Portanto, se a diferença é “um elemento central dos sistemas classificatórios por meio dos quais os significados são produzidos” (ibidem, p. 67), ela pode ser construída negativamente (por meio da exclusão ou da marginalização dos ‘outros’, ‘forasteiros’) ou celebrada como enriquecedora, fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, como expõe a autora (ibidem, p. 50).

Homi Bhabha percebe (2001, p. 19) um momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente,

interior e exterior, inclusão e exclusão. Diante disso, o professor defende (ibidem, p. 20) que se vá além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais, para que se focalizem momentos ou processos produzidos na articulação de diferenças culturais — “entre-lugares”, ligados a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação. Contrasta (ibidem, p. 21) a lógica binária, de identidades de diferença (negro/branco, eu/outro), e a interação simbólica, ligação que constrói a diferença entre superior e inferior, negro e branco, por exemplo. “(...) existir é ser chamado à existência em relação a uma alteridade, seu olhar ou locus” (ibidem, p.75).

De acordo com o autor, “é somente pela compreensão da ambivalência e do antagonismo do desejo do Outro que podemos evitar a adoção cada vez mais fácil da noção de um Outro homogeneizado, para uma política celebratória, oposicional, *das margens ou minorias*” (ibidem, p. 87, grifo meu). De fato, é preciso considerar as necessidades do Outro para que se evitem generalizações, simplificações e reducionismos homogeneizantes, de forma que não se deve negar diferenças, mas, ao contrário, considerá-las, ao se adotar políticas de atendimento a certo grupo social. “Como criaturas literárias e animais políticos, devemos nos preocupar com a compreensão da ação humana e do mundo social como um momento em que *algo está fora de controle, mas não fora da possibilidade de organização*” (p. 34, grifo do autor); a exclusão social de deficientes, já tratada anteriormente, é um exemplo de algo que, embora esteja desorganizado e seja inadequado hoje, não está fora da possibilidade de “organização” (nos termos de H. Bhabha) e inclusão, de maneira que mudanças e melhorias são possíveis.

Numa “modernidade líquida” com identidades negociáveis, a ideia de certo descontrole é verificada, ainda, pelo sociólogo Zygmunt Bauman (1999), segundo o qual, a nova e desconfortável percepção das “coisas fugindo ao controle” foi articulada no conceito

de globalização³⁵ — marcada por um caráter indeterminado e indisciplinado e por uma ausência de centro, constituindo a nova “desordem mundial”. Para ele, a globalização “não diz respeito ao que todos nós, ou pelo menos os mais talentosos e empreendedores, desejamos ou esperamos *fazer*” (1999, p. 68, grifo do autor), mas, sim, ao que está acontecendo a todos nós. Z. Bauman lembra (ibidem, p. 94) que, como todas as demais sociedades, a pós-moderna de consumo é uma sociedade estratificada. Coexistindo com a expansão da globalização, a reconstrução das identidades políticas, culturais, sociais, territoriais, religiosas, éticas e nacionais, entre outras, está na ordem do dia, conforme acentuado pela professora Maria das Graças Coelho (2006, p. 3).

Utilizam a noção de construção autores como Peter Berger e Thomas Luckmann (2007), que defendem ser a realidade socialmente construída. “(...) não posso existir na vida cotidiana sem estar continuamente em *interação e comunicação* com os outros” (2007, p. 40, grifo nosso). Considerando (ibidem, p. 56) a linguagem como o mais importante sistema de sinais da sociedade humana e como o mais relevante conteúdo e instrumento de socialização (ibidem, p. 179), P. Berger e T. Luckmann acreditam (ibidem, p. 58) que ela torna “mais real” a subjetividade de um indivíduo para seu interlocutor e para si mesmo. Paralelamente, o ambiente humano é produzido por “homens *em conjunto*” (ibidem, p. 75, grifo dos autores), com suas formações socioculturais e psicológicas. Para eles, é impossível que “o homem se desenvolva como homem no isolamento” e que “o homem isolado produza um ambiente humano” (idem). Realmente, a humanidade do homem e sua sociabilidade estão entrelaçadas,

³⁵ Stuart Hall comenta (2003, p. 36) que a nova fase pós-1970 da globalização está ainda profundamente enraizada nas disparidades estruturais de riqueza e poder, com formas de operação irregulares, mais planetárias; “antes, a ‘modernidade’ era transmitida de um único centro. Hoje, ela não possui um tal centro. As ‘modernidades’ estão por toda parte; (...) representativas de um novo tipo de consciência transcultural, transnacional, até mesmo pós-colonial” (ibidem, p. 46). Segundo ele (ibidem, p. 36), assim como outros processos globalizantes, a globalização cultural é desterritorializante em seus efeitos, uma vez que suas compressões espaço-temporais, impulsionadas pelas novas tecnologias, afrouxam os laços entre a cultura e o “lugar”. Ao focar a cultura, salienta (ibidem, p. 44) que ela não é somente uma viagem de redescoberta ou retorno: “não é uma ‘arqueologia’. A cultura é uma produção” (idem). Pela cultura, é possível “produzir a nós mesmos de novo” (idem), como novos tipos de sujeitos. Então, “estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar” (idem).

e a ordem social existe como produto da atividade humana, de modo que o *Homo sapiens* é, portanto, *Homo socius*, segundo a concepção dos pesquisadores.

“Ao desempenhar papéis, o indivíduo participa de um mundo social. Ao interiorizar estes papéis, o mesmo mundo torna-se subjetivamente real para ele” (ibidem, p. 103). Além disso, “a realidade da vida cotidiana mantém-se pelo fato de corporificar-se em rotinas, o que é a essência da institucionalização” (ibidem, p. 198). Nesse sentido, verifica-se (ibidem, p. 87) que a sociedade é um produto humano e uma realidade objetiva, enquanto o homem afigura-se um produto social. Para eles, o ser humano é biologicamente predestinado a construir e habitar um mundo com os outros. “Na dialética entre a natureza e o mundo socialmente construído, o organismo humano se transforma. (...) o homem produz a realidade e com isso se produz a si mesmo” (ibidem, p. 241). Logo, a sociedade constitui parte de um mundo humano, “feito pelos homens, habitados por homens e, por sua vez, fazendo os homens, em um contínuo processo histórico” (ibidem, p. 247).

P. Berger e T. Luckmann reforçam o conceito (ibidem, p. 173) de que a sociedade seja uma realidade objetiva e subjetiva e acentue um processo dialético em curso formado por três momentos: exteriorização, objetivação e interiorização. Partindo do pressuposto de que o indivíduo exterioriza-se no mundo social e interioriza este como realidade objetiva, os autores ressaltam (idem) que ele não nasce — mas se torna — membro da sociedade, com predisposição para a sociabilidade. “Não somente vivemos no mesmo mundo mas participamos cada qual do ser do outro. Somente depois de ter realizado este grau de interiorização é que o indivíduo se torna membro da sociedade” (ibidem, p. 175), por meio do processo de socialização — introdução do ser no mundo objetivo de uma sociedade ou, ao menos, de um setor dela, haja vista que, segundo eles, toda pessoa nasce numa estrutura social objetiva. Todavia, “a socialização nunca é total nem está jamais acabada” (ibidem, p. 184).

Em seu entendimento (ibidem, p. 176), a interiorização só se realiza quando existe identificação. “A criança absorve os papéis e as atitudes dos outros significativos, isto é, interioriza-os, tornando-os seus” (idem). Assim, a personalidade consiste numa entidade reflexa, relacionada a um processo que não é unilateral nem mecanicista, mas que, ao contrário, “implica uma dialética entre a identificação pelos outros e a auto-identificação, entre a identidade objetivamente atribuída e a identidade subjetivamente apropriada” (ibidem, p. 177). Nessa perspectiva, receber uma identidade refere-se à atribuição de um lugar no mundo, sendo que “a sociedade, a identidade e a realidade cristalizam subjetivamente no mesmo processo de interiorização” (ibidem, p. 179).

Aprofundando a questão identitária, P. Berger e T. Luckmann ponderam (ibidem, p. 228) que a identidade é um elemento-chave da realidade subjetiva, em relação dialética com a sociedade, sendo formada por processos sociais. “Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais” (idem). É verdade que as identidades não são fenômenos naturais, imutáveis, sólidos ou essenciais, mas, ao contrário, narrativas negociáveis e revogáveis oriundas do imaginário e da memória sociais, sendo formadas e transformadas por processos de representação.

De acordo com o professor Aluizio Ramos Trinta (2012b, p. 1), didaticamente (e no escopo de uma teoria semiótica), o termo “representação” comporta distintas acepções, como: traduzir ou verter algo em uma dada linguagem (filosófica, artística, científica); imitar criativamente; exhibir; expor; realizar uma cena; esboçar um desenho; delinear uma dada imagem. É também conceito teórico (Filosofia, Arte, Teatro, Antropologia, Psicanálise, Semiótica etc.) que se vincula a distintos modos de apreensão sensorial, exposição dinâmica e expressão cognitiva de alguma coisa, ideia ou objeto. Em toda representação, diz ele (idem), inter-relacionam-se um elemento ou meio representante e um dado conteúdo representado. “O entendimento de uma representação pressupõe percepção, experiência e aptidões de

conhecimento. Por outras palavras, a descoberta de um canal, o domínio de um código e o exercício de um repertório” (idem). Logo, uma representação envolve sensações, vivências e pensamentos em signos, de forma que a capacidade de representar é requerida para o preenchimento de uma função s gnica: sinal/signo, pela informação oferecida; signo pela significação precisa; e signo/símbolo pelo investimento afetivo e intelectual inerente a toda simbolização (idem).

Com uma representação, adiciona-se valor àquilo que se toma, introduz e repropõe ou recria segundo uma intenção. Por representações interpostas, comunicam-se sujeitos historicamente constituídos. Influenciado pelo desenvolvimento da tecnociência, o mundo de nossos dias multiplicou as representações, alterando nossa percepção do real circundante, estendendo nossas experiências a dimensões virtuais da existência e modificando nossas estratégias de conhecimento. (...) toda representação supõe uma linguagem — estrutura aut noma de significação — e toda linguagem d  suporte e curso a códigos (conjunto de signos e das regras de sua combinação (...)). (TRINTA, 2012b, p. 1)

Sendo assim, entende-se por que, “em sua constitui o essencial, todo espetáculo   representação” (idem). Ele explica que, pela intermediação sempre mais eficiente de técnicas, telas e aparatos de reprodução, o espetáculo contemporâneo se caracteriza por sua exuberante visualidade. “São imagens-signos que se reúnem em representações tecnologicamente aperfeiçoadas, constituindo uma ambiência que retoma, alarga e expande o que o pensador francês Guy Debord (1931-1994) denominou ‘sociedade do espetáculo’” (idem).

Segundo G. Debord (2003, p. 8), toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos, sendo que “tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação”. O autor conceitua (ibidem, p. 9) que o espetáculo não é um conjunto de imagens, “mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens”. Apesar disso, o espetáculo não pode ser compreendido, na concepção do teórico, como abuso do mundo da visão ou produto de técnicas de difusão massiva de imagens, mas, sim, como uma visão cristalizada do mundo. “  o coração da irrealidade da sociedade real” (idem), “a negação visível da vida; uma negação da vida que se tornou visível” (ibidem, p. 11). G. Debord sugere, então, que os meios de

comunicação de massa constituem a “manifestação superficial mais esmagadora” do espetáculo (ibidem, p. 15-16).

Para E. Goffman (1985, p. 29), representação significa toda atividade individual que se passa na presença contínua de um grupo particular de observadores e que tem alguma influência sobre eles, ao passo que fachada é a parte do desempenho do indivíduo com o fim de definir a situação para os que observam tal representação. A fachada pessoal, por exemplo, inclui vestuário, sexo, idade, características raciais, altura, aparência, atitude, linguagem, expressões faciais e gestos corporais, entre outros itens, que podem ser mais fixos (como sinais raciais) ou móveis e transitórios (a exemplo da expressão facial).

O sociólogo entende (ibidem, p. 58) que a coerência expressiva requerida nas representações evidencia uma decisiva discrepância entre nosso eu demasiado humano e nosso eu socializado. “Espera-se que haja uma certa burocratização do espírito, a fim de que possamos inspirar a confiança de executar uma representação perfeitamente homogênea a todo tempo” (idem). Realmente, a disciplina social pode fazer com que a máscara de atitude seja mantida no lugar por dentro, prevenindo-se eventuais revelações desonrosas, capazes de lançar dúvidas sobre outras múltiplas atividades que o ator não precise ocultar (ibidem, p. 59, 65). Assim, uma impressão idealizada acentua certos fatos e oculta outros convenientemente, para “evitar que a plateia atribua significados não-premeditados” (ibidem, p. 67), “impedir o público de ver o ator” (ibidem, p. 68) e “manter as distâncias sociais” (idem).

Se o relacionamento social comum é montado como uma cena teatral, E. Goffman considera (ibidem, p. 71) que “própria vida é uma encenação dramática” e que “o mundo todo não constitui evidentemente um palco, mas não é fácil especificar os aspectos essenciais em que não é”. Para o autor, “todos nós representamos melhor do que sabemos como fazê-lo” (ibidem, p. 73). Logo, o eu como personagem representado não é algo orgânico, mas “um

efeito dramático, que surge difusamente de uma cena apresentada” (ibidem, p. 231), a exemplo de “personagens” (pessoas entrevistadas) em matérias telejornalísticas.

As representações também são foco das apreciações do psicólogo social Serge Moscovici, para quem (2010, p. 195-196) toda representação parece coincidir com a coletividade em sua totalidade e assumir um caráter uniforme e estático.

(...) *estaticamente*, as representações se mostram semelhantes a *teorias* que ordenam ao redor de um tema (as doenças mentais são contagiosas, as pessoas são o que elas comem, etc.) uma série de proposições que possibilita que coisas ou pessoas sejam classificadas, que seus caracteres sejam descritos, seus sentimentos e ações sejam explicados e assim por diante. (...) do ponto de vista dinâmico, as representações sociais se apresentam como uma “rede” de ideias, metáforas e imagens, mais ou menos interligadas livremente e, por isso, mais móveis e fluidas que teorias. (MOSCOVICI, 2010, p. 209-210, grifos do autor)

O autor sugere (ibidem, p. 198) que todas as formas de crença, ideologias, conhecimento, incluindo a ciência, são, de um modo ou outro, representações sociais. Esclarece (ibidem, p. 211) que as representações são sociais, por constituir fato psicológico, de três maneiras: apresentam um aspecto impessoal, pertencendo a todos; são a representação de outros, pertencentes a outras pessoas ou a outro grupo; e são uma representação pessoal, percebida afetivamente como pertencente ao ego. Acrescenta que “representações compartilhadas, sua linguagem, penetram tão profundamente em todos os interstícios do que nós chamamos realidade que podemos dizer que elas o *constituem*. Elas constituem, pois, a identidade, o *self* (...)” (ibidem, p. 212, grifos do autor). Talvez por isso, “*o que* as pessoas pensam determina *como* elas pensam” (ibidem, p. 211, grifos do autor).

Como criação contínua, as representações vão “se construindo por assim dizer diante de nossos olhos, na mídia, nos lugares públicos, através desse processo de comunicação que nunca acontece sem alguma transformação” (ibidem, p. 205). Não por acaso, S. Moscovici sustenta (ibidem, p. 208) que as representações sociais têm como finalidade primordial tornar a comunicação, em um grupo, relativamente “não problemática” — sem “ruídos”, distúrbios ou falhas na transmissão de uma mensagem — havendo certo grau de consenso entre seus membros. “(...) se nós formamos representações a fim de nos familiarizarmos com o estranho,

então as formamos também para reduzir a margem de não comunicação” (idem). De acordo com ele, todas as representações são sociocêntricas, sendo que a sociedade é representada de maneira mais implícita na familiarização ao estranho (idem), tendo em vista que a motivação para se elaborar representações sociais é a tentativa de construir uma ponte entre o estranho e o familiar, “à medida que o estranho pressupõe uma falta de comunicação dentro do grupo, em relação ao mundo, que produz um curto-circuito na corrente de intercâmbios e tira do lugar as referências da linguagem” (ibidem, p. 207).

Para o autor (ibidem, p. 208), as representações são formadas por meio de influências recíprocas e negociações implícitas no curso das conversações, em que as pessoas se orientam para modelos simbólicos, imagens e valores compartilhados específicos e, assim, adquirem um repertório comum de interpretações, explicações, regras e procedimentos aplicáveis à vida cotidiana. Portanto, “as representações sociais diariamente e ‘espontaneamente’ se tornam senso comum, enquanto representações do senso comum se transformam em representações científicas e autônomas” (ibidem, p. 200), considerando que elas, até certo ponto, “combinam nossa capacidade de perceber, inferir, compreender”, vindo “à nossa mente para dar um sentido às coisas ou para explicar a situação de alguém” (ibidem, p. 201).

S. Moscovici enfatiza (ibidem, p. 210) que “nada é mais difícil que erradicar a falsa ideia que as deduções ou explicações que nós extraímos do senso comum são arcaicas, esquemáticas e estereotipadas”. Comenta (ibidem, p. 211), ainda, que, à medida que a comunicação se acelera na sociedade, “a extensão da mídia (visual, escrita e áudio) no espaço social vai crescendo ininterruptamente”. Em sua concepção (ibidem, p. 206), a teoria das representações sociais assume, como seu centro, a comunicação e as representações, a fim de elucidar os elos que unem a psicologia humana com as questões sociais e culturais contemporâneas — para o autor (ibidem, p. 202), a psicologia social é, mais que nunca, a ciência das representações sociais, podendo descobrir nelas um tema unificador.

Kathryn Woodward ressalta (op. cit., p. 17) que “a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito”. Assevera (idem) que é pelos significados produzidos pelas representações “que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos”. Por seu turno, “a mídia nos diz como devemos ocupar uma posição-de-sujeito particular” (idem).

Com base em explanações feitas até aqui sobre identidades e representações, cabe apontar que grupos marginalizados são frequentemente representados de forma estereotipada em meios de comunicação, que, muitas vezes, reproduzem representações com as quais a sociedade esteja familiarizada e evitam propor mudanças ao *status quo* (SCORALICK, 2009, p. 196). Estudando o formato de noticiário televisivo, a jornalista Kelly Scoralick defende (idem) que as políticas de identidade devem ganhar destaque no telejornalismo. Segundo ela (ibidem, p. 194), “quando dividimos o mundo entre *nós* e *eles*, passamos a classificar. Onde existe a diferenciação estabelecida pela identidade e diferença, está presente o poder de incluir ou excluir, de determinar quem está dentro e quem está fora” (idem, grifos da autora) — trata-se de uma forma de demarcar fronteiras, classificar o sujeito e normalizar. É por meio da representação que identidade e diferença associam-se, então, a sistemas de poder.

Na opinião da professora Maria Cristina Brandão, é preciso repensar o papel da mídia na construção de identidades, em meio a uma sociedade midiática e consumista (2007, p. 7), já que os *media* cumprem funções sociais como reprodução cultural, socialização e integração social. Para ela (ibidem, p. 6), a identidade é um trabalho de criação humano, de modo que todos já nascem com uma identidade própria, de gênero (masculino ou feminino). “Já as demais identidades (cultural, religiosa, etc.), as chamadas identidades subjetivas, são totalmente flexíveis, pois podem ser facilmente influenciadas” (ibidem, p. 7). Sendo assim, a mídia conforma a identidade, oferecendo modelos do que, para ela, signifique ser homem ou mulher, jovem ou velho, desejável ou desprezível. “Acreditamos que a cultura da mídia

oferece a base sobre a qual muitas pessoas constroem seu senso de classe, de raça e etnia” (idem). De fato, os meios de comunicação massivos podem influenciar na construção identitária e na definição do que seja o Outro.

No ambiente eletrônico, uma das peculiaridades, segundo Marshall McLuhan (2005, p. 116), é que as pessoas ficam tão profundamente envolvidas umas com as outras, em meio a uma torrente de acontecimentos simultâneos, que acabam perdendo o senso de identidade privada. “(...) porque a identidade costumava estar ligada à simples classificação, à fragmentação e ao não-envolvimento. Num mundo de envolvimento profundo, a identidade parece evaporar-se” (idem). Pondera (ibidem, p. 314-315), ainda, que, quando as pessoas se juntam, tornam-se cada vez mais selvagens e impacientes umas com as outras, sendo que a denominada aldeia global é marcada por contatos muito árduos e situações abrasivas. “(...) todas as formas de violência são buscas de identidade. (...) Em geral, sentimos necessidade de violência quando perdemos a nossa identidade”. Ademais, para o teórico (ibidem, p. 113-114), o meio realmente trabalha sobre a população e dela se apodera, massageando-a ferozmente — daí o aforismo de que “o meio é a mensagem” (ibidem, p. 113), e não somente a mensagem. “A tecnologia eletrônica, o rádio e a televisão, por exemplo, tem esse poder de envolver-se com todos os nossos sentidos” (ibidem, p. 133). No caso específico da televisão, M. McLuhan reforça (ibidem, p. 299) que um dos efeitos “ocultos e talvez insidiosos” dela é a anulação da identidade privada das pessoas: “assistindo-a, elas se transformam numa corporação de sujeitos iguais. Já não querem saber de ser indivíduos”.

(...) no ar, não temos corpo físico. Quando você está ao telefone, no rádio ou na TV, não tem um corpo físico: é apenas uma imagem no ar. (...) é um ser desencarnado (...) Esse, a meu ver, foi um dos principais efeitos da era eletrônica. Despojou as pessoas de sua identidade privada. (...) todos tendemos a mesclar nossa identidade com a dos outros à velocidade da luz. Chama-se a isso ser um homem da massa. (McLUHAN, 2005, p. 317)

Para além desse fenômeno, a mídia afeta o tecido social, como instrumento de representações sociais e espaço construtivo de saberes, de marcos de referência simbólica, na

medida em que “trabalha a construção de sentidos, significados e imagens”, conforme salientado pela jornalista Carminha Soares (op. cit., p. 82). A autora considera (ibidem, p. 84) que as representações sociais são sempre complexas, inseridas em um referencial de pensamento preexistente e dependentes de crenças ancoradas em valores históricos que permeiam a sociedade. Nesse sentido, “a comunicação social, sob seus aspectos interindividuais, institucionais e midiáticos, aparece como condição de possibilidade e de determinação das representações e do pensamento social” (idem). No caso das pessoas com deficiência, Soares afirma (ibidem, p. 70) que sua imagem social tem estado relacionada, em parte, pelo tipo de informação que sobre elas aparece ou é omitida nos meios de comunicação.

E, muitas vezes, quando [a informação] é oferecida por esses meios, é um reflexo da percepção dominante, imposta pela sociedade, sobre o ‘homem padrão’, aparecendo, assim, prejuízos e estereótipos como componentes de um mesmo processo de percepção social, intervindo e influenciando na visão que se tem do outro (...) Os meios de comunicação têm grande peso na formação de opiniões e na difusão de atitudes (...) Além de informar, divertir e persuadir, tem a obrigação de mostrar imagens justas, apresentando o feito humano, o mais próximo possível da realidade. (SOARES, 2009, p. 70-71)

Para a jornalista (ibidem, p. 66), os meios de comunicação exercem, assim, influência fundamental no desenvolvimento de imagens sociais e públicas; o modelo independente de construir identidades nutre-se de convencionalismo, de maneira que “o grupo de pessoas com deficiência vê como se desenvolve nos meios de comunicação uma identidade que não o leva em conta”. A mídia, então, como processo e produto, gera influência e repercussão no imaginário social (ibidem, p. 105).

Como, especialmente no Brasil, a televisão assume, entre os veículos massivos, um papel de influência social significativa, o item seguinte tratará da mídia televisiva. Afinal, ela constitui, também, um dos objetos de estudo desta Dissertação. Analisá-la criticamente, portanto, é fundamental para que se entenda melhor o funcionamento dessa “janela eletrônica” que pode engendrar hábitos, expor costumes, ditar moda, tecer identidades e operar representações sociais na coletividade hodierna.

2.2. A MÍDIA TELEVISIVA

*Não sei/ se é a vida
que me escapa/ ou me adentra
pela janela arrebatada
a vida mesma.
(IASI, 2011, p. 61)*

Estaria o poeta Mauro Iasi referindo-se a uma janela em específico no poema acima, “Pela janela”? Seria ela uma alegoria da própria vida? Transpondo seus versos ao contexto deste estudo, pode-se pensar em duas “janelas” frente a frente — nem sempre, abertas. Por uma delas, corre sangue e pulsa um coração. Por outra, correm impulsos elétricos, com sinais eletrônicos amplificados e transmitidos por pulsantes ondas eletromagnéticas. Duas janelas que podem ser mais abertas — à pesquisa, ao estudo, à análise, à melhor compreensão de fenômenos a elas relacionados. A primeira dessas janelas é a metáfora, aqui adotada, do ser humano, representando seu olhar como receptor de produtos vindos da outra janela. Esta segunda aponta para a televisão — o “olhar eletrônico” nem sempre capaz de atender satisfatoriamente os desejos e necessidades do público. Entre as duas, esta seção trata do veículo televisivo como um aparato tecnológico e uma instância social, por assim dizer.

Ela é considerada ainda uma jovem. Diz-se que é capaz de atender a certas necessidades humanas. Já se acreditou que fosse perigosamente onipotente. Muitos a consideravam uma máquina de feitiço, demonizada e sedutora. Outros a viam como revolucionária, libertadora da ignorância humana e redentora da cultura. Uma “janela” para o mundo ou, sob outro ponto de vista, um mundo visto por uma “janela” — a da própria tela. É indiscutível que a televisão suscita, ainda hoje, polêmicas acerca de sua capacidade de influência e de seus mecanismos de produção e transmissão instantânea de mensagens eletrônicas em imagem e som, sendo muitas vezes marcada por instantaneidade envolvente,

ritmo vibrante, espetáculo sensacional, linguagem simples, sensação imediata, superficialidade e ficcionalização do real.

Em tom metafórico, o filósofo Paul Virilio também utiliza (1993, p. 62-63) a figura da janela ao mencionar a história de elementos arquitetônicos como paredes, janelas, portas e chaminés. Enquanto a primeira “janela” é a porta (necessária ao acesso e à realidade da residência), a segunda é a janela propriamente dita (funcionando como abertura ‘mediata’ para a iluminação solar e as vistas ampliadas). A terceira é, justamente, a tela de televisão, “janela removível e portátil que se abre sobre um ‘falso-dia’, o da velocidade da emissão luminosa, abertura introvertida que não se abre mais para o espaço vizinho, mas para além (...) do horizonte perceptivo”. Essa tela consiste, então, num “seletor de imagens eletrônicas, uma mídia audiovisual, para uma iluminação indireta, a do tubo catódico” (ibidem, p. 63).

Tecnicamente, a TV pode ser definida como um aparelho que possibilita transformar a luz refletida por objetos em impulsos elétricos — sinais eletrônicos amplificados e transmitidos por ondas eletromagnéticas — enviando-os para um lugar onde são novamente traduzidos em imagens. É sabido que, em cada local da casa onde esteja, a televisão ocupa não apenas um ambiente físico, mas também um espaço psicológico do *habitat*, de modo que, para os pesquisadores Ricardo Miranda e Carlos Alberto Pereira (1983, p. 33), o objeto apreende todos os olhares de quem vê ou do que o circunda. De acordo com M. McLuhan (op. cit., p. 319), a televisão é “um psicotrópico fortíssimo”, um veículo que vicia; um meio “muito envolvente, uma forma de viagem interior. Por isso sentimos falta dela” (ibidem, 298).

O relato sobre o surgimento da televisão esbarra na história de outros dois elementos: o rádio e o cinema. Desde 1922, o interesse pelo rádio crescia progressivamente na Europa e nos Estados Unidos. Na década de 1930, despontavam os programas radiofônicos de música, de variedades, os radiojornais e as radionovelas. Anteriormente, o cinema havia sido um meio de comunicação muito popular, sendo que, nos anos 40, houve queda no número semanal de

espectadores estadunidenses. Segundo o jornalista e sociólogo Ciro Marcondes Filho (1988, p. 17), a indústria cinematográfica entrou em declínio, principalmente devido à expansão da televisão — criada em 1936, mas produzida em massa depois de 1945. Mediante tal declaração, convém refletir sobre o uso do termo “indústria cinematográfica”, uma vez que podem ter, sim, entrado em declínio alguns aspectos relacionados ao cinema, como número de salas de exibição ou de espectadores *in loco*, mas não é adequado generalizar que toda essa indústria dos filmes esteja em decadência. Afinal, a produção continua forte, abundante e numerosa, não apenas nos Estados Unidos. Além disso, a própria TV incorporou, e não excluiu, a exibição de filmes em sua programação, os quais costumam ser valorizados pelas emissoras e render satisfatórios índices de audiência.

Para o autor (*ibidem*, p. 18), uma das diferenças entre a TV e o cinema é que a primeira sustenta-se da venda de cada minuto de programação, transformando seu tempo de emissão em valor comercial gerador de lucros. Além disso, o telespectador pode mudar de canal quando quiser, o que implica redução na audiência de certos programas e consequente readequação da programação. Em contrapartida, o cinema oferece o filme (um produto inteiro), sendo que o público precisa assistir ao que vier, mediante o valor pago antecipadamente, na bilheteria. Marshall McLuhan também compara (*op. cit.*, p. 122) cinema e TV: no primeiro, o público é a câmera, olhando para o ambiente, ao passo que, na televisão, o público é o ambiente, a tela, o ponto de fuga.

Retornando ao percurso histórico, observa-se que, ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o cinema atraía o público noturno, enquanto o rádio sobressaía como veículo de comunicação com ampla penetração nos lares. Nessa época, a televisão começou a se expandir, como um meio mais semelhante ao radiofônico: ambos informam e atualizam notícias; os dois chegam à casa do receptor, em vez de o público ir até eles, como ocorre com cinema, teatro ou balé; tornam-se familiares, à medida que fazem parte do cotidiano e têm

recepção regular e contínua. Contudo, o que possivelmente mais distinga a TV do rádio é a capacidade que ela tem de afetar, *a priori*, dois sentidos humanos: além do auditivo, o visual.

A popularização da televisão tem algumas explicações sociais, citadas por C. Marcondes Filho (1988, p. 22-23), como: a televisão atende a exigências psíquicas do telespectador, originadas do trabalho repetitivo e mecanizado, realizado fora de casa, onde há crescente cobrança e pressão; ligado a isso, o trabalhador sente que necessita desligar-se e relaxar quando chega ao lar; a TV distrai e ocupa membros da família, podendo reduzir conflitos e desentendimentos domésticos; ademais, ocorre certo isolamento entre vizinhos, por causa da falta de dinheiro, da solidão e do medo do contato com outros.

Num trajeto histórico com enfoque no Brasil, percebe-se que a televisão estreou no País em setembro de 1950, com a inauguração do Canal 3 (TV Tupi/PRF 3/São Paulo) pelo jornalista, empresário e advogado Assis Chateaubriand. Ele havia comprado, em 1948, uma estação de TV da RCA Victor, a fornecedora do equipamento, e era proprietário do império jornalístico Diários Associados, que chegou a reunir dezenas de jornais, revistas e estações de rádio. O primeiro programa da emissora televisiva — TV na Taba, uma atração de variedades apresentada por Homero Silva — foi ao ar em 18 de setembro de 1950, com a participação de personalidades, como Hebe Camargo, Walter Foster, Lolita Rodrigues, Cassiano Gabus Mendes, Airton Rodrigues e Lia de Aguiar. No dia seguinte, a TV Tupi estreou o primeiro telejornal brasileiro: Imagens do Dia, comandado por Rui Rezende. Após a TV Tupi de São Paulo, outras emissoras surgiam no cenário nacional e consolidavam a implantação da televisão no país: TV Paulista (em 14 de março de 1951); TV Tupi, do Rio de Janeiro (em 20 de janeiro de 1951); e TV Record, em São Paulo (em 27 de setembro de 1953). De acordo com os professores Renato Ortiz, José Ramos e Silvia Borelli (1989), foi a partir de 1956 que grandes anunciantes passaram a apostar na TV; com novas tecnologias, como o videoteipe

(VT)³⁶, ampliou-se a circulação dos programas, em meados da década de 1960: “a televisão começa realmente a se implantar como um veículo de massa” (1989, p. 56).

Na avaliação de R. Miranda e C. Pereira (op. cit., p. 19, 23), foi especialmente a partir da segunda metade dos anos 60 que a TV assumiu o papel de criar e satisfazer parte das exigências intelectuais e artísticas de significativas parcelas da população, formando ou ao menos reforçando certas opiniões correntes. Sobre o texto televisivo que ia sendo estabelecido, destacam (ibidem, p. 19-23) que seu ritmo era marcado pela velocidade e pela efemeridade, tendendo a minimizar ou tornar superficiais os temas e problemas tratados com uma abordagem imediatista. A linguagem da TV manifesta nítido tônus de espetáculo, oferecido a um público diversificado, embora pareça haver, principalmente no caso de emissoras abertas, a noção de um público médio e, portanto, massificado.

No início da década de 1970, ocorreu a implantação da televisão colorida no Brasil, durante o governo do militar Garrastazu Médici (1969-1974). No princípio, somente alguns programas eram transmitidos em cores, sendo que a TV colorida coexistia com a de modelo branco e preto. Gradativamente, o número de transmissões em cores foi ampliando-se, até que praticamente toda a programação fosse coberta pelo novo formato, ainda mais atrativo aos olhos do espectador vidente. Nos anos 60 e 70, então, a televisão brasileira fortaleceu-se de vez como indústria. Já nos anos 90, consolidou sua condição como meio de comunicação mais importante do Brasil, segundo Aluizio Ramos Trinta (2011b).

O cientista político Dominique Wolton distingue (1990, p. 154-155) quatro fases no desenvolvimento da televisão brasileira: a primeira, elitista (1955 a 1964), atingiu um meio restrito, uma vez que os aparelhos eram caros, embora os programas fossem populares; a segunda foi a etapa da decolagem (1964 a 1975), um momento de expansão em que as classes C e D começavam a ganhar acesso à TV, em plena ditadura militar; a terceira foi a fase do

³⁶ O VT consiste numa fita plástica, recoberta de partículas magnéticas, usada para registrar imagens de televisão, em geral associadas ao som, destinadas a futuras transmissões. Por extensão, o videoteipe também faz referência ao processo pelo qual as produções da TV são registradas nessa fita.

triunfo tecnológico (1975 a 1988), em que o veículo marcou presença em quase toda parte, inclusive nas florestas da Amazônia; e a quarta, iniciada em 1988, é a da expansão internacional, marcada pelo retorno da democracia no País e pelo sucesso das telenovelas, que se tornaram produto de exportação. A dominação do modelo privado, a influência do padrão norte-americano e as disparidades econômicas e culturais marcaram, assim, a história da TV no Brasil (ibidem, p. 155). “Ela é fator de identidade cultural e de integração social”, apesar das “grandes distâncias sociais entre os mais pobres (...) e os mais ricos” (idem).

Se surgiu no País a partir da iniciativa empresarial, a televisão se firmou como comercial (com lógica mercantil, publicidade, consumo), tornando-se o meio de maior penetração nos lares — tanto que há mais pessoas com TV colorida do que com rede de esgoto ou fossa séptica no Brasil, segundo dados apresentados pelas professoras Christina Musse e Mila Pernisa (2010, p. 186). O meio televisivo contribuiu para a modernização e a integração nacional e mudou hábitos, mas não diminuiu as diferenças (como de renda e educação), tendo em vista que sua programação nem sempre contempla a difusão cultural e a cidadania, de acordo com as autoras (idem).

A televisão veio construindo suas características, peculiaridades, linguagens, formatos e, na concepção da socióloga Judith Lazar (1987, p. 121), um universo próprio: “(...) o mundo da televisão é um mundo à parte, com as suas próprias leis que pertencem ao mundo do espetáculo”. Aluizio Ramos Trinta comenta, nesse sentido, que a exuberância tecnológica de sua imagem fez com que a televisão instaurasse uma nova ordem institucional no País, dando corpo ao que se chamou de sociedade do espetáculo (tele)visual, “na qual práticas de consumo são publicitariamente promovidas e padrões de comportamento — identificação e projeção — nela mostrados, têm sua adoção incentivada” (2011b, p. 1). Para ele (2011a, p. 1), na condição de dispositivo técnico/tecnológico, meio de comunicação e instrumento de representação, a TV favorece a proposição de modelos de identidades socioculturalmente constituídas,

podendo influenciar padrões de comportamento, usos, hábitos e costumes. O veículo televisivo passou, assim, de canal e de meio à ambiência (ibidem, p. 5). “Estar (aí) é ser (agora) na TV; ser (então) é estar (presente) na TV” (2011c, p. 5).

No atual contexto, a jornalista Luciane Toledo concorda (2000, p. 107) que a humanidade esteja vivendo a hegemonia da tela do vídeo, da videosfera e da virtualidade, a exemplo da TV, de circuitos de televigilância, da tele-conferência, de ultra-sons e endoscopias, da comunicação via computador. De fato, como aponta o filósofo e sociólogo Jean Baudrillard (1999, p. 146), “entramos na tela, na imagem virtual sem obstáculo. Entramos na vida como numa tela. Vestimos a própria vida como um conjunto digital”. Então, desde o momento em que se está diante da tela, não se percebe mais o texto como texto, mas como imagem (idem).

Vídeo, tela interativa, multimídia, Internet, realidade virtual: a interatividade nos ameaça de toda parte. Por tudo, mistura-se o que era separado; por tudo, a distância é abolida: entre os sexos, entre os polos opostos, entre o palco e a plateia, entre os protagonistas da ação, entre o sujeito e o objeto, entre o real e o seu duplo. (...) De fato, a máquina (virtual) nos fala; ela nos pensa. (...) Eis o êxtase da comunicação. Não mais outro em face, e nada mais de destino final. O sistema gira, desse modo, sem fim e sem finalidade. (BAUDRILLARD, 1999, p. 145, 148)

Também segundo C. Marcondes Filho (2002, p. 78-79), o grande sistema socializador é uma máquina social dotada de existência chamada tela — no caso, a da TV, mas, brevemente, se tornará, na opinião dele, uma tela multimidiática, isto é, um espaço que convirja e concentre diversos meios³⁷. Para o autor, a TV monopoliza todo o sistema atual de informações, transmite a sensação de verdade e funciona como um outro universo. De fato, a televisão fomenta a fantasia, os sonhos e os sentidos, por meio de sua tecnologia perfectível e dos simulacros³⁸ que é capaz de criar com montagens e efeitos especiais, por exemplo. Acerca

³⁷ Previsão esta que, hoje em dia, já se cumpre, mediante aparelhos como “celulares inteligentes”, a exemplo de *smartphones* que concentram características de distintos meios (como rádio, TV e telefone) num único aparato técnico. Segundo L. Santaella (2003, p. 84) pela chamada convergência das mídias, as quatro formas principais de comunicação humana foram fundidas: o documento escrito (imprensa, livro), o audiovisual (TV, vídeo, cinema), as telecomunicações (telefone, satélites, cabo) e a informática (computadores, programas informáticos). O antropólogo N. Canclini também alude (2007, p. 144) a essa ideia de “integração multimídia”.

³⁸ Conforme elucidado por Aluizio R. Trinta (2012a, p. 1), o simulacro é resultado de um processo pelo qual uma representação imagética (ou sensorial) toma lugar da coisa, ser ou objeto real aos quais deveria somente

dos simulacros, J. Baudrillard comenta (op. cit., p. 80) que o mundo nunca mais será real, original; tudo estaria fadado “à maldição da tela, à maldição do simulacro”, uma vez que a função essencial do signo tem sido fazer desaparecer a realidade e, simultaneamente, pôr um véu sobre tal desaparecimento.

Paralelamente, ocorre o que Marcondes Filho denomina (2002, p. 88) “maquinização” do lazer e do descanso: “a TV escraviza tanto os que a fazem quanto os que a assistem. Mas é uma ‘submissão feliz’ pois as pessoas *amam* a TV. Pelo menos, acreditam amá-la, não podem viver sem ela, sentem-se condenadas, abandonadas, traídas quando são privadas da TV” (idem, grifo do autor). O autor sustenta, por conseguinte, que as pessoas sentem precisar da televisão, fascinadas que estão por ela, não tanto por seus produtos — que, às vezes, frustram o público e sofrem o impacto nas análises de audiência — mas, sim, pelo ritmo da TV, que mantém os espectadores despertos e atentos a ofertas potencialmente capazes de satisfazer certas necessidades ou curiosidades suas. Logo, o que mais interessa não seria o conteúdo propriamente dito, mas a vivência em si, a sensação imediata e efêmera de emoção.

O jornalista e editor-chefe do Jornal Nacional, William Bonner, reconhece (2009, p. 230) que a televisão fascina, com sua tela colorida e seus sons, que podem atrair o olhar. Mas, diferentemente de C. Marcondes Filho, ressalva que apenas isso não garante que a TV capturará o pensamento, pois importa, sim, o conteúdo, a partir do qual o público define seu maior ou menor interesse.

A imagem de um ser humano parado diante de um aparelho de televisão sugere uma passividade absolutamente ilusória. Ele está quieto. Está imóvel. Seus olhos fixam a tela. Mas ninguém, a não ser ele próprio, terá como garantir que sua atenção e seu pensamento estejam voltados para o que a TV transmite. A televisão não tem essa capacidade. Os telejornalistas também não. (...) o ato de assistir à televisão é decisão do indivíduo (...) a TV não tem, por si, o poder de capturar a atenção de quem está diante dela (...) o que o espectador está pensando, aquilo que realmente está consumindo sua atenção, é algo que depende do interesse dele, do gosto dele, da escolha dele. (BONNER, 2009, p. 230)

representar, pretendendo para todos os efeitos passar-se e valer por eles. Os simulacros são, então, imagens ou sensações ilusórias que, engenhosamente elaboradas, permeiam o mundo humano, operando prodígios de “espetacularização da realidade”. Em outras palavras, correspondem a sinais/signos/símbolos autorreferentes e propostos como enunciadores de um real hipertrofiado: uma “hiperrealidade” (ibidem, p. 2).

Guillermo Orozco Gómez ressalva (1996, p. 20) que a TV não é o meio todo-poderoso que outrora se pensou, mas, por outro lado, não é um veículo neutro ou inócuo — até porque, como meio, a televisão tem um potencial intrínseco que exerce pelo menos uma mediação em sua audiência, ao estimular sua percepção e seus hábitos cognoscitivos e linguísticos (idem). Com base nesse pressuposto, tem-se o conceito de televidência: não se trata de um mecanismo complexo de múltiplas interações da audiência com a TV, mas, sim, “*un proceso largo que no está circunscrito al momento preciso de contacto directo entre TV y audiencia*”³⁹ (ibidem, p. 27). A televidência apresenta, então, uma dimensão múltipla, abrangendo intercâmbios simbólico, perceptivo, afetivo e agenciativo, além de uma tripla dimensão temporal: antes, durante e depois do intercâmbio direto entre audiência e TV (idem)⁴⁰.

Nesse sentido, a audiência não é vista como passiva, mas ativa, com uma capacidade considerável para negociar, resistir e ainda contrapor significados ou dar a eles novos sentidos a partir dos referentes televisivos, de acordo com G. Orozco Gómez (ibidem, p. 29). Realmente, a audiência não é um mero recipiente que absorve tudo que se oferece na tela, de modo que pode criticar e resistir ao conteúdo; entretanto, não é um ente impermeável ou sempre capaz de tomar distância crítica com relação à programação, como pondera o autor (ibidem, p. 35). Assim, a ideia generalizada de que o público seja ativo por natureza merece cuidado, devendo-se atentar mais para as possibilidades de transformação de sua televidência, e não reconhecer ou fomentar a atividade *per se* (por si só) das audiências (ibidem, p. 30).

Asumir a la audiencia como sujeto — y no sólo objeto — frente a la TV supone, em primer lugar, entenderla como un ente en situación y, por tanto, condicionado individual y colectivamente. Em segundo lugar, supone entenderla como sujeto que se “va constituyendo” como tal de muchas maneras y diferenciando (...) como consecuencia de las diferentes mediaciones que entran en juego en su proceso de

³⁹ Em tradução livre: “um longo processo que não está restrito ao momento preciso do contato direto entre TV e audiência”.

⁴⁰ G. Orozco pontua (1996, p. 31-32) que a pergunta vigente desde a segunda metade dos anos 1980 tem sido: “como se realiza a interação entre TV e audiência?” — o que aponta para um Enfoque Integral da Audiência, que abarca aspectos de modelos anteriores e de correntes teóricas como os Estudos Culturais e a Análise Textual. Ao debater, por exemplo, os múltiplos referentes culturais da audiência em sua interação com a TV, o autor ressalta (ibidem, p. 42-43) a importância de variáveis como gênero, etnia, idade e origem social ou geográfica.

*recepción. Es en este sentido que la audiencia de la TV no nace, sino se hace.*⁴¹
(OROZCO GÓMEZ, 1996, p. 32, grifos do autor)

G. Orozco Gómez realça (ibidem, p. 33) que a televisão é um meio técnico de produção e transmissão de informação e uma instituição social, produtora de significados, definida historicamente como tal e condicionada política, econômica e culturalmente. É justamente essa dualidade que a distingue de outras instituições sociais, uma vez que são conferidos à TV certos recursos técnicos para aumentar seu poder legitimador mediante a audiência (idem). Como meio técnico, apresenta alto grau de poder de representação, produto de suas possibilidades eletrônicas para a apropriação e a transmissão de seus conteúdos, além de permitir a reprodução da realidade com muita fidelidade e poder provocar diversas reações (racionais e emotivas) no público (idem).

*La denotación permite que el lenguaje televisivo posea a su vez un alto grado de verosimilitud. (...) A la TV le basta con poner a su audiencia frente a la pantalla para ponerla (aparentemente) frente a “la” realidad. (...) La influencia de la TV tampoco es monolítica debido a que la TV en tanto institución social no está sola. Coexiste ao lado de otras instituciones como la familia, la escuela, el sindicato, la iglesia, el partido político, los movimientos sociales, etc., con las cuales compite por hacer valer sus significaciones y predominar en la socialización de los miembros de la audiencia. (...) La audiencia no se enfrenta a la pantalla vacía de ideas, emociones, historia y expectativas.*⁴² (OROZCO GÓMEZ, 1996, p. 34-36)

Em síntese, o autor enfatiza (ibidem, p. 44) três premissas básicas no que se refere à recepção televisiva: recepção é interação; esta última é necessariamente mediada de múltiplas formas; e essa interação não está limitada ao momento em que se está diante da tela.

Ainda nessa linha, Judith Lazar sustenta (1987, p. 120) que a atitude das pessoas em relação ao ecrã, isto é, à imagem na tela, é de receptividade, uma vez que recebem uma

⁴¹ Em tradução livre: “Assumir a audiência como sujeito — e não apenas objeto — diante da TV supõe, em primeiro lugar, entendê-la como um ente *em situação* e, portanto, condicionado individual e coletivamente. Em segundo lugar, supõe compreendê-la como sujeito que se “vai constituindo” como tal de muitas maneiras e diferenciando (...) como consequência das diferentes mediações que entram em jogo em seu processo de recepção. É neste sentido que a audiência da TV *não nasce, mas se faz.*”

⁴² Em tradução livre: “A denotação permite que a linguagem da televisão possua, por sua vez, um alto grau de verossimilhança. (...) À TV lhe basta colocar a sua audiência na frente da tela para colocá-la (aparentemente) diante ‘da’ realidade. (...) A influência da TV não é monolítica, pois a TV, na condição de instituição social, não está sozinha. Coexiste com outras instituições como a família, a escola, o sindicato, a igreja, o partido político, os movimentos sociais etc., com as quais compete para fazer valer suas significações e predominar na socialização dos membros da audiência. (...) A audiência não se põe em frente à tela vazia de ideias, emoções, história e expectativas.”

mensagem eletronicamente transmitida. Todavia, destaca que a mesma mensagem não cai no vazio, nem é simplesmente recebida; pelo contrário, suscita condutas apropriadas, e representações são vividas por aqueles que as recebem, numa atitude de participação, jamais de total passividade. Realmente, o processo de recepção, considerando-se as variantes sociais e culturais, por exemplo, não é integralmente passivo, podendo ser marcado pela aceitação, mas também pela discordância, pela repulsa e pela resistência a conteúdos veiculados.

Para C. Marcondes Filho (1988, p. 7), a televisão integra o universo da fantasia (mental, interno, subjetivo e repleto de sonhos, expectativas, desejos), e não o das obrigações (sociais, espirituais, cívicas), ainda que a TV exiba telejornais. É que o autor aponta a existência do irreal e do fantástico também nos noticiários televisivos. Em sua opinião, (2002, p. 87), a TV é o meio de comunicação mais elementar; é, porém, irritante a um público mais seletivo e seletivo. Ele ressalva que o televisor é produto da ação humana: “se a TV ocupa, hoje, nos lares, o espaço do ‘bezerro de ouro’ é porque alguma coisa de errado ocorre com as pessoas (que assistem e fazem TV) e não com o aparelho” (1988, p. 8). Apesar de um tanto óbvia, a declaração do autor é útil para desmistificar a noção de televisão como um meio extraterreno, isolado, alheio ou sempre acima da realidade social em que está inserido.

Cabe observar que o universo da TV, produzido e compartilhado por “terrestres”, pode até ser preferido em relação ao mundo visto da janela de suas casas ou carros. Tal preferência dá-se, segundo C. Marcondes Filho (2002, p. 90), pelo fato de a realidade mostrada na televisão ser domesticada, “não-selvagem”, ordeira, sob controle, enquanto o “mundo” do lado de fora da TV é o forçosamente visto ou, no caso dos cegos, vivido: “(...) o mundo dos mendigos de rua, da violência do trânsito, da sujeira das cidades, do abandono geral, da decadência de toda uma civilização, é um mundo ‘não-registrado’, visto mas não considerado, ‘não-existente’”. Logo, a fantasia do planeta está, para ele, contida na “bolha” televisiva, onde também se encontram o paraíso na Terra e a realização de vontades e desejos coletivos.

Mas nem sempre foi assim. Segundo Judith Lazar (op. cit., p. 21), as culturas anteriores ao surgimento da TV e do cinema eram dominadas pelo verbal. Além disso, o processo contínuo da socialização, que se inicia no nascimento do indivíduo e perdura por toda a vida, tinha seu primeiro papel no seio familiar. Com os novos *mass media* — principalmente a televisão — têm-se o predomínio do visual e a interferência eletrônica no percurso de socialização, já que uma criança pode receber informações e respostas antes mesmo de formular dúvidas e amadurecer. Para a autora, os meios de expressão podem contribuir para socializar jovens, embora haja o receio de esses veículos de comunicação não assegurarem ações pedagógicas e educativas, nem garantirem *feed-back*. “Todas as emissões são portadoras de ideologia e de valores. (...) a televisão desencadeia as atividades criadoras da criança. (...) a criança não imita tudo o que vê, mas somente o que está de acordo com os modelos pessoais aceitos por si mesma” (ibidem, p. 70, 72). De acordo com Lazar (ibidem, p. 153), a TV tornou-se o mediador por excelência, capaz de ligar o telespectador ao mundo e de explicar este àquele, com a ressalva de que as mensagens televisivas só podem ser captadas na medida em que encontram e reforçam certas predisposições.

Jean Baudrillard observa (1999, p. 157) que a TV chama atenção nos tempos hodiernos e faz falar dela. “Em princípio, ela está aí para nos falar do mundo e para apagar-se diante do acontecimento como um médium que se respeite. Mas, depois de algum tempo, parece, ela não se respeita mais ou toma-se pelo acontecimento” (idem). Por isso, acredita (ibidem, p. 158) que a televisão passou a girar em torno de si mesma, “na própria órbita”, não sendo capaz de encontrar sentido no exterior e se ultrapassar como meio para encontrar seu destino: “produzir o mundo como informação e dar sentido a essa informação” (idem).

Por ter usado e abusado do fato através das imagens, até se tornar suspeita de produzi-lo por inteiro, está virtualmente desconectada do mundo e involui no seu próprio universo como um significante vazio de sentido, buscando desesperadamente uma ética, na falta de credibilidade, e um estatuto moral, na falta de imaginação (...) a televisão perdeu ao mesmo tempo a ideia do que faz e a imaginação do mundo real. (...) e se o signo não remetesse nem ao objeto nem ao sentido, mas à promoção do signo como signo? E se a informação não remetesse nem ao acontecimento nem aos fatos, mas à promoção da própria informação como

acontecimento? E mais precisamente hoje: e se a televisão não remetesse a mais nada, a não ser a si mesma como mensagem? Então a fórmula de McLuhan torna-se totalmente brilhante: o meio engoliu a mensagem e, multimeio, prolifera em todas as direções. Vemos, de fato, a proliferação das redes, dos cabos, dos programas, com o desaparecimento e a liquidificação do conteúdo. O *zapping* quase involuntário do telespectador fazendo eco ao *zapping* da TV sobre si mesma. (BAUDRILLARD, 1999, p. 158-159)

O que J. Baudrillard chama (ibidem, p. 159) de “telecentrismo”, portanto, deve-se ao fato de a TV, na qualidade de “um só hipermídia”, curvar-se sobre si mesma. Por outro lado, verifica-se um “juízo moral e político implícito implacável”, ao se subentender que as massas não tenham, essencialmente, necessidades ou desejo de sentido e informação, mas que, ao contrário, queiram apenas signos e imagens — o que a TV lhes fornece em profusão (idem).

Para D. Wolton, a televisão constitui (1990, p. 124) uma forma de laço social, pois o espectador, ao assistir a TV, agrega-se a um público potencialmente imenso e anônimo que acompanha um mesmo programa ao mesmo tempo, estabelecendo uma espécie de laço invisível, especular e silencioso; um duplo laço, um *common knowledge* (conhecimento comum, em tradução livre). “O que é fundamentalmente a televisão? Imagens e laço social. O divertimento e o espetáculo remetem à imagem, isto é, à dimensão técnica. O laço social remete à comunicação, isto é, à dimensão social” (ibidem, p. 12). Se o veículo televisivo é o “espelho” da sociedade, isso significa que esta se vê através da televisão, mediante uma representação de si mesma. “E ao fazer a sociedade refletir-se, a televisão cria não apenas uma imagem e uma representação, mas oferece um laço a todos aqueles que a assistem simultaneamente” (ibidem, p. 124).

De acordo com o autor (ibidem, p. 135), esse laço social significa, então, “o laço entre os indivíduos e o laço entre as diferentes comunidades constitutivas de uma sociedade”, de tal modo que, se a comunicação consiste em estabelecer alguma coisa de comum entre diversas pessoas, a televisão assume um papel nessa reafirmação cotidiana dos laços que juntam os cidadãos numa mesma comunidade.

Ao fim de tudo, o único espetáculo “grande público” de um país é a televisão, que é ao mesmo tempo uma das formas sutis dessa solidariedade diáfana que se instaura

entre indivíduos que tudo separa, salvo terem visto, ao mesmo tempo, por razões diferentes e de maneiras diferentes, imagens a que aceitaram assistir, criando assim uma comunicação sem dúvida um pouco estranha, mas provavelmente típica da nossa sociedade “individualista de massa”. (WOLTON, 1996, p. 127)

Por isso, crê (ibidem, p. 15) que o caráter da televisão consiste em reunir indivíduos e públicos e lhes oferecer a possibilidade de participar, individualmente, de uma atividade coletiva. Ressalva (ibidem, p. 18) que, em termos de programação televisiva, o espectador pode escolher o que quer, mas a partir de uma oferta organizada. Mesmo assim, D. Wolton acentua (ibidem, p. 6) que a TV não manipula os cidadãos, embora os influencie: “(...) o público sabe assistir às imagens que recebe. Não é jamais passivo. Nem neutro. O público filtra as imagens em função dos seus valores, ideologias, lembranças, conhecimentos”. Em sua opinião (ibidem, p. 165), no futuro, quando “todas as formas de televisão serão possíveis”, o problema maior continuará sendo o de manter o modelo da TV geralista, “aquela que, através da diversidade dos seus programas, tenta se dirigir a todas as classes sociais”; o autor acredita que nada pode ser pior do que a especialização e a segmentação social e cultural, defendendo que “o fim da televisão geralista e a vitória da televisão temática [ou fragmentada], sob o pretexto de ‘preservar’ a liberdade do espectador, o aprisiona, na verdade, na tessitura das desigualdades sociais e culturais” (ibidem, p. 165-166).

Sobre os interesses econômicos específicos da televisão, C. Marcondes Filho lamenta (1988, p. 19) que emissoras estatais também instituíam intervalos comerciais em seus filmes e programas, em vez de resistir a essa fragmentação do fluxo televisual de informação e ser uma alternativa à TV comercial por não prescindir de inserções publicitárias. Tal modelo, na opinião do autor, não favorece a expansão e o desenvolvimento emocional dos espectadores, uma vez que eles ficam viciados “na prática de ‘economizar’ emoções, de vivê-las muito rapidamente e, logo a seguir, suprimi-las” (idem). Também discorrendo sobre a propaganda comercial, principalmente no Brasil, Ricardo Miranda e Carlos Pereira asseveram (op. cit., p. 18) que o que determina o bloco de um programa é o *break* (intervalo), e não o contrário, já

que assim se viabiliza economicamente toda e qualquer emissora de TV, em sua condição de empresa privada. De fato, atrair e manter a atenção do espectador aponta para a continuidade da presença do anunciante, o que, no ambiente mercadológico, industrial e capitalista, é importante para garantir a competitividade, mesmo quando se trata de telejornais.

Concluindo esta abordagem sobre a mídia televisiva, deve-se ratificar que eventuais problemas desta não estão relacionados à natureza do meio TV em si, mas, na verdade, ao uso que se faz do veículo, sem estimular a inventividade e a diversificação da programação em muitas ocasiões. Com isso, tem-se uma televisão com alto potencial de desenvolvimento útil, interessante e criativo — ainda mais com a esperada evolução da TV digital no Brasil — mas atrofiada pela homogeneização e pela baixa qualidade por vezes a ela imposta, em sua programação, veiculando-se, como diriam os teóricos frankfurtianos, formas (aparentemente) sempre diferentes de algo que é (realmente) sempre igual.

2.3. O TELEJORNALISMO

“A mídia hoje é essencial para a vida em sociedade. Os telejornais cumprem uma função de sistematizar, organizar, classificar e hierarquizar a realidade.” (Alfredo Vizeu, In: VIZEU, 2008, p. 8)

Na apresentação da obra *A sociedade do telejornalismo*, o professor Alfredo Vizeu Pereira Júnior destaca (In: VIZEU, 2008, p. 8) que os telejornais contribuem para uma organização do mundo circundante, em sua condição de “lugar” em que os grandes temas nacionais adquirem visibilidade. Convertem o exercício de publicização dos fatos em possibilidade prática de democracia. Tal processo se dá “num campo complexo de construção, desconstrução, significação e ressignificação de sentidos”; daí se pode compreender por que se diz que “o telejornal é hoje a grande *praça pública* do Brasil” (idem, grifo do autor).

Partindo da constatação de que “os brasileiros acreditam mais na mídia que no Governo”⁴³, Alfredo Vizeu e José Carlos Correia ressaltam (ibidem, p. 11) a centralidade e a importância da TV na sociedade nacional. Para eles (ibidem, p. 12), o telejornalismo representa um “lugar de referência” para os brasileiros, “uma espécie de lugar de orientação nas sociedades complexas que homens e mulheres recorrem para o bem e para o mal” (ibidem, p. 19). Os pesquisadores observam (ibidem, p. 20) que o modo como os telejornais organizam o mundo, procurando ordenar o caos existente, transmite uma sensação de segurança propriamente ontológica para as pessoas: “Os telejornais funcionariam como uma *janela* para a realidade, mostrando que o mundo circundante existe, está lá e tudo não se transformou num caos e a vida segue a sua normalidade” (ibidem, p. 21, grifo dos autores). Ao “refratar” a realidade, a notícia tanto a constitui quanto é constituída por ela (ibidem, p. 13); a ideia de que o jornalismo reproduza o real como uma espécie de “fotografia da realidade” praticamente não encontra mais guarida em pesquisas da área (ibidem, p. 12-13).

A imagem que a mídia constrói da realidade é resultado de uma atividade profissional de mediação vinculada a uma organização que se dedica basicamente a interpretar a realidade social e mediar os que fazem parte do *espetáculo mundano* e o público. (...) Se a notícia televisiva contribui para a construção da realidade social, é possível se afirmar que a informação noticiosa é uma forma de conhecimento. (...) A referência do jornalismo é a realidade, o mundo da vida, o cotidiano de fatos, acontecimentos, de homens, de mulheres, de alegrias, de tristezas, de afetos, de tensões, de conflitos e de paz. (...) O contexto teórico do conhecimento do jornalismo é o contexto da *práxis*. O jornalismo precisa *molhar-se* pela realidade. (VIZEU, CORREIA, *In*: VIZEU, 2008, p. 13-16, grifos dos autores)

A. Vizeu e J. C. Correia delineiam (ibidem, p. 22-26), então, cinco operações pelas quais o jornalismo se empenha pela construção do real: as atinentes à atualidade, tendo em vista que o telejornal é, em essência, o discurso do tempo presente, ainda que não cronologicamente referido, pois entre o momento do fato e a veiculação da notícia há um interregno mediado pelo noticiário; objetividade, a fim de que o relato telejornalístico seja (considerado) verdadeiro, objetivo e independente; interpelações, de maneira que a gramática da produção possa criar um vínculo afetivo com a recepção, a exemplo do uso do pronome

⁴³ Tal informação é resultado de uma pesquisa da agência de notícias Reuters, da Rede Britânica BBC e dos Media Centre Poll da Globescan, realizada em 10 países, de acordo com A. Vizeu e J. C. Correia.

“nós” por parte do apresentador (‘Nós vamos ver’, ‘Vamos conferir agora’), convidando o espectador a assistir a determinada notícia e a coparticipar do noticiário; leitura, conduzindo a audiência a efetuar determinados “percursos” e utilizando, por exemplo, seus (supostos) saberes prévios; e operadores didáticos, pois jornalistas, de modo geral, têm uma preocupação didática com relação ao público leitor, traduzindo termos técnicos e facilitando a compreensão dos assuntos tratados. Com isso, “o jornalismo, em particular o televisivo, funcionaria como uma espécie de *fábrica* que tem como uma de suas preocupações tornar comum algo que é incomum (não familiar), ou que nos dá um sentimento de não familiaridade” (ibidem, p. 22).

A professora Beatriz Becker e a jornalista Lara Mateus apontam (*In*: VIZEU; PORCELLO; COUTINHO, 2010, p. 131) que o telejornal é um gênero estratégico nas emissoras abertas, conferindo credibilidade e valor comercial a tais empresas, constituindo ainda o produto de informação de maior impacto na sociedade contemporânea. Entre as características da linguagem telejornalística, as autoras citadas destacam (ibidem, p. 142-143): o *timing* (possibilidade de ‘passear’ pelo mundo num processo simulado, em tempo curto); ubiquidade (sensação de onipresença da TV, vendo tudo e estando em todos os lugares); objetividade (com verossimilhança e fontes de verdade sobre a atualidade); dramatização (envolvimento emocional, diante da natureza ficcional de certas narrativas); fragmentação (exibição de notícias como um mosaico, sem interligações importantes para apreender os problemas sociais corretamente); e espetacularização (com tecnologia e recursos multimídia). Convém lembrar, ainda, que as linguagens do telejornal e do webjornalismo audiovisual têm influenciado uma à outra (ibidem, p. 140).

Tomando a linha do tempo, relatam (ibidem, p. 131-133) que o telejornalismo no País nasceu com a televisão, na década de 1950, sendo que o primeiro telejornal brasileiro, o já mencionado Imagens do Dia, era uma atração “artesanal” que expunha acontecimentos locais. Ressaltam o pioneirismo do Jornal de Vanguarda, que, em 1962, ganhou o título de melhor

telejornal do mundo, apresentando inovações, um tom irreverente e bom humor. Atualmente, um jornalismo audiovisual de qualidade seria aquele dotado de diversidade (ibidem, p. 134), tendo-se em vista que a TV não reflete a realidade, mas, sim, que a recria, produzindo significados (ibidem, p. 135). O melhor telejornalismo do mundo, portanto, seria o que pode ser feito agora; assim sendo, defendem a leitura crítica das narrativas, a contextualização das notícias, a diversidade de interpretações e o bom uso das tecnologias digitais.

Por sua vez, o professor Flávio Porcello ratifica o potencial de intervenção social do telejornalismo e sua inegável relevância para a vida em sociedade, informando (*In: VIZEU, 2008, p. 50*) que, para 40% da população brasileira, a TV é a única fonte de informação, segundo dados de 2002, quando havia cerca de 60 milhões de aparelhos de TV no Brasil. “De 1994 a 2004, os brasileiros compraram mais de 40 milhões de aparelhos de televisão, número superior ao de todos os aparelhos de TV comprados desde o início das transmissões no país (1950) até a implantação do Plano Real” (idem). Os dados referem-se ao universo de eleitores aptos a votar em outubro de 2002, sendo que a maioria absoluta (entre 87% e 100%, conforme o nível socioeconômico) tinha TV.

Essa é a essência da moderna sociedade da informação. A linguagem que prevalece é a do espetáculo. E, nesse sentido, a informação carece de conteúdo. Informação é o que se sabe; conhecimento é que se aprende. A informação é cumulativa, o conhecimento é seletivo. (PORCELLO, *In: VIZEU, 2008, p. 71*)

A TV, entretanto, não é mera observadora dos fatos, segundo F. Porcello (ibidem, p. 51), haja vista o fato de que a matéria jornalística é uma história contada pelo olhar do repórter, com as imagens captadas pelo cinegrafista, havendo escolhas de cenas, textos e trechos de entrevistas, por exemplo. “TV é edição, é recorte, é fragmento. O desafio de quem trabalha nela é escolher certo, com responsabilidade, critério, ética e, principalmente, honestidade” (idem). Apesar disso, não existe imparcialidade jornalística, porque, como pondera o autor (idem), “a ótica do jornalista, do cinegrafista, do fotógrafo, do diretor da empresa e dos interesses que ela representa, sempre estarão de um lado”. Se a pretensa

neutralidade é falsa, a meta do bom jornalismo é ter isenção ao cumprir seu papel social de exercer o espírito crítico e fiscalizar o poder (ibidem, p. 77).

A professora Iluska Coutinho e o jornalista Jhonatan Mata observam (*In: VIZEU; PORCELLO; COUTINHO, 2010, p. 240*) que os telejornais no Brasil são estruturados a partir de uma “dramaturgia do telejornalismo”. Essa tese, desenvolvida pela professora, ressalta que a construção da narrativa audiovisual nos telejornais, que envolve diferentes códigos e níveis discursivos organizados segundo a sintaxe e a semântica dos noticiários televisivos, seria organizada a partir de um conflito, “com a apresentação dos personagens envolvidos, assim como da representação do desenvolvimento da(s) ação(ões)”. Segundo essa perspectiva, as matérias veiculadas em telejornais nacionais e de rede, em geral, seriam encerradas com a oferta de lição moral, explicitada ou não discursivamente (*idem*). Ainda de acordo com os autores (*ibidem, p. 244*), é por meio da inserção de falas e depoimentos de populares que os jornalistas investem nas relações de confiança e de pertença com os telespectadores.

Com frequência, o telejornal busca, também, sensibilizar os espectadores, podendo provocar-lhes reações, reflexões e emoções. Avaliando se existe vida (inteligente) fora da televisão, C. Marcondes Filho acentua (2002, p. 79) que o gênero telejornalístico é o mais importante em termos de noticiário de TV e a melhor síntese do formato televisivo, apresentando um caráter existencial e espetacular, reforçado no decorrer de sua história:

(...) os fatos — todos eles — carecem de um *tratamento mediático* para efetivamente existirem. O novo sentido do *ex-sistir* (do “sair de si”) não está numa “abertura do ser” (Heidegger), mas, ao contrário, num mascaramento, num representar o mundo de forma mais agradável, emocionante, espetacular. (...) O telejornalismo foi, em seu início, uma variante do jornalismo impresso. Era uma espécie de leitura televisionada de notícias da imprensa. Como no cinema, o apresentador não passava de um narrador, (...) ilustrando as imagens. Com a criação da linguagem própria da TV, advinda do desenvolvimento técnico (reportagens, videoteipes, criação de vinhetas, do cenário específico), particularmente a partir dos anos 60, o telejornal ganha uma roupagem própria, transformando a simples leitura de notícias num show televisivo. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 79-80, grifos do autor)

Desse modo, o autor defende que a tecnologia seja a prova de (uma) existência atual, de modo que todos os fatos jornalísticos precisariam passar pela TV para ser legitimados

como efetivamente existentes. Na análise dele, toda existência profissional, subjetiva e pública é viabilizada apenas pelas tecnologias; tal noção é, porém, questionável, porque restringe à técnica a capacidade de permitir o reconhecimento de identidades, sendo constatável que iniciativas artísticas — tanto grupos de teatro, *hip hop*, música e dança, e movimentos comunitários, como as que se lançam em favor do esporte e da cidadania — também são capazes de possibilitar a (auto)afirmação de indivíduos, tanto quanto ou até mais do que o permitem tecnologias como as dos meios massivos de comunicação.

Segundo a jornalista Olga Curado (2002, p. 15), o telejornal integra a programação televisiva brasileira atendendo a uma determinação legal e oferecendo ao público informações a respeito de fatos ocorridos no curso da semana, do dia ou num dado instante. “A notícia é uma informação que tem relevância para o público. A importância de um acontecimento é avaliada pelo jornalista, que julga se o fato é notícia e deve ser divulgado. (...) a notícia é a informação a serviço do público” (ibidem, p. 15-16). Dessa forma, enfatiza que o noticiário tem a missão de esclarecer fatos, tendo a verdade como limite, e afirma (ibidem, p. 19) que a primeira regra do telejornalismo, sob a perspectiva da comunicabilidade, é a clareza, já que a notícia não pode confundir nem gerar dúvidas. Além disso, ressalta (ibidem, p. 20-22) a importância da precisão (exatidão e exposição de vários pontos de vista) e do equilíbrio, não se limitando a confrontar opiniões discordantes, mas investigando e apresentando fatos.

As professoras Christina Musse e Mila Pernisa trazem à discussão (*In*: VIZEU; PORCELLO; COUTINHO, 2010, p. 185) artigos da própria Constituição Brasileira sobre o direito à livre expressão e à comunicação, como o artigo 220, por exemplo, segundo o qual não pode haver monopólio ou oligopólio nos meios de comunicação. Já o artigo 221 prevê que a programação de rádio e TV deve preferir as finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, além de promover a cultura nacional, estimular a produção independente e

regionalizar a produção cultural, artística e jornalística (idem). Contudo, tais princípios ainda dependem de regulação, havendo aí pressão da sociedade civil, conforme ressaltam (idem).

Para C. Marcondes Filho (2002, p. 81), o jornalismo tornou-se uma máquina de produzir sempre o mesmo, independentemente do conteúdo diferente do dia-a-dia, comparando os jornalistas a funcionários de uma linha de montagem acelerada. Apesar de demasiadamente genérica, a afirmação do autor é útil para que se critique a padronização de enfoques e caracterizações em distintos telejornais. Afinal, comumente se percebe o quão semelhantes são os produtos jornalísticos de diferentes emissoras brasileiras televisivas, no que diz respeito a cenários, figurinos, pautas, enquadramentos, formatos de reportagem e uso de recursos, como os “selos” visuais, atrás dos âncoras no anúncio das matérias, e a presença, praticamente necessária, de um “personagem” para certa reportagem.

É conveniente destacar que elementos como a figura do apresentador e outros, estritamente visuais, a exemplo de cenários e cores, podem neutralizar as notícias, como pondera o autor (1988, p. 52). Ele explicita que os meios de comunicação costumam relatar certos fatos — um movimento social de reivindicação, por exemplo — como se fossem *shows* circenses, espetáculos vendidos ao público como acontecimentos sociais.

Políticos, especialistas, homens do povo e artistas aparecem no vídeo como malabaristas, palhaços, domadores e mágicos. Por seu caráter *festivo*, esses fatos, sem quaisquer vínculos com a realidade imediata do telespectador, são politicamente esvaziados. A TV, portanto, pode apresentar até matérias sobre movimentos e partidos revolucionários, guerrilheiros e comunistas, pois sua descaracterização como fatos críticos e explosivos já foi feita anteriormente (...) na sua *apresentação*. O cenário, o apresentador, as cores e todas as ‘informações paralelas’ neutralizam as notícias. (MARCONDES FILHO, 1988, p. 52, grifos do autor)

Em meio a esse conjunto de informações, percebe-se a “anarquia do telejornal” (ibidem, p. 54), à medida que a imprensa mistura fatos, desorganiza a estrutura racional da realidade e lança ao público um amontoado de acontecimentos desconexos, sem lógica interna. Tal formato anárquico, que ocorre especialmente na primeira página de um jornal impresso, é verificado, no caso do telejornal, nas chamadas de suas manchetes durante o noticiário. Para o autor (idem), a miscelânea de temas diversos, apresentados em sequência,

não permite que o telespectador tenha tempo de pensar e refletir calmamente sobre cada um dos assuntos tratados na tela.

Entretanto, tal noção de “anarquia” parece ser relativizada por William Bonner (2009, p. 103-104). Para este, cada edição do Jornal Nacional (JN) busca apresentar notícias em seu contexto, organizadas numa sequência lógica — e não aleatória, como num “caleidoscópio multicolorido” — para que facilite a compreensão por parte do maior número possível de espectadores. Estima (ibidem, p. 104) que os temas factuais ocupem normalmente de 75% a 80% do tempo total do JN, havendo outras reportagens, todas “bem-vindas” se auxiliarem o público a entender em maior amplitude o contexto de uma notícia factual. Desse modo, W. Bonner contesta a generalização de que não há reflexão da audiência durante o telejornal: “as reportagens não factuais apoiam as factuais para dar ao público a oportunidade de *refletir* mais detidamente sobre problemas importantes como o transporte público, ou o direito de greve e os deveres dos grevistas (...)” (ibidem, p. 104-105, grifo nosso).

De acordo com Flávio Porcello e Débora Gadret (*In: VIZEU, PORCELLO, COUTINHO, 2010, p. 215*), as notícias veiculadas nos telejornais, que constroem enquadramentos sobre a realidade social por meio de recursos verbais e visuais, “são resultado de uma disputa de forças entre jornalistas com seus códigos deontológicos, empresas de comunicação e suas estruturas organizacionais e, por fim, interação com outros campos, em especial, o campo político — todos imersos em uma cultura”. O enquadramento é formado pela escolha de determinados aspectos da realidade e pela omissão de outros (ibidem, p. 225). Sendo assim, os chamados *frames* constituem estruturas cognitivas básicas, compartilhadas por sujeitos que fazem parte de uma cultura (ibidem, p. 222).

Na concepção de Vera Íris Paternostro (1991, p. 35), o que se considera a desvantagem da televisão (a superficialidade), aliado a uma qualidade (a presença da imagem), pode ocasionar um novo momento no processo global da informação, na medida em que a TV pode

“abrir o apetite” dos telespectadores, incentivando a investigação e a busca mais diversificada por outros dados do fato. Portanto, a jornalista percebe um poder motivador na televisão, tomada como meio de comunicação.

Por outro lado, devido à considerável quantidade de informações, combinada a um ritmo ágil, os receptores podem ser distraídos até o fim do telejornal; muitas vezes, “ninguém se informa seriamente de nada; só se tem a *impressão* de ficar informado” (MARCONDES FILHO, 1988, p. 54, grifo do autor). Então, “o trabalho do telejornal acaba sendo o de recolher as notícias da realidade e criar uma nova realidade com as notícias recolhidas” (ibidem, p. 56). W. Bonner reforça (op. cit., p. 173) que o papel do Jornal Nacional é registrar, diariamente, os fragmentos do que pode tornar-se, um dia, um capítulo da História: “é um dos aspectos mais bonitos do jornalismo como profissão”. De certa forma, o editor concorda que o trabalho jornalístico reúne fragmentos de fatos. Ao mencionar que esses eventos podem ser relevantes na História, pode-se inferir, nas estrelinhas, a relação entre o (tele)jornalismo e a criação, ou melhor, a (re)construção da realidade social.

De maneira categórica, W. Bonner afirma (ibidem, p. 17) que o objetivo do Jornal Nacional é mostrar o que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo naquele dia, com isenção, pluralidade, clareza e correção. Tal pretensão implica exibir matérias jornalísticas sobre os mais diversos temas, o que acaba reforçando o caráter fragmentário próprio à TV. Como o público do programa é diversificado e heterogêneo — com pessoas de diferentes idades, níveis de escolaridade, faixas socioeconômicas — o editor pondera que “as pessoas não se interessam apenas por seu umbigo”, mas “por tudo, pelos assuntos mais variados, desde que possam intuir neles importância” (ibidem, p. 18). Acredita (ibidem, p. 19) que a vocação do JN sejam os temas factuais.

A respeito desse espectador, que vem do esforço mecanizado do dia para “mergulhar” pela janela eletrônica da TV à noite, o jornalista explicita (ibidem, p. 215), ao analisar os

desafios do texto telejornalístico no JN, que o público é simbolicamente formado por pessoas trabalhadoras, cansadas ao fim do dia de trabalho, para as quais se devem ter parâmetros de clareza e detalhamento. Segundo ele, os profissionais do Jornal Nacional tentam escrever seus textos imaginando que serão ouvidos por alguém que não seja nem analfabeto nem pós-graduado; que seja a pessoa mais “equipada” do núcleo familiar.

Quanto à política editorial das emissoras de TV, deve-se ter em mente que o telejornal pode extrair da matéria apenas a parte que lhe convém⁴⁴. Não por acaso, o editor de um noticiário pode decidir o enfoque, o tempo de duração, o tamanho e a manchete de matérias, chegando até mesmo a ampliar, reduzir ou omitir fatos e, assim, “criar outro mundo, outra história que pouco tem que ver com o mundo real, pois sofre toda uma série de mutilações” (MARCONDES FILHO, 1988, p. 56). Dessa maneira, o editor pode contribuir para a modelagem da opinião pública segundo suas intenções próprias ou interesses de outros jornalistas, proprietários da empresa e eventuais patrocinadores.

Em contraste, W. Bonner aponta (op. cit., p. 128-129) a necessidade da busca do “erro zero” num programa com a audiência do Jornal Nacional. Ele admite que, em seus 40 anos, “o JN deve ter errado muitas vezes. Mas pouquíssimas, se o número for comparado ao total de edições, e, mesmo, ao número de furos certos que levou ao conhecimento dos brasileiros” (ibidem, p. 129). O editor-chefe é categórico ao asseverar que, como qualquer produto jornalístico que se preze, o JN almeja não errar: “somos todos imperfeitamente humanos. E se não temos como garantir um trabalho 100% livre de erros em 100% das edições, a responsabilidade social em que se baseia nos obriga a corrigi-los. Sempre” (idem).

⁴⁴ Negando a plena objetividade jornalística — sustentada no século XIX pela Teoria do Espelho (segundo a qual as notícias são um reflexo do mundo real) — a abordagem teórica do *Newsmaking* defende que o jornalismo, em vez de ser o espelho do real, é, antes, uma construção social de uma suposta realidade (PENA, 2005, p. 48-49). Essa teoria construtivista articula-se em três vertentes principais: a cultura profissional dos jornalistas, a organização do trabalho e os processos produtivos. Para uma de suas pesquisadoras, a socióloga Gaye Tuchman, o processo de produção da notícia é planejado como uma rotina industrial, com procedimentos próprios e limites organizacionais que submetem o jornalista e o impedem de ter autonomia incondicional e total no exercício da profissão.

Entre outras características do telejornalismo examinadas, é interessante ressaltar a reinterpretação do real segundo um modo próprio de ver e uma perspectiva tecnológica televisiva, uma vez que o cinegrafista precisa gravar de forma a atrair, cativar e emocionar, a exemplo dos telefilmes: “o real tem que se moldar aos modelos da ficção para ser ‘telejornalizável’” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 85). G. Orozco Gómez salienta (op. cit., p. 34) que a TV produz suas notícias, não no sentido de inventá-las, mas, sim, porque, na “manufatura das notícias”, intervém uma série de elementos técnicos, ideológicos e profissionais respeitantes a todos os envolvidos no processo de produção. Para C. Marcondes Filho (2002, p. 86), as lágrimas importam, na TV, mais que a verdade, pois o telespectador procura sentir as mesmas emoções que gostaria de poder viver na vida real: “se eu senti, é porque a coisa me tocou como uma vivência real” (ibidem, p. 86).

No entanto, W. Bonner (op. cit., p. 243) salienta, referindo-se ao JN, que a função deste é oferecer informação objetiva, a fim de que o cidadão construa, de posse dela, a sua própria opinião acerca da realidade. “O que nós oferecemos ao público é informação. Essa é a nossa vocação. Na [Rede] Globo, nós acreditamos firmemente que informação é o instrumento mais valioso e eficiente para o exercício pleno da cidadania” (idem).

A partir de uma perspectiva semiótica, o telejornal pode ser tratado, de acordo com a professora Yvana Fachine (*In*: VIZEU, 2008, p. 111), como um enunciado englobante (o noticiário como um todo), o qual resulta da articulação, por meio de um ou mais apresentadores, de um conjunto de outros enunciados englobados (as notícias), que, embora autônomos, mantêm uma interdependência. Em suas mais variadas formas — reportagens gravadas, entrevistas no estúdio, entradas “ao vivo”, gráficos, material de arquivo etc. — todos os enunciados englobados (unidades) organizam-se em função do enunciado englobante implícito (todo), pois estão articulados entre si e inseridos numa mesma temporalidade, definida pelo começo e pelo fim da transmissão do telejornal (idem). Quando se utiliza um

monitor de plasma no cenário do noticiário, por exemplo, permite-se que o telejornal “figurativize” a própria transmissão como “lugar” de interação (ibidem, p. 117), além de se propiciar, mais que uma estratégia de deslocamento do espaço interno ao externo e vice-versa, um “apagamento” deliberado das fronteiras entre os espaços da enunciação e dos enunciados, “promovendo, em última instância, uma estratégia geral de aproximação dos enunciadores do telejornal com os conteúdos que noticiam” (ibidem, p. 123).

Esses grandes monitores no cenário estão presentes na maioria dos telejornais, segundo Edna de Mello Silva e Liana Vidigal Rocha (*In: VIZEU; PORCELLO; COUTINHO, 2010, p. 208*). As professoras enfatizam (idem) que eles funcionam como interlocutores dos diálogos entre os apresentadores no estúdio e o mundo externo, de modo que a tela consiste na passagem para o mundo virtual, em instâncias de simultaneidade e imediatismo. Além disso, essas telas demonstram a influência do ciberespaço na linguagem televisiva (ibidem, p. 209), despontando como portais que dão acesso a informações em espaços e tempos diferenciados e conferindo ao telejornal um atributo de inovação tecnológica e contemporaneidade (idem). Mais que componentes estéticos da cenografia, tais monitores têm, de fato, características funcionais próximas à realidade virtual da internet, como ponderam (ibidem, p. 212).

Edna Silva e Liana Rocha observam (ibidem, p. 204) que, em 2010, a maioria dos telejornais da TV aberta lançou novos cenários. Outro elemento comum é a presença (visível) de redações com profissionais trabalhando — tendência que o Jornal Nacional já seguia em 2000. Já os elementos de informação visual (selos, gráficos, ilustrações) podem contribuir para a credibilidade da informação e para seu entendimento seguro (ibidem, p. 205). Por sua vez, os chamados *displays* (painéis virtuais formados ao lado do apresentador) indicam a linguagem da internet no telejornalismo, de modo que a construção gráfica e digital aparece como algo real (ibidem, p. 206-207).

Comparando práticas de jornalismo em meios como a televisão e a web, registram que, na relação com a TV, o receptor não pode interferir no “pacote” que recebe pelo televisor, mesmo que a programação seja ao vivo (ibidem, p. 199). O telespectador, na internet, constitui um usuário, podendo participar de fóruns, *chats* (bate-papos), enquetes e conteúdos multimidiáticos referentes a notícias veiculadas no telejornal (ibidem, p. 198). Em suma, consideram (ibidem, p. 199) que o ciberespaço transformou o modelo tradicional de telejornalismo, reorganizando-o, e opinam (ibidem, p. 212) que o desafio deste é tornar-se um produto diferenciado entre as variadas opções informativas disponíveis ao público. Para as autoras, a TV, acostumada a emitir produtos de forma massiva (na relação de um para todos), precisa redesenhar-se, pois o paradigma vigente mudou; contudo, revelam-se otimistas: “nada parece difícil para um gênero que não perde uma oportunidade de se renovar” (idem).

Finalmente, é esse produto televisual, por vezes controverso, que atualmente exerce o papel principal na informação de grande parte da população brasileira, especialmente a de baixa renda, cujo acesso a outros meios (como o jornalismo impresso ou o eletrônico, via Internet) mostra-se limitado. Diariamente, milhões de telespectadores assistem a um show de notícias, emitidas com som e imagem, mas nem sempre recebidas assim — como no caso de receptores cegos, que, *a priori*, apreendem basicamente as informações veiculadas em áudio, constituindo-se por tal razão “telespectadores auditivos”. Explicitar características da imagem, portanto, é importante para esta Dissertação, uma vez que o conteúdo imagético de reportagens do JN integra as análises empíricas expostas nos Capítulos 3 e 4.

2.4. A IMAGEM

“A imagem é universal, mas sempre particularizada”. (AUMONT, 1995, p. 131).

Num mundo povoado de imagens que parecem estar buscando por olhares ávidos, elas não se limitam a ocupar espaços e serviços; antes, fazem parte da vida humana em geral e figuram nas mais diversas telas. Seja numa dimensão performativa, seja numa instância representacional, o elemento imagético assume, por vezes, um *locus* biopolítico. Pelo fato de a cultura televisiva ser transmitida por meio de imagens, pode-se comparar informações visuais a segredos ou códigos inacessíveis a cegos.

Porém, até mesmo para os videntes, a imagem não se abre a qualquer um sem algum conhecimento prévio sobre ela. Esse é o pressuposto de Judith Lazar (op. cit., p. 127), para quem a totalidade da mensagem televisual só é captada se o indivíduo tiver certo conhecimento acerca da imagem exibida e se fizer um esforço de percepção e de interpretação para o qual a cultura letrada tradicional não prepara satisfatoriamente: “uma mensagem visual, para ser corretamente recebida, exige uma aprendizagem social e cultural, além das aquisições intelectuais” (ibidem, p. 132). A autora combate, assim, o preconceito de que a imagem seja um produto vil e vulgar, capaz de ser apreendido num simples olhar, ressaltando então a importância de sua difusão:

Com o desenvolvimento da técnica, a imagem inundou de repente o cotidiano. A sua chegada foi tão abrupta e irresistível que não tivemos tempo para nos prepararmos para a receber. Ela ali estava bela, palpitante, colorida e curta, a partir de agora tinha que se contar com ela. À medida que ela era difundida, o verbal começou a tremer. A princípio não era perceptível, mas depressa caiu do seu pedestal. E depois não há nada como a imagem que brilha, e cintila diante dos olhos! (LAZAR, 1987, p. 127-128).

Dessa maneira, a cultura da imagem tinha sua certidão de nascimento, vindo rapidamente a se impor ao domínio verbal, monopolizado durante séculos por uma classe privilegiada, que detinha maior competência quanto à escrita.

Conceituada como reprodução de um ser, objeto ou coisa, a imagem tem sua característica apontada pela própria etimologia, uma vez que o verbo latino “imitari” significa “reproduzir por imitação”. Segundo Iluska Coutinho (2006, p. 330), o sentido é o de toda e qualquer visualização gerada pelo ser humano, em forma de objeto, obra de arte, registro foto-

mecânico, construção pictórica (a exemplo de pinturas, desenhos e gravuras) ou até de pensamento, no caso das imagens mentais. As mensagens visuais, assim, podem ser compreendidas como produtos comunicacionais, documentais e/ou narrativos.

Biologicamente, o conceito está associado ao dado sensorial do órgão visual e à percepção direta do mundo exterior em seu aspecto luminoso. Entretanto, também se deve considerar a representação subjetiva do universo externo, fora do componente sensorial — definição esta que se aproxima da realidade dos deficientes visuais e das “imagens acústicas” que por eles podem ser formadas, como também indica Luciane Toledo:

Ainda que a imagem não seja visível, existe em algum lugar da mente, para nos orientar. *Há relatos de deficientes visuais que comprovam a formação de imagens mentais*, mesmo naqueles que não as retiram, todos os dias, na experiência visual no mundo real. *Mesmo não possuindo visão, as imagens estão dentro desses indivíduos.* (TOLEDO, 2000, p. 42, grifos nossos)

Numa perspectiva histórica, a imagem é muito anterior à escrita, segundo Lazar (op. cit., p. 129). Ela pontua que, no período paleolítico⁴⁵ superior, havia simulacros mágicos, mas ainda não havia escrita como tal. Esta, aliás, era inicialmente pictográfica no caso da civilização chinesa. “À medida que a imagem se tornou mais próxima do homem tornou-se mais flexível” (ibidem, p. 130). Por isso, foram incorporados por artistas materiais mais manejáveis, como mármore, argila e tecido, de modo que a arte foi oficializada, ficando sob tutela dos reis e príncipes até o século XVIII. A imagem era, então, diretamente acessível a uma minoria, e o povo só podia admirá-la à distância.

Com o desenvolvimento da imprensa, a imagem foi democratizada e, com o surgimento do cartaz no século XIX, perdeu seu aspecto estritamente sagrado, domesticando-se. Com o advento da fotografia, o retrato pintado, que era sinal de êxito social, cederia lugar à possibilidade mais ampla de, ricos ou pobres, todos poderem eternizar momentos por meio de imagens. Com o prolongamento dinâmico da imagem fixa, nasce a imagem animada, em

⁴⁵ Segundo a ciência, é o período pré-histórico que se inicia no final do pleistoceno, com o aparecimento dos mais antigos fósseis humanos, e se caracteriza pela presença de artefatos de osso e/ou de pedra fragmentada ou lascada. No final deste período, descobrem-se desenhos e pinturas rupestres.

1895, quando os irmãos Lumière construíram o primeiro aparelho de projeção cinematográfica. Depois do cinema mudo, vem o sonoro, mas é a partir da descoberta da televisão, em 1926, que a imagem entraria definitivamente nos lares, estendendo sua influência a diversas classes socioeconômicas. “Depois da imagem se deixar capturar, perdeu a sua aura e tornou-se um objeto entre muitos outros” (ibidem, p. 142).

Mesmo assim, L. Toledo considera (op. cit., p. 105) que a imagem ainda ostenta a capacidade de fascinar. “A magia de ser imagem paira na esfera simbólica que coloca o ícone na ordem da idolatrável. A imagem icônica carrega a gene da adoração, pela própria condição de ser imagem, de ser o duplo, maravilhoso aos olhos, como um milagre impossível” (idem).

Para Jacques Aumont (1995, p. 17), as imagens são artefatos cada vez mais abundantes e importantes na sociedade, constituindo objetos visuais regidos por leis perceptivas. De fato, não há imagens sem percepção das mesmas. O professor anota (ibidem, p. 73), ainda, que a imagem é objeto cultural e histórico por excelência, e menciona (ibidem, p. 88) que ela nunca pode representar tudo — o que leva o espectador a ter de suprir o não-representado e preencher lacunas com seu saber prévio e sua imaginação, conforme pressupõe a chamada “regra do etc.”, explicitada pelo autor (ibidem, p. 88-90). Mas convém ressaltar que, como indicam Aumont (ibidem, p. 206) e a ciência semiológica, toda imagem é utilizada e compreendida no contexto de convenções sociais que se apoiam na linguagem.

J. Aumont conclui (ibidem, p. 313) que a civilização contemporânea, por vezes classificada como (sendo) a da imagem, continua a ser uma “civilização da linguagem”, ainda que se reconheça a importância social das imagens, sua multiplicação e sua intensa circulação, sua influência e sua pregnância ideológica. Para ele, mesmo que se denomine a fase atual de “era da imagem”, a alteração mais marcante foi produzida ao longo dos séculos: a mudança do status da imagem, de espiritual a visual — a exemplo da imagem medieval, distante da que se tem hoje justamente por transpor o aspecto transcendental e religioso do sagrado.

As imagens (...) há mais de 100 anos multiplicaram-se quantitativamente em proporções impressionantes e sempre crescentes. (...) essas imagens invadem nossa vida cotidiana, (...) seu fluxo não pode ser contido. (...) a verdadeira revolução das imagens, se houve alguma, está distante, atrás de nós, na época em que, ao reduzirem-se progressivamente a mero registro — por mais expressivo que fosse — das aparências, perderam a força transcendente que haviam possuído. Pode-se perceber hoje uma retomada da imagem através da multiplicação das imagens (...) (AUMONT, 1995, p. 314).

Deve-se ponderar, contudo, que a época em que J. Aumont desenvolveu seu estudo, no século XX, não coincide com o momento atual, por vezes definido como pós-moderno, que se distingue pela efemeridade e pelas intensas transformações tecnológicas, que terminam por repercutir na vida (do) social. Logo, o termo “civilização da imagem” não é impertinente e pode coexistir com as inegáveis presença e relevância da linguagem verbal. Considerando-se agora o desenvolvimento da TV mais interativa e segmentada, a evolução da internet e o *boom* das imagens *on line* e até via celular, evidencia-se ainda mais que a era contemporânea é, sim, marcada pela visualidade e, muitas vezes, privilegia o imagético como linguagem, ainda que este não seja soberano nem sempre autônomo quando se tratar de captar e decodificar uma dada mensagem.

Afinal, além de ser tachada como realidade transparente, percebida sob influência cultural, a imagem é, segundo J. Lazar (op. cit., p. 132), portadora de várias leituras e significados, existindo, porém, uma compreensão superior a outras. Para ela (ibidem, p. 135), é esse aspecto ambíguo e polissêmico que confere riqueza à imagem. Realmente, a semiologia da imagem, baseada em métodos de análise extraídos da linguística, trata a imagem como um sistema capaz de veicular, simultaneamente, significação e comunicação, de modo que ela é considerada um sinal/signo/símbolo, um instrumento que transmite mensagens cuja decifração requer o domínio de um ou mais códigos.

Sintetizando noções sobre a imagem, J. Aumont enfatiza: “a imagem é universal, mas sempre particularizada” (op. cit., p. 131). O autor dá a entender que a imagem é sempre modelada por estruturas profundas, relacionadas ao exercício de uma linguagem e à vinculação a uma organização simbólica, como a uma cultura ou sociedade. Além disso, ela é

também um meio de comunicação e representação do mundo, estando presente em todas as sociedades humanas.

De acordo com a jornalista Loren Macedo Portilho (2007, p. 28), os vários aspectos componentes das imagens relacionam-se entre si. Destaca, entre eles, o enquadramento, a perspectiva, a relação fundo/figura, a composição da imagem, o uso de luz e das cores, a relação entre objetos representados e o ritmo de captação/edição/veiculação.

De todas as características da imagem, a que Lazar elege (op. cit., p. 138) como mais interessante ao estudo que desenvolveu é da a enunciação, uma vez que não há percepção pura obtida pela ação realizada por diferentes sentidos humanos: “a percepção visual é sempre influenciada por impressões auditivas, olfativas e táteis. (...) diante da mesma imagem, dois sujeitos verão coisas muito diferentes e as interpretações finais poderão mesmo ser contraditórias” (ibidem, p. 139-140). Sendo assim, um engenheiro, um agricultor e um jornalista, por exemplo, podem, diante da mesma imagem, ver e destacar elementos diferentes, conforme o grau de significância que estes tenham no ponto de vista de cada um.

Ao lado do pensamento verbalizado, via linguagem, J. Aumont cita (op. cit., p. 93) outro tipo: o visual, que é mais imediato, não passa integralmente por códigos linguísticos; ao contrário, organiza-se a partir dos perceptos dos órgãos sensoriais. A visão seria, nesse raciocínio, o sentido mais intelectual e próximo do pensamento. De fato, como explicado no capítulo anterior, a visão, na verdade, “acontece” no cérebro, não sendo formada nos olhos propriamente ditos, pois estes são conectores externos da região cerebral.

Como instrumento apto à comunicação de massas, a imagem pode espantar, aborrecer, agradar, seduzir, convencer; em resumo, sua função é entrar em contato com seu decifrador e lhe trazer uma verdade, uma ideia. Na concepção de J. Aumont (ibidem, p. 127), a imagem é feita para ser olhada e satisfazer, proporcionando prazer. Entende-se, assim, por que a comunicação icônica depende em grande parte do receptor.

Nesse processo, é possível que a mensagem visual seja mal interpretada ou até mesmo que a comunicação não se efetue, quando as imagens são inacessíveis por não comunicar nada relacionado à realidade do receptor. É o que J. Lazar chama (op. cit., p. 143) de “imagens mudas”. Apesar disso, não existe “imagem neutra”, tendo em vista que vestígios de uma ideologia está associada a ela: “numa imagem, ao lado do icônico (luz, enquadramento, ângulo etc.) encontram-se sempre os sinais que dependem de um sistema de valores sociais” (ibidem, p. 150). Logo, é possível reconhecer que a imagem não pode ser generalizada como uma mera reprodução do real, inocente, ingênua.

No caso dos deficientes visuais, faz-se conveniente ressaltar a noção de imaginário, relacionada à imagística mental. Segundo J. Aumont (op. cit., p. 118), tal conceito é tido como o domínio da imaginação — a faculdade criativa que produz imagens interiores eventualmente exteriorizáveis. Dessa forma, a definição de imaginário está associada à ideia de invenção e de (algo) fictício oposta ao (que é) real. “Toda imagem encontra o imaginário, provocando redes identificadoras e acionando a identificação do espectador consigo mesmo como espectador que olha” (ibidem, p. 120).

Conforme destaca a pesquisadora Tania Souza, citada por Iluska Coutinho (*In: DUARTE; BARROS, 2006, p. 334-335*): “(...) uma ‘imagem não vale mil palavras, ou outro número qualquer’. A palavra não pode ser a moeda de troca das imagens. É a visibilidade que permite a existência, a forma material da imagem e não a sua co-relação com o verbal”. Sem dúvida, a imagem como “texto” a ser lido é marcada pela existência de diversas formas de significar, sendo que esse conjunto de heterogeneidades da mensagem visual é o que lhe confere sua identidade, sua “policromia”⁴⁶, numa correlação de operadores discursivos não verbais — como cor, detalhe, ângulo da câmera, elementos da paisagem, luz e sombra.

⁴⁶ O conceito de policromia desenvolvido por Tania Souza aponta para a heterogeneidade das imagens, que se correlacionam e resultam em sua identidade.

4.4.1. A imagem televisiva

“Ela [a TV] tem tudo contra si. Ser popular, mas escapar tanto daqueles que a fazem, como daqueles que a controlam e daqueles que a assistem. Mobilizar a imagem, essa categoria há vinte séculos subestimada no pensamento ocidental, despertar a identificação e legitimar o narcisismo, fazer sonhar e fazer esquecer, sem jamais deixar vestígios, as imagens de um dia que se desfazem diante das imagens do amanhã.”
(WOLTON, 1996, p. 11)

A imagem fixa de uma ilustração e a imagem móvel da TV⁴⁷ não são compreendidas da mesma forma, uma vez que a linguagem televisiva é recebida em grupo, enquanto a leitura icônica num livro, por exemplo, supõe certa intimidade com relação à imagem. De acordo com C. Marcondes Filho (1988, p. 17), a relação das pessoas é mesmo diferente, ante uma fotografia e diante da TV: enquanto o receptor pode fixar-se nos detalhes e se aprofundar na cena ao observar uma foto, numa relação intensiva, ele só percebe detalhes na imagem televisiva se o realizador do programa tiver tal intenção, agora em uma relação extensiva diante da eletrônica da imagem na TV.

J. Baudrillard também compara (op. cit., p. 146) que, diferentemente da fotografia, do cinema e da pintura, nos quais há uma cena e um olhar, “a imagem-vídeo, como a tela do *computer*, induz a uma espécie de imersão, de relação umbilical, de interação ‘táctil’, como já dizia McLuhan sobre a televisão” (grifo do autor). Nessa imersão que o teórico francês define como celular e corpuscular, “entramos na substância fluida da imagem, para, eventualmente, modificá-la” (idem). Para M. McLuhan⁴⁸ (op. cit., p. 195), a imagem da TV não é como a do

⁴⁷ Segundo o jornalista L. Bittencourt (1993), a imagem na TV aparece quando um feixe de elétrons bombardeia os pontos luminosos da tela do aparelho em movimentos contínuos da esquerda para a direita, de cima para baixo. Tal movimento é chamado varredura, sendo que duas varreduras formam um quadro (chamado *frame*). Dois campos de 262,5 linhas compõem um quadro de 525 linhas horizontais.

⁴⁸ Com base no entendimento de M. McLuhan, “a TV é tátil” como tecnologia, como suporte de significações e como operação e uso (pelo telespectador), havendo uma proximidade sugerida, insinuada.

cinema, “um simples instantâneo”, mas, sim, um verdadeiro “vórtice” (‘redemoinho’) em ação, que está por trás do acontecimento. “A própria televisão é uma espécie de acontecimento, tecnicamente, e tende a envolver as pessoas em seu próprio vórtice” (idem).

Outra distinção da imagem é o fato de sua apresentação ser multidirecionada, conforme o olhar de cada receptor, enquanto a leitura da palavra é direcional — no caso das sociedades do Ocidente, indo da esquerda para a direita. Pela “regra dos terços”, dividindo o espaço visual em três partes iguais, o profissional da imagem pode definir os centros de atenção e interesse da mensagem visual, além de equilibrar a composição de modo que tais elementos em destaque privilegiado signifiquem algo que o analista tentará descobrir. Também comportam significados o ângulo de visão, determinado pelo tipo de lente⁴⁹ da câmera, e a posição de quem registra (com câmera alta, baixa ou na mesma altura de visão do objeto exibido), dependendo da avaliação feita de aspectos culturais e ideológicos.

Segundo V. Paternostro (op. cit., p. 17), o surgimento da TV permitiu a informação na sua forma mais dinâmica e universal: por meio da imagem.

Se alguém ouve no rádio uma notícia de grande impacto, logo depois liga a TV, em busca de mais informações. Mas, principalmente, atrás de algo que outro veículo não pode fornecer, com agilidade: a mensagem sonora aliada à mensagem visual. A possibilidade de se ver, a cores, imagens de um acontecimento, do outro lado do mundo, via satélite, dá dimensão e universalidade àquele fato. A televisão joga pesado no momento em que combina a utilização simultânea de dois sentidos do ser humano, a visão e a audição (como o cinema), com imediatismo e alcance (semelhante ao rádio). É com essa estrutura armada que a TV envolve o telespectador, carregando-o para ‘dentro’ (...). Um telespectador que, numa posição cômoda, muitas vezes não faz qualquer esforço para ser mobilizado, seduzido... (PATERNOSTRO, 1991, p. 35).

Ela exalta, assim, a união entre mensagens visual e auditiva para que o telespectador tenha maior possibilidade de receber o conhecimento. Para V. Paternostro (ibidem, p. 36), a informação visual representa uma linguagem independente do saber, por parte do receptor, de um idioma ou da escrita. Realmente, a democratização da comunicação pode ser

⁴⁹ Três tipos de lente podem captar uma imagem, como destaca I. Coutinho (*In*: DUARTE; BARROS, 2006, p. 338): as normais (que buscam um ângulo de visão próximo ao do olho humano, com variações entre 46° e 52°), as teleobjetivas (conjuntos óticos que aproximam a cena e reduzem a profundidade, fechando o ângulo de visão) e as grandes angulares (também chamadas de ‘olho de peixe’, ampliando o alcance de visão da cena até 180°).

empreendida, estimulada e reforçada pela TV, à medida que é possível o acesso à informação até mesmo por analfabetos, por exemplo, que não seria viável por meio de jornais impressos.

Todavia, como sugere J. Lazar (op. cit., p. 150), as mensagens audiovisuais podem representar a ideologia dominante, o que gera a monopolização crescente de grandes meios de produção e difusão, como televisão, cinema e revistas. Na avaliação da autora (ibidem, p. 151), a imagem televisiva é pobre em dados, e o espectador participa na criação da mesma: “a imagem televisiva oferece ao espectador três milhões de pontos por segundo. Destes numerosos pontos, o espectador só seleciona algumas centenas a cada instante e constrói ‘a sua imagem’ a partir desses elementos”. Com isso, a autora demonstra crer no esforço de imaginação do receptor para preencher os “quadrados em branco” durante a recepção⁵⁰.

Assevera (ibidem, p. 153-154), ainda, que a TV tem e produz uma linguagem imagética com regras, ritmos e tempo próprios; portanto, com técnicas peculiares que sustentam a ilusão de familiaridade. O enquadramento em grande plano, por exemplo, serviria para impor a ficção de uma comunicação pessoal e direta com cada espectador.

A televisão utiliza uma linguagem universal: figuras transparentes e fáceis de interpretar. Como a imagem desfila a uma velocidade fulgurante, todos os detalhes visuais contam. O realizador serve-se de tudo, para sugerir uma imagem compreensível no menor lapso de tempo possível. Tudo está modelado nesse mundo imaginário. (...) Com a televisão nunca estamos em contato direto, a proximidade não é fisicamente sentida. (...) A verdade que chega ao destinatário é sempre mediatizada, há sempre uma aparelhagem técnica que se interpõe entre o acontecimento e o telespectador. (LAZAR, 1987, p. 154, 160).

Dentre as características da linguagem televisual associadas à imagem, a autora destaca (ibidem, p. 154-155) a economia de palavras, de modo que quase não se designam objetos nem há falas extensas, quando pode simplesmente mostrar. As longas descrições são, assim, substituídas por distintos movimentos de câmera e enquadramentos precisos, ocasionando a transformação da linguagem em algo, de certo modo, supérfluo, porém, sem

⁵⁰ Na classificação de Marshall McLuhan, a TV é considerada um *medium* “frio”, já que o telespectador recebe pouca coisa dela, tendo de completar o que porventura falte e, assim, sendo convidado a participar e se envolver. Para ele, a palavra e a escrita fonética são um *medium* “quente”.

“erros gramaticais”: “pelas expressões da cara e pelos traços, é possível distinguir facilmente os maus e os bons. Para que falar *se toda a gente vê?*” (ibidem, p. 154, grifo nosso).

Mas não, nem “toda a gente vê”. E é nessa restrição, vivida pelos cegos, que se estendem as discussões aqui propostas.

4.4.2. A imagem telejornalística

“(...) o telespectador decodifica, mais facilmente, os códigos visuais do que os verbais. Se alguém diz que ‘isso apareceu na TV’, o outro aceita (...) a situação como um fato real: ‘Se apareceu na TV, então aconteceu’.” (PORCELLO, In: VIZEU, 2008, p. 51)

Na televisão, justamente pela sua capacidade de sincronizar som e imagem, esta é muitas vezes supervalorizada com definições superficiais: “TV é imagem” ou “uma imagem vale mais que mil palavras”. Abordando tais clichês, Olga Curado defende (op. cit., p. 11) que o (tele)jornalismo não pode aceitar esse jugo, porque ele se assenta sobre o princípio da informação, a qual nem sempre é visual. Mas, nem por isso, um fato importante deve tornar-se invisível, na opinião da autora.

O encantamento pelo vídeo pode produzir uma farsa, ainda que exiba um bom espetáculo. Ao afirmarmos que ‘TV é imagem’ nos esquecemos de que a imagem informativa pressupõe um contexto, ou será o fácil encadeamento de flagrantes. Somos, jornalistas de TV, mais que o olho. Somos corações e mentes. (CURADO, 2002, p. 11).

Sem dúvidas, apesar da intensa multiplicação de imagens que inspira o conceito de “civilização da imagem”, deve-se registrar que a TV delas precisa, mas necessita ainda mais da palavra, como salienta O. Curado (ibidem, p. 173). A jornalista se preocupa com o fato de que o telejornalismo venha operando num limite que ameaça a missão de informar devido ao fortalecimento do clichê “império da imagem”.

É ela [a imagem], num entendimento corriqueiro, que valoriza a notícia. Conferir tal responsabilidade à imagem denota a pouca compreensão do papel do pictórico no jornalismo. (...) A imagem na TV não importa, do ponto de vista jornalístico, se não

tiver o apoio do texto. É a palavra que traduz e dá dimensão ao vídeo. (...) A imagem é a aparência do fato, mas não é o fato. O jornalismo precisa ter as referências do contexto, as conexões que demonstram como o fato aconteceu para o entendimento do que o vídeo capta, e não o inverso. Isso não significa que as palavras devam ser abundantes; devem ser precisas. (CURADO, 2002, p. 173).

O. Curado admite (ibidem, p. 106) que a imagem oferece apoio no telejornalismo ou esclarece uma informação, podendo, até mesmo, dispensar qualquer texto em situações contextualizadas. Nesse caso, a autora acredita que a imagem vale, sim, mais do que mil palavras, exemplificando esta proposição com o enterro de uma pessoa conhecida. “A cena da pessoa que expressa profunda emoção em gestos ou em expressão do semblante pode ser o símbolo da tristeza (...) Pouco haverá a ser acrescentado, em palavras, àquela imagem” (ibidem, p. 107). Ela explica (ibidem, p. 106-107) que tais situações são raras, por captar a síntese da notícia e comunicar (acerca de) um fato de forma simbólica. Em realidade, é em instâncias como estas que, ante as palavras ditas, a imagem desponta como um símbolo contextualizado. Exemplo distinto é o que a mesma autora cita (ibidem, p. 173), quando se tem a imagem isolada de um atleta chorando, e o telespectador não sabe ainda se o choro é de alegria ou de tristeza, por não dispor de informações sobre o resultado da competição. Logo, a autora demonstra que a adequada compreensão da imagem telejornalística está, muitas vezes, associada ao respaldo que tenha do texto verbal.

V. Paternostro, ao abordar o texto casado com a imagem no telejornalismo, também relativiza e quebra o mito (op. cit., p. 49) de imagem como “rainha soberana” que se impõe a seus “súditos” pela simples presença: “não se faz TV sem imagem, mas a palavra tem o seu lugar. Agora, o desafio do jornalista é aprender a combinar informação visual com informação auditiva”. Reconhece que, quando há uma imagem forte de um acontecimento, a mesma leva vantagem sobre o registro verbal, sendo suficiente para transmitir, simultaneamente, informação e emoção. Convém, então, evitar que a imagem telejornalística seja sempre tomada como ingrediente mais importante; deve-se, antes, entendê-la como elemento que oferece uma realidade externa àquela em que vivem os receptores em regime de teleaudiência.

Luís Carlos Bittencourt, por sua vez, realça (1993) o papel de absoluta primazia da imagem na TV, apesar de admitir que, casada com o texto, ela compõe a unidade referencial informativa. Segundo o jornalista, a imagem televisiva é informação; sem ela, o aparelho não passará de um rádio disfarçado. Nesse sentido, o conteúdo imagético não precisa ser esteticamente bonito, porque, mesmo feio ou desfocado, o que mais vale é seu impacto informativo excepcional, a exemplo das imagens de um acidente. O telespectador não precisa, também, de efeitos sonoros, locução tensa e dramatização de situações para que possa visualizar o acontecimento, como ocorre com ouvintes de rádio. Uma vez que a imagem predomina, L. Bittencourt acredita que os dados auditivos devem ser utilizados para complementar os visuais.

Flávio Porcello alerta (*In: VIZEU, 2008, p. 50*) que a imagem pode cobrir o que está sendo dito pelo texto, escondendo palavras que seriam fundamentais para a perfeita compreensão do assunto. O professor exemplifica: a pausa na narração, criando o silêncio por alguns segundos, é significativa, porque apenas a imagem, sem narração ou música de fundo, certamente atrairá o telespectador para o que está sendo mostrado. “É o silêncio que vale muitas palavras, a imagem que vai falar por si. E isso, em uma tela luminosa, que está sempre em constante movimento, significa muito” (*idem*). O autor acredita (*ibidem, p. 51*) que a TV prioriza o componente visual, de modo a fascinar o público, aumentando o peso da imagem em relação ao valor da palavra. Além disso, “o telespectador decodifica, mais facilmente, os códigos visuais do que os verbais. Se alguém diz que ‘isso apareceu na TV’, o outro aceita, passivamente, a situação como um fato real: ‘Se apareceu na TV, então aconteceu’” (*idem*).

Ao discorrer sobre o “prazer da imagem”, J. Aumont cita (*op. cit., p. 313*) a imagem documentária, que, neste estudo, compara-se à telejornalística. Segundo o autor, ela tem seu valor por mostrar o mundo como ele é, embora participe também da criação e do prazer da invenção. Realmente, até as matérias noticiadas em um telejornal representam, de certa forma,

o olhar do cinegrafista, ou seja, não existe mesmo plena objetividade na imagem noticiosa, uma vez que até os ângulos e enquadramentos são escolhidos por critérios subjetivos, humanos e parciais. “Por qualquer ângulo que seja considerado, o prazer da imagem é sempre, em última instância, o prazer de ter acrescentado um objeto aos objetos do mundo” (idem). Tal “objeto novo”, citado por ele, pode consistir no resultado do trabalho de captação e edição do vídeo; no caso de um jornal televisual, significaria um videoteipe com a reportagem finalizada, já acompanhada de textos narrados em *off*, além da passagem e das entrevistas, por exemplo. Indubitavelmente, esse recorte da realidade presente numa matéria telejornalística pode ser entendido como um novo objeto no mundo, um “real” criado, uma (re-)produção técnica e humana a partir de uma dada realidade.

No telejornalismo tradicional, L. Bittencourt observa (1993) que as imagens são muito picotadas na edição, não utilizando muito o plano sequência (contínuo, praticamente sem cortes), que transmite a ideia de imediatismo. Mas o plano geral⁵¹ não deve ser usado em excesso, segundo o autor, já que a tela é pequena e não favorece a apreensão de detalhes em tal tipo de enquadramento. Os mais comuns para as entradas de repórteres num telejornal, no que se refere à direção da câmera, são o central e o lateral — à esquerda ou à direita do vídeo, sendo o segundo tipo considerado mais comum devido à tradição de percepção visual da esquerda para a direita. Por sua vez, a utilização de movimentos de câmera⁵² em telejornais é limitada, já que esse recurso em excesso pode distrair e “tontear” o espectador na apresentação das matérias. Nos telejornais, em geral, esses movimentos têm seu uso limitado, também, ao tempo de locução.

⁵¹ O plano geral é mais aberto, mostrando, por exemplo, a pessoa inteira num cenário de fundo, a fim de, normalmente, localizar o fato para o telespectador. Além desse, existem outros, conforme citados por L. Portilho (op. cit., p. 29): plano de conjunto (‘corta-se’ a pessoa na altura dos joelhos aproximadamente); plano médio (‘corta-se’ abaixo dos cotovelos); meio primeiro plano (enquadra-se o personagem abaixo dos ombros); primeiro plano ou *close-up* (enquadrando-se o rosto, por exemplo); e primeiríssimo plano ou plano de detalhe (tão próximo que revela detalhes da pessoa ou objeto).

⁵² L. Bittencourt distingue (1993) os movimentos de câmera: panorâmica ou PAN, movimento horizontal contínuo; *tilt*, panorâmica vertical; *travelling*, passeio da câmera, como do interior de um automóvel em movimento; *dolly*, deslocamento da câmera na vertical, mais usado no cinema e praticamente não utilizado pelo telejornalismo; *zoom in-out*, aproximação ou afastamento diante do objeto filmado.

Cabe lembrar que a edição, no telejornalismo⁵³, está entre as etapas finais do processo, ocorrendo normalmente depois da escolha da pauta, com o assunto e as fontes a serem entrevistadas, da realização da matéria pelo repórter e pelo cinegrafista e da decupagem, quando o editor vê e ouve, seletivamente, o material bruto gravado. Segundo Heródoto Barbeiro (2002, p. 100), a edição consiste na montagem final da reportagem, selecionando-se o que permanecerá e o que será dispensado nas cenas. Mas o jornalista ressalta (ibidem, p. 106) que o editor, apesar de dever usar todos os recursos audiovisuais possíveis para um bom resultado, jamais deverá empregá-los para deturpar uma matéria, baseando-se sempre na ética da fidelidade às informações. Afinal, o processo de produção de um material jornalístico⁵⁴ confere sentido à narrativa final.

É verdade que truques de imagem podem iludir, disfarçar, mascarar e distorcer uma dada realidade, como constantemente se verifica em vídeos (principalmente da Internet, mas também da TV), cujo conteúdo icônico surpreendente é, na verdade, fabricado manual e artificialmente por meio de montagens que falseiam o real. Convém pontuar que, comumente, no universo espetacular televisivo, quanto mais a realidade é “maquiada”, mais é — ou, ao menos, parece ser — “real”, reconhecível e atraente, o que justifica o uso de recursos como iluminação, cenários (com fundos visuais muitas vezes projetados em *chroma-key*⁵⁵), maquiagem e artes (como os selos telejornalísticos).

Em muitos casos, para ser facilmente reconhecida pelo público, a imagem telejornalística vale-se também de estereótipos — na condição de generalizações por vezes

⁵³ Se, antes, os cortes na fita eram feitos fisicamente e a edição era linear (com as imagens sendo formadas e sequenciadas na ordem em que seriam transmitidas), a chegada do computador trouxe evoluções tecnológicas também para a indústria da TV, com a edição não-linear, tornando possível editar um programa fora da ordem e organizar as cenas na sequência desejada; é o sistema digital presente nas ilhas de captura e edição de vídeos. Portanto, como acentua Iluska Coutinho, “é na edição ou montagem que se realiza a formatação final, o encadeamento da narrativa visual cinética” (In: DUARTE; BARROS, 2006, p. 343).

⁵⁴ Como aponta a Teoria do *Gatekeeper*, desenvolvida no campo da Comunicação por David Manning White em 1950, as decisões tomadas no decorrer desse processo também se apoiam em critérios subjetivos, variando conforme o profissional que ocupa certa função. As etapas de criação do produto jornalístico podem, então, ser consideradas uma seleção (por filtros, *gates* ou ‘portões’) pela qual as mensagens passam ou são bloqueadas.

⁵⁵ O *chroma-key* é a técnica utilizada para inserir uma imagem em outra gravada separadamente, dando a impressão de primeiro e segundo planos coexistentes.

inadequadas e não fundamentadas no saber, refletindo códigos culturais artificialmente fabricados e impostos pela moral coletiva ou por práticas institucionalizadas. Nessa linha, J. Lazar exemplifica (op. cit., p. 159) que um alemão lembra um nazista, com um aspecto cruel e rígido, enquanto um italiano aparenta ser romântico, e um americano parece jovial, meio estúpido e às vezes malicioso. De modo semelhante, monumentos característicos, como a Torre Eiffel ou a Estátua da Liberdade, podem simbolizar um país e, assim, evitar longas explicações a respeito na TV.

O ideal televisivo, mais propriamente o telejornalístico, é que haja imagens suficientes e satisfatórias para cobrir e completar as informações noticiadas, tornando-as mais familiares, próximas, atraentes e facilmente digeríveis. Por outro lado, há riscos de manipulação inadequada das mensagens visuais:

A imagem é muito maleável, muito manipulável, sobretudo por aqueles que conhecem o seu 'segredo'. Na televisão, a imagem mostra o que se passou com a certeza do realismo e da verdade da imagem. Mesmo se suspeitarmos do discurso da televisão por não ser objetivo, para confirmar a sua verdade, há a imagem, o documento visual para comprovar. (...) Quando se crê na imagem, aceitamos a sua verdade, por consequência temos confiança nela. As imagens vistas na televisão suscitam muita confiança. *Os repórteres e os jornalistas estiveram nos locais e isso prova que a imagem é verdadeira. Em suma, a televisão mostra o que ela diz. A qualidade informativa da televisão é mantida pela imagem.* No écran vemos o real, e o fato de o vermos prova a sua existência. (LAZAR, 1987, p. 162, grifo nosso)

J. Aumont considera (op. cit., p. 182) que a câmera “metonimiza” a parte visível da produção e da tecnologia, à medida que substitui o todo de um programa — como imagens de bastidores, os *camera-men*, o diretor, entre outros elementos — por uma de suas partes, a que é vista pelo telespectador pela “janela” eletrônica da TV. O autor, na verdade, refere-se ao cinema, mas tal raciocínio pode ser ampliado para programas televisivos, como os telejornais. Apesar de muitos destes utilizarem, como o próprio cenário, a imagem da redação com profissionais trabalhando ao vivo, obviamente nem tudo “cabe” na tela da televisão ao mesmo tempo. O fenômeno da metonímia visual, portanto, é aqui inteiramente aplicável.

Olga Curado observa (op. cit., p. 109) que a câmera pode destacar ou revelar novos significados que contribuem para o esclarecimento da informação noticiada por telejornais.

“A subjetividade com que a imagem é feita economiza muito texto. (...) A imagem é construída por uma combinação de luz e sombra que revela volumes e formas. O excesso de uma ou de outra impede a visão” (idem).

C. Marcondes Filho ressalta (2002, p. 41-42) a relevância alcançada por montagens, fantasias visuais, editoração eletrônica de imagens, criação de efeitos e mixagens com cenas de arquivo. “O espetáculo visual torna-se tão importante como o próprio acontecimento que a TV transmite. Há um investimento nas cores, na cenografia, no movimento, nas curiosidades e na pirotecnia visual, que tornam a TV antes de mais nada um ‘aparelho onírico’” (ibidem, p. 42). Enfatiza, ainda, que a nova comunicação extrapola as vivências reais, evocando a fantasia, o imaginário, o desejo, a ilusão. Nesse esquema, o noticiário funcionaria, por um lado, como lembrança e alusão a uma realidade extra-tela e, por outro, como objeto de trabalho intensivo, radical, reestruturante e dotado de efeitos visuais, cores e tabelas, a fim de minimizar certo mal-estar causado pelo retorno ao real.

Segundo L. Toledo (op. cit., p. 45), no telejornal tudo deve encantar pela beleza e compor o show: abertura, música, apresentadores, cenário, vinhetas, formato das reportagens. Tal é o esquema de um espetáculo em ritmo circense, que costuma encerrar com um assunto mais leve e agradável. Pondera (ibidem, p. 111) que, apesar de ser considerada a “caçula” das imagens da reprodução, a imagem videográfica é capaz de assumir propriedades de tipos já existentes (na pintura, na fotografia e no cinema). Além de conjugar efeitos artísticos e estéticos, a imagem televisiva (mais especificamente, a telejornalística) volta-se, muitas vezes, para o factual, sendo que até a expressão do rosto de apresentadores ou repórteres ajuda a dar o tom da informação enunciada, por exemplo, se mais grave ou amena — representação esta que alude à noção de “fachada”, de E. Goffman, apresentada anteriormente.

Por fim, se a narrativa jornalística dramatiza ações e oferece ao leitor conteúdos e um modo de vivenciar relações sociais, a imagem na TV é a representação visual em movimento

de fatos, objetos e mesmo gente, naturalizando a realidade e se tornando referência do acontecimento, como elucida a professora Célia Mota (*In: VIZEU; PORCELLO; COUTINHO, 2010, p. 161-162*). Uma imagem telejornalística, com toda a sua carga icônica, produz significados sobre o que mostra, interpretados pelos espectadores a partir de um mapa cultural (*ibidem, p. 163*). Logo, “ao nos posicionar enquanto sujeitos, o sistema de representação e a cultura nos dão uma identidade” (*idem*); porém, ser sujeito implica o acesso a direitos e o cumprimento de deveres que marcam a concepção de cidadania, fundamental para a defesa de uma democratização midiática, como se verá a seguir.

2.5. DIREITO À INFORMAÇÃO E À COMUNICAÇÃO: CIDADANIA E DEMOCRATIZAÇÃO MIDIÁTICA

“É principalmente nos meios de comunicação de massa que se desenvolve o espaço público para a população”. (CANCLINI, 2007, p. 158)

Na era contemporânea, o problema fundamental em relação aos direitos humanos não é tanto o de justificá-los, mas, sim, de protegê-los, segundo o filósofo político Norberto Bobbio (1992, p. 24). Para ele (*ibidem, p. 203*), trata-se não de uma questão filosófica, mas política, numa época em que “o conceito de tolerância é generalizado para o problema da convivência das minorias étnicas, linguísticas, raciais, para os (...) chamados de ‘diferentes’”, como os deficientes. O autor defende (*ibidem, p. 45*) que a efetivação de uma maior proteção ao exercício dos direitos humanos esteja associada ao desenvolvimento global da civilização.

Por sua vez, a cientista social Maria de Lourdes Manzine-Covre é enfática ao declarar (2001, p. 10) que “só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão”. Ela entende (*ibidem, p. 11*) a cidadania como o próprio direito à vida no sentido pleno, que precisa ser coletivamente

construído. Nesse sentido, acredita (ibidem, p. 66) ser necessárias uma revolução interna e uma educação para a cidadania. “É preciso criar espaços para reivindicar os direitos, mas é preciso também estender o conhecimento *a todos*, para que saibam a possibilidade de reivindicar” (idem, grifo nosso). Certamente, o público espectador formado por cegos também deve estar aí incluído, sendo alcançado por informações relevantes para sua vida social, por exemplo. Mas, nem sempre, é o que ocorre — meios de comunicação massivos, especialmente a televisão, muitas vezes desconhecem, esquecem ou ignoram a existência de pessoas com deficiência visual do outro lado da tela, também interessadas em obter informações e entretenimento sempre no mais alto nível de clareza, precisão e propriedade.

A professora Jacqueline Dourado apresenta (2011, p. 37) o significado genuíno de cidadania como igualdade de direitos (civis, políticos e/ou sociais) dos indivíduos. “Em termos gerais, cidadão é quem goza, no Estado onde é domiciliado, dos direitos civis e políticos e, sobretudo, dos direitos de voto” (idem), de maneira que “(...) a cidadania repousa na participação do cidadão no contexto em que está imerso. O acesso igualitário ao espaço público surge como condição primordial para a existência e a sobrevivência dos seres humanos” (ibidem, p. 46). Na prática, o reconhecimento do status de cidadão não garante a igualdade entre os seres humanos, à medida que perdurem preconceitos de classe e efeitos da distribuição ímpar de renda, por exemplo (ibidem, p. 43). Além disso, “os direitos de cidadania são, ao mesmo tempo, deveres” (ibidem, p. 61), para que a própria cidadania se concretize, “independentemente da força e da abrangência da indústria cultural”.

Segundo J. Dourado (ibidem, p. 44), a falta de uma cultura de participação concorre para que a mídia, com frequência, tome para si, em nome do povo, a condução de movimentos políticos e de campanhas de mobilização popular. A autora acentua (ibidem, p. 53) que a demarcação do espaço público midiático demanda a aceitação da liberdade de opinião e expressão como requisitos essenciais para a democracia e, conseqüentemente, para a

cidadania. Comenta (ibidem, p. 64), ainda, que temas sociais (como moradia, trânsito, saúde pública e sexualidade, entre outros), antes limitados à esfera íntima, passaram a migrar, com a mediação televisiva, para a esfera pública, alimentando novas pautas de discussão e agendando outros meios. Contudo, a cidadania midiática é, na visão da pesquisadora (idem), precária, pois está construída a partir de lógicas privadas, focadas em interesses mercadológicos e sob o prisma das empresas de comunicação. “(...) a cidadania só se fortalece com o pleno conhecimento, por parte dos indivíduos, de direitos e deveres. (...) É a partir da materialização de uma sociedade mais equânime que se edifica a cidadania e não somente com base em decretos e leis” (ibidem, p. 69). Ela pondera (idem) que, apesar de avanços sociais oriundos da adoção da Constituição cidadã de 1988, ainda há um expressivo montante de brasileiros vivendo na linha de miséria, sem acesso ao fluxo informacional da dita sociedade de informação e, portanto, sem direito ao intercâmbio com novos saberes.

Numa antologia (2004) do pesquisador Luiz Beltrão, verifica-se que, “por si só, a parcela marginalizada da população brasileira não tem condições de emergir do submundo em que vegeta” (2004, p. 61). Para o jornalista, participação reclama comunicação: “se não ponho em comum as ideias, sentimentos e informações de que disponho e não recebo de volta a reação do outro, jamais estabecerei um *elo entre mim e minha audiência*” (ibidem, p. 62, grifo nosso). Segundo o comunicador Juan Bordenave (1992, p. 18), o conceito de marginalidade significa justamente “ficar de fora de alguma coisa, às margens de um processo sem nele intervir.” Erro pior ainda é, para ele, culpar os marginalizados por sua condição de excluídos, por estar “naquela situação de déficit” (ibidem, p. 19).

(...) a “marginalidade” de alguns grupos não é, de maneira alguma, consequência de “atrasos”, mas resultado lógico e natural do desenvolvimento modernizador numa sociedade onde o acesso aos benefícios está desigualmente repartido. O subdesenvolvimento de uns é provocado pelo “superdesenvolvimento” de outros. (...) Não há, pois, *marginalidade* mas *marginalização*. (BORDENAVE, 1992, p. 19-20, grifos do autor)

Tal concepção, aplicável em nível econômico, por exemplo, também é pertinente quando se analisa a exclusão social e até midiática. Afinal, “sem comunicação não pode existir a participação. De fato, a intervenção das pessoas na tomada de decisões requer pelo menos dois processos comunicativos: o de informação e o de diálogo” (ibidem, p. 68). J. Bordenave ainda pondera (ibidem, p. 70) que “a participação de todos os setores da população na democracia do futuro depende da adequada utilização da comunicação tanto no nível dos pequenos grupos como no nível das massas espalhadas em todo o território do país”. Realmente, a vivência social participativa e inclusiva está ligada à comunicação e à democracia — todavia, não apenas à do futuro, como pontua o autor, mas, desde já, à democracia contemporânea, entendida como regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder.

Afinal, “os meios de comunicação de massa substituíram as praças públicas na definição do espaço coletivo da política no mundo contemporâneo”, como realça o jornalista e cientista político Bernardo Kucinski. (1998, p. 16). Ele acentua (idem) que a percepção popular quanto à política e à sociedade provém, principalmente, dos meios eletrônicos de comunicação (rádio e TV) e, em menor escala, da leitura de jornais e revistas. Sendo assim, diante do alto grau de analfabetismo e do baixo poder aquisitivo da maioria dos brasileiros,

O Brasil saltou quase diretamente da condição de sociedade escravista de cultura oral para uma sociedade pós-moderna também oral, de rádio e TV. É por intermédio da TV que as classes B, C, D e E percebem os assuntos atuais, adquirem novos hábitos e desenvolvem uma linguagem comum. Quase todas as residências possuem um aparelho de TV e mais de um aparelho de rádio. (KUCINSKI, 1998, p. 18)

Vários países, entre eles o Brasil, têm visto crescer a mobilização para que se inclua na pauta das nações o reconhecimento da comunicação como um direito humano exatamente “por se tratar de um processo social fundamental, uma necessidade humana básica, o fundamento de todas as relações e organizações sociais”, conforme asseveram os professores José Marques de Melo e Luciano Sathler (2005, p. 7). Eles lembram (ibidem, p. 8) que “Informação é diferente de Comunicação”, sendo que a primeira é classificada como uma

fonte de poder. Com base nesse pressuposto, percebe-se que “o domínio dos seus meios de produção, controle e disseminação pode aprofundar a desigualdade da distribuição dos poderes numa sociedade já marcada por disparidades iníquas” (idem).

Vários indicadores apontam para a crescente concentração de poder, em seus diversos aspectos e manifestações, tais como o poder militar, ideológico, econômico, científico, tecnológico ou informacional. Posicionar-se pelos Direitos Humanos é se colocar contra aqueles que desrespeitam ou ameaçam esses mesmos direitos. Incluir os Direitos à Comunicação nessa luta é reconhecer a centralidade do ser humano como agente do seu próprio destino, seja como indivíduo ou grupo, capaz do diálogo. É garantir que a conversa sempre aponte para a liberdade, a solidariedade, a dignidade e o respeito à vida. (MELO, SATHLER, 2005, p. 8)

De fato, o direito à comunicação vai bem além do acesso à informação, ao envolver a possibilidade de o cidadão participar mais ativamente da troca de mensagens e também produzir conteúdos. Certamente, ambos os direitos (à informação e à comunicação) são importantes como legitimadores e, mais do que isso, efetivadores de um regime que se diz democrático. Entretanto, no caso de pessoas com deficiência visual, nem mesmo o direito à informação é plena e adequadamente garantido, ao se notar que, em telejornais, por exemplo, há informações relevantes sendo transmitidas somente pela imagem, o que desfavorece e exclui essa parcela do público quanto ao entendimento mais profundo do material veiculado.

Se assim é, então tem sido negligenciado o direito à comunicação por parte de cegos. Como cita o professor Marc Raboy (*In: MELO, SATHLER, 2008, p. 188*), a agenda internacional da Comissão Mundial sobre Cultura e Desenvolvimento contém propostas voltadas justamente para ampliar o acesso, a diversidade e a competição no sistema global de mídia, a partir da premissa de que as ondas do ar e o espaço integram os bens globais comuns — um conjunto coletivo pertencente a toda a humanidade, cujo acesso pode, então, ser regulamentado conforme o interesse público. Para o autor (*ibidem, p. 194*), a democratização da mídia deve basear-se na realização bem-sucedida de cinco tipos de intervenção, lideradas por cinco grupos de atores: análise crítica contínua das questões midiáticas (por pesquisadores); alfabetização midiática (educadores); construção e operação de mídias autônomas (operadores de mídia alternativa); progresso na mídia dominante (jornalistas,

editores, publicadores, entre outros); e intervenção política (ativistas de políticas para as mídias). Sem dúvidas, na era atual da globalização, a mídia pode tanto promover o desenvolvimento humano (e civilizatório) quanto, por outro lado, afigurar-se instrumento de poder e dominação, como alerta M. Raboy (*ibidem*, p. 196).

O antropólogo Néstor García Canclini aponta (2007, p. 44-45) a globalização como um conjunto de processos de homogeneização e, ao mesmo tempo, de fragmentação articulada do mundo, os quais reordenam as diferenças e as desigualdades sem suprimi-las. Ademais, apesar de imaginada como co-presença e interação de todos os países, empresas e consumidores, ela configura um processo segmentado e desigual (*ibidem*, p. 167). Enquanto a cultura abrange processos de produção, circulação e consumo de significações no âmbito da vida social (*ibidem*, p. 78), “é principalmente nos meios de comunicação de massa que se desenvolve o espaço público para a população” (*ibidem*, p. 158). Para ele (*ibidem*, p. 159), os circuitos midiáticos ganham mais peso que os tradicionais locais na transmissão de informações e imaginários sobre a vida urbana, podendo até oferecer novas modalidades de encontro e reconhecimento.

A democratização dos meios de comunicação chega a ser defendida, como um urgente desafio, pelo professor Murilo César Ramos (*ibidem*, p. 245). “(...) cremos em uma sociedade da informação e da comunicação como a nova forma de organização hegemônica do capitalismo, em oposição a uma sociedade industrial em declínio” (*ibidem*, p. 247). Em sua análise, é, pois, imperativo retomar o debate acerca do direito à comunicação como um novo direito humano fundamental, visto como um direito social de “quarta geração”⁵⁶ — “aquele, quem sabe, mais adequado para amparar, nas sociedades da informação e da comunicação,

⁵⁶ M. Ramos elucida (*In: MELO, SATHLER, 2008, p. 245-246*) que os direitos civis, associados à personalidade do indivíduo (liberdade pessoal, de pensamento, religião, reunião e liberdade econômica), são chamados de direitos de “primeira geração”. Já os direitos políticos, abrangendo a liberdade de associação nos partidos e direitos eleitorais, constituem os de “segunda ordem”, enquanto os direitos sociais (ao trabalho, à assistência, ao estudo, à tutela da saúde, à liberdade da miséria e do medo) são os de “terceira ordem”, imbricados à emergência e ao ápice do Estado-Providência, como ocorreu entre o fim do século XIX e a década de 1960.

nossas inesgotáveis expectativas de avanço crescente da democracia da igualdade em todo o mundo” (ibidem, p. 247). Realmente, o reconhecimento da comunicação como política social, “derivada do direito à comunicação” (ibidem, p. 251), deve ser considerado na atualidade. Como ratifica M. Ramos, esse direito é decisivo para a democratização das sociedades contemporâneas, as quais têm, na informação e na comunicação, “seus principais motores políticos, econômicos e culturais” (idem).

Para o relações públicas Rennan Mafra (2006, p. 32), a esfera midiática é uma das principais responsáveis pelo estabelecimento e a manutenção de conversações em meio social. Todavia, a mídia “raramente permite uma competição justa entre os grupos, para que os *diversos atores sociais* tenham as mesmas chances para se fazer representar. A mídia não oferece um espaço único e igual para que os movimentos contemporâneos *divulguem suas causas*” (ibidem, p. 41, grifos nossos). Certamente, as pessoas com deficiência estão entre esses atores sociais que não costumam ter muito espaço na mídia para divulgar suas causas. R. Mafra considera (ibidem, p. 34) que a mobilização social, como prática, constitui-se pela comunicação, até por envolver o compartilhamento de discursos, visões e informações, bem como a interação e a convocação de vontades para uma mudança de realidade.

O professor Domingo García-Marzá menciona (*In: CORTINA, 2007, p. 203*) a declaração da Unesco de 1983, intitulada “Princípios internacionais de ética profissional do jornalismo”: terá sido a primeira a propor valores universais, independentemente de contextos culturais e sociais originários. “Seu ponto de partida é a significação atual da informação e da comunicação, o aumento de seu poder e, por conseguinte, sua crescente responsabilidade social” (idem), definindo-se informação como um direito básico e um bem social — e não como uma mercadoria ou um bem privado (ibidem, p. 211). Entre os princípios que deveriam, então, orientar a atividade jornalística, estão: objetividade, veracidade, integridade, respeito à dignidade das pessoas, paz, direitos humanos, democracia, progresso social e cultural. Além

disso, se “tudo o que somos como pessoas, nós o somos por um processo de socialização em que, desde que possamos, adquirimos nossa autonomia e nossa capacidade crítica” (ibidem, p. 205), evidencia-se a importância atual dos meios de comunicação como formadores e educadores. Para o autor, nossa própria autocompreensão como pessoas é devida, hoje, mais às empresas de comunicação audiovisual que à família ou à escola. “É indiscutível sua importância para o desenvolvimento da personalidade, assim como para a evolução da sociedade e da vida democrática” (idem). Sendo assim, o autor critica (ibidem, p. 207) a concentração midiática que resulta na centralização e na uniformização da comunicação — “decisivamente, a morte da formação de uma opinião pública plural e autônoma”.

A nova ordem mundial da informação deve ser interpretada, segundo o jornalista Juan Luis Cebrián (ibidem, p. 157), como um direito subjetivo dos indivíduos, de informar os outros e de ser informado pelas instituições e pela administração pública, haja vista que “é impossível negar o valor educativo das mídias” (idem). Um exemplo é a própria televisão, que, segundo ele (ibidem, p. 161), não influencia somente pelo que diz e cala, mas pelo que mostra e como o faz. “Penteados, laços, comidas, expressões, costumes, atitudes constituem parte do conjunto de valores sociais que acabam configurando a identidade dos grupos” (idem). Defende (ibidem, p. 164), por fim, que o valor principal das empresas informativas é o capital humano que forem capazes de desenvolver, concluindo que empresas de informação, grupos de comunicação e o mundo da mídia continuarão com papel fundamental para a sociedade e a liberdade.

Nessa perspectiva, ratifica-se a importância do jornalismo como algo intrinsecamente ligado à sociedade de massa para atender à chamada necessidade social da informação, como esclarece o professor Victor Gentili (1995, p. 25). Segundo o autor (idem), o jornalismo busca não só informar a comunidade, mas também retraduzir a realidade, apresentar o mundo ao ser humano e situá-lo o quanto for possível ante as circunstâncias que o rodeiam para lhe

oferecer alternativas. Sendo assim, o objetivo prioritário de uma sociedade deve ser “a construção de indivíduos cada vez mais capazes de *autoprodução* de sentido” (ibidem, p. 133, grifo nosso). Ora, se, por vezes, é negada aos cegos a possibilidade de autoprodução de sentido pela intermediação de veículos midiáticos (impressos e audiovisuais) não adaptados, confirma-se que tal meta social não foi alcançada; e, tampouco, o direito à informação tem sido atendido nessa situação específica. Logo, esse direito não é realmente um direito-fim, capaz de se realizar em e por si mesmo, mas, ao contrário, um direito-meio — “um pressuposto, neste caso, para que o direito político se realize em melhores condições” (ibidem, p. 145), “um direito sem o qual os outros direitos ficam prejudicados” (ibidem, p. 159), “uma condição indispensável para o acesso pleno aos demais direitos” (idem).

No entendimento de V. Gentili (ibidem, p. 154), a informação jornalística é indispensável para o estar no mundo atualmente, tendo em vista que “todas as informações indispensáveis para a vida em sociedade chegam, hoje, aos homens, de forma *mediada* e não direta” (idem, grifo do autor). Assim, considera (ibidem, p. 157) que os direitos civis e políticos, os quais “se configuram como prerrogativas e pressupõem a liberdade de escolha do cidadão, são direitos que se alargam, de uma maneira evidente, com o acesso à informação [jornalística]”; afinal, tal acesso, por parte do público, é uma porta de acesso a outros direitos, assegurando-os, conferindo “condições de igualização de sujeitos” e oferecendo visibilidade ao poder e ao mundo (ibidem, p. 158).

O autor acrescenta (ibidem, p. 159) que o direito à informação deve ser para todos, a fim de fornecer subsídios em quantidade e qualidade para o melhor julgamento possível de cada um, permitindo que o receptor forme as próprias preferências e faça suas escolhas e julgamentos “de modo *autônomo*” (ibidem, p. 160, grifo nosso). No entanto, esse “direito à autonomia” (idem) nem sempre é respeitado por emissoras televisivas, apesar de o cidadão ter “o direito de ser provido das informações necessárias para o seu dia-a-dia” (ibidem, p. 162).

O professor Ignacio Ramonet denuncia (*In: CORTINA, 2007, p. 100*) a existência do chamado “homem mundial”, “o átomo infra-humano, vazio de cultura, de sentido e de consciência do outro”, indicando que, sem desenvolvimento social, não pode haver progresso econômico satisfatório, pois não se pode construir uma economia sólida sobre uma sociedade em ruínas (*ibidem, p. 106*). O processo globalizante, além da ciência, da tecnologia, do trabalho qualificado e dos Estados, envolve, ainda, os meios de comunicação, tal como o evidencia o sociólogo Manuel Castells (*ibidem, p. 58-60*). Ele denomina de sociedade-rede a era da informação, ocorrida nas últimas duas décadas (*ibidem, p. 57*), de modo que as novas tecnologias da informação baseada na comunicação e no processamento informacional em tempo real permitem a flexibilidade e a adaptabilidade da rede. Entre os grandes desafios dos tempos atuais, M. Castells destaca (*ibidem, p. 70-71*): a exclusão social em escala planetária; as novas epidemias; as crises ecológicas; e a falta de instrumentos políticos de gestão da globalização. Em meio a tudo isso, “está se observando o desenvolvimento de uma nova consciência democrática na qual em todo o mundo se imaginam formas de democracia participativa complementar, nunca alternativa, à democracia parlamentar” (*ibidem, p. 73*).

Diante das explanações desta subseção em torno da mídia, da democracia e da cidadania, cabe indagar: no caso dos cegos, em que a obtenção de todas as informações deixa de ser possível devido à limitação causada pela deficiência visual, como, ao menos, ampliar ao máximo esse acesso? Além disso, como os cegos são representados em matérias do principal noticiário televisivo brasileiro? Será que, no caso da recepção de TV, a ausência de imagens compromete na prática o direito à informação telejornalística por parte desse público? Questões como essas e possíveis soluções far-se-ão presentes ao longo da abordagem que, fundamentada no arcabouço teórico-conceitual proposto até aqui, segue nos dois capítulos seguintes.

3. REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA DO DEFICIENTE VISUAL NO JORNAL NACIONAL: ANÁLISE TEXTUAL DE MATÉRIAS

“(...) la televisión construye de forma esquemática representaciones del mundo que nos rodea y nos ofrece las claves de lectura necesarias para descifrarlo”.⁵⁷ (CASETTI; DI CHIO, 1999, p. 312)

Com base na abordagem teórica tecida ao longo dos capítulos anteriores — envolvendo assuntos como cegueira, comunicação midiática, identidades, TV e telejornalismo — a proposta deste terceiro Capítulo, de caráter empírico, é avaliar matérias telejornalísticas referentes, de maneira mais ou menos direta, à temática da deficiência visual. Para tanto, será explicitada, a seguir, a metodologia escolhida nas apreciações — a análise textual de TV — bem como sua pertinência em estudos de telejornalismo como este. Posteriormente, apresentar-se-á uma abordagem sobre a Rede Globo e o Jornal Nacional (JN), já que esse produto televisivo é aqui utilizado como objeto de pesquisa. Por fim, serão expostos os comentários analíticos acerca do *corpus* deste estudo, que abrange 16 vídeos veiculados pelo JN em 2011. Com isso, espera-se contribuir para o avanço de reflexões no campo da Comunicação, principalmente no que diz respeito à representação midiática da deficiência, bem como conduzir esta Dissertação a seu derradeiro capítulo, que perscrutará, por exemplo, a recepção telejornalística (de reportagens alusivas ao tema) por parte de deficientes visuais.

3.1. A ANÁLISE TEXTUAL DE TV

“(...) la televisión ya no es tan sólo un ‘espejo del mundo’, sino también un ejemplo: un canon de cómo ‘es’ el mundo y de cómo hay que ‘estar’

⁵⁷ Em tradução livre: “(...) a televisão constrói, de forma esquemática, representações do mundo que nos rodeia e oferece as chaves de leitura necessárias para decifrá-lo”.

en el mundo.”⁵⁸ (Casetti; Di Chio, 1999, p. 311-312)

Integrando a metodologia de pesquisas em Comunicação, a análise textual da televisão proposta pelos teóricos Francesco Casetti e Frederico Di Chio (1999) aplica-se a programas televisivos em geral e ao conjunto da programação. Não se trata simplesmente de um instrumento para transmitir representações ou informações, mas realizações linguísticas e comunicativas, construções propriamente ditas, segundo os autores (1999, p. 249). Para além dos conteúdos das transmissões, o método permite focar elementos linguísticos que as caracterizam, os materiais utilizados e os códigos que presidem seu tratamento — códigos linguísticos (gramaticais, sintáticos) ou estilísticos, mas, também, culturais e ideológicos.

O objetivo da análise textual não é medir quantitativamente a presença de determinados temas, figuras ou ambientes, mas, sim, de destacar a “arquitetura” e o funcionamento dos programas analisados (idem). O que mais interessa, portanto, é reconstruir a estrutura e os processos do objeto estudado em termos qualitativos (ibidem, p. 250), estendendo a atenção até o modo de interpretar seu significado em um sentido global de valorizar os temas e as formas de enunciação do seu próprio discurso (ibidem, p. 251).

“(…) *la afirmación del análisis textual, que se lleva a cabo a partir de los años setenta, también obedece a una razón de carácter más bien técnico: la necesidad de corregir determinados límites de los análisis de contenido*”⁵⁹ (ibidem, p. 250). Enquanto a análise de conteúdo tende a atuar sobre unidades semânticas isoladas umas das outras, Casetti e Di Chio consideram (idem) que os textos, incluindo os audiovisuais, apresentam configurações muito mais complexas e constroem mundos que tendem a amalgamar as diferentes indicações

⁵⁸ Em tradução livre: “(…) a televisão já não é tão somente um ‘espelho do mundo’, mas também um exemplo: um cânon [modelo] de como ‘é’ o mundo e de como se deve ‘estar’ no mundo.”

⁵⁹ Em tradução livre: “(…) a afirmação da análise textual, que se desenvolve a partir da década de 1970, também obedece a uma razão de caráter propriamente técnico: a necessidade de corrigir determinados limites da análise de conteúdo”.

oferecidas. Sendo assim, os textos não apenas dizem ou mostram algo, mas também dizem e mostram o modo em que esse algo se propõe e se capta (ibidem, p. 251).

Explicam (ibidem, p. 251-252), ainda, no que consiste o “esquema de leitura”: um dispositivo que serve para guiar a atenção do investigador na apreciação de um programa de TV. Tal instrumento está constituído por uma série de categorias que permitem ao analista definir e reagrupar os itens textuais, podendo observar aspectos como: sujeitos e interações; textos verbais; estrutura espaço-temporal; enquadramentos e movimentos de câmara; luzes e cores; pausa publicitária; e mudança de personagens na cena (ibidem, p. 252-256). O esquema pode ser aplicado a um só programa, para avaliar sua arquitetura e sua dinâmica, ou a um grupo numeroso de atrações, identificando-se semelhanças e diferenças (ibidem, p. 258).

Nesse sentido, pode-se aproximar do texto televisivo para estudar seus signos e códigos ou centrar no tipo de discurso realizado e de mundo apresentado em cena ou ainda analisar as estratégias do texto para comunicar algo ao espectador (ibidem, p. 259). Os autores lembram (ibidem, p. 260) que a TV não é um dispositivo “neutro” para captar diretamente o real; ao contrário, utiliza uma linguagem propriamente dita, que não reflete a realidade, mas que a “re-cria” e produz significados a partir de um sistema de regras. Estudar a linguagem televisiva significa, então, analisar o modo em que a TV produz sentido, assim como as normas (inclusive as implícitas) relacionadas aos produtores e consumidores dos programas. Afinal, a linguagem televisiva representa um fenômeno complexo e heterogêneo, com aspectos linguísticos (gramática, sintaxe), sociais e culturais, conforme explicitado no capítulo anterior, na abordagem da televisão. “(...) *aunque ver la televisión no requiera alfabetización, requiere por lo menos aprendizaje y competencia*”, de forma que “*el espectador tiene que aprender las reglas del mundo que la televisión representa*”⁶⁰ (ibidem, p. 263).

⁶⁰ Em tradução livre: “ainda que assistir a TV não exija alfabetização, requer ao menos aprendizagem e competência”; e “o espectador tem que aprender as regras do mundo que a televisão representa”.

É possível observar, por meio da análise textual, como se organizam os temas tratados (estruturas argumentativas), os acontecimentos narrados (estruturas narrativas), os espaços exibidos e os tempos modulados (estruturas representativas), segundo os autores (ibidem, p. 264). Para eles (ibidem, p. 281), a argumentação, a narração e a representação são âmbitos que se cruzam continuamente, remetendo às estruturas do texto (‘o quê’) e aos modos em que ele se apresenta (‘como’) e transita do emissor ao receptor (‘processos de comunicação’).

*La comunicación no es una mera transferencia de contenidos del emisor al destinatario, un pasaje lineal de significados que pertenecen al texto de modo intrínseco. Por el contrario, la comunicación es también un intercambio entre sujetos, destinado a coproducir sentido. Ello significa que el texto no es solo el objeto que se transmite, sino el objeto en torno al cual se actúa*⁶¹ (CASETTI; DI CHIO, 1999, p. 281-282).

Se a comunicação também se situa em um ambiente, um contexto (físico, social, mental, comunicativo), como pressupõem os autores (ibidem, p. 282), pode-se estudar até o projeto comunicativo do programa dentro do próprio programa (ibidem, p. 290). “(...) *la televisión no comunica mediante (...) unidades concluidas y analizables por separado, sino a través de un flujo continuo de imágenes y de sonidos*”⁶² (ibidem, p. 291). F. Casetti e F. Di Chio defendem (ibidem, p. 292) que os textos televisivos devam ser entendidos em sua relação com a leitura (recepção) que deles fazem os espectadores individuais ou em grupos.

Nessa perspectiva, os textos dos *media*, incluindo os programas televisivos, se prestam a diferentes usos, conforme delineado pelos autores (ibidem, p. 297): oferecem imagens da realidade que confirmam e integram ou corrigem os mapas cognitivos dos indivíduos; facilitam esquemas que explicam os eventos cotidianos; propõem repertórios de expressões, símbolos e figuras retóricas a ser utilizados em diferentes ocasiões, inclusive nas conversas do dia a dia; ativam quadros comunicativos que confirmam ou desmentem hierarquias sociais reconhecidas; favorecem ou bloqueiam interações pessoais; oferecem sugestões para a ação.

⁶¹ Em tradução livre: “A comunicação não é uma simples transferência de conteúdo do emissor ao destinatário, uma passagem linear de significados que pertencem intrinsecamente ao texto. Pelo contrário, a comunicação é também a troca entre sujeitos, destinado a co-produzir sentido. Isso significa que o texto não é apenas o objeto que é transmitido, mas o objeto em torno do qual se atua”.

⁶² Em tradução livre: “(...) a televisão não comunica mediante (...) unidades concluídas e analisáveis separadamente, mas, sim, por meio de um fluxo contínuo de imagens e de sons”.

“(…) cada texto define sus significados en función de su contexto, a través de un proceso colectivo de construcción de sentido”⁶³ (ibidem, p. 299).

Mencionando (ibidem, p. 299-300) o modelo de codificação/decodificação de Stuart Hall — para quem a comunicação nada tem de natural, e a audiência não constitui uma massa uniforme, mas um agregado de grupos sociais, ligados de distintos modos à estrutura social e à cultura dominante — F. Casetti e F. Di Chio comentam que a leitura realizada pelo receptor pode ser dominante, negociada ou de oposição, em escala decrescente de concordância ou compartilhamento mediante os pontos de vista do emissor. O sentido da mensagem nasce, então, da relação entre produção e recepção (ibidem, p. 304), considerando-se o texto como estrutura aberta, polissêmica, semanticamente flexível e suscetível de ser interpretada de variados modos (todos legítimos); por seu turno, a interpretação é entendida como algo ativo e negociável em meio a elementos contextuais (ibidem, 303-304).

Segundo Jhonatan Mata (2011, p. 134), que aplicou a análise textual de TV em sua Dissertação de Mestrado sobre identidade, representação popular e telejornalismo local, essa metodologia analítica permite uma abordagem qualitativamente mais aprofundada, à qual interessam, também, os efeitos de sentido globais produzidos. Para tanto, destaca a disposição de vítimas, “mocinhos”, vilões, arautos e outros personagens em cena⁶⁴ no material telejornalístico pesquisado, os quais, até então, eram “isolados” em unidades semânticas.

Fica evidente, assim, a pertinência metodológica da análise textual de TV também no estudo do telejornalismo — gênero considerado o mais importante em termos de noticiário de televisão e a melhor síntese do formato televisivo, no entendimento de C. Marcondes Filho (2002, p. 79), conforme apontado na seção anterior. Como o debate sobre as identidades

⁶³ Em tradução livre: “(…) cada texto define seus significados em função de seu contexto, por meio de um processo coletivo de construção de sentido”.

⁶⁴ A proposta de J. Mata na escolha de personagens para compor as histórias foi feita sob a ótica da já mencionada “dramaturgia do telejornalismo”, como fora evidenciado por Iluska Coutinho em sua Tese de Doutorado. “De acordo com a autora, existe, nesse contexto, um telejornalismo baseado na estruturação de notícias e reportagens através de uma narrativa dramática, tanto em nível local quanto nacional” (MATA, 2011, p. 19).

constitui um dos principais fios condutores das investigações sobre os meios de comunicação, indo dos estudos dos efeitos às mais recentes teorias de recepção (CASSETTI; DI CHIO, 1999, p. 312-313), cabe aliar ambas as vertentes (a televisiva e a identitária) na avaliação de matérias telejornalísticas acerca da parcela populacional composta por pessoas deficientes. Afinal, se *“la identidad está estrechamente ligada a las actividades sociales en las que el individuo se encuentra implicado”* (ibidem, p. 314), então *“la intervención de los medios electrónicos desarticula los procesos tradicionales de construcción de identidad, a través de nuevas experiencias y de nuevas formas de socialización”*⁶⁵ (ibidem, p. 319).

Para o presente estudo, a análise textual permitirá que se esquadrinhem matérias do JN segundo categorias ou aspectos de análise, tais como terminologias empregadas por âncoras e repórteres em referência às pessoas com deficiência visual; estrutura espaço-temporal da reportagem; identidade(s) de deficiente visual realçada(s) ou sugerida(s), avaliando, por exemplo, se o personagem cego é mostrado como beneficiador ou beneficiado (ativo ou passivo) em relação à sociedade, se aparece incluído ou excluído de práticas socioculturais, se é destacado como sujeito autônomo ou dependente de outras pessoas e quais sentidos elementares mais mobiliza na ausência da visão; texto verbal de repórteres e de cegos entrevistados, sondando sua relação com a temática identitária e verificando o assunto em torno do qual giram. Assim também, considerações acerca de conteúdos imagéticos que compõem a representação midiática do deficiente visual no noticiário, atentando-se, por exemplo, a posturas, roupas e gestos significativos; à posição do cego ao longo do VT (se sentado ou de pé; se estático ou em movimento; se está sozinho ou acompanhado por outras pessoas); à presença ou à ausência de “sinais visíveis do estigma” (como óculos escuros e bengala branca), bem como a eventuais enquadramentos e movimentos de câmera reveladores. Logo, diferentemente de uma análise de conteúdo ou de discurso —

⁶⁵ Em tradução livre: “a identidade está estreitamente ligada às atividades sociais nas quais o indivíduo se encontra implicado”; e “a intervenção dos meios eletrônicos desarticula os processos tradicionais de construção de identidade, por meio de novas experiências e de novas formas de socialização”.

metodologias também úteis e válidas para pesquisas, porém mais restritas à constatação de certos dados quantitativo-qualitativos ou ao escrutínio do discurso verbal — a proposta da análise textual de TV, mais abrangente, parece-nos ser aqui mais pertinente e produtiva para o que se pretende propor empiricamente: a maneira como deficientes visuais são representados pelo telejornal brasileiro de maior audiência na atualidade, do qual irá tratar o tópico seguinte.

3.2. REDE GLOBO E JORNAL NACIONAL

“O que nós oferecemos ao público é informação. Essa é a nossa vocação. Na [Rede] Globo, nós acreditamos firmemente que informação é o instrumento mais valioso e eficiente para o exercício pleno da cidadania.” (BONNER, 2009, p. 243)

Na “janela” da televisão, o produto telejornalístico escolhido para ser aplicado nas metodologias desta análise foi o Jornal Nacional, da Rede Globo, exibido de segunda a sábado, atualmente por volta de 20h30, integrando a chamada faixa de horário nobre da TV. Ele surgiu em 1º de setembro de 1969, às 19h40, como o primeiro telejornal brasileiro de exibição simultânea⁶⁶, em rede e ao vivo, depois de quatro anos em que ia ao ar o primeiro telejornal da TV Globo — o Tele Globo, lançado em 26 de abril de 1965, com duas edições de 15 minutos e apresentado por Hilton Gomes e Aluisio Pimentel. A emissora optou por abandonar a improvisação e adotar o modelo dinâmico do telejornalismo norte-americano, com cenários bem produzidos e locutores elegantemente vestidos e dotados de um agradável timbre de voz, além da qualidade técnica das imagens e dos textos.

⁶⁶ Gerado no Rio de Janeiro e retransmitido para todas as emissoras da rede, o primeiro JN anunciava: “o Jornal Nacional, da Rede Globo, um serviço de notícias integrando o Brasil novo, inaugura-se neste momento: imagem e som de todo o País”. Cid Moreira encerrou aquela edição histórica da seguinte forma: “é o Brasil ao vivo aí na sua casa. Boa noite”. Segundo a professora Iluska Coutinho (*In: VIZEU, 2008, p. 91*), a interligação via rede terrestre de micro-ondas não atingia todo o território nacional, de modo que, até a década de 1980, com a chegada do satélite, apenas as regiões Sul, Sudeste e parte do Nordeste brasileiro apresentavam interligação — “não por acaso, são nessas regiões que há maior concentração populacional e também da renda nacional” (*idem*).

Segundo as jornalistas Daniela Klein e Raquel Rocha (2003, p. 20-21), na equipe⁶⁷ da época em que o JN estreou, estavam Cid Moreira e Hilton Gomes, na locução; Alfredo Marsillac, na mesa de corte; Armando Nogueira e Alice Maria, na chefia; Humberto Vieira, como editor internacional; Amaury Monteiro, então chefe de reportagem; Sílvio Júlio Nassar, na direção geral; Moacyr Masson, responsável pela parte administrativa do jornal; Walter Clark, diretor da emissora; José Bonifácio Sobrinho, consultor; Auderi Alencar e João Melo, na montagem dos filmes; e Aníbal Ribeiro, como editor local. O que talvez nenhum deles tivesse certeza naquele dia era que o informativo televisivo que colocavam no ar tornar-se-ia um dos mais significativos representantes da Rede Globo, vindo a ser considerado o mais tradicional telejornal brasileiro. O atual editor-chefe e apresentador do JN comenta:

Desde que surgiu, em 1969, o JN procurou antecipar, aos telespectadores, os assuntos que seriam destacados na primeira página dos principais jornais impressos do dia seguinte. (...) O trabalho socialmente importantíssimo que nós procuramos realizar, no JN, é oferecer informação qualificada e gratuita na televisão aberta. (BONNER, 2009, p. 21-22)

É importante considerar que emissora era aquela em que o JN nascia, ao fim da década de 1960. De acordo com Jacqueline Dourado (op. cit., p. 70), o advento da Rede Globo foi permeado por jogos políticos, influências, troca de benefícios e predomínio de “interesses das classes dominantes”. A autora relata (idem) que, apesar de a outorga de transmissão ter ocorrido ainda no governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961), a estreia da emissora se deu, pelo Canal 4 (Rio de Janeiro), em 25 de abril de 1965 — no governo do primeiro mandatário do Regime Militar instaurado em 1964, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, cujo mandato durou de 1964 a 1967. Segundo Iluska Coutinho (*In: VIZEU, 2008, p. 91*), o acesso à tecnologia de transmissão foi viabilizado com a utilização de orçamento público — “opção dos militares para garantir a difusão do sinal de televisão, e da ideologia de segurança nacional, por todo o território brasileiro”.

⁶⁷ Enquanto nessa época a equipe do JN era composta por quase 30 pessoas, 40 anos depois, em 2009, o telejornal contava com o trabalho de 4,5 mil profissionais espalhados pelo Brasil. Outra distinção é o tempo de duração: em 1969, eram 15 minutos de noticiário; a média hoje é de 40 minutos, com intervalos.

Na década de 60, a Rede Globo estabeleceu acordos com o grupo norte-americano Time-Life, os quais renderam mais de seis milhões de dólares ao fundador da emissora, Roberto Marinho, entre 1962 e 1966. A empresa chegou a enfrentar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada para anular os contratos com a Time-Life⁶⁸, que violavam o Código Brasileiro de Comunicações (Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962) e o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963). Além disso, teve de enfrentar a fúria da imprensa nacional, principalmente dos Diários Associados, vindo a ser obrigada a se desvincular do grupo estrangeiro. Os processos jurídicos e administrativos foram encerrados em 1967. D. Klein e R. Rocha consideram (op. cit., p. 15) que o desfecho da parceria foi um excelente negócio para a Rede Globo, que já havia conseguido importar capital, tecnologia e conhecimento suficiente para operar no País.

Outro fato marcante na história da emissora foi a construção do chamado “Padrão Globo de Qualidade”⁶⁹, contando com a participação de Walter Clark, na área administrativa da emissora, e a de José Bonifácio Sobrinho, o Boni, que atuaria na empresa por 30 anos. “(...) a imagem limpa, asseada e perfumada da TV Globo (...), a alta sofisticação⁷⁰ tecnológica da Rede Globo como um todo (...) é um dos resultados mais visíveis de sua enorme concentração de capital” (MIRANDA; PEREIRA, 1983, p. 36). O crescimento da organização foi vertiginoso. “A emissora entrou no mercado sem fazer alarde, mas foi responsável pela maior revolução de linguagem já vista na TV brasileira” (KLEIN; ROCHA, 2003, p. 15-16).

⁶⁸ Segundo Jacqueline Dourado (op. cit., p. 70), o acordo entre Rede Globo e Time-Life consistia num contrato de cooperação e assistência técnica, assegurando à emissora brasileira capital para expansão veloz, “o que deflagra campanha nacionalista com fortes denúncias da presença de capital estrangeiro na radiodifusão”. A associação permitiu a aquisição de equipamentos de última geração, bem como recrutamento e treinamento de pessoal com alta qualificação (idem). A CPI instalada concluiu pela ilegalidade da transação, “mas sem operar efeitos práticos punitivos por parte do Governo Federal” (idem).

⁶⁹ R. Miranda e C. Pereira afirmam (op. cit., p. 34) que esse rótulo já é consagrado e qualifica todo um modo de fazer televisão, priorizando, por exemplo, imagens de alta qualidade e nitidez.

⁷⁰ A sofisticação traduz-se, no plano visual, em grandiosidade, luxo e certo esbanjamento em caros cenários e figurinos, por exemplo (MIRANDA; PEREIRA, 1983, p. 37). Além disso, os autores percebem uma preocupação com a “limpeza”, na busca de enquadramentos com o mínimo de imagens e o máximo de informação (imagens ‘enxutas’, sem excessos) e de movimentos de câmera suaves e quase imperceptíveis ou sincronizados, bem como de um ritmo praticamente perfeito.

Assim, a empresa terminou o ano de 1972 como a maior rede de TV do Brasil, com investimentos na transmissão a cores e via satélite, para todo o País, em tempo real.

Em 1974, a emissora passou a receber imagens de acontecimentos mundiais por satélite, devido ao acordo feito com a agência internacional de notícias United Press International (UPI). Antes, a Rede Globo já veiculava imagens vindas de satélite pelo Serviço Ibero-Americano de Notícias (SIN), mas o material não era de boa qualidade. Pelo contrato com a UPI, o JN conseguiu aumentar o interesse do público pelo noticiário internacional. Mediante o avanço da tecnologia⁷¹ e dos satélites, o JN manteve-se por um tempo como o único programa ao vivo e exibido em rede por todas as emissoras integradas à Rede Globo.

Honra seja feita. Uma grande parte da tradição “pública” da televisão brasileira e do seu papel de serviço público provém, na realidade, da hegemonia dessa televisão “privada”! Criada em 1965, a Globo é um dos símbolos da identidade brasileira: gosto pela modernização, pelo desafio, influência norte-americana, vontade de se distinguir. (...) De fato, a Globo coloca-se como uma indústria, um instrumento de modernização e integração e um fator de identidade nacional. Ela é um instrumento de cultura de massa numa sociedade hierarquizada. (...) O próprio sucesso da Globo (...) ilustra muito bem a minha teoria de que a televisão geralista de massa, seja ela pública ou privada, deve ser analisada no que respeita a interação social e a negociação de modelos e de influências, mais do que como instrumento de dominação e imperialismo cultural. (WOLTON, 1996, p. 159)

J. Dourado comenta (op. cit., p. 77) que, ao longo das últimas quatro décadas, a Rede Globo cresceu até atingir a liderança absoluta do mercado de audiência televisiva. No entanto, desde os anos 90, seus índices vêm apresentando certo declínio, especialmente no que tange à audiência⁷², devido à conjunção de fatores como a abertura do Brasil ao mercado internacional de informação e comunicação e a estabilidade gradativa da moeda nacional, com

⁷¹ Entre as mudanças feitas pelo JN com o uso de novas tecnologias, está a substituição do filme 16 mm com a instalação da ENG (*Electronic News Gathering*), que permite a edição eletrônica de videotapes, oferecendo mais rapidez à operação do telejornalismo, que, até então, gastava muito tempo com a revelação do filme.

⁷² Em janeiro de 2012, foi divulgada a informação de que a Globo fechara o ano de 2011 com ibope (nível de audiência) em queda, mas com bom faturamento. Pesquisas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) apontaram que uma das razões para esse paradoxo era o fato de as redes de TV darem bônus para que as agências de publicidade direcionassem anúncios para seus canais. A publicidade respondeu por cerca de 70% da receita da emissora. Segundo a própria Rede Globo, seu faturamento saltaria 9% no ano. A nota da Central Globo de Comunicação (CGC), divulgada pelo site da Folha de S. Paulo em janeiro de 2012, ressaltava: “estamos comemorando que a TV aberta terá a maior participação no bolo publicitário dos últimos anos, 63%”. A CGC creditou os resultados ao “fato de que a TV aberta nunca esteve tão bem”, com o telespectador estendendo “sua permanência em frente à TV” e com aumento no “número de aparelhos por lar”; por isso, a Rede Globo estaria “cada vez mais forte na preferência dos brasileiros e também do mercado publicitário”. A emissora reconheceu, na época, a perda de ibope, mas justificou o fato devido à coexistência com “outros aparelhos” (videogame, DVD), e não à concorrência das emissoras Record e SBT (Sistema Brasileiro de Televisão).

o Plano Real. Assim, a aquisição de mais televisores pelos cidadãos e o acesso à assinatura de canais fechados (TV paga) têm sido favorecidos, além de ser crescente a participação da população nacional na rede mundial de computadores (ibidem, p. 77-78); ademais, a vulnerabilidade do modelo tradicional de televisão vem-se agravando com a chegada da TV digital e de suas potencialidades para melhorar a produção, a transmissão e a recepção de conteúdos (ibidem, p. 89).

Apesar desses elementos intervenientes no modo de “ver e fazer” televisão no Brasil, são ainda inegáveis a liderança da empresa entre as emissoras nacionais de TV e seu poder de influência social. Dados referentes ao ano de 2008, apresentados pela autora (ibidem, p. 79), atestam que a Rede Globo chega a cerca de 98,5% (5.477) dos 5.564 municípios brasileiros e a aproximadamente 49 milhões de residências de um total de 50.520 domicílios com televisão, além de contar com 121 geradores⁷³. “Os números (...) constatam que a TV [como meio de comunicação] está em quase todos os lares brasileiros⁷⁴ e representa para significativa parcela da população a principal fonte de informação” (ibidem, p. 80).

Para além da modernização tecnológica, a Rede Globo alcançou, ainda, segundo C. Pereira e R. Miranda (op. cit., p. 37), alto nível de sofisticação no plano textual, com um “extremo cuidado com a ‘correção, o rigor’ da linguagem empregada (e isto no que se refere à entonação, pronúncia, vocabulário etc.), em certa ‘impostação’ encoberta por um certo ar de naturalidade”. Além disso, a “limpeza” no texto reflete-se na busca pelo máximo de informação com o mínimo de falas (idem). Realmente, W. Bonner repete (2009) diversas vezes o que diz ser o objetivo do JN — mostrar as principais notícias do Brasil e do mundo com clareza, isenção, pluralidade e correção — e destaca a “economia” de palavras apontada por Pereira e Miranda: “uma edição do Jornal Nacional, em média, tem 33 minutos líquidos

⁷³ Em segundo lugar nesse quesito, está o SBT, com 91 geradores e transmissão em 4.819 municípios. Em terceiro, a Record, com 82 geradores e abrangência de 4.212 municípios. Bandeirantes e Rede TV! ocupam a terceira e a quarta colocações, respectivamente. Tais estatísticas datam de 2008 (DOURADO, 2011, p. 79).

⁷⁴ Em 1970, 24,1% dos lares brasileiros tinham TV; em 1980, o percentual mais que duplica, chegando a 56,1%. Já em 1990, o índice sobe para 73,7%, chegando a 87% em 2000 e a 93% em 2006 (DOURADO, 2011, p. 80).

[sem intervalos comerciais] (...). Cada sílaba dita, pronunciada, consome tempo. E nesse tempo têm de caber mais ou menos 25 assuntos” (BONNER, 2009, p. 22). Assim, justifica a rapidez e as falas “enxutas” com o argumento de que é escasso o tempo de duração do JN.

Quanto ao texto e à locução, observa-se que, enquanto no passado a linguagem do Jornal Nacional aproximava-se à do rádio, agora os âncoras parecem dialogar com os telespectadores com menos formalidade e pompa, como acentuou uma matéria publicada no jornal O Globo, em agosto de 2009. William Bonner admitiu, na ocasião, que o texto atual é muito mais próximo da maneira como as pessoas falam; porém, menos formalidade não significa falta de seriedade. A propósito, a fonoaudióloga Cláudia Cotes comenta (*In: KYRILLOS, COTES, FEIJÓ, 2003, p. 69-70*) que, no início da televisão, quando os enquadramentos eram mais padronizados, a modulação da voz era praticamente o único recurso utilizado pelos apresentadores de telejornal, de modo que a formalidade do telejornalismo era maior, e quase não havia movimentos de corpo. Com o passar dos anos e o avanço tecnológico, os enquadramentos tornaram-se mais diferenciados, e a interpretação da notícia, mais intensa e expressiva. “Os apresentadores e repórteres passaram a ser mais próximos do telespectador e a informalidade ganhou espaço” (*ibidem, p. 70*); apesar do dinamismo da imagem, os atributos mais importantes no desempenho de um apresentador continuam a ser segurança e credibilidade, de acordo com ela (*idem*).

W. Bonner comanda o noticiário desde 1996; de 1998 a 2011, dividiu a bancada do JN com a esposa e também jornalista, Fátima Bernardes. Em 1º de dezembro de 2011, ela anunciou oficialmente sua saída do telejornal para se dedicar a um novo programa, exibido na mesma emissora. A substituta escalada pela direção foi a jornalista Patrícia Poeta, que à época era uma das apresentadoras do Fantástico, a “revista eletrônica” dominical da rede. A troca de apresentadoras⁷⁵ teve ampla repercussão midiática, na época, tendo recebido destaque no

⁷⁵ A edição do JN que marcou a despedida de F. Bernardes no telejornal foi ao ar em 5 de dezembro de 2011. Em entrevista publicada em dezembro pelo portal Comunique-se, W. Bonner afirmou que a nova companheira de

próprio JN. Em entrevista divulgada pelo portal Comunique-se, em dezembro de 2011, W. Bonner (re)afirmou que sua meta era a informalidade, falando sempre diretamente com as pessoas. “Nós mudamos o JN nos últimos anos. Você pode ver isso no enquadramento de câmera, linguagem do jornal. Não chega a ser coloquial, mas buscamos a maior informalidade possível. A informalidade é uma obsessão minha”, declarou na ocasião. Essa postura mais informal dos apresentadores de noticiários televisivos em geral pode indicar uma tentativa de estabelecer com o público uma relação “igualitária”, e não “hierarquizada”, para usar os termos de F. Casetti e F. Di Chio (op. cit., p. 287).

Outros fatos marcantes compõem a história do JN⁷⁶ e merecem menção: em 1991, uma guerra foi transmitida ao vivo, via TV, pela primeira vez na história, mostrando em tempo real as imagens do conflito no Golfo; em 2000, o jornal deixou o estúdio e passou a ser apresentado da redação, num formato que iria tornar-se tendência para telejornais de outras emissoras, de modo que o telespectador possa ver a equipe envolvida na realização do noticiário; em 11 de setembro de 2001, com os atentados terroristas nos Estados Unidos, sete em cada 10 famílias brasileiras estavam sintonizadas no JN; na cobertura das eleições de 2002, o JN realizou, de modo até então inédito, rodadas de entrevistas, ao vivo, em seu próprio cenário, com os quatro principais candidatos à Presidência da República; em 2006, o jornalista Pedro Bial, durante dois meses, percorreu o País na “Caravana JN”, mostrando anseios de eleitores brasileiros de todas as regiões. Por diversas vezes, os apresentadores ancoraram o telejornal fora do estúdio ou da redação — como em 2007, quando Fátima Bernardes apresentou o jornal nos locais em que o Papa Bento XVI estivera quando da sua

bancada se encaixava no formato do jornal. “A Patrícia [Poeta] tem uma versatilidade enorme. (...) faz o Oscar, entrevista com celebridades, mas também fez reportagens dos desdobramentos dos ataques de 11 de setembro, eleições norte-americanas, uma série de reportagens sobre presídios na Globo News. A Patrícia é isso, super-versátil, além de já ser conhecida no horário nobre”, disse, em coletiva de imprensa realizada no Rio de Janeiro, em 1º de dezembro de 2011. Por sua vez, F. Bernardes estreou, em 25 de junho de 2012, o “Encontro com Fátima Bernardes”, um programa de entrevistas veiculado de segunda a sexta-feira, entre 10h30 e 12h.

⁷⁶ Tais acontecimentos são destacados pelo próprio site do Jornal Nacional (www.globo.com/jn).

visita ao Brasil, e, mais recentemente, em janeiro de 2013, quando W. Bonner ancorou o JN de Santa Maria (RS), onde um incêndio numa boate matara mais de 230 pessoas.

A trajetória do (tele)jornalismo da Rede Globo também inclui polêmicas, como a denúncia de que a emissora foi parceira do poder ditatorial exercido por militares. À época do regime militar, manifestações populares contra a ditadura e a favor de eleições diretas em todo o País eram minimizadas ou estavam ausentes das imagens da rede. Outra acusação recorrente é a de que a edição do debate entre os então candidatos à Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor, exibida pelo Jornal Nacional, teria sido manipulada (em benefício de Collor) e foi decisiva no processo eleitoral de 1989, embora a Rede Globo sempre tenha negado haver uso de má-fé na edição. Em 2009, mais um impasse: as emissoras Globo e Record trocaram acusações em seus principais telejornais, envolvendo a idoneidade de uma e outra empresas, bem como de seus respectivos dirigentes⁷⁷.

Em meio a méritos próprios e denúncias alheias, a TV Globo continua sendo a maior rede de televisão do Brasil, estando entre as quatro maiores do mundo. Na grade de programação da emissora, o JN celebrou recentemente, em 2009, seus 40 anos de existência como o telejornal de maior audiência do País⁷⁸. Segundo W. Bonner, na já citada entrevista ao

⁷⁷ Nesse combate televisivo, o JN veiculou, em agosto de 2009, reportagem de 10 minutos sobre as acusações que o Ministério Público fazia à cúpula da Igreja Universal, além de ter veiculado imagens de 1995 do bispo Edir Macedo, líder da Universal e proprietário da Rede Record, ensinando pastores a convencer fiéis na doação de ofertas em dinheiro. A resposta veio na noite seguinte: o Jornal da Record, durante 14 minutos, fez ataques à Rede Globo e mostrou obras de caridade mantidas pela Universal. A TV Record considerou a cobertura da concorrente como um “ataque direto e desesperado” de quem tem medo de perder “o monopólio dos meios de comunicação no Brasil”. O texto afirmava, ainda, “não ser novidade que a família Marinho usa a televisão para seu jogo de interesses” e que “o poder da família Marinho teve origem na ditadura militar”. Os ataques continuaram a repercutir nos dias seguintes. A audiência média do JN naquela semana foi de 36,7 pontos no Ibope, equivalente a 2,05 milhões de domicílios na Grande São Paulo, e a do Jornal da Record foi de 8,6 pontos.

⁷⁸ Dados de audiência em 2012 revelaram que, após a estreia de Patrícia Poeta na bancada do JN, ao lado de W. Bonner, o programa ganhou ibope e aumentou sua participação no universo de tevês ligadas (o *share*), segundo o Painel Nacional de Televisão (PNT), calculado nas 14 principais regiões metropolitanas. Em abril de 2012, por exemplo, o telejornal marcou 32,4 pontos de média e 56,3% de *share* — crescimento de 4,18% e 5,63%, respectivamente, em relação ao mesmo mês em 2011. Cada ponto de audiência no PNT vale por 192 mil domicílios sintonizados. Tais informações foram divulgadas pelo colunista Ricardo Feltrin no site F5 (f5.folha.uol.com.br), em maio de 2012. Contudo, em dezembro do mesmo ano, observou-se que, na verdade, com P. Poeta no lugar de F. Bernardes, o JN marcara, em 2012, sua pior audiência em oito anos, com 28,1 pontos de média no Ibope (Grande São Paulo), em estimativa feita até 18 de dezembro e publicada pelo jornal Agora São Paulo. Até então, a pior audiência do JN havia sido em 2010 — 29,8 pontos. A melhor fora registrada em 2006, com 36,4 pontos. Cada ponto do Ibope equivale a cerca de 60 mil televisores na Grande São Paulo.

jornal O Globo, em agosto de 2009, o telejornal completara quatro décadas porque tem uma estrutura verdadeiramente sólida.

Integrando as comemorações pelo aniversário, o cenário do programa foi alterado em 2009, como parte de ampla reforma comandada pela Editoria de Arte do Jornalismo⁷⁹. A imagem de um enorme globo terrestre em movimento sobre a redação como que “comunica” haver dinamismo no noticiário, de acordo com o diretor de arte da Central Globo de Jornalismo, Alexandre Arrabal, na referida entrevista ao impresso O Globo. Outra inovação foi a instalação de um telão ao fundo, com ilustrações temáticas, para dar uma impressão visual de profundidade e ambientar o que é noticiado pelos âncoras. Além disso, detalhes em vermelho “esquentaram” o tom da redação, contrastando com o azul, ainda predominante, e um novo modelo de bancada foi proposto, privilegiando os aspectos utilitário, ergonômico e de *design*. W. Bonner destacou, na mesma matéria, que as mudanças de cenários, linguagens e formatos acompanhavam transformações observadas também na sociedade brasileira.

Nas estruturas representativas apontadas por F. Casetti e F. Di Chio acerca da análise textual de TV, avalia-se como o mundo é (re)construído na tela e como se articulam as dimensões de espaço e tempo. Quanto ao espaço, observa-se sua estrutura, verificando, por exemplo, se a cenografia faz referência a elementos do imaginário, da arte, da arquitetura, da história, da vida cotidiana ou do mundo televisivo (op. cit., p. 276). Segundo eles, mostrar, em um telejornal, os jornalistas trabalhando na sala da redação, em vez de só mostrar o apresentador, serve para destacar prerrogativas profissionais de veracidade e legitimidade (ibidem, p. 279). Esse é justamente o caso do JN, uma vez que a bancada dos âncoras aparece como que em primeiro plano na tela, com a redação localizada ao fundo, no andar de baixo, seus profissionais trabalhando “a todo vapor” e, assim, dando a impressão de que o trabalho de busca pelos fatos não termina. Segundo os autores (ibidem, p. 278), a TV dos primórdios

⁷⁹ A última transformação na programação visual do JN havia sido em abril de 2000, quando a Rede Globo completava 35 anos e era criado o conceito de integração do estúdio com a redação.

tentava tornar televisivos os espaços cotidianos, enquanto a televisão atual tenta tornar cotidianos os espaços televisivos; os cenários de telejornais podem ser um exemplo disso, à medida que se espera que o público se acostume com eles e os veja como “cotidianos”. A evolução da chamada paleotelevisão para a neotelevisão seria uma passagem à construção de espaços “heteroreferenciais”, isto é, modulados a partir dos espaços da vida cotidiana (idem).

F. Casetti e F. Di Chio sugerem, ainda, que se verifique a representação do tempo no programa televisivo, observando se este é ao vivo ou gravado (ibidem, p. 279-281). O JN e os telejornais brasileiros, em geral, costumam ser ao vivo, de forma que a sensação de celeridade é passada, e a de verdade, reforçada. Quando o tempo da gravação e o tempo da transmissão são simultâneos, tem-se o que os autores denominam de “contemporâneo” (ibidem, p. 280).

Outra adaptação que chegou a ser observada nas reformulações do JN foi um uso mais intenso de *links* ao vivo com repórteres — recurso que transmite com mais intensidade o tom de imediaticidade do fato. C. Marcondes Filho acredita (2002, p. 83) que o “ao vivo” pode apresentar a ilusão de uma transmissão plenamente pura, deixando (aparentemente) que os fatos falem por si mesmos. Contudo, identifica a ingenuidade dessa postura ilusória: “(...) toda transmissão — mesmo direta, ao vivo, instantânea — ficcionalizando o real, tornando a vida cotidiana um filme de aventuras, institui uma outra narrativa, mais emocional, mais vivencial, mais ‘espontânea’” (idem). O autor defende que isso não quer dizer pureza, pois o conceito de puro é, para ele, uma fabricação ideológica e ilusória. Aponta (ibidem, p. 84) que uma transmissão nunca é o próprio ato, mas a captação de um acontecimento (escolhendo-se certos ângulos, fontes e atitudes a ser gravadas) e sua reprodução.

A escolha pelo JN como objeto desta experimentação considerou que o mesmo é o atual líder de audiência do gênero no Ibope e tem, entre seu público, uma massa heterogênea, formada por telespectadores de diferentes classes socioeconômicas e níveis culturais. Convém lembrar que, em 26 de setembro de 2011, o JN ganhou a premiação Emmy Internacional, na

categoria Notícia, pela cobertura da ocupação do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, no ano anterior — o prêmio é considerado o Oscar da televisão mundial e atesta a visibilidade internacional do programa, bem como a importância de se estudar tal produto contínua e criticamente. Sendo assim, a utilização desse modelo (atualmente hegemônico) de telejornalismo no País, tido até como padrão e referência, será aqui de capital importância, até porque envolve, também, pessoas com deficiência visual.

3.3. ANÁLISE TEXTUAL DE MATÉRIAS TELEJORNALÍSTICAS DO JN SOBRE DEFICIÊNCIA VISUAL

“(...) el espacio televisivo puede esconder o exhibir su naturaleza ‘televisiva’”.⁸⁰ (CASETTI; DI CHIO, 1999, p. 312)

Numa análise empírica, pesquisaram-se, no arquivo de vídeos *online* do Jornal Nacional (www.globo.com/jn), matérias que fizessem referência à deficiência visual e/ou aos cegos. Por meio de palavras-chave como “cego”, “cegueira”, “deficiência visual” e “deficiente visual”, foi possível rastrear o acervo virtual e encontrar 16 notícias com seus respectivos VTs⁸¹ (videoteipes, as reportagens editadas e prontas para exibição), entre janeiro e dezembro de 2011, aludindo a essa temática. Nove das matérias avaliadas têm a deficiência como mote principal; e, nas outras sete, personagens cegos ou o assunto cegueira despontam como que em segundo plano. Expomos, a seguir, uma tabela que sintetiza o *corpus* que elaboramos, contendo data de exibição, formato, duração e assunto de cada matéria avaliada.

⁸⁰ Em tradução livre: “(...) o espaço televisivo pode esconder ou exhibir sua natureza ‘televisiva’”.

⁸¹ Ressalva-se que há outras cinco referências à deficiência visual além dos 16 VTs aqui analisados. Elas estão situadas em janeiro de 2011 e se relacionam ao Campeonato Mundial Paraolímpico de Atletismo, disputado na Nova Zelândia. Contudo, foram desconsideradas nesta avaliação, pois o portal eletrônico da Rede Globo não disponibilizou esses vídeos — há, apenas, textos e fotografias. Comunicamos o impasse à emissora, por meio do departamento Globo Universidade, informando a data das edições e o assunto de cada uma das cinco matérias, e solicitamos a disponibilização do material; os vídeos não nos foram, porém, repassados. Apesar disso, acreditamos que o *corpus* de 16 VTs é suficiente para as apreciações aqui pretendidas e satisfatório para a análise textual proposta.

TABELA 1: MATÉRIAS DO JORNAL NACIONAL ANALISADAS (ANO 2011)					
	Data	Formato	Duração	Assunto	Deficiência é o tema principal?
01	03/02	Reportagem	2'28'' ⁸²	Prefeitura de São Paulo cria projeto para incluir cegos no carnaval	Sim
02	10/03	Reportagem	2'32''	Museu guarda memória da luta dos deficientes por direitos	Sim
03	08/04	Reportagem	2'50''	Professor salva turma da fúria de assassino em escola no Rio	Não
04	11/04	Reportagem	2'45''	Fundação Dorina Nowill completa 65 anos auxiliando deficientes visuais	Sim
05	14/04	Reportagem	2'08''	Feira em São Paulo traz novidades para pessoas com deficiência	Sim
06	20/04	Reportagem	1'42''	Paixão de Cristo recebe melhor pessoas com deficiência em Pernambuco	Sim
07	18/06	<i>Flash ao vivo e reportagem</i>	2'33''	Festival de jazz reúne músicos brasileiros e estrangeiros em Paraty	Não
08	21/06	Reportagem	2'03''	Estudantes recebem medalha de ouro da Olimpíada Brasileira de Matemática	Não
09	12/08	Reportagem	3'39''	Projeto usa música para ajudar jovens com deficiência	Sim
10	30/08	Reportagem	4'	OMS estima que metade dos fumantes morrerá por doença ligada ao tabaco	Não
11	26/09	Reportagem	2'12''	Treinamento ensina a alunos de escolas do Rio como agir em caso de enchentes	Não
12	24/10	Reportagem	2'24''	Falta de cães-guia dificulta a vida de brasileiros que não enxergam	Sim
13	05/11	Reportagem	1'53''	Crianças criam robôs com peças de brinquedo em campeonato	Não
14	21/11	Reportagem	2'39''	Censo 2010 reforça desafio do Brasil em dar uma vida digna aos deficientes	Sim
15	15/12	Reportagem	2'15''	Prêmio Innovare é entregue em Brasília	Não
16	27/12	Reportagem	1'38''	Aparelho criado por estudantes de MG pode ajudar cegos	Sim

⁸² Tal notação significa o tempo de duração da matéria: no caso, 2 minutos e 28 segundos. Os números aqui informados representam o tempo total do VT, incluindo a “cabeça”, enunciada em estúdio pelos âncoras, a matéria em si e, eventualmente, nota-pé, proferida pelos âncoras logo após a reportagem ter sido exibida.

O cenário do JN presente nessas edições envolve, basicamente, a bancada dos apresentadores, sendo que, atrás, nota-se a imagem do globo terrestre azul em lento movimento. Às vezes, conforme o enquadramento da câmera, pode-se ver, ao fundo, a redação jornalística, com profissionais trabalhando, e um telão que exhibe imagens como a logomarca do noticiário ou outras que ilustrem o assunto de determinada reportagem.

3.3.1. VT 1: Prefeitura de São Paulo cria projeto para incluir cegos no carnaval

Em 3 de fevereiro, o JN publicou uma matéria com duração de 2 minutos e 28 segundos, sobre o projeto “Carnaval paulistano — só não vê quem não quer”, criado pela Prefeitura de São Paulo para incluir cegos no carnaval. Precedendo a reportagem, a então apresentadora titular do noticiário, Fátima Bernardes, anunciava: “a pouco mais de um mês do carnaval, um projeto inovador está abrindo as quadras das escolas de samba de São Paulo para grupos de deficientes visuais”. Em seguida, William Bonner completava: “a repórter Neide Duarte acompanhou uma dessas visitas ontem à noite”. O tom da enunciação é ameno e “leve”, podendo-se ver, nos dois, um discreto sorriso, o que reforça a ideia de que se trata de uma reportagem *light* (*soft news*), por assim dizer.

A repórter começou seu texto em *off* (narração coberta por imagens, sem a aparição do jornalista no vídeo) com a seguinte frase: “*eles* estão se preparando para o carnaval *como todo sambista*” (grifos nossos⁸³). Iniciar com o pronome “eles” demonstra logo que se está falando de “outros” — a ideia de alteridade fica subentendida. Já a expressão “como todo sambista” aponta para uma noção de igualdade em meio à diferença. As imagens⁸⁴ mostradas durante a enunciação da frase destacavam duas pessoas (uma mulher e um homem) num salão, ajeitando adereços na cabeça; ele recebia ajuda de outra pessoa e usava óculos escuros — o

⁸³ Os demais grifos que aparecerem nas falas de entrevistados do JN neste capítulo foram dados por nós.

⁸⁴ Em apêndice a esta Dissertação, há a transcrição de cada um dos 16 VTs analisados, tanto dos textos verbais enunciados quanto das imagens utilizadas pelo telejornal.

que, com base nos preceitos de E. Goffman, poderíamos chamar de “sinal visível do estigma” (da deficiência visual). São enquadrados em meio primeiro plano, na altura dos ombros.

A jovem com deficiência visual que aparecera no vídeo anteriormente disse à repórter: “o tecido *parece um tecido brilhante*”. Ao mostrar, também, a imagem da fantasia sobre a cabeça da entrevistada, a câmera confirmava, visualmente, que a impressão da moça estava correta. Apalpando o adereço enquanto dava seu depoimento, a personagem sugeria que o tato foi o sentido pelo qual inferira o “brilho” do mencionado tecido, de cor dourada.

Em seguida, a repórter apresentou, em seu *off*, quem eram “eles”: “ensaiam as batidas dos instrumentos. *Eles não são da escola, mas vieram descobrir as belezas do carnaval: são 45 cegos que participam de um projeto de inclusão no carnaval de São Paulo*”. Novamente, percebe-se um contraste: “eles não são da escola”, ou seja, não pertencem diretamente àquele universo, estando ali como visitantes; “mas vieram descobrir as belezas”, chegaram e foram incluídos no contexto mencionado. As imagens mostravam um deficiente visual aprendendo a tocar certo instrumento de percussão; outro homem (vidente) estava ensinando e encorajando esse cego, ao dizer: “isso! *Pam-pum, pam-pum*” — onomatopeia para representar como deviam ser as batidas no aparato musical. Em outras imagens, os deficientes apareciam dançando, na companhia de outras pessoas (videntes); um deles segurava uma bengala branca (outro ‘sinal de estigma’).

Houve, posteriormente, uma entrevista com o diretor da SPTurismo, Luis Sales: “participam do ensaio, *eles* [cegos] vão ao Sambódromo, *eles* vão assistir o desfile, e, por fim, nas campeãs, todo o grupo vai desfilar.” A ideia de alteridade também está presente na fala, pelo uso sucessivo do pronome “eles”. A entrevista ocorreu dentro da mesma quadra onde a matéria estava sendo gravada.

Neide Duarte disse: “na quadra da escola, *uma aula para identificar o som de cada instrumento*”. A noção de aula comporta a existência de professores e aprendizes, reforçada

pela expressão “identificar o som” — os cegos estariam ali para aprender a perceber algo, pelo sentido da audição; tanto é que, no som ambiente da matéria, captou-se a instrução de um sambista (‘professor’), explicando aos presentes que a caixa é o instrumento agudo da bateria.

“Dona Arlene conseguiu um professor especial: aprende a tocar caixa com [o ritmista] Tubarão. Ele *perdeu a visão* há seis anos, *mas não o lugar na bateria. Antes tocava surdo* [instrumento musical de grandes dimensões]”, destacou a jornalista; aqui, desponta a percepção de que a perda da visão não implique, necessariamente, a “des-socialização” ou a perda de certas funções e mesmo de identidades (no caso, a de músico). Em seguida, Tubarão, que usava óculos escuros, complementou: “*agora, estou tocando caixa*, porque a caixa é um instrumento mais fácil pra eu me locomover na avenida”. A deficiência trouxe mudanças para a vida dele; uma delas foi essa readaptação, que o obrigou a trocar o antigo instrumento por outro, facilitando sua locomoção. A capacidade auditiva veio à tona novamente, agora atrelada à ideia de habilidade musical.

Segundo Neide, “[o auxiliar administrativo] Fabiano quer saber como se comportar no desfile e quis vestir a fantasia”. Ela lhe perguntou em seguida: “o que é que tem na sua cabeça?” Ele respondeu, enquanto a câmera fazia um leve movimento de *tilt* (subida, panorâmica vertical) e *zoom in* (aproximação) na cabeça do personagem: “tem uns prédios, um helicóptero”. Nesse caso, a imagem da fantasia confirmava que a resposta de Fabiano estava correta — implicitamente, aproximou-se a figura do cego à do não cego, já que ambos seriam capazes de perceber aqueles mesmos objetos, ainda que por mecanismos sensoriais distintos. Foi, possivelmente, pelo tato, que ele conseguira identificar tais formas no adereço. Entre as imagens, houve um *close* nos olhos de Fabiano; em outra, ele aparecia dançando, fantasiado. Enquanto falava à repórter, viam-se o braço e a mão de uma mulher (vidente) segurando a grande fantasia na cabeça do rapaz.

A repórter prosseguiu em seu *off*: “a fantasia de Diego foi outra: *dançar com* a princesa da bateria. Airton aproveitou a brecha e *também se enturmou*, mas quem *ganhou um abraço* foi Diego”. Outra vez, deficientes e videntes (no caso, Joice, a princesa da bateria) alinham-se no discurso da reportagem — “dançar com” e “ganhou um abraço” revelam esse contato de aparente igualdade. Por sua vez, “também se enturmou” reforça a noção de inclusão, de ingresso, por assim dizer. As imagens mostravam Diego dançando de mãos dadas com a passista; depois, Airton se juntou ao rapaz (ambos com óculos escuros) e também dançou ao lado de Joice; por fim, ela deu um abraço e um beijo em Diego.

Sobre a sambista, o auxiliar de produtos Diego de Castro comentou: “a beleza dela depois que eu descobri; maravilhoso”. A repórter interrogou: “como é que você descobriu?” Diego respondeu: “na hora que eu *peguei* nas mãos dela, deu pra *sentir a delicadeza das mãos*, o gingado”. Novamente, reforça-se a valia social de outro sentido além da visão — nesse caso, o tato, que compensaria a ausência da percepção visual, à medida que, por meio do toque, possibilite o (re)conhecimento da beleza feminina. A repórter enfatizou que “a beleza de Joice encantou todo mundo”, sendo sucedida pela fala da cantora lírica Giovana: “nossa, que cabelo lindo!” — pela imagem, via-se que a deficiente obteve essa intuição também pelo tato, ao apalpar o cabelo de Joice e poder perceber o tamanho e a sedosidade dos fios, por exemplo. É interessante notar que, de fato, para um cego, a noção de beleza é diferente da de um vidente, como se lê na seção teórica do primeiro capítulo da Dissertação.

“Giovana é cantora lírica e *se sentiu à vontade* junto com a bateria da escola. Os outros cegos, *inspirados pelo ritmo, entraram no clima* e fizeram da quadra o espaço da Apoteose”, salientou a jornalista, com mais expressões verbais que reforçavam a semântica da inclusão e deixavam entrever a preponderância da audição. Nas imagens, via-se Giovana cantando com um microfone e dançando ao som da bateria; outros deficientes visuais dançavam em grupos, na companhia de videntes, sendo que a maioria das pessoas em cena aparecia vestindo uma

camiseta institucional contendo o nome do projeto (Carnaval Paulistano), o que unificava (visualmente) cegos e videntes.

Por fim, o tecnólogo Airton Rio Branco acentuou: “*no meu imaginário, eu estou vendo tudo, sentindo tudo, e com um detalhe: dessa vez, interagindo*”; a significativa fala de Airton confirma, primeiramente, a possibilidade de deficientes visuais “verem”, não da mesma forma que os videntes, mas, sim, com outros sentidos que não o da visão, podendo “sentir tudo”. A expressão “dessa vez, interagindo” parece mostrar que a proposta de inclusão dos cegos naquele contexto foi alcançada; também endossa a noção de igualdade e convivência com os demais, embora se saiba que tal relação foi verificável naquela situação mostrada pela reportagem, em local e ocasião específicos, o que não quer dizer que essa inclusão se dê, ilimitadamente, em todas as esferas da sociedade. A última imagem foi de Airton sorrindo e dançando entre outras pessoas. Pondera-se, pois, que a ausência da visão parece não ter impedido a integração e a inclusão dos deficientes no projeto, bem como as percepções diversas (especialmente, audíveis e táteis) que eles obtiveram na quadra.

Neste VT, a terminologia empregada por âncoras e repórter em referência às pessoas com deficiência visual — “deficientes visuais” e “cegos” — foram adequadas. A estrutura espaço-temporal da reportagem se deu numa quadra de escola de samba, em período que antecedia o carnaval de 2011, revelando uma situação de inclusão consumada, porém limitada àquele contexto do projeto carnavalesco. Os personagens cegos foram mostrados como beneficiados pela iniciativa sociocultural; mas, por outro lado, romperam a posição de plena passividade ao ficar implícito que podem aprender a dançar, desfilar e tocar instrumentos musicais, por exemplo. Houve momentos em que os deficientes receberam ajuda de videntes, fosse para mostrar como se toca a bateria, fosse para arrumar a fantasia no corpo, fosse ainda para guiá-los numa simulação de desfile ao ritmo da música, o que estabelece certa relação de dependência para com pessoas dotadas da visão.

O tato e a audição despontaram como sentidos utilizados na ausência da visão — o primeiro foi usado, principalmente, para reconhecer formas e perceber a beleza feminina; o segundo esteve associado à percepção musical. A temática identitária perpassa falas dos personagens cegos, sugerindo, por exemplo, que é possível ser deficiente visual e, ao mesmo tempo, perceber fatos e detalhes do mundo exterior. Por fim, certos conteúdos imagéticos compuseram a representação midiática do deficiente visual no noticiário: prevaleceram imagens de cegos em movimento, de pé e na companhia de outras pessoas, transmitindo a ideia de atividade continuada, dinamicidade, integração e socialização.

3.3.2. VT 2: Museu guarda memória da luta dos deficientes por seus direitos

No JN de 10 de março, a matéria de fechamento do noticiário foi antecedida com a fala de W. Bonner: “antes de encerrar esta edição, o Jornal Nacional *tem que apresentar pra você* um lugar que permite a pessoas com *deficiência física* entrar em contato direto com a arte. É a repórter Neide Duarte quem mostra”. O primeiro trecho grifado é curioso, pois “tem que apresentar” parece apontar para uma obrigação do telejornal ou, sob outro ponto de vista, reforçar a importância da reportagem para o público. No enquadramento, F. Bernardes está sentada ao lado de W. Bonner; os dois chegam a sorrir sutilmente, indicando que o momento não é de denúncia ou tensão, mas, talvez, de contemplação ou admiração. Cabe pontuar que o consultor Romeu Sasaki (2002), em artigo sobre a terminologia da deficiência na era da inclusão, aponta alguns termos inadequados a par de expressões mais cabíveis, de forma que “pessoas com *deficiência física*” foi utilizado de maneira equivocada pelo JN. A deficiência física, propriamente dita, consiste na alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física (paraplegia, tetraplegia, tetraparesia, entre outros) — e a matéria do jornal envolvia outros tipos de deficientes, como surdos e cegos. O termo genérico mais adequado nesse caso seria “pessoas com deficiência”.

Tal ponderação é relevante, pois a análise textual também verifica realizações linguísticas e comunicativas como construções, de modo que elementos e códigos linguísticos e semânticos podem ser observados, a exemplo de tais terminologias sobre a deficiência.

A matéria, com 2 minutos e 32 segundos de duração, começou com dois deficientes visuais apalpando objetos e tentando identificá-los. Observa-se que ambos apareceram “sem rosto” (apenas as mãos foram mostradas no vídeo), como que desprovidos de uma identidade, ou melhor, a identidade sugerida pelo conjunto audiovisual foi justamente a de cego, reconhecível por mãos tateando e pela fala dos personagens, “traduzindo” em palavras aquilo que não viam, mas sentiam pelo tato. O primeiro deles disse, enquanto apalpava uma obra em alto relevo: “me parece desenho de uma fruta”. O segundo, enquanto tateava uma miniatura de guarda-roupa com espelho, intuiu: “isso aqui seria simulando um espelho”. Uma suave trilha musical ao fundo servia para “ambientar” o telespectador e passar um ar de leveza, arte e cultura, mostrando que não se tratava de uma matéria comum ou factual.

O texto em *off* da repórter apresentou, inicialmente, o local: “o Museu da Pessoa com Deficiência é pequeno, ocupa pouco espaço. Este memorial foi criado pra que a história não se perca. Uma luta que começou em 1981, Ano Internacional da Pessoa com Deficiência. Tempo de passeata pelo centro de São Paulo: cadeirantes e até uma mulher numa maca. *Os cartazes eram tão simples quanto os desejos*”. O longo texto em *off* foi coberto por imagens diversas, como: cena do Museu com alguns visitantes; uma cadeirante, que aparece andando pelo local, observando as obras; um cego, andando com seu cão guia; *close* em um dedo percorrendo uma página impressa (com tinta e em Braille); e cenas de arquivo, mostrando a multidão na rua, uma cadeirante com uma criança no colo, uma mulher deitada numa maca, pessoas andando e algumas portando cartazes. Quando a repórter disse que “os cartazes eram tão simples quanto os desejos”, o sentido dessa frase só se completou com a imagem de

arquivo mostrada — um cartaz colado atrás de uma cadeira de rodas, no qual se lia: “temos direito a: Trabalho! Transporte! Estudo! Reabilitação! Lazer!”

Fazemos, aqui, uma crítica à matéria: apesar de abordar temas como deficiência e inclusão, essa parte da reportagem acaba excluindo deficientes visuais que eventualmente acompanhem o JN, uma vez que a imagem, muito significativa naquele contexto e crucial para a compreensão do que a jornalista queria dizer, não foi descrita verbalmente — o que exclui, também, analfabetos e telespectadores com dificuldade de leitura, até porque a cena teve duração de apenas dois segundos. (No próximo capítulo, explicitaremos a audiodescrição na TV, que poderia ser uma alternativa benéfica em casos como esse.)

Ao fim do *flashback* com imagens de arquivo, datadas de 1981, o VT voltou para o tempo da atualidade, mostrando Lia Crespo, sentada em sua cadeira de rodas enquanto observava as imagens históricas (de reivindicação de direitos dos deficientes na década de 1980) num monitor de TV existente no Museu. A música em BG (*background*, de fundo) continuava, ajudando a passar a noção de lembrança e memória oral.

Neide Duarte prosseguiu seu *off*: “caminhos sinalizados, informações em Braille, áudio para substituir a leitura: são algumas *conquistas* reunidas aqui, no Memorial da *Inclusão*”. Nas imagens, viam-se: as pernas de um homem (cego ‘sem rosto’), andando com uma bengala sobre o piso sinalizado do Museu; outro cego, desta vez com o rosto mostrado, lendo em Braille a legenda abaixo de um quadro e falando, em voz alta, o que estava escrito (‘Obra Santo Antônio’); um deficiente visual (também ‘com rosto’) localizado de frente para uma espécie de livro falado, acionando um botão que emite o áudio do texto (‘os sentidos na comunicação’). As imagens, conjugadas às palavras positivas do *off* da repórter (como ‘conquista’ e ‘inclusão’), pareciam compor uma situação de “luta superada”, “batalha vencida”, “vitória conquistada”.

Com repeito a outros momentos da reportagem, registram-se a seguir partes relacionadas à deficiência visual. Em *off*, a jornalista destacou: “uma oportunidade rara. [O radialista] Beto pode dizer que *viu* uma obra de Portinari”; e, à semelhança da reportagem anterior, está presente a ideia de que seja possível “ver” sem os olhos, sendo a percepção do cego por intermédio do tato assim acentuada (e até comparada à visão), tanto como forma de acesso à informação e ao conhecimento quanto como veículo para a emoção desatada. O personagem reforçou: “uma réplica perfeita. *Consigno sentir* os tecidos, o crucifixo. Eu já li muito sobre Cândido Portinari, mas ter contato com a obra em si, *esse contato tátil é algo que emociona*”. Na maior parte desta fala, a imagem enfocava os detalhes da obra Santo Antônio, citados e tocados por Beto, como o tecido e o crucifixo.

O VT terminou com o depoimento da curadora, Elza Ambrósio: “[ao] construir esse *espaço acessível*, um dos objetivos foi que as pessoas, principalmente as pessoas com deficiência, *participem* desse espaço, que foi *feito pra elas*” — os termos em grifo contribuem para reforçar o tema da inclusão, nesse caso, sociocultural. As últimas imagens têm aspecto de uma reprise, pois mostram novamente a cadeirante Lia andando pelo Museu, as mãos de um cego tateando o guarda-roupa em miniatura e uma deficiente auditiva, que dera entrevista anteriormente, usando a Língua Brasileira de Sinais (Libras); é então interessante observar que, desses três, apenas o deficiente visual não teve o rosto mostrado no encerramento — como se ele, cego, fosse mais bem representado e identificado ao apalpar algum objeto.

Como salientam F. Casetti e F. Di Chio (op. cit., p. 259), o texto televisivo permite que se estudem seus signos, códigos e discursos, analisando-se assim suas estratégias para comunicar algo ao espectador. Nessa matéria do JN, imagens, sons e palavras foram combinados para que fosse comunicado ao público a existência de um espaço inclusivo, adaptado a diferentes tipos de deficiência. É significativo observar que nenhum dos entrevistados teve sua deficiência enunciada, somente sugerida por meios verbais e

comprovada imageticamente — a repórter não disse palavras como “a cadeirante”, “ele é cego” ou “ela tem surdez”, embora tivesse indicado as deficiências com expressões como “Beto *pode dizer que viu* uma obra de Portinari”.

A estrutura espaço-temporal do VT ocorreu, predominantemente, no interior do Museu, nos tempos atuais (ano de 2011, quando a matéria foi exibida)⁸⁵, embora tivesse havido uma transmissão de imagens de arquivo da década de 1980, o que ligava passado e presente e estabelecia uma relação de causa (luta histórica de pessoas com deficiência no Brasil) e consequência (obtenção de conquistas, como o atual memorial adaptado e acessível a deficientes). O cenário do Museu acentuou a ressalva de que aquele espaço era um local à parte e adaptado, cujos recursos inclusivos não se estendiam a todos os lugares.

Os personagens cegos foram mostrados como beneficiados pela ação de inclusão sociocultural, mas, também, principalmente pelas imagens do passado, como membros ativos e beneficiadores de movimentos socialmente organizados, capazes de sair às ruas para reivindicar direitos. Nesta reportagem, os cegos não apareceram recebendo ajuda direta de algum vidente, o que aponta para o fato de que mecanismos inclusivos, como o referido Museu, podem interferir na identidade de pessoas com deficiência, ao lhes proporcionar mais autonomia e conhecimento (artístico e cultural, no caso). O tato e a audição foram os sentidos (explicitamente) acionados por cegos, na mencionada matéria. Finalmente, observa-se que as imagens dos deficientes visuais mostraram-nos como ativos, ora andando com cão guia, ora Tateando obras, lendo textos em Braille ou ouvindo informações em áudio.

3.3.3. VT 3: Professor salva turma da fúria de assassino em escola no Rio

Esta é a primeira das sete matérias avaliadas que não têm a deficiência visual como “gancho” ou assunto principal, embora personagens cegos ou o tema cegueira tenham

⁸⁵ Nas menções seguintes sobre a estrutura temporal dos VTs, também consideraremos como “atual” a época em que as reportagens foram veiculadas pelo JN.

aparecido. Em 8 de abril de 2011, um dos acontecimentos mais comentados no País era a tragédia em Realengo, no Rio de Janeiro, em que o jovem Wellington Oliveira havia entrado numa escola e atirado contra alunos, antes de se matar, no dia 7. Uma das reportagens exibidas pelo JN tinha como mote o caso do professor de Geografia Luciano Faria, que ajudara uma das turmas a escapar da mira do assassino.

Mais ao fim do VT, a repórter Bette Lucchese disse, em *off*, que nenhum aluno dele se feriu e destacou: “*uma das estudantes é deficiente visual e recebeu a ajuda dos amigos*” — aqui, a figura do cego esteve associada à dependência em relação ao auxílio de videntes. O texto foi coberto por imagens do próprio Luciano, que, em seguida, completou: “na hora que ela correu, *os alunos a ajudaram a descer*, e ela chegou em segurança lá embaixo, graças a Deus”. Evidenciou-se, então, a solidariedade dos colegas videntes para com a aluna cega, que não teve sua imagem ou seu nome divulgados no telejornal.

O termo “deficiente visual” foi utilizado adequadamente pela repórter para se referir à aluna cega. Ficou implícita, no acontecimento, a ideia de integração e convívio sociais da deficiente em questão, uma vez que a escola onde estudava não era voltada apenas a pessoas com deficiência. A identidade de cego que sobressaiu na reportagem foi a de alguém que pode ocupar certos espaços sociais comuns a pessoas com ou sem deficiência (como uma instituição de ensino); por outro lado, a aluna foi evocada neste discurso (tele)jornalístico tão somente como beneficiada por pessoas com visão.

3.3.4. Fundação Dorina Nowill completa 65 anos auxiliando deficientes visuais

No dia 11 de abril, o programa exibiu uma matéria com duração de 2 minutos e 45 segundos, sobre os 65 anos de atuação da Fundação Dorina Nowill em prol dos deficientes visuais. Na “cabeça” da matéria, W. Bonner enalteceu: “agora, em 2011, a iniciativa de uma mulher que mudou a vida dos deficientes visuais no Brasil está completando 65 anos. A gente

vê na reportagem de Alan Severiano”. O âncora estava enquadrado ao lado de Fátima Bernardes, que, em silêncio, olhava para a câmera e, por duas vezes, para ele. Ambos, na bancada, esboçavam um sorriso discreto.

A matéria começou com a história de vida de um personagem: “*foi de repente*. Aos 33 anos, *a vida deu uma reviravolta*. As veias da retina se romperam, e [o advogado] Marcelo *perdeu* quase toda a visão”. A narrativa pôde fazer com que, em tese, qualquer telespectador vidente se identificasse com a história, porque, se “foi de repente” que a vida do entrevistado dera uma reviravolta, tal acidente poderia acontecer com qualquer pessoa. Na imagem, via-se um homem (cego) andando pela calçada de uma cidade com seu cão guia; ele vestia um terno e não usava óculos escuros. Um efeito de imagem desfocada foi rapidamente deixando a tela quase toda branca, como que simulando, para um espectador vidente, uma repentina perda da visão — curiosamente, semelhante à “trea branca” da obra *Ensaio sobre a cegueira*, de José Saramago, da qual falamos no primeiro capítulo. “Foi um luto de se fechar em casa no meu quarto. Eu pensei que a vida tinha realmente acabado”, declarou Marcelo, tendo como pano de fundo uma calçada movimentada por transeuntes.

Novamente, um caso de superação da deficiência foi atrelado à ajuda alheia: “isso faz oito anos. Hoje, *com a ajuda de um cão guia e de um programa de computador*, ele *faz parte* da equipe de advogados de uma multinacional”. Nessa situação, o auxílio continuava vindo de um ser vidente (o cão guia), além de ter havido um respaldo eletrônico, vindo de um *software*. “Eu *reaprendi a fazer o que sabia* de uma *outra forma e hoje convivo muito bem* com esse aparato tecnológico”, afirmou, sentado, tendo como cenário sua mesa de trabalho e outros profissionais do local. A fala evidenciou que ele teve de se (re)adaptar à sociedade, e não o contrário — em vez da inclusão, sobressaiu a integração, conforme a conceituação apresentada no capítulo 1. Durante essas falas, o JN mostrava imagens de Marcelo entrando, com seu cão, numa sala (ambiente profissional), onde outras pessoas estavam trabalhando de

frente para seus respectivos computadores; em seguida, o personagem apareceu sentado, em frente a uma mesa, sobre a qual estava seu computador, além de papéis, telefone e objetos de escritório, por exemplo; pôs um fone de ouvido e manuseou um aparelho eletrônico.

O repórter prosseguiu seu relato: “*o recomeço não foi fácil*, como acontece com todos que passam pela Fundação Dorina Nowill, em São Paulo. A instituição leva o nome da pedagoga que ficou cega aos 17 anos e foi a *primeira deficiente visual* a estudar *numa escola regular*”. Ter dito que “o recomeço não foi fácil” sugeriu a existência de dificuldades na tal readaptação, mas estas não foram explicitadas claramente pela reportagem. Já quando se informou que Dorina fora a primeira deficiente visual em escola regular, percebeu-se o pioneirismo da profissional e a ideia de integração (‘em uma escola regular’). Mostraram-se imagens externas da Fundação (fachada e logomarca na parede) e uma foto de D. Nowill.

O *off* continuou: “nos anos 40, eram raros os livros em Braille no País”. A câmera mostrava livros em Braille. Na passagem, o repórter Alan Severiano registrou: “convencidas de que eles eram essenciais para a inclusão do deficiente visual, Dorina e um grupo de amigas criaram a ‘Fundação para o Livro do Cego no Brasil’. O que era uma pequena gráfica virou a maior editora de livros em Braille da América Latina, uma instituição sem fins lucrativos, administrada por voluntários”. Mostrou-se a gráfica imprimindo páginas em Braille, além de um dos livros sendo folheado rapidamente e de mãos tateando a página em Braille, operando a leitura; durante sua passagem, o repórter posicionou-se na gráfica, entre livros em Braille e profissionais trabalhando. O jornalista destacou que, “por ano, 64 mil livros são distribuídos gratuitamente para bibliotecas e deficientes visuais em todo o País. Além de publicações em Braille, livros digitais e os livros falados. Aqui, muitos *reaprendem* a ler, a entender formas, a se localizar”. A deficiência visual foi entendida como um problema que, de certa forma, exige reaprendizagem e readequação. Durante a narração, via-se um estúdio de gravação de áudio, onde havia um operador e uma locutora, lendo e gravando certo texto em um microfone; além

disso, notava-se um cego pondo suas mãos sobre um grande “mapa” horizontal, em alto relevo, auxiliado por uma mulher.

A pedagoga Glicélia Alves falou ao repórter: “é infinita a superação. Desde que você fale ‘eu vou fazer’ e tenha ali a condição”. Em *off*, o repórter narrou: “outros dão os primeiros passos. Os bebês são estimulados para *evitar atraso* no desenvolvimento” — aqui, a cegueira infantil despontou como causa de atraso, conforme a fisioterapeuta Márcia Silva reforçaria em seguida: “geralmente, eles [bebês com deficiência visual] *demoram mais* pra engatinhar, eles *demoram mais* pra andar. *Quando a gente estimula*, eles aprendem naturalmente. Isso vai ajudá-lo também na sua expressão corporal”. Esse estímulo envolve, certamente, os sentidos remanescentes na criança, marcando um desenvolvimento e um crescimento peculiares. A fala da especialista associou deficiência a atraso no desenvolvimento; mas a defasagem poderia ser combatida quando “a gente” (fica implícita a referência aos videntes) estimulasse esses bebês. Entre as imagens, via-se um garoto andando por um corredor, de mãos dadas a uma mulher; depois, um bebê, segurado por Márcia, era movimentado sobre uma grande bola.

O repórter informou que, “entre consultas e terapias, são 18 mil atendimentos por ano”. Em sua fala, o presidente da Fundação, Ademir Ramos da Silva, acentuou que ali “*não é lugar de coitadinho*, ninguém tem pena do deficiente visual. *Ele* tem a deficiência. *Ele* precisa superar *uma barreira*, mas, fora isso, *ele é uma pessoa plenamente capaz* de satisfazer os seus desejos, e é isso que Dorina nos ensinou”. A ideia de alteridade reapareceu, pelo uso do pronome “ele”, bem como despontou a noção de que a cegueira fosse um obstáculo superável, pois os deficientes eram capazes de realizar seus desejos, segundo Ademir. A possibilidade de vencer em meio à deficiência foi, porém, atrelada mais ao indivíduo cego do que a uma conscientização vinda da sociedade como um todo em prol da inclusão.

“Bruno segue esse caminho. Nasceu cego, passou a frequentar a Fundação e, aos 11 anos, *tira de letra o convívio* na escola com crianças que enxergam” — o *off*, coberto pela

imagem do garoto Bruno manuseando um *notebook* em sala de aula com outros colegas (videntes), corroborou a habilidade do deficiente para se integrar e conviver com quem vê. A matéria foi finalizada com o depoimento do estudante de 11 anos: “não adianta você viver num ambiente que só tem pessoa que tem o seu *problema*, porque senão você não vai *se acostumar com o mundo*”. Bruno deu seu depoimento, sentado em sua carteira escolar, sendo que, ao fundo, estavam seus colegas de turma; depois, o garoto apareceu andando num pátio da escola, com sua bengala, ao lado de um colega (vidente) e perto de outras crianças — todos eles estavam vestindo o uniforme escolar, o que os tornava “semelhantes”, na condição de alunos, independentemente de ter ou não uma deficiência. Ficou a mensagem de que a integração era importante para os deficientes; porém, não se enfatizou a ideia de que cabia à sociedade participar ativamente no rompimento de barreiras discriminatórias, promovendo a inclusão. Em outras palavras, o cego podia “acostumar-se com o mundo”, mas o contrário nem sempre ocorria.

Neste VT, o tato e a audição preponderaram como sentidos utilizados por cegos, permitindo leitura, (re)aprendizado, entendimento e localização. Os termos “cego” e “deficiente visual” foram (adequadamente) as expressões escolhidas para se referir às pessoas sem visão na reportagem. Quanto à estrutura espaço-temporal da matéria, embora o período de tempo se mantivesse estável, fincado na atualidade (à exceção da foto de Dorina Nowill, que remetia ao passado), os espaços variaram ao longo do vídeo: este começou na rua, com o advogado Marcelo, passou pela empresa onde o entrevistado trabalhava, chegou à Fundação, mostrando outros personagens e ambientes internos (como gráfica, sala de espera, consultório médico e estúdio de gravação de áudio), e terminou na escola de Bruno; tal mudança de ambientes deu dinamicidade ao VT, sugerindo que a deficiência (visual) está entranhada nas diversas esferas da vida social (nas ruas, no mercado de trabalho e na escola, por exemplo).

Os dois personagens cegos entrevistados estavam numa situação de integração consumada — Marcelo estava empregado numa multinacional, e Bruno frequentava a escola regular. Ambos foram figurados como socialmente ativos (o primeiro mais que o segundo, até por ser adulto). A indumentária dos dois parecia adequada ao ambiente em que estavam — o terno do advogado e o uniforme escolar do aluno — dando a sensação de que se tratava de pessoas comuns, “normais”, por assim dizer, e adaptadas à cultura social. Marcelo e Bruno estavam ora sentados, ora de pé, caminhando, com auxílio de cão guia ou de bengala. Cabe salientar que o primeiro evoluiu como personagem ao longo do VT: da rua (como transeunte), chegou a seu local de trabalho, onde se distinguia mais claramente da “massa”, e foi (implicitamente) apresentado como profissional bem sucedido. Finalmente, percebeu-se que a identidade de cego não era necessariamente conflitante à de cidadão, de profissional, de estudante ou de pessoa feliz e realizada.

3.3.5. Feira em São Paulo traz novidades para deficientes

Em 14 de abril, foi exibida uma matéria, com 2 minutos e 8 segundos, sobre novidades que uma feira tecnológica em São Paulo trazia para pessoas deficientes. Fátima Bernardes anunciava: “a tecnologia a serviço das *pessoas com necessidades especiais* é a atração de uma feira que começou hoje em São Paulo”; W. Bonner dava o complemento: “é a segunda maior do mundo e *tá* cheia de novidades”. Quanto ao texto, salienta-se que o termo “pessoas com necessidades especiais” está em desuso; a expressão mais adequada, como já apontamos, seria “pessoas com deficiência” — e a utilização de uma terminologia tida como ultrapassada pode revelar certo desconhecimento por parte dos redatores quanto ao assunto noticiado. Na tela, ambos os âncoras apareciam em cena, na bancada do JN. O tom de enunciação de F. Bernardes soava mais sério: sua fisionomia parecia “fechada” e austera, enquanto W. Bonner chegou a esboçar um sorriso.

Destacamos, aqui, as partes da reportagem que respeitam diretamente à deficiência visual, foco do presente estudo. Em dado momento, a repórter Graziela Azevedo realçou, em seu *off*: “*se os olhos não veem, a história pode ser ouvida* assim: uma espécie de caneta eletrônica toca o canto da página, e *lá vem aventura*”. Enquanto o texto da jornalista ia sendo narrado, um garoto (cego) passava uma “caneta” adaptada sobre a página de um livro infantil em Braille e, depois, levava o aparelho ao ouvido, que emitiu a mensagem impressa de maneira audível, por meio de uma voz eletrônica: “o carrinho de rolimã é uma prancha de madeira”. O menino revelou: “eu fico só imaginando *ver eu* na história”. A repórter instigou: “vai longe!” O entrevistado concordou. Aqui, tato e audição foram os sentidos evocados para se conhecer uma história e, mais do que isso, se imaginar nela. É como se barreiras (propriamente visuais) fossem rompidas para incluir aqueles que não têm a visão.

Posteriormente, enfatizou-se: “quem tem baixa visão pode aumentar as letras, mexer nas cores. (...) Aqui, o mais novo [aparelho]: basta botar qualquer texto, que o equipamento fotografa e lê tudinho em voz alta” — nesse caso, a própria visão era utilizada, por pessoas com deficiência visual parcial, além de, outra vez, a audição ter sido evidenciada. Nas imagens que cobriam o *off*, um monitor mostrava a página de um livro em tamanho ampliado, e as cores na tela desse aparelho modificavam-se; depois, um livro foi colocado sobre outro equipamento (voltado para deficientes visuais, como se pôde inferir), sendo fotografado por um aparato, de modo que uma voz sintetizada (eletrônica) enunciava o conteúdo do livro fotografado: “artigo implementação monitoramento nacional”. Mais adiante, o organizador da Feira, José Roberto Sevieri, ressaltou, na entrevista: “o Brasil precisa que *essas pessoas* [com deficiência] sejam olhadas com mais vontade, porque a única coisa que elas querem é *ter direito a viver igual aos outros*” — “essas pessoas” e “os outros” são termos emblemáticos que confrontam os conceitos de identidade e alteridade, conforme tratamos no Capítulo 2.

A estrutura espacial da reportagem susteve-se no ambiente da Feira, e a temporalidade da matéria manteve-se firmada na atualidade. O personagem cego mostrado — que, embora não tenha sido identificado em GC, é o mesmo garoto (Bruno) da reportagem anterior, de 11 de abril — apareceu como uma criança curiosa, ávida por leitura, amante de aventuras e um tanto sonhadora. O estudante ocupou uma posição de beneficiado pelo invento (e, em última instância, pela sociedade). Quanto ao universo sensorial evocado no VT, percebeu-se que o tato e a audição tiveram proeminência como sentidos alternativos à visão. A identidade de deficiente visual tácita na fala do menino — “eu fico só imaginando *ver eu* na história” — foi a de pessoa criativa, capaz de usar a imaginação e de desfrutar da “leitura” de um livro, ainda que por meio de narração audível. Quanto às imagens, o entrevistado cego permaneceu sentado, enquanto “lia” a obra com auxílio do aparelho; ele não usava óculos escuros e estava em contato com outras pessoas naquele recinto.

3.3.6. Paixão de Cristo recebe melhor pessoas com deficiência em Pernambuco

O telejornal divulgou, no dia 20 de abril, uma encenação da Paixão de Cristo adaptada para pessoas com deficiência e realizada em Pernambuco. O VT tem 1 minuto e 42 segundos. Bonner anunciou: “todos os anos, milhares de pessoas assistem àquele espetáculo da Paixão de Cristo em Nova Jerusalém, Pernambuco. Mas, *pra muitas*, só agora, em 2011, é que ficou mais fácil acompanhar tudo no teatro ao ar livre”. A cabeça da matéria não deixou claro que se tratava de pessoas com deficiência; antes, buscou atrair a atenção do público para o vídeo que viria a seguir. A câmera enquadrava o jornalista ao lado de Fátima Bernardes, sendo que os dois estavam na bancada e tinham um sorriso sutil, indicando a leveza da reportagem; no telão, ao fundo do cenário, a imagem de uma cruz acentuava o cunho religioso do assunto.

Destaca-se aqui, a parte da matéria acerca de deficiência visual, especificamente. O repórter Amorim Neto informou: “pela primeira vez, as cenas do espetáculo da Paixão de

Cristo de Nova Jerusalém *foram narradas* para 75 pessoas com problemas de visão. Equipamentos como este, usado em traduções simultâneas, foram entregues a pessoas com deficiência visual. Os aparelhos permitem a *audiodescrição de tudo que acontece* durante o espetáculo, principalmente, nos intervalos silenciosos das cenas”. Durante essas falas de *off* e passagem, exibiu-se uma cena do teatro, em que Jesus Cristo ceava com seus discípulos; alguns cegos apareceram com fones de ouvido. Amorim Neto segurava um aparelho utilizado para a audiodescrição.

Em seguida, o espectador pôde entender melhor como funcionava esse recurso. Uma das cenas do teatro ia sendo descrita por uma voz masculina: “mulheres se abraçam com Herodes, com roupas suntuosas e provocantes” — no palco, o rei Herodes estava entre mulheres numa festa, com a presença de outros homens. O audiodescritor apareceu, com um microfone em mãos, narrando a cena. Ao lado dele, uma audiodescritora também segurava um microfone; ela, então, continuou a narração da peça: “enquanto isso, no salão mais estreito, entra Jesus”; na imagem, via-se o ator levado por um soldado e rodeado por outros personagens da peça teatral.

O sentido da audição foi enaltecido como alternativa de inclusão cultural para deficientes visuais, por meio da audiodescrição. A historiadora Marluce Cabral expressou: “uma *emoção* muito forte e que *faz com que a gente se integre cada vez mais na sociedade*”. O estímulo de outro sentido (o auditivo), por meio de uma iniciativa de inclusão, permitiu, então, a integração social e “uma *emoção* muito forte”. Mais adiante, o ator Thiago Lacerda (intérprete de Jesus) revelou: “é emocionante a forma como *eles se sentem incluídos*. Eu acho que esse *é um passo irreversível* no processo desse espetáculo, e tomara *que seja exemplo* pra muitos outros”.

As terminologias empregadas em referência às pessoas com deficiência visual nesta matéria foram “pessoas com problemas de visão” e “pessoas com deficiência visual”. A

estrutura espaço-temporal da reportagem se deu no local da encenação, durante a época do ano em que a Paixão de Cristo era celebrada por católicos. Além da divisão clara entre palco e plateia, observou-se que, nesta última, foi destacada, ainda, a presença de pessoas com deficiência. A fala da personagem cega revelou a emoção de ser integrada à sociedade; Marluce não usava óculos escuros e foi mostrada em posição estática, com o fone de ouvido para escutar a audiodescrição. Outros cegos foram mostrados em movimento, enquanto andavam, em fila (com o braço sobre o ombro do deficiente localizado à frente); alguns deles usavam óculos escuros.

Os deficientes visuais foram representados, então, como beneficiados por uma ação sociocultural, recebendo a ajuda de videntes (a exemplo dos audiodescritores). A reportagem sugeriu que os cegos também gostavam de atrações culturais, podendo desfrutar mais delas à medida que se lhes ofereça uma oportunidade de inclusão. Dada a ausência da visão, a audição sobressaiu como sentido mais utilizado naquela ocasião,

3.3.7. Festival de *jazz* reúne músicos em Paraty

Nesta sétima matéria, a deficiência visual não foi o tema principal. Em 18 de junho, o JN noticiou que o Festival de *jazz* reunia músicos brasileiros e estrangeiros em Paraty (RJ). Somando a participação ao vivo do jornalista Tiago Eltz com o tempo do VT, chegou-se a 2 minutos e 33 segundos de duração. Naquele sábado, “os turistas puderam acompanhar uma canja inesperada”, pelo grupo Playing for Change, cuja versão de “Stand By Me” era sucesso mundial e havia sido acompanhada em vídeo por 32 milhões de internautas.

O repórter Tiago Eltz ressaltou: “maior ícone da banda, o americano Grandpa Elliott, de 66 anos, *é cego*. Já tocou em grandes palcos mundo afora e hoje *se sentiu à vontade* em Paraty”. Como na matéria sobre deficientes visuais no carnaval, usou-se a expressão “sentiu-se à vontade” relacionada à figura do cego. Nesta notícia do Festival de *jazz*, a deficiência

visual não diminuía o talento do personagem, realçado como sendo o “maior ícone da banda”; todavia, o distinguia — “é cego”. Não se pode inferir que a cegueira tenha sido apontada como a causa de ele ser o maior ícone do grupo musical; a deficiência foi uma das características ressaltadas pelo repórter, uma “marca social” que remetia a um “estigma”.

O personagem Elliott apareceu cantando; não se exibiu uma entrevista feita com ele. Novamente, despontou uma associação entre deficiência visual e habilidade musical — como “pano de fundo”, a audição adquiriu proeminência. O termo “cego”, utilizado pelo repórter, foi adequado. A estrutura espaço-temporal da reportagem alterou-se ao longo do vídeo, que teve *flash* ao vivo e um VT, anteriormente gravado; porém, no momento em que se aludiu à deficiência visual, o personagem encontrava-se na rua, apresentando-se para o público, de pé; o cantor usava óculos com apenas uma das lentes escura.

3.3.8. Estudantes recebem medalha de ouro da Olimpíada Brasileira de Matemática

No dia 21 de junho, o JN veiculou uma matéria sobre estudantes recebendo, no Theatro Municipal do Rio, medalha de ouro da Olimpíada Brasileira de Matemática, da qual participaram alunos da rede pública matriculados entre a 6ª série do ensino fundamental e o ensino médio. Do número recorde de 19,6 milhões de concorrentes, 504 conseguiram o prêmio. Este VT também não teve a deficiência visual como mote, embora esta tenha surgido, como menção, durante o relato.

O repórter André Luiz Azevedo acentuou: “*entre os alunos premiados, Laura. Ela é cega desde muito pequena e estuda no interior de Minas Gerais. A professora dela aprendeu Braille para poder ensiná-la, e agora Laura é medalhista de ouro*”. Laura foi destacada como diferente “entre os alunos premiados”, por ser cega; a deficiência visual apareceu, aqui, como “marca distintiva” e barreira superada. Afinal, “agora Laura é medalhista de ouro” — a identidade de deficiente visual não impediu que a garota se tornasse uma medalhista e

assumisse a identidade de aluna vencedora. Mas, para isso, Laura contou com o apoio da professora, conforme a própria aluna disse: “minha professora *me ajudou bastante*”; ficou outra vez implícita a noção de dependência do deficiente para com um vidente. O aprendizado do sistema Braille envolve, especialmente, o sentido do tato e possibilitou, nesse caso, a inclusão social e a conquista de um prêmio educacional. Outras fontes foram ouvidas, como estudantes e um profissional de educação, todos eles com visão.

O termo “cega”, empregado pelo repórter, não é depreciativo em si mesmo. A reportagem se passou quase toda no local da premiação e em tempo real, quando de sua realização. Ao relatar brevemente a história de Laura, a matéria “saiu” do teatro onde o prêmio estava sendo entregue e “entrou” na escola da garota, mostrando a deficiente sentada na carteira escolar, com um *notebook* e um fone de ouvido; ao lado dela, estava a professora, mencionada no *off*, e, em volta, outros colegas de turma, todos na sala de aula. Em seguida, o VT voltou ao espaço da premiação, para ouvir o depoimento de Laura. Ela não usava óculos escuros e vestia uniforme, à semelhança de outros colegas presentes ao evento. Via-se, ainda, a Presidente Dilma Rousseff cumprimentando a estudante, no palco; abraçadas, elas posavam para uma fotografia — é curioso notar que a Presidente apontara o dedo para a direção em que uma câmera fotográfica estava, a fim de mostrar à Laura para que direção olhar, a despeito da deficiência visual da menina.

A fala da personagem cega revelou sua gratidão em ter recebido a ajuda da professora (vidente). A reportagem permitiu que se percebesse a deficiência visual como um obstáculo não limitante, mas, sim, superável, valorizando desta forma a conquista de Laura. Ficou tácita a importância da audição e do tato para os deficientes visuais, pois o vídeo mostrara a estudante com um fone de ouvido na aula e citara o método Braille de escrita e leitura. Um mapa de Minas Gerais chegou a ser utilizado pelo VT, para informar a localização da cidade de Laura: Senador José Bento. Por fim, as imagens da aluna mostraram-na parada, na

companhia de outras pessoas de sua escola e quase sempre de pé; também foi exposta estudando e sendo premiada — apareceu como uma adolescente “comum”, no sentido de não ter sido “diminuída” pelo telejornal devido à sua deficiência. Transmitiu-se, pois, a ideia de que a cegueira não inibe nem impede, necessariamente, que o deficiente alcance êxito.

3.3.9. Projeto usa música para ajudar jovens com deficiência

Na edição de 12 de agosto, o JN abordou o projeto Geração de Sons, que recebia apoio do programa Criança Esperança, desenvolvido pela Rede Globo em parceria com a Unesco. Ao todo, o assunto ocupou 3 minutos e 39 segundos do noticiário. O projeto social executado no sul da Bahia beneficiava alunos com algum tipo de deficiência, por meio de aulas de música. William Bonner anunciou: “o Jornal Nacional vai apresentar um projeto social executado no sul da Bahia, com o apoio do Criança Esperança. Esse trabalho utiliza a música e muita sensibilidade pra ajudar crianças e adolescentes *com necessidades especiais*”. Novamente, o noticiário utilizou, inadequadamente, o termo “com necessidades especiais”, em vez de pessoas “com deficiência”. O tom desta enunciação transmitiu um ar de seriedade, endossado pela fisionomia “fechada” dos apresentadores, principalmente de Fátima Bernardes, que estava ao lado de Bonner na bancada; ao fundo do cenário, o telão exibia a logomarca do Criança Esperança.

Abrindo sua narração em *off*, a repórter Beatriz Castro asseverou: “dias de esperança estão iluminando a terra do descobrimento do Brasil. Em Porto Seguro, na Bahia, as notas musicais ecoam em um *cenário improvável, marcado pelas adversidades*. Por aqui, o talento brota sem aceitar limitações”. Enquanto fazia esse relato, eram exibidas imagens do sol, da cidade e de uma garota cega que tocava flauta na sacada de sua casa — imóvel que aparentava estar ainda em construção, só com tijolos, sem acabamento. Uma pessoa com deficiência física, sentada numa cadeira de rodas, compunha a imagem enquadrada pela câmera. Nos

trechos grifados dessa fala inicial, deu-se a ideia de que a parte urbana mencionada estava localizada numa região mais pobre economicamente da cidade — “um cenário improvável”, marcado por “adversidades”.

Nesse ambiente (supostamente) hostil, a personagem cega foi apresentada logo em seguida: “Rosileide [Nunes Santos], de 16 anos, *é deficiente visual, mas nunca se rendeu à escuridão*. Há quatro meses, ela *encontrou uma nova motivação* na música” — ficou evidenciada a identidade da garota como cega, e, de maneira indireta, associou-se a deficiência visual a um termo pejorativo (‘escuridão’); a própria conjunção “mas” soou inapropriada. O texto inferiu que a personagem passara por uma mudança identitária positiva, ao ter encontrado “uma nova motivação na música”. A imagem da menina tocando teclado e sentada no sofá de sua casa transmitiu certa conotação de segurança e comodidade associada ao ambiente do lar. Em sua fala, a jovem declarou: “*eu tenho muitos planos. Eu quero tocar na orquestra mesmo, eu quero participar da orquestra, quero um dia poder fazer faculdade de música*” — ficou subentendida a noção de que a deficiência não anula a possibilidade de sonhar e planejar, especialmente quando os sentidos que restam são valorizados e estimulados, a exemplo da audição.

Prosseguindo, a matéria apresentou outro personagem, Alan Nicolas (10 anos), que é hiperativo, e uma musicoterapeuta. “*Neste casarão, no centro de Porto Seguro, os destinos de 60 crianças e adolescentes especiais como a Rosileide e o Alan se encontram. Eles aprendem música de uma forma divertida, com jeito de brincadeira*”, salientou a repórter. Outro espaço urbano foi evocado — desta vez no centro da cidade, em um prédio visivelmente belo, em contraste com o cenário “improvável” em que Rosileide estava. (Não se mostrou como a jovem saíra de casa e chegara ao referido casarão, o que poderia ter sido interessante para se evidenciar eventuais dificuldades no deslocamento de cegos em espaços públicos e sistemas de transporte coletivo, por vezes desprovidos da devida acessibilidade.) Com a imagem dos

alunos tendo aula de música, sobressaiu a ideia de convívio com outras pessoas. Pontua-se que o termo “especial”, usado pela repórter para designar pessoas com deficiência, é inadequado e está em desuso; segundo o consultor Marco Antonio de Queiroz (em artigo no site www.bengalalegal.com), “ser ‘especial’ exclui a pessoa do todo, da igualdade, remetendo-se somente à diferença”.

Cabe observar que a garota cega apareceu bem no começo da reportagem, mas não foi logo revelado pela repórter que se tratava de uma deficiente visual. O corpo desta foi inicialmente representado no vídeo sem que se evidenciasse a deficiência: a adolescente surgiu na tela, tocando flauta doce, em posição vertical e estática; estava de pé e parada, em frente de sua casa. Ela não usava óculos escuros; seus cabelos estavam aparentemente lavados; as unhas das mãos, pintadas de esmalte — compondo a imagem de uma jovem “comum”, por assim dizer, sem que o estigma da deficiência despontasse visualmente na cena. Enquanto a jornalista prosseguia em seu relato, o corpo de Rosileide ia sendo mostrado em outro ambiente, posição e atividade: no interior da casa (ambiente íntimo), ela estava sentada num sofá, com um teclado apoiado sobre as pernas. Mais adiante, no casarão, a jovem estava em contato direto com outros participantes do projeto.

Nessa reportagem, a personagem com deficiência visual apareceu ora sentada, ora de pé, mas sempre estática e associada ao universo musical. Nesse sentido, não se mostrou o corpo cego em movimento propriamente dito. Por outro lado, a representação operada pelo JN destacou a dinamicidade e o talento da jovem, capaz de tocar ao menos dois instrumentos musicais, bem como sua inclusão cultural e social, por meio do projeto. A aparência de Rosileide refletiu a imagem de uma jovem já integrada ao ambiente coletivo, ou seja, suas roupas e posturas corporais não destoaram dos demais alunos mostrados. Por fim, a mudança de cenário no decorrer da matéria — da esfera privada (a casa, o lar) para a pública (um local de socialização onde inúmeras pessoas se reúnem para as aulas de música) — reforçou a

possibilidade de que deficientes sejam incluídos na sociedade, desfazendo o preconceito recorrente de que pessoas com deficiência, particularmente a visual, estejam fadadas a viver isolada e passivamente.

3.3.10. OMS estima que metade dos fumantes morrerá por doença ligada ao tabaco

No dia 30 de agosto, o JN exibiu uma reportagem de 4 minutos, integrando uma série temática sobre tabagismo. W. Bonner informou então que, “pra cada pessoa que fuma, há pelo menos uma outra que fica exposta à fumaça”. Fátima Bernardes emendou: “e o repórter André Luiz Azevedo mostra que muitos fumantes só conseguem largar o cigarro quando descobrem que estão doentes”. Ambos os apresentadores mantinham um tom sério, condizente com o assunto da matéria. A deficiência visual foi apenas mencionada no VT.

Em seu depoimento, o médico do Instituto Nacional do Câncer (INCA) Ricardo Meirelles explicou: “fumante é uma pessoa que vai ter mais pneumonia, mais tuberculose, mais infecções respiratórias altas, como sinusite e outras. E outras substâncias também no cigarro vão levar a *alterações oculares*; então, *o cigarro também pode levar à cegueira*. Osteoporose também é muito frequente”. Durante sua entrevista, a câmera deu um *close* na cabeça e no olho do corpo humano ilustrado, presente num telão localizado atrás do médico.

Logo, neste VT, a deficiência visual foi tratada de modo negativo, como possível consequência do tabagismo. O médico entrevistado utilizou o termo “cegueira”, adequado para se referir à deficiência da visão. A reportagem não entrevistou pessoas cegas, até porque não era esse o foco da pauta. Todavia, pensamos ser importante registrar essa menção à deficiência visual, no conjunto de matérias que o JN veiculou, em 2011, sobre a temática analisada neste estudo.

3.3.11. Treinamento ensina a alunos de escolas do Rio como agir em caso de enchentes

Uma reportagem, com 2 minutos e 12 segundos, foi ao ar em 26 de setembro, a respeito de uma iniciativa em que alunos de escolas públicas do Rio de Janeiro eram treinados para agir adequadamente durante temporais e enchentes. Fátima Bernardes informava que “as orientações podem salvar vidas”. No enquadramento da câmera, via-se a apresentadora na bancada; ao fundo, o telão exibia uma imagem ilustrativa de chuva. Embora não tenha havido uma pessoa com deficiência visual no VT, foram mostrados alunos que, no treinamento, interpretavam papéis diversos, como de idosos, casais com filhos e deficientes.

Na ocasião, o estudante Mateus Silva, de 10 anos de idade, representava um cego; ele apareceu de óculos escuros, de pé, parado e rodeado por outros colegas. Logo, nessa representação de deficiente visual, utilizou-se um objeto visível que E. Goffman poderia chamar de “símbolo de estigma”: “os óculos escuros, algumas vezes usados para oferecer voluntariamente uma prova de cegueira podem, ao mesmo tempo, ser usados para acobertar a existência de uma desfiguração facial” (GOFFMAN, 1982, p. 45). Em seu *off*, a repórter Mônica Sanches afirmou: “Matheus leva a sério a interpretação de um *deficiente visual em perigo*”. O garoto disse: “se a gente continuasse em casa, *a gente ia correr risco de morrer*”.

O termo “deficiente visual” foi empregado de maneira adequada pela repórter. Novamente, embora este VT não fosse sobre a cegueira propriamente dita, consideramos válido incluí-lo no *corpus* empírico, por fazer menção a um personagem sem visão e pelo modo como o aluno foi caracterizado para interpretar um cego “em perigo”, “correndo riscos”, um tanto indefeso, como se pôde inferir.

3.3.12. Falta de cães-guia dificulta a vida de brasileiros que não enxergam

A 12ª matéria aqui selecionada, com 2 minutos e 24 segundos, foi ao ar em 24 de outubro e abordou a falta de cães-guia, que tanto dificulta a vida de brasileiros sem a visão. O

apresentador William Bonner dizia então: “os brasileiros que não enxergam ou que enxergam muito pouco estão *enfrentando uma dificuldade adicional* no Brasil. Faltam cães-guia. E isso é grave, porque a ajuda deles é preciosa” — sugerindo que as pessoas cegas enfrentam dificuldades rotineiras. O enunciado comportava um ar de gravidade e um tom de voz sério. Tanto ele quanto Fátima Bernardes estavam na bancada, com fisionomia severa.

A reportagem do jornalista Wallace Lara teve como pano de fundo a megacidade de São Paulo. Ele começou seu relato: “Jack caminha com tranquilidade pela cidade. Está pronto para *conduzir com segurança* qualquer tipo de deficiente visual. Mitiko ainda está aprendendo. Já consegue *subir escadas* e sabe o momento certo de *atravessar a rua*. O treinamento dura dois anos e é feito por instrutores como Adylson”. Enquanto ele narrava, eram exibidas imagens do instrutor andando pela cidade com os cães citados e atravessando a rua, em ambientes movimentados. “O cão-guia brasileiro, treinado no Brasil, *guia em qualquer parte do mundo*”, afirmou o adestrador Adylson Lima.

“Mesmo assim, o País tem apenas 70 cães-guia para uma população de 170 mil cegos e 2,5 milhões de pessoas com baixa visão⁸⁶. No Brasil, não é simples ter um cão-guia. Existem poucos centros de treinamento, e faltam profissionais preparados para adestrar os animais de maneira adequada”, informou o repórter. A seguir, enfatizou que formar um cão-guia custa em torno de R\$ 25 mil e que o animal não pode ser vendido, mas, sim, cedido ao deficiente. Apresentou, então, um “projeto pioneiro, desenvolvido por uma entidade ligada à indústria paulista”: “(...) 32 filhotes, como Frontier, são adotados por famílias. *Em casa*, os animais aprendem a obedecer regras básicas, para depois, *em um centro de treinamento*, completar a formação de cão-guia, para uso de um deficiente”.

Mais adiante, o repórter falou sobre Broke, um “simpático Labrador” que “já salvou a vida do seu dono”, o funcionário público Daniel Sisti. Este apareceu no vídeo caminhando

⁸⁶ Dados estatísticos sobre cegos, válidos na época da reportagem, já tiveram atualizações posteriores, mediante a divulgação de informações do Censo 2010 do IBGE, conforme apresentado no primeiro Capítulo desta Dissertação.

pela rua e sendo conduzido pelo cão-guia; curiosamente, a câmera focalizou, em princípio, o cachorro, de modo que Daniel só aparecia da cintura para baixo (um cego ‘sem rosto’), em um plano de conjunto — é como se a identidade de deficiente visual fosse mais bem (re)apresentada mostrando-se, primeiro, o cão condutor. Em plano geral, destacaram-se o cego e o animal andando num local público, com algumas pessoas transitando pela mesma via. O homem vestia calça e camisa de manga comprida e não estava com óculos escuros, compondo uma aparência “comum”.

O personagem relatou um episódio em que seu cão o ajudara: “nós estávamos parados lá, *em frente ao elevador*, a porta abriu e eu pedi para ele entrar. Na terceira vez que ele não entrou, eu *acabei descobrindo* que o elevador não estava [ali]”. A entrevista com o advogado foi feita em frente ao elevador; algumas pessoas que circulavam pelo local completaram o cenário de fundo. Tem-se a ideia de que o cego mostrado esteja integrado ao contexto urbano com certa autonomia, na medida em que pode andar pela cidade na companhia do cão; por outro lado, indica-se que haja “perigos” na cidade para esse segmento social. Cabe refletir, ainda, que, nem sempre, a visão pode ser substituída ou “compensada” sem prejuízos, já que, nesse caso, a ausência da percepção visual impedira que o deficiente soubesse que o elevador não havia chegado, pois os outros sentidos não puderam “captar” essa mensagem específica; felizmente, a visão do cão guia o ajudou a evitar um acidente.

O repórter acrescentou: “Broke recebeu treinamento no instituto criado por Thays [Martinez]. Foi ela que, em 2006, *brigou e ganhou na Justiça o direito* de andar com Bóris *no metrô de São Paulo*” — a fala mostrou como a sociedade precisa adaptar-se para a inclusão de pessoas com deficiência, as quais precisam, por vezes, “brigar” para fazer valer seus direitos como cidadãos comuns e, no caso, para ter acesso a espaços como o metrô, na companhia do cão-guia. Observou-se que, enquanto fazia alusão ao acontecimento de 2006, o JN utilizava imagens de arquivo, com Thays e o cão Bóris no metrô — esse retorno ao

passado, muito comum em reportagens que contextualizam os fatos, demonstra a necessidade de determinadas lembranças para uma melhor compreensão do presente. “*Hoje*, uma lei federal garante a entrada de cães-guia, como Diesel, *em qualquer ambiente coletivo*”, completou o jornalista. Com as imagens de arquivo, foram exibidas outras, atuais, em que Thays aparecia sentada, numa cadeira reservada para deficientes em ônibus coletivo urbano, junto do cão Diesel. A fundadora e presidente do Instituto Íris foi entrevistada em seu ambiente de trabalho; estava sentada, de frente para sua mesa, sobre a qual havia pilhas de pastas e papéis. Foi o depoimento de Thays que fechou a matéria: “ele [o cão-guia] me dá muita liberdade, ele me dá muita autonomia e muita segurança. E, além de tudo, é uma delícia conviver com esses cães. Mesmo *em casa*, onde eles não trabalham, são companheiros”; a casa constituía, então, o lugar de descanso também para os cães, que, principalmente nas ruas, “trabalham”, conduzindo o dono. As últimas imagens mostraram a personagem cega com Diesel, no local de trabalho dela; a relação entre a pessoa deficiente e o espaço do trabalho confirmava uma situação de inclusão consumada, em que o cego mostrava-se capaz de (con)viver em sociedade.

A representação de deficiente visual que sobressaiu, nessa matéria, foi a de pessoa integrada ao meio social, inclusive ao mercado de trabalho. Tanto Daniel como Thays foram mostrados enquanto caminhavam em ambientes públicos, o que evidenciou a ideia de inclusão e convívio com outras pessoas (videntes). Explicitou-se, então, que a pessoa cega também é capaz de atuar (ser ativa) na coletividade, embora às vezes seja necessário recorrer ao Poder Judiciário para garantir os direitos de deficientes, como fizera Thays. Além disso, a identidade de cego pode ser influenciada por fatores externos, como o apoio de um cão-guia, conforme se evidenciou na fala da mesma personagem; segundo ela, o animal lhe oferecia “liberdade”, “autonomia” e “segurança”; portanto, sensações valiosas para uma pessoa sem a visão.

Foram utilizadas terminologias como “cegos”, “deficientes visuais” e “brasileiros que não enxergam ou que enxergam muito pouco”, em referência a pessoas com deficiência visual. A reportagem foi gravada em espaços urbanos, predominantemente ao ar livre (em ruas da cidade, por exemplo); não obstante, em alguns momentos, foram expostos ambientes como o interior de um metrô, de um ônibus e de prédios. A temporalidade do VT esteve ancorada na atualidade, de modo que ele transcorreu no tempo cronológico; a exceção ocorreu no momento em que se fazia uma espécie de *flashback*, resgatando-se imagens de arquivo que focalizavam a personagem Thays no metrô. Houve certa evolução dessa personagem ao longo da matéria, pois foi apresentada como alguém que teve de lutar, no passado, pelo direito de andar com o cão em meio de transporte metroviário; mas, hoje, ela já se beneficia da lei federal que garante a entrada de cães-guia em ambientes coletivos. Não se constatou, neste vídeo, realce significativo a algum sentido, que não o da visão.

3.3.13. Crianças criam robôs com peças de brinquedo em campeonato

Um campeonato no Rio de Janeiro em que crianças e adolescentes criavam robôs com peças de brinquedo foi tema da notícia exibida em 5 de novembro, com 1 minuto e 53 segundos. A deficiência visual não foi o assunto central, mas houve alusões a ela.

Em um dos trechos, a repórter Lília Teles informou: “a bengala com sensores na ponta é para orientar a locomoção de deficientes visuais e surgiu pelas mãos destes cinco meninos”. Seu *off* foi ilustrado por uma demonstração: um adolescente com visão anda, na sala de aula, com a bengala adaptada, para mostrar o funcionamento do invento. Como se fosse um deficiente visual, Daniel Friedman, de 12 anos, caminhou até que o aparelho se aproximasse de uma lata de lixo e apitasse; o garoto, então, se desviou do obstáculo. O estudante disse: “quando a bengala se aproxima de algum obstáculo, *ela começa a apitar*”.

O sentido que, nesse caso, mais ajudaria os cegos na orientação e na mobilidade foi a audição. A representação (corporal) de um cego, implícita na reportagem, foi a de pessoa que pode obter mais autonomia e segurança na locomoção, por meio de medidas inclusivas, como a exemplificada. A jornalista empregou, adequadamente, o termo “deficientes visuais”, em referência a pessoas cegas. A reportagem foi feita numa escola e gravada em época recente; porém, não incluiu entrevistas com pessoas cegas.

3.3.14. Censo 2010 reforça desafio do Brasil em dar uma vida digna aos deficientes

Em 21 de novembro, o JN dedicou uma reportagem, com 2 minutos e 39 segundos, sobre dados do Censo 2010 do IBGE relacionados às deficiências. W. Bonner então destacava: “o Censo 2010 também pesquisou o número de brasileiros que declararam ter algum tipo de deficiência. São pessoas que apresentam algum grau de dificuldade de enxergar, de ouvir ou com uma deficiência motora, por exemplo”. Fátima Bernardes completava: “o repórter André Luiz Azevedo mostra que os dados apresentados pelo IBGE surpreendem”. Ambos estavam sentados junto à bancada e exibiam uma fisionomia séria.

Serão aqui ressaltados os momentos do vídeo que mencionam a deficiência visual. Em sua passagem, o repórter informava: “ter uma deficiência física grave é muito mais comum do que se imagina, no Brasil. Quase 13 milhões de pessoas responderam aos pesquisadores do IBGE que sim, que têm uma grave deficiência motora, *visual*, auditiva ou mental. O resultado divulgado pelo Censo mostra o imenso desafio, que é dar uma vida digna a esses milhões de brasileiros”. Em seguida, aduzia: “mais de dois milhões afirmaram ter deficiência auditiva grave; mais de quatro milhões declararam ter problemas motores severos; e *o maior número disse ter uma grande dificuldade ou nenhuma capacidade de enxergar*. Em muitos casos, a pessoa tem mais de uma deficiência”. Logo, a deficiência visual foi destacada na matéria como a de maior incidência na população brasileira.

Adiante, apresentou-se Priscila Selares: “esta advogada *tem apenas 5% de visão em um dos olhos*. Ela é a *chefe* do departamento jurídico de uma organização de defesa das pessoas com deficiência. Diz que os números mostram *o tamanho da responsabilidade [para] com esta parcela da população*”. Em meio primeiro plano, retratava-se a personagem colocando seus óculos de grau, providos de uma espécie de lente especial, sobre o olho esquerdo. Depois, pôde-se ver Priscila, de costas para a câmera, sentada numa cadeira junto à sua mesa, digitando no computador. Um plano de detalhe realçou as duas mãos digitando — as unhas dela, finamente manicuradas, puderam dar ideia do zelo feminino com a aparência. A câmera focou, ainda, a tela do computador, na qual se pôde observar um fragmento de texto com tamanho de fonte maior, para facilitar a leitura da deficiente.

Em sua sonora, Priscila apontou: “tem um estudo que diz que a legislação brasileira destinada à pessoa com deficiência é a melhor lei das Américas, mas, no entanto, *a menos cumprida*”. A matéria, contudo, não se aprofundou na exemplificação de casos em que a legislação fosse descumprida — o que poderia ter sido interessante para conscientizar o público sobre a responsabilidade da sociedade na inclusão de pessoas deficientes. No VT, uma pessoa com deficiência visual, ainda que não fosse totalmente cega, foi representada numa situação de inclusão consumada e de maneira ativa (trabalhando). A noção identitária subentendida foi de que a deficiência não impede o acesso ao mercado de trabalho, nem o sucesso profissional; afinal, a personagem foi apresentada como “*chefe* do departamento jurídico de uma organização”.

Os termos usados em referência à deficiência visual foram pertinentes, e a reportagem foi praticamente toda gravada em ambientes internos (sala de exercícios fisioterápicos, local de trabalho da advogada Priscila e casa de uma família com dois cadeirantes). De modo geral, a matéria transmitiu a ideia de que as pessoas com deficiência devam ser consideradas e respeitadas pela sociedade, como se notou em frases como a do jornalista André Luiz

Azevedo: “o resultado divulgado pelo Censo mostra o *imenso desafio*, que é *dar uma vida digna a esses milhões de brasileiros*”. Não foi explorado, contudo, pela citada reportagem o modo como esse “imenso desafio” poderia ser superado, em práticas cotidianas. Assim, o VT contribuiu para informar a população a respeito dos dados recentes sobre o tema no Brasil e chegou a entrevistar pessoas com deficiência (motora e visual), mas as informações transmitidas foram, em grande parte, superficiais e limitadas a estatísticas, de modo que não se explicitaram maneiras efetivas de incluir essa parcela na sociedade.

3.3.15. Prêmio Innovare é entregue em Brasília

A penúltima matéria aqui analisada, de 15 de dezembro, tratou do Prêmio Innovare — entregue em Brasília, com o apoio das Organizações Globo — e teve 2 minutos e 15 segundos. A jornalista Patrícia Poeta, que naquele mês assumira o posto de apresentadora do JN no lugar de Fátima Bernardes, anunciava: “foi entregue hoje, em Brasília, o prêmio Innovare, que apresenta iniciativas pra modernizar a Justiça. Esse ano, os trabalhos vencedores foram sobre inclusão social e combate ao crime organizado”. Embora a deficiência visual não tenha sido o mote da reportagem, o assunto apareceu no VT.

A repórter Cláudia Bomtempo introduzia a matéria com este *off*: “o prêmio Innovare conta com o apoio das Organizações Globo e há oito anos é dado a autores de práticas inovadoras, que trazem benefícios para a sociedade. É o caso dessa juíza de Porto Alegre. Ela organizou *um centro de gravação de audiências onde os funcionários são deficientes visuais. Eles conseguiram um emprego*, e os processos ficaram mais rápidos”. Entre as imagens mostradas, enquanto o texto ia sendo narrado, estavam a de cegos numa sala, sentados lado a lado, cada um de frente para seu computador; apareceram digitando, e alguns usavam fones de ouvido; uma pessoa cega estava com óculos escuros. A audição despontou como o sentido que, aqui, permitiu a inclusão social, bem como o ingresso no mercado de trabalho.

A juíza Salise Sanchotene ressaltou: “a Justiça Federal abriu *um espaço de inserção social* que, até então, não havia, e conseguiu com isso criar um *novo mercado de trabalho pros cegos*” — emprego e inserção social constituíram, aqui, mais um exemplo bem sucedido de inclusão. Na matéria, contudo, os cegos não tiveram “voz”, não tendo sido entrevistados.

A identidade de deficiente visual que prevaleceu é a de alguém que, ao receber uma oportunidade, pode também contribuir para a sociedade, sendo a um só tempo beneficiado e beneficiador: “eles conseguiram um emprego, e os processos ficaram mais rápidos”, segundo a repórter. Nas imagens, os personagens cegos estavam sentados, digitando no computador e expressando certa atividade, ao invés de passividade. O corpo sem visão mostrou-se incluído no mercado de trabalho e familiarizado com a tecnologia digital. “Deficientes visuais” e “cegos” foram os termos utilizados na matéria, em alusão às pessoas desprovidas da visão. A reportagem englobou espaços diversos, como o salão do evento de premiação, a sala onde os cegos trabalhavam e outros ambientes internos. (Outros depoimentos e declarações em *off* integraram o VT, tendo aqui sido recortada a parte que aludiu à deficiência visual.)

3.3.16. Aparelho criado por estudantes de MG pode ajudar deficientes visuais

A última matéria analisada, com 1 minuto e 38 segundos, foi exibida em 27 de dezembro de 2011. Abordava a criação de um aparelho criado por estudantes que poderia beneficiar pessoas com deficiência visual. A apresentadora daquela edição, Ana Paula Araújo, informou: “estudantes de Engenharia de Minas Gerais criaram um aparelho que irá ajudar as pessoas com deficiência visual numa atividade comum do dia a dia”. O tom de sua enunciação e sua fisionomia eram “leves”, e a jornalista chegou a sorrir.

O local da reportagem era outra metrópole brasileira: Belo Horizonte. Introduzindo seu *off*, o repórter Ricardo Soares disse: “o projeto, feito a muitas mãos, nasceu de uma situação que envolvia risco de acidente”. Logo em seguida, o estudante Guilherme Camelo

complementou: “eu me deparei com uma situação onde eu vi um *deficiente visual atravessando uma rua*, a mais ou menos uns 200 metros, (...) *sem auxílio de nenhuma pessoa, apenas na audição*” — nesse depoimento, a relação (meio conturbada) entre cego e cidade novamente emergiu, e a audição despontou como sentido utilizado pelo deficiente visual.

“O grupo de estudantes de engenharia elétrica fez testes durante quatro meses até surgir o protótipo. Preso ao braço, ele produz três vibrações diferentes, cada uma sincronizada com uma cor do sinal de trânsito. O sistema foi inspirado no controle de um videogame”, explicou o repórter. “Se o cara do videogame percebe que tem um perigo, a manete vibrou, então é o mesmo princípio que a gente vai utilizar pro deficiente visual”, esclareceu o estudante Rafael Silveira. O jornalista ressaltou: “pra funcionar na prática, o sistema precisa apenas da instalação de um chip como esse *no poste de semáforo*. A partir daí, a comunicação é instantânea, e o radinho receptor passa a ser o guia de quem não tem o sentido da visão”.

A matéria apresentou, então, a personagem: “Regina diz que uma vantagem é *não se confundir em locais barulhentos*” — uma das dificuldades que o cego encontrava, segundo o VT, era a confusão gerada pela sobreposição de sons (‘locais barulhentos’), atrapalhando-o em sua orientação nos espaços urbanos. A atleta Regina Dornelas teve “voz”: “pra mim, agora, está vermelho para os carros”; ela então atravessou a rua com o auxílio do aparelho, mostrando que o invento funcionara. “Na maioria das vezes, *as pessoas é que não veem a gente*. A gente sente a presença deles, mas *na hora que vai pedir auxílio, o pessoal já foi*, e você fica ali. Então, isso daria pra gente uma independência muito grande”. Estamos aqui diante de outro obstáculo comum, que não é a barreira física, mas a atitude das pessoas (comportamental), as quais, muitas vezes, tratam os cegos com indiferença e desprezo (como se eles fossem invisíveis, por assim dizer), reforçando o sentimento de marginalização.

O jornalista finalizou, informando que “segundo os inventores, o produto agora só depende de parcerias para chegar ao mercado”, custando entre R\$ 50 e R\$ 60. A última

imagem foi a de Regina atravessando a rua, sobre a faixa de pedestres, com sua bengala e o aparelho preso ao braço, acentuando a conotação de “cego independente”. Restaria à cidade (a um governo, portanto) apoiar a causa e adaptar os semáforos.

Na reportagem, além da audição, o sentido tátil foi evocado (por meio das vibrações do invento no braço do cego); ambos tiveram a função de ajudar o deficiente na orientação para a mobilidade, ou seja, na locomoção e, por conseguinte, na obtenção de uma maior autonomia. O corpo de Regina estava, no VT, sempre de pé, ora em movimento, ora parado na calçada, por exemplo, com a bengala e o invento preso ao braço. Por vezes, a câmera enfocava o aparelho no braço da deficiente e, em outra cena, via-se Regina conversando com os três inventores do objeto. Em outra parte do VT, um plano de conjunto destacou Regina e revelou, ao fundo, um semáforo, fios da rede elétrica e prédios, acentuando a ideia de integração do corpo com deficiência visual a espaços urbanos. A imagem da mulher cega atravessando a rua sobre a faixa de pedestres foi exibida algumas vezes, de vários ângulos. Ela não estava com óculos escuros; usava, sim, uma bengala. Ao fim, a câmera mostrou a travessia do começo ao fim, sendo que um vidente passou por ela no percurso — a sensação transmitida foi de cidadania e independência para cegos, com medidas sociais inclusivas.

Os termos empregados (deficiente, deficiente visual, pessoa com deficiência visual, cego) foram adequados para se referir a essa fatia social. No VT, o cego apareceu como beneficiado pelo invento dos alunos (videntes); porém, não ficou numa posição de passividade, mostrando-se uma personagem sem visão caminhando pela rua e testando o aparelho. A estrutura espacial da reportagem abarcou um ambiente interno (laboratório dos alunos) e outros locais externos (ruas da cidade); seu esquema temporal esteve associado à atualidade. Quanto à temática identitária, a matéria sugeriu que os cegos também são cidadãos, com direito de ir e vir e capazes de viver com mais autonomia, respeito, dignidade e segurança, mediante ações de inclusão social.

4. IDENTIDADES E RECEPÇÃO TELEJORNALÍSTICA POR DEFICIENTES VISUAIS: PESQUISA COM GRUPO FOCAL

Se quiser me ajudar, pergunte primeiro se eu preciso. / E se for me ajudar, entenda primeiro como. / Se quiser que eu te reconheça, então me diga teu nome. / Ou se quiser mais poesia, então me cante tua canção. / Se for me guiar, não me empurre à tua frente. / Seja minha estrela guia, abrindo o caminho pra mim. / Se quiser que eu veja algo, não aponte, faça a ponte / Com palavras, descrição ou então me leve até lá. / Se quiser me entender, não precisa esforço, não há nada demais. / Assim como você e todo mundo, sou diferente de todo mundo. / Sou única (...) / Se quiser entender meu problema, fecha os olhos e se olha. / Veja suas ideias gastas e entenda que eu não tenho problema algum. / Tenho apenas uma maneira diferente de ver o mundo. / (...) Me cante aquelas canções que só você sabe cantar. / Pra quê que a gente precisa ver? Sabe lá. / Quem não é diferente? Quem não tem dificuldades? Me diz. ('Pra quê?', de Sara Bentes)

Os versos que introduzem este Capítulo fazem parte da música “Pra quê?”, de autoria da cantora brasileira Sara Bentes, que é deficiente visual. A canção expressa, de certa forma, a relação entre identidade e alteridade, sendo oportuna para endossar as reflexões feitas nesta seção. Como poetiza a artista, “assim como você e todo mundo, sou diferente de todo mundo. (...) Tenho apenas uma maneira diferente de ver o mundo”. E é sobre essa “maneira diferente de ver o mundo”, amparada no “olhar” de quem não tem o sentido da visão, que esta Dissertação caminha para sua conclusão, realizando uma pesquisa acerca de padrões de recepção com referência ao modo pelo qual os cegos foram representados no/pelo JN.

Para as professoras Nilda Jacks e Ana Carolina Escosteguy (2005, p. 13), comunicação e recepção não são dois campos ou fenômenos distintos, mas, ao contrário, tratam da mesma questão. “O processo de recepção é parte intrínseca do processo de

comunicação, em que o primeiro é parte constitutiva e constituinte deste último” (ibidem, p. 14). Concepção semelhante tem o professor Mauro Wilton de Sousa (2006, p. 14), ao destacar que “o campo da recepção midiática não tem autonomia, é conectado ao que o precede, o campo mais amplo da comunicação social”. Menciona (ibidem, p. 21) que o receptor resiste aos *media*, neutralizando, negando e até reconstruindo ou transformando o que deles recebe: “não é um consumidor passivo, mas sim um consumidor-negociador” (idem); sendo assim, muitos estudos passaram a considerar o que os indivíduos fazem com os meios de comunicação (ibidem, p. 20).

Mas é sobretudo a visão ressignificada da recepção, numa dimensão que a envolve mais com diferentes mediações sociais e culturais do que apenas com a conexão imediata da exposição e uso a diferentes *media*, que parece marcar a direção contemporânea da pesquisa em recepção, mesmo nas tradições de estudos da comunicação que começam a se evidenciar no Brasil e na América Latina. (SOUSA, 2006, p. 23)

De acordo com o autor (ibidem, p. 24), a recepção poderia, então, ser associada à busca de participação e de pertença a diferentes e fragmentados espaços da vida social, todos mediados pela comunicação.

Analisando dezenas de pesquisas brasileiras em comunicação, datadas da década de 1990, Nilda Jacks observa (2008, p. 42) que, em estudos de viés sociocultural, o processo comunicacional foi entendido como dialógico, e não linear ou mecânico. “Como consequência, o processo de recepção é visto como algo que não se dá apenas no momento de interação com os meios de comunicação, mas começa bem antes e termina bem depois, fundindo-se com as práticas cotidianas dos receptores” (idem).

Tida como a primeira teoria que considerou plenamente o receptor (ibidem, p. 67), a tradição dos Usos e Gratificações⁸⁷ apresentava uma nova categorização das funções dos

⁸⁷ Apesar de originada na década de 1940, a tradição foi metodologicamente incrementada nos anos 70 e 80 do século XX. As jornalistas Daniela Klein e Raquel Rocha observam (2003, p. 44) que foi a partir da década de 1970 que o receptor começou a ser encarado como elemento ativo do sistema comunicacional. Invertendo o questionamento preponderante para o estudo dos efeitos (o que os meios fazem com o indivíduo), a tradição dos Usos e Gratificações pretende avaliar o que o receptor faz com os meios. Tal teoria pode, assim, afingar-se

media: diversão, relações pessoais, identidade pessoal e vigilância em relação ao entorno (idem). Nessa linha, a noção de seletividade orientou pesquisas, em sua busca por expectativas, consumos, prazeres e efeitos dos meios nas pessoas (ibidem, p. 66). A professora Virginia Nightingale pondera (1999, p. 30) que, em tal modelo teórico, a utilidade social é considerada uma condição prévia necessária para a comunicação de massas, ou seja, “*la audiencia sólo existe porque la emisión de la información resulta útil. Así, las audiencias son por definición usuarias activas de los medios de comunicación*”⁸⁸.

Dessa maneira, não existe uma única recepção, mas distintas, variando conforme estruturas cognitivas, crenças, valores, atitudes, habilidades e o contexto sociopsicológico, por exemplo (JACKS, 2008, p. 72). Contudo, uma ressalva faz-se pertinente: “(...) não é porque vivem na mesma comunidade e partilham de problemas semelhantes que [indivíduos] fazem a mesma leitura da realidade” (ibidem, p. 79) — como se verificará, mesmo num grupo (aparentemente homogêneo) de deficientes visuais, há “leituras” díspares, como (ou porque) diferentes também são as pessoas e seus “olhares”.

Logo, como um curso fluvial que, a partir de sua nascente, faz seu trajeto até que, enfim, chegue à foz, este último Capítulo representa a “desembocadura” das abordagens teóricas e empíricas já expostas. Após a análise textual das 16 matérias telejornalísticas apresentada na seção anterior, propõe-se, agora, investigar as impressões e opiniões dos deficientes visuais participantes deste estudo, relacionadas a assuntos como hábitos midiáticos, identidades e recepção televisiva. Desse modo, a subseção seguinte discorrerá sobre o *grupo focal* na qualidade de método aplicável em pesquisas como esta. Os dois itens que virão depois tratarão da(s) identidade(s) de cego e da relação dos pesquisados com a mídia, conforme observações oriundas do grupo focal realizado para esta Dissertação. A

como representativa de um paradigma funcionalista nas ciências sociais, à medida que considera os meios de comunicação como estando a serviço de demandas sociais.

⁸⁸ Em tradução livre: “a audiência somente existe porque a emissão da informação resulta [em algo] útil. Assim, as audiências são, por definição, usuárias ativas dos meios de comunicação”.

recepção de matérias telejornalísticas do JN sobre deficiência visual será o foco do subcapítulo 4.4. Finalmente, a audiodescrição será explicitada como alternativa de inclusão social e midiática, com ênfase em sua aplicabilidade na TV — em especial, no telejornalismo.

4.1. GRUPO FOCAL

A técnica do grupo focal se aplicou a este estudo por constituir uma ferramenta de pesquisa qualitativa capaz de auxiliar na identificação de tendências e na reflexão sobre o (que se acredita ser) essencial e o sentido dos valores, dos princípios e das motivações que comandam os julgamentos e percepções das pessoas, como aponta a professora Maria Eugênia Belczak Costa (*In*: DUARTE; BARROS, 2006, p. 180). Segundo ela, os grupos focais permitem perceber os aspectos valorativos e normativos que são referência em certo grupo. Além disso, buscam compreender, sem generalizações, determinada temática, contando com a participação conjunta dos entrevistados no aprofundamento do que se conhece acerca do assunto estudado; trata-se, assim, de uma espécie de “entrevista coletiva”.

O método tem sua origem atribuída às Ciências Sociais, em 1941, com Paul Lazarsfeld e Robert Merton, sendo este último considerado o pai de tal método, com a publicação do primeiro trabalho usando o *Focus Group*. Na década de 1950, esta técnica despertou o interesse da área de marketing, sendo que, atualmente, também tem se difundido em outros campos de ação. Apesar de parecer estruturalmente simples e relativamente fácil de se organizar, o grupo focal torna-se complexo na prática e na análise dos registros obtidos.

Nesta Dissertação, foi realizado um grupo focal com oito pessoas cegas, no dia 30 de novembro de 2012, a fim de se verificar, por exemplo, que meio(s) de comunicação os participantes mais utilizavam e com quais finalidades; como eles se relacionavam com a televisão e o telejornalismo; o que significa ser cego e de que maneira a sociedade trata os

deficientes visuais, segundo os pesquisados; no mais, como as matérias do JN selecionadas foram recebidas pelo grupo e em que medida os integrantes deste se sentiram identificados com cegos entrevistados pelo noticiário da Rede Globo. Logo, nosso grupo focal sustentou-se num “tripé” temático composto pelos seguintes pilares: identidade(s) de deficiente visual, hábitos midiáticos e representação de cegos no JN (recepção de matérias telejornalísticas)⁸⁹; afinal, como ressaltamos, a recepção vai além do contato do público com os *media*, envolvendo, ainda, diferentes mediações sociais e culturais, que, em nosso caso, puderam ser percebidas também no momento de conversa inicial sobre identidades e hábitos midiáticos.

Normalmente, um grupo focal conta com a apresentação de um estímulo (filme, cena etc.) — no caso, oito das 16 matérias do Jornal Nacional veiculadas em 2011, respeitantes à deficiência visual. A escolha dos VTs baseou-se em critérios tais como os de data de transmissão e relevância; foram selecionadas quatro reportagens exibidas pelo JN no primeiro semestre daquele ano e outras quatro mostradas no segundo. Certamente, a eventual exibição dos 16 vídeos colhidos tomaria um tempo considerável do encontro e poderia torná-lo cansativo e improdutivo a nosso propósito; portanto, foram selecionadas oito matérias mais significativas para nossa análise, nas quais a deficiência despontara como tema de considerável importância. (Na subseção 4.4, exporemos quais foram essas reportagens apresentadas no grupo focal.)

Conforme explicitam os professores José Luis Duarte Ribeiro e Carla Ruppenthal Newmann (2006, p. 01), “grupos focados são fóruns de um pequeno grupo de indivíduos que se reúnem para conversar sobre algum tópico de interesse. Em geral, os encontros contam com 5 a 10 pessoas, têm duração aproximada de duas horas e são conduzidos por um moderador” (idem). O grupo focal organizado para este estudo, com oito integrantes, durou cerca de duas horas, incluindo o tempo utilizado para assistir às matérias do JN. Os autores

⁸⁹ Na seção de apêndices desta Pesquisa, apresentamos o roteiro semiestruturado de questões elaborado para o nosso grupo focal.

destacam (idem), também, que o moderador utiliza roteiros semiestruturados, previamente preparados para gerar e orientar a discussão. Foi exatamente assim que procedemos, utilizando um roteiro de perguntas que permitiram nortear o trabalho, direcionando a reunião a um foco (que julgamos ser) pertinente e produtivo. Apesar disso, novas indagações foram propostas, de acordo com o desenvolvimento da reunião, sem perder de vista o objetivo da apreciação. A propósito, recomenda-se (COSTA *In*: DUARTE; BARROS, 2006, p. 184) um “ritmo” que comece com perguntas mais amplas, divergentes e desestruturadas e vá caminhando para perguntas mais focadas, convergentes e estruturadas. Em nosso roteiro, foram propostas 16 questões-chave, divididas nos três momentos temáticos já citados.

Quanto à definição do público-alvo, M. Costa destaca (ibidem, p. 185) que se deve levar em conta necessidades do pesquisador, e que a diversidade de perfis pode enriquecer o grupo focal. Aqui, a seleção foi feita buscando mesclar pessoas de diferentes níveis de escolaridade e de idade. Os participantes da Pesquisa foram deficientes visuais com mais de 18 anos, atendidos pela Associação dos Cegos em Juiz de Fora⁹⁰. Os pesquisados estavam cursando ou já haviam concluído o ensino médio ou o grau superior⁹¹. O fator “sexo” (masculino ou feminino) não era determinante para o que se pretendia estudar; na definição dos participantes, foram convidados homens e mulheres. Não era determinante, também, que todos fossem cegos de nascença, de modo que, entre os participantes, havia tanto pessoas com cegueira congênita quanto com deficiência adquirida. A escolha dos participantes foi feita

⁹⁰ A Associação dos Cegos é uma entidade civil sem fins lucrativos que atua na prevenção da cegueira e na inclusão de pessoas com deficiência visual, por meio de diversos projetos, como Visão no Esporte, Aprender para Ser, Práticas Educativas para uma Vida Independente, Artesanato, Informática e Orientação e Mobilidade. Fundada em 1939, a instituição tem, hoje, cerca de 30 internos, que nela têm residência; além deles, presta ainda atendimento a deficientes externos. Atualmente, são atendidas em torno de 100 pessoas com deficiência visual, ao todo. O slogan da organização é: “em Juiz de Fora, cego não pede esmola”. Ela está localizada na Avenida dos Andradas, 455, Centro e tem outras informações divulgadas em seu site institucional, www.acegosjf.com.br.

⁹¹ A opção por envolver pessoas na faixa etária acima de 18 anos e com escolaridade de nível médio ou superior se deu para que, apesar de diverso, o grupo mantivesse certa coesão e equilíbrio e pudesse contribuir para a investigação das temáticas propostas, que, como se notará, requeriam certo grau de “amadurecimento”, vivência e convívio social.

junto à Associação dos Cegos, que mantém a listagem dos deficientes atendidos, conforme o perfil aqui indicado, desde, obviamente, que os convidados aceitassem participar do estudo.

O perfil do grupo focal foi, então, o seguinte: quatro cegos tinham curso superior (concluído ou em andamento) e quatro haviam finalizado ou estavam no ensino médio; cinco apresentavam problemas visuais congênitos, e três adquiriram a cegueira por motivos variados, conforme explicaremos posteriormente; cinco eram homens, e três, mulheres; a idade dos membros variou entre 19 e 50 anos. Todos os participantes eram atendidos pela Associação dos Cegos, sendo quatro internos e quatro externos.

Devido a essa relação dos participantes com a referida Associação, o local escolhido para a reunião foi a sede da entidade, numa sala reservada. Com isso, os envolvidos puderam sentir-se mais à vontade, sem possíveis constrangimentos ou estranhezas que pudessem advir-lhes de ambiente desconhecido ou de difícil acesso — evitando-se, então, “inibir os participantes” (COSTA *In*: DUARTE; BARROS, 2006, p. 187). A efeito de registro, a reunião foi gravada, tanto em áudio, com gravador de voz, como em som e imagem, por meio de câmera mini-DV⁹².

Todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) — com versão em Braille, impressa na Associação dos Cegos — pelo qual oficializaram o aceite para integrar o estudo. O modelo do documento consta do apêndice desta Dissertação e seguiu os parâmetros indicados pelo Comitê de Ética em Pesquisa Humana da Universidade Federal de Juiz de Fora. Para garantir a confidencialidade das informações, os cegos entrevistados serão aqui nomeados por número (no caso, P1 a P8), como sugere Maria Costa (*idem*) — sendo tal procedimento explicitado no TCLE e ressaltado no dia em que se deu o contato com o grupo focal, a fim de que todos se sentissem mais

⁹² A câmera de vídeo utilizada pertence à Faculdade de Comunicação da UFJF e foi reservada para os fins desta Pesquisa; o equipamento de áudio foi emprestado pela mestranda do PPGCom-UFJF Raruza Keara, que, gentilmente, também atuou como cinegrafista no encontro.

“confortáveis” para se expressar, sem eventuais constrangimentos que pudessem ter, caso tivessem seus nomes expostos.

É cabível ressaltar que, em grupos focais, o moderador deve evitar induzir respostas e manifestar sua posição pessoal (ibidem, p. 185-186). Além disso, precisa incentivar a participação, a interação e a integração de todos os membros e procurar ter conhecimento geral do tema-alvo da pesquisa. Também é necessário que conduza a reunião de forma que ela não seja “monopolizada” — e, conseqüentemente, “contamine-se” — por um só participante, controlando-se o nível de envolvimento. Deve propiciar, ainda, um clima de informalidade e descontração e administrar o tempo conforme a importância de cada questão proposta.

Por fim, apresentamos agora as pessoas que aceitaram fazer parte do presente estudo, mantendo seus nomes em sigilo. P1 (Participante 1) é do sexo masculino, nasceu em 1985 (tinha, portanto, 27 anos de idade na data do encontro) e ficou cego aos 15 anos, devido a glaucoma; é estudante do curso superior em Comunicação Social. P2 também é do sexo masculino; nasceu com baixa visão, em 1989 (22 anos), e é estudante (ensino médio). P3 é do sexo masculino; tem 1993 como o ano de seu nascimento, sendo o integrante mais jovem do grupo (19 anos). Adquiriu a deficiência aos 8 anos, após um acidente em que batera a cabeça na parede, sofrendo hemorragia e deslocamento de retina, e é estudante (nível médio). P4 é do sexo feminino, nasceu em 1962 (50 anos), começou a perder a visão com 7 anos, tendo ficado cega aos 15, devido à doença congênita chamada retinose pigmentar⁹³; é graduada em História. Do sexo masculino, P5 nasceu em 1968 (44 anos), é cego de nascença e também formado em História. P6 é do sexo feminino, nasceu em 1979 (32 anos), tem deficiência visual por retinose pigmentar e cursa Direito. P7 é do sexo masculino, nascido em 1967 (44 anos), e ficou cego também por retinose pigmentar; concluiu o ensino médio e trabalha como

⁹³ A retinose pigmentar ou pigmentosa consiste num conjunto de doenças hereditárias que causam a degenerescência da retina, região do fundo do olho humano responsável pela captura de imagens. Em geral, pessoas com essa ocorrência apresentam perda gradual da visão, devido à degenerescência gradativa dos fotorreceptores retinianos (células sensíveis à luz).

funcionário público. P8 é do sexo feminino, nasceu em 1984 (27 anos) e perdeu a visão aos 23 anos devido a um tumor no nervo óptico; tem o ensino médio completo e é dona de casa. São internos da Associação dos Cegos os participantes 1, 3, 4 e 5; os demais, embora também sejam atendidos pela entidade, não residem na instituição.

Feito este necessário preâmbulo, apresentamos, a seguir, os resultados obtidos com o grupo focal. Como será possível constatar, o estudo de recepção constituiu uma oportunidade ímpar de ouvir, perceber e compreender melhor as experiências, impressões e crenças dos participantes, tendo sido um método proveitoso e valioso para esta Dissertação.

4.2. O QUE É SER CEGO: IDENTIDADE(S) DE DEFICIENTES VISUAIS

Neste momento do grupo focal, solicitou-se, inicialmente, que cada pessoa relatasse sua história de vida, com ênfase na experiência com a deficiência visual, e expressasse o significado de ser cego. Nos depoimentos, percebemos indícios de como a identidade de deficiente visual foi/vem sendo construída. P1 disse que perdeu a visão com 15 anos de idade, 11 anos atrás, em consequência do glaucoma. Segundo ele, “no começo foi um pouco difícil; às vezes, até dentro da minha família mesmo, quando eu perdi a visão, *as pessoas falavam: ‘ah, coitadinho’*. Então, foi um pouco difícil, eu *fiquei um ano sem ter coragem de sair na rua*, apenas [saía] pra poder ir ao médico e hospital, que eu fazia tratamento em Belo Horizonte, era só pra isso, mais nada”⁹⁴. O jovem revelou que, depois de um ano, submeteu-se a tratamento psicológico, “porque [perder a visão] com 15 anos é um pouco complicado”. Ele é da cidade mineira de Leopoldina e veio para a Associação dos Cegos em Juiz de Fora. “E aí *comecei a conviver com o pessoal, pessoas que têm a mesma deficiência do que a minha, então foi mais fácil* pra eu estar entendendo o que é a cegueira e *estar acostumando*

⁹⁴ Eventuais grifos nas falas dos participantes foram dados por nós, a fim de destacar certos aspectos.

com isso”. P1 começou a estudar, terminou o Ensino Médio e, atualmente, faz faculdade de Comunicação Social (Jornalismo). “*Hoje é tranquilo, eu convivo com a deficiência tranquilo, não tenho problema nenhum com isso; já tive, hoje eu não tenho mais.*” Às vezes, encontra certas pessoas na rua que ainda dizem: “ah, coitado, ele é cego! Menino novinho, cego”; porém, sua reação é pacífica: “eu até já acho graça; antes não, antes eu me preocupava com isso, (...) hoje é tranquilo mesmo, sem demagogia nenhuma”. Em sua concepção, ser cego é, simplesmente, ter falta de visão. “*A gente tem a mesma capacidade que o outro, só nos falta a visão, acho que temos possibilidade de estar concorrendo a qualquer vaga [de emprego] na área de cada um*”, completou.

Por sua vez, P2 nasceu com baixa visão. “*Sempre convivi com pessoas que não tinham nenhum tipo de deficiência.* Por exemplo, na minha família e em escola mesmo, no Cosette⁹⁵, apesar de o Cosette ser uma escola mais adaptada pra deficiente visual. Com o tempo, eu até me adaptei tranquilo, fui me acostumando. (...) eu era muito tímido”. Depois, mudou de colégio e conheceu a Associação dos Cegos: “foi quando eu comecei a me soltar, comecei a andar sozinho na rua. *Antes, eu dependia muitos dos meus pais, hoje não.* Mas, além disso, *eu sempre estudei*, tranquilo, estudar nunca foi o problema. No mais, hoje, *pra mim é tudo normal*”. Para ele, que continua tendo baixa visão, ser deficiente visual é, tão somente, conviver com a falta desse sentido: “no meu caso, é a falta da visão completa, eu não vejo a distância, só vejo no curto, não vejo coisa muito pequena. Cores, sim, de perto, a distância não dá pra identificar muita coisa, não; mas cores, sim, as formas, a maioria sim. (...) se eu chegar num lugar que eu não conheço, eu tenho que me acostumar com onde andar, aí com o tempo eu me acostumo”.

P3 perdeu a visão com 8 anos, após um acidente. Ele brincava com alguns amigos, quando um dos garotos jogou uma rede sobre ele, dentro da qual estava outro colega. Ao bater

⁹⁵ A Escola Municipal Cosette de Alencar foi fundada em 1969 e oferece Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de atender alunos com deficiência, como informa o site da Prefeitura de Juiz de Fora (www.pjf.mg.gov.br/se/escolas/cosette).

com o rosto na parede, não sentiu nada na hora: “eu fui perdendo a visão aos poucos. Aí, quando foi ver, já era tarde, fiz cirurgia, mas não deu nada”. Disse que foi crescendo com a falta da visão: “*eu não me importei muito*. Eu creio que se eu estivesse na idade do P1⁹⁶ [15 anos, quando P1 perdera a visão], eu seria um pouco mais revoltado”. O jovem revelou que o maior problema, no começo, ocorreu também no seio familiar: “*minha família se revoltou; aí, ficou me prendendo muito*. Mas, *eu nunca deixei de fazer as minhas coisas que eu fazia*”. Passou por várias cirurgias e, “mesmo sem enxergar”, começou a jogar futebol com os colegas e primos, que o motivavam. Com 12 anos, fazia capoeira: “tenho duas graduações de capoeira, que eu passei no teste mesmo, o professor lá até ficava de cara [impressionado]”.

P3 contou, ainda, que, após ter ficado cerca de quatro anos sem estudar, “parado em casa”, conheceu a Associação dos Cegos. “Aí, eu falei assim: ‘mas como será que é um cego?’ — eu sendo cego. Porque lá [onde morava], eu fazia pipa, soltava pipa, *minha vida era normal, só me faltava a visão*, (...) eu andava muito pendurado no braço dos meus amigos pra lá e pra cá (...). Eu conheci aqui [Associação dos Cegos], depois eu comecei a fazer o curso de Orientação e Mobilidade, (...) olhei pra mim e falei: ‘poxa, *realmente, cego é quem não tem visão*, porque eu andava pelo braço dos meus colegas, *agora já posso andar sozinho*’”. O estudante relatou que seus colegas sempre o chamavam “pra bagunça”, mas ele respondia que sua meta era estudar: “porque eu penso assim: pra quem sabe o que quer, tem um caminho; agora, pra quem não sabe, tem vários. Aí, *eu escolhi esse caminho aqui*. Até aconselho muito eles”. Com a perda da visão, afirmou ter ganhado “muito mais”: “aqui, eu conheci gente que está no mesmo barco que eu”. Acrescentou que, às vezes, diz ao pai que prefere participar das festas com os amigos cegos do que de comemorações em que sua família o leva, porque, nestas, fica parado: “o pessoal só vai lá oferecer alguma coisa de comida e vai embora, me deixa sozinho (...) eu prefiro passar a mão na bengala e vazar fora”. Ressaltou que, até hoje,

⁹⁶ Substituímos os nomes de participantes citados nas falas, a fim de manter a confidencialidade dos integrantes do grupo focal, por motivo já esclarecido anteriormente.

sua mãe o vê como deficiente visual, como alguém que não pode fazer certas coisas. “*Eu não me vejo [dessa forma], só mesmo na hora de poder ver uma foto, que eu não consigo (...). Mas eu viajo, vou pro Rio, faço um monte de coisa*”. Ele exemplificou que pensava nunca mais poder jogar futebol, até que conheceu o futebol de cinco (modalidade adaptada para pessoas desprovidas da visão) — “eu podia mesmo estar *no meio de pessoas na mesma situação que eu (...)*; quando eu jogava com meus primos lá, certamente eles tiravam vantagem. E aqui, não, aqui [todo mundo] está no mesmo lugar, *eu sou muito feliz com a galera aqui*”, finalizou.

Aos 7 anos de idade, P4 (hoje com 50 anos) começou a perder a visão, aos poucos, devido a uma doença progressiva. “E isso me ajudou muito, porque, assim, *eu nem senti que eu estava cega*. Hoje eu penso assim: ‘se amanhã eu estiver enxergando, como é que vai ser eu vendo tudo?’ (...) eu acho que vai ser mais difícil me adaptar vendo as coisas tudo, andando, enxergando, porque *eu não tive esse problema*”. Aos 15 anos de idade, perdera totalmente a visão. Também no caso dela, houve certa dificuldade no relacionamento familiar, devido à deficiência: “*a família é que via a cegueira em mim, e eu nunca via a cegueira*. Eu montava em cavalo, andava de bicicleta, mesmo já cega; meu pai saía, deixava lá o cavalo amarrado numa árvore, eu ia, desamarrava aquele cavalo, levava no pasto pra ele. (...) buscava o gado pra ele lá, no pasto. Assim, não me sentia cega, *só me sentia cega na hora que a minha família falava, aí eu me sentia cega*”.

Todavia, indicou que não teve problemas com sua autoestima: “momento algum, eu pensei assim: ‘ah, eu não vou poder fazer nada, eu não vou poder trabalhar’. Não. Eu continuei fazendo o serviço de casa, *até melhor do que uns que enxergam (...)*. Então, *pra mim, a visão não me faz tanta falta*. Às vezes, eu sinto falta na hora que eu quero ver alguma coisa que tem que ser bem visível e que não tem nenhuma pessoa perto da gente pra poder estar falando. Mas, mesmo assim, *a gente supera isso, é normal*”.

Como nasceu cego, P5 disse que não precisou passar por nenhuma adaptação. “Brincava normalmente com meus irmãos, eles me ajudavam muito, brincavam comigo, corriam, (...) eles ficavam até admirados” — novamente, veio à tona a admiração por parte de videntes ao observar pessoas com deficiência visual. “Vim pra cá, pra Juiz de Fora, pra poder estudar, me alfabetizei também no Braille e fiz faculdade. Então, não teve nenhum problema, porque *eu não tive que fazer nenhuma adaptação*; no caso de quem perde [a visão], precisa de fazer adaptação”. Perguntado sobre como começou a se perceber como cego, respondeu que foi ainda na infância: “o pessoal me puxava muito, segurava na minha mão toda hora. Às vezes eu [estava] correndo, de repente vinha uma pessoa por trás de mim e me puxava assim, quer dizer, achava que eu ia bater. Daí, *eu já comecei a perceber alguma coisa*: ‘por que aonde eu vou o pessoal me puxa ou segura?’ (...) daí, então, comecei a perceber”. Sugeriu-se, assim, que a formação identitária passa, de fato, pela relação com o outro, conforme explicitado no Capítulo 2.

Também devido à retinose pigmentar, P6 veio perdendo sua visão, desde 3 anos de idade. “Eu não sou totalmente cega, eu enxergo vulto, claridade, essas coisas. Mas, pra mim, foi normal porque, igual a P4 falou, [quando] a gente [vai] perdendo aos poucos [a visão], a gente não sente, a gente vai se adaptando. *Cada dia a gente vai vendo, descobrindo um modo melhor*. Aí, [se] de hoje pra amanhã, dá uma piorada, você tem que ver um outro jeito de fazer determinada coisa, não foi assim tão complicado”. Ser cega é, também em sua concepção, “simplesmente não enxergar; é só o problema visual mesmo, fora isso não tem mais nada”.

P7 disse ter nascido com miopia, mas só veio a descobrir isso com 7 anos de idade, num acompanhamento feito na escola. “(...) comecei a usar óculos de grau, bem forte (...). Aí, chegava na hora do recreio, passava o maior sufoco, porque a professora não me deixava ir pro recreio de óculos, tinha medo de quebrar, (...) me machucar; então, se eu tirava os óculos, não enxergava nada, aí eu ficava doido, porque queria ir pro recreio brincar”. Concluiu o

ensino médio e se formou em Música, em 2010. Após ter passado por uma cirurgia de miopia, teve esse problema ocular sanado, e “a visão ficou ótima, consegui enxergar normal”. Contudo, a visão começou a ficar embaçada novamente, e foi constatado por médicos que ele tinha retinose pigmentar. “Então, a visão começou a ficar ruim, aí voltei a usar óculos de novo, (...) mas o óculos depois passou a não adiantar mais pra mim. Hoje em dia, *eu uso óculos escuros* só por causa da claridade, porque depois da cirurgia de miopia que eu fiz, eu fiquei com muita sensibilidade à claridade”, relatou.

De acordo com ele, quando se perde a visão, outras pessoas vão se afastando um pouco e deixando o deficiente de lado. “No meu caso, eu trabalho ainda; no meu trabalho, *as pessoas são muito preconceituosas*, falam que eu não posso fazer tal coisa que eu posso fazer. *Eles me veem de uma forma diferente daquilo que eu me vejo: eu me vejo capaz*; todo mundo aqui é capaz de fazer alguma coisa. *Nós somos diferentes apenas por um pouco de limitação na visão*; todo mundo tem uma limitação na sua vida, você tem uma limitação, você não pode fazer alguma coisa que às vezes eu faça, e você não pode fazer. Então, as pessoas não veem isso na gente, *eles veem a gente impossibilitado de fazer alguma coisa pela deficiência visual, e não é assim que nós sentimos*. (...) porque *nós somos dispostos, nós podemos e nós queremos fazer*”. P7 enfatizou que gosta de trabalhar e que chegou a recorrer à Justiça para retornar ao emprego público, do qual havia sido afastado por conta da deficiência. Ele explicou que sua perda visual tem sido gradativa e que, havia cerca de um ano, começara a utilizar bengala para ajudar na locomoção: “*estou me adaptando melhor agora, estou me desenvolvendo melhor na rua pra poder andar; então, está bem mais fácil com a bengala* (...). *Informação a gente pede mesmo, porque não dá pra ver tudo*, então a gente pede sempre informação, pra não estar perdido também, mas é tranquilo”. Nota-se, em suas falas, a necessidade de o próprio deficiente visual adaptar-se a essa condição, mas, além disso,

ratifica-se a importância de a sociedade em geral também se adaptar às pessoas com deficiência, para que se promova a inclusão (e não apenas a integração) social.

A cegueira de P8 foi adquirida: “eu enxerguei até os 23 anos e perdi a visão na gravidez da minha filha”. Contou que estava grávida, havia em torno de cinco meses, quando sua vista “começou a embaçar, a ficar fraca”; os médicos diziam que isto se devia à gravidez e que, após o nascimento do bebê, a situação iria normalizar-se. “Tive minha filha, nada da visão voltar. Aí fiz uma ressonância, que acusou que estava com tumor no nervo óptico, na hipófise. Fiz a cirurgia, mas, como demorou, por causa da burocracia também — fiquei seis meses na fila, esperando cirurgia — quando fiz a cirurgia, abri a cabeça, mas o médico falou que não tinha mais jeito”.

A dona de casa expressou sua reação mediante a cegueira: “*no começo, como acho que todo mundo que já enxergou, foi muito difícil, eu achava que não podia fazer mais nada na vida, achava que eu era inútil naquele momento. Mas, aí, um dia eu levantei a cabeça e falei: ‘não, ou a gente se prostra ou a gente acorda pra vida’*. Foi quando eu comecei a vir pra cá [para a Associação dos Cegos], comecei a fazer cursos”. Ela disse ter hoje uma vida normal: “eu moro sozinha com a minha filha, *faço tudo dentro de casa*, venho pra cá, *estou estudando, cuidei da minha filha*, desde pequenininha dava banho, trocava fralda, não tive problema nenhum”. Sua filha tem, hoje, 6 anos de idade. Também para P8, ser cega é simplesmente não ver; comenta que a deficiência trouxe muitas mudanças para sua vida: “a gente passa a dar mais valor. Muita coisa que, às vezes, a gente fazia errado, a gente repensa melhor, fala: ‘não, a gente nunca sabe o dia de amanhã’. Então, *eu melhorei muita coisa na minha vida, mudei muito. Ser deficiente, eu falo, não é nenhum bicho de sete cabeças, é normal mesmo, porque a gente pode fazer tudo, a gente tem a vida normal*”. Assim, mesmo que a deficiência implique toda espécie de mudanças, até mesmo identitárias, pode ser superada.

P8 também vivenciou (e, às vezes, ainda enfrenta) problemas com a família: “*se depender dos meus pais, eu não faço nada*. Eu fiz meu curso de Locomoção aqui; a minha mãe [falou]: ‘Nossa! Não imagino você saindo sozinha naquele trânsito de Juiz de Fora!’ (...) Então, *a família atrapalha muito, porque eles querem proteger*. Eu sempre falei com meus pais: ‘olha, vocês não vão viver a vida toda, então *vai chegar a hora que eu vou ter que me virar, não vai ter jeito*’”.

Após esse momento de relato histórico pessoal, os participantes foram indagados a respeito do modo como a sociedade trata as pessoas com deficiência visual. P8 foi direta: “como coitadinho”. P6 complementou: “[a sociedade trata] *com pena*. (...) *por mais que você tente se encaixar na sociedade, eles sempre olham a gente como coitadinho*, tipo assim: ‘Nossa! Coitadinha, teve filho tão novinha, como é que ela cuidou do filho? Nossa, coitadinha, ela vai estudar todo dia, como é que ela vai estudar?’ *Vê com muita pena, e não deveria ser assim*”. Comentou, ainda, que teve um filho aos 20 anos de idade, já cega, e que o menino tem, hoje, 13 anos; em 2008, ela ingressou no curso superior.

P1 opinou que a sociedade trata os deficientes visuais com exagerada comiseração e preconceito. “Mas eu acho que essa culpa não é só da sociedade, não; isso eu acho que *é até uma questão cultural*, porque o cego, (...) há muitos anos (...), não tinha muita opção de fazer as coisas, ficava dentro de casa, (...) deitado (...). Então, por isso, criou essa coisa que existe hoje, *as pessoas terem pena de achar que o cego é incapaz*”. Para ele, deveria haver alguma propaganda, divulgando que o cego é capaz de realizar muitas funções.

P5 acrescentou que a melhor maneira de quebrar os preconceitos é “o cego na rua mesmo, andando, fazendo suas coisas (...). *O melhor jeito de quebrar isso é dar a cara pra bater, mostrando*. Não adianta; *se ficar escondido, vai continuar assim*”. P8 acentuou a importância de “*mostrar pra eles que a gente pode*”. P2 concordou: “a gente saindo, andando na rua, fazendo tudo que faz normalmente, aí as pessoas vão ver como é um deficiente visual

na rua”. P7 apontou que a sociedade precisa saber que os cegos, em geral, não pedem esmola porque recebem um benefício social do Governo; além disso, muitos deles trabalham. “O cego estuda, trabalha, faz tudo, é normal. (...) a pessoa pergunta: ‘como é que o cego vai ter filho?’ Normal! *Eu sou uma pessoa normal. Só que a sociedade não vê isso na gente, eles veem a gente com outros olhos, acham que nós não somos capazes de fazer alguma coisa, realizar alguma coisa comum que o ser humano realiza.*”

P4 contribuiu na discussão sobre os preconceitos sociais: “*a visão que tem na sociedade lá fora é que o cego aqui, na Associação, tem, cada um, uma pessoa pra dar banho, pôr comida na boca, pra vestir a roupa, arrumar seu guarda-roupa.* Isso as pessoas me perguntam na rua (...), Eu mostro pra eles: ‘eu estou aqui na rua, *eu estou comprando uma roupa pra mim, e não tem ninguém comigo pra comprar*’”. Ela narrou uma história que ocorrera no dia anterior: “ontem, eu estava na rua procurando uma sandália pra comprar, eu estava vindo com uma caixa de sandália na mão, a dona [disse]: ‘como é que cega sai assim, sozinha?’ Me deu vontade de voltar e falar pra ela assim: ‘minha senhora, eu estou sozinha, mas eu estou fazendo negócios, eu estou comprando, fazendo compra’. Só que eu não quis ser sem educação com ela. Mas, assim, *eles acham que a gente tem uma pessoa pra ficar 24 horas, que leva a gente no banheiro*”. P6 adicionou que algumas pessoas chegam a dizer: “*o que esse cego está fazendo na rua? Cego tem que ficar em casa!*” P8 contou que uma mulher que a estava ajudando na travessia da rua perguntou: “minha filha, o que você está fazendo sozinha na rua, menina? Você é doida?”; ela respondeu: “eu fiz curso [de locomoção]”.

P3 registrou outra história, até engraçada: certo dia, ele estava com outros dois colegas cegos na rua, e um deles fumava enquanto conversavam. “Passou um estudante, um jovem, e falou: ‘mas como é que cego pode conseguir fumar?’ Ele falou assim: “gente boa, *eu fumo é com a boca, não é com o olho, não!*” P8 evidenciou outro preconceito relacionado à(s) identidade(s) e à vida de deficientes visuais: “*acham que a gente não pode casar, que a gente*

não pode ter filho (...). Não pode ter uma vida normal, não pode ter uma vida sexual normal, igual todo mundo". P6 concordou: "[pensam que] o cego não faz 'bobiça' [sexo]". P4 expôs outro estigma: "[acreditam que] *o cego vive numa escuridão tremenda*, que ele não sabe aonde que ele está; *é o que eles mais pensam*: 'ah, você está (...) perto do meio-fio, cuidado, você vai cair!'" P3 disse também ser comum achar que "cego não pode beber [bebida alcoólica]".

P6 apresentou outra ideia mística recorrente: "cego não faz nada de errado, cego é tudo santinho". P8 ponderou: "*esquecem que a gente só não tem a visão, mas a gente tem o corpo normal, a gente pensa, igual todo mundo*" — subentende-se a ideia da "gestalt de incapacidade", exposta no Capítulo 1. Para P4, "eles imaginam que o cego é como essa cadeira aqui, que ela não fala, não escuta. (...) eu imagino que seja assim, porque *eles falam: 'como é que o cego conhece o outro?'* Porque *a gente pode não estar vendo, mas se o outro está triste, quando a gente chegar perto da pessoa, a gente sabe que a pessoa está triste*". P6 ironizou: "até parece que a gente é burro, retardado". P8 acrescentou que, quando um cego vai conhecer uma pessoa para namorar, "tem um tempo, tem uma atração física, você vai conversar com a pessoa. *Você não precisa da visão pra isso também*".

P1 comentou que estava elaborando um artigo sobre a dificuldade da pessoa com deficiência em se inserir no mercado de trabalho; em sua pesquisa junto a três instituições diferentes na cidade, nas quais era feito um cadastro de deficientes disponíveis para emprego, ele constatou que os que têm mais dificuldade de se inserir no ambiente profissional é o cego, "porque as pessoas acham que são o [grupo de deficientes] que tem mais dificuldade de estar trabalhando, *as pessoas acham que são incapazes mesmo*". Por isso, defendeu a união dos cegos: "eu acho que *é a classe de deficientes menos unida*, eu acho que os cadeirantes são unidos, os surdos são unidos. Eu acho que o cego realmente é desunido, porque se realmente todo mundo fosse unido, eu acho que a gente estaria mais ou menos no nível dos cadeirantes,

do surdo, em termos de inclusão”. Realçou, ainda, que não se incomoda quando alguém lhe pergunta algo sobre a deficiência ou revela certo desconhecimento: “eu acho até bom, porque vai ser uma forma que eu vou ter de *estar esclarecendo pra eles como é o cego*, e daí eles vão estar podendo passar pra outras pessoas *o que é o cego, na verdade*”.

A respeito do universo sensorial, os participantes foram unânimes em responder que a audição é o sentido mais utilizado por eles, na ausência da visão. “E a percepção, porque se você só ouvir, e não perceber, você fica perdido”, ressaltou P4. Na prática do futebol, P3 comentou que, raramente, os jogadores com deficiência visual se chocam, “porque a percepção é grande, a audição, a atenção que a gente tem, aquilo fica apurado. *Por mínimo barulho que seja, a gente está atento ali*, a gente está atento no jogador, adversário, no goleiro, no chamador”. P1 opinou: “é porque *a falta de visão nos faz desenvolver outros sentidos*. Então, por isso, às vezes muitas pessoas falam: ‘ah, você escuta longe!’ Não é; *é porque a falta da visão nos faz prestar mais atenção na audição*”. Tais comentários aludem ao assunto discutido no Capítulo 1, acerca da suposta compensação sensorial na vida de um deficiente; um cego não passa a ter um ouvido melhor, propriamente dito, mas pode, sim, desenvolver uma atenção maior e mais precisa, havendo certo rearranjo no uso dos sentidos restantes. A percepção de P8 oriunda dos demais sentidos “melhorou muito”: “porque *a gente passa a usar mais também, porque tem que usar*, aí melhorou muito. (...) eu uso muito o tato, eu varro casa descalça, então eu vou com o pé e vou passando [para retirar as sujeiras]”.

O olfato despontou como o segundo sentido mais usado, segundo os participantes. P8 exemplificou: “você está passando na padaria, você está sentindo um cheirinho. No açougue, a mesma coisa. *A gente sabe direitinho onde a gente está passando*”. P2 concordou: “*com o olfato, a gente anda na rua*. Sentindo o cheiro das coisas, a gente pode saber onde está um açougue, uma farmácia, padaria, um restaurante, *mesmo sem estar vendo aquilo*”.

4.3. DEFICIENTES VISUAIS E SUA RELAÇÃO COM A MÍDIA

Outra seção temática do grupo focal envolveu os hábitos midiáticos dos participantes. Perguntado sobre que meio de comunicação mais utilizava, P1 respondeu: rádio, TV e internet — “o impresso não dá pra eu utilizar muito porque depende de alguém pra estar lendo. (...) Tenho utilizado mais a TV”. P2 destacou a TV e o rádio: “só que eu normalmente ouço mais o rádio. A televisão é um pouco menos, até por gostar mais do rádio, *eu prefiro mesmo o rádio, porque tem vez que eu acho a informação mais fácil do que na TV (...) porque na TV tem imagem, a gente não dá pra ver imagem*”. P1 endossou a opinião: “eu acho que a forma do rádio passar a informação é de uma forma que dá pra gente absorver melhor, mais detalhado e dá pro deficiente visual estar entendendo melhor”. Televisão e internet foram ressaltadas pelo P3 como meios mais usados: “não tenho muito contato com rádio, não. Prefiro internet, porque lá eu *uso várias redes sociais*, estou sempre informado de muitas coisas, acho que *a informação chega mais rápido*”.

P4 disse utilizar pouco a internet: “eu acho que é muita informação, você acaba se perdendo no meio de tantas”. Os veículos mais usados por ela são a TV e o rádio, sendo este último seu preferido: “eu gosto do rádio mesmo, porque o entendimento é fácil; se eles vão falar uma notícia, eles repetem aquela notícia, falam detalhadamente como foi que aconteceu. Já *a televisão, às vezes, mostra uma imagem que a gente não está entendendo o que está passando*, falou que aconteceu aquilo, mas passou ali uma imagem, *a gente não consegue absorver tudo que está passando*”. TV e rádio também foram a resposta de P5: “mas eu prefiro o rádio pelo mesmo modo, porque a informação é mais fácil, eu acho que descreve melhor; principalmente os repórteres, (...) eles descrevem melhor; então, é fácil de entender”.

Por sua vez, P6 disse preferir internet e rádio: “rádio, por essa facilidade, que eles descrevem muito bem a notícia, os fatos”. A desvantagem da TV, segundo ela, é “usar muito

o visual”: “*eu tenho que ficar toda hora perguntando o que aconteceu pro meu menino, pra minha mãe, pra entender. O rádio e a internet eu acho muito mais tranquilo*”. Em direção oposta, a resposta de P7 enalteceu o veículo televisivo: “eu uso televisão. O rádio, muito pouquíssimo. Internet, também muito pouco. Desses três, eu vejo mais a televisão”. Ele comentou que gosta de assistir a notícias na TV em variadas emissoras: “eu, vendo reportagens, sou assim: vejo o [Jornal] Nacional, vou pra Band, vou pra Record, e vou passando”. Disse também que costuma usar o rádio para escutar músicas: “até pra dormir eu gosto de escutar rádio. Internet eu estou começando a usar a agora também, então (...) não tenho muito acesso, por não saber mexer direito ainda. Mas meu contato maior é com a televisão”. Por fim, P8 pôs em destaque a televisão e o rádio como seus meios prediletos: “eu ouço o rádio, mas *televisão eu assisto mais, vejo mais os jornais. (...) eu vejo mais as notícias na TV. Internet eu não fiz o curso ainda*”.

É interessante observar que a maioria dos depoimentos incluiu a TV como veículo de comunicação mais utilizado. Embora a técnica (qualitativa) do grupo focal não pretenda ser generalista, as falas são importantes para desmistificar a ideia de que cego não assiste televisão. É verdade que a TV não foi concebida para deficientes visuais, o que não impede eventuais adaptações para melhor atender ao público telespectador formado por pessoas sem a visão. (No último tópico deste Capítulo, explicitaremos a funcionalidade da audiodescrição como recurso de inclusão social, cultural e midiática, para cegos e outros grupos sociais.)

Após a pergunta de caráter mais amplo, a discussão foi sendo “afunilada” — como é recomendável em grupos focais — para aspectos mais objetivos de interesse desta Dissertação, como a relação de deficientes visuais com a televisão e o telejornalismo. P1 disse assistir TV todos os dias: “geralmente, [telejornais] Bom Dia Brasil e Jornal da Globo, que é o que eu tenho tempo pra poder estar acompanhando. Eu sou bem eclético. Gosto também do [talk show] Programa do Jô, [e da revista eletrônica dominical] Fantástico. Televisão, eu

gosto mais de programa jornalístico mesmo ou [o programa de auditório] Caldeirão do Huck” — todos os programas citados são da Rede Globo. Já P2 respondeu não acompanhar a programação televisiva com muita frequência: “mas quando eu assisto, eu gosto muito, procuro algum programa jornalístico também, igual Jornal Nacional ou, de manhã, se eu estou em casa, Bom Dia Brasil, Jornal Hoje”, além de programas de auditório, como o Caldeirão do Huck e algumas atrações do SBT e da Record. Para P3, televisão “é mais no final de semana. Eu gosto muito de alguns canais da SKY e, fora disso, o meu preferido mais é Globo Repórter, da Globo”. Afirmou que gosta de assistir a documentários na TV. Já P4 ressaltou que não assiste televisão diariamente, mas, quando o faz, acompanha o Jornal Nacional, telenovela e Fantástico, além do noticiário local MGTV, também da Rede Globo, “mas não é, assim, frequentemente, eu não fico ligada na televisão, não”.

P5 revelou que gosta muito do Jornal Nacional e do Jornal da Globo; este último, na opinião dele, parece dar mais informações, embora seja mais curto: “eu gosto mais dele do que o Jornal Nacional”. P6 disse: “eu, todo dia, sou obrigada a ver Datena [programa Brasil Urgente, da Band, apresentado pelo jornalista José Luiz Datena]. Minha mãe põe lá, é todo dia, assim, religiosamente. Eu adoro ver Fantástico, Luciano Huck também, novela eu não assisto”. Logo em seguida, fez uma observação: “você reparou que *todo mundo só vê a Globo?* Por que será? Todo mundo!” P4 emendou que também assiste ao SBT, e a própria P6 também mencionou a revista eletrônica de domingo da Rede Record (o programa Domingo Espetacular), que “é ótimo também”.

P7 informou: “eu assisto televisão todos os dias. Só que, antes de eu ter assinatura em casa, (...) via muito MGTV, sempre. Pulando de canal em canal, (...) eles repetem as notícias mais evidentes, mas algum deles dá um destaque (...) diferente. Então, via todos. Mas depois de ter a assinatura dentro de casa, então eu vejo mais filme. Eu sou fanático”. Na sequência, enfatizou que, como é musicista, gosta muito de programas de música: “o atual, que está mais

na moda, é o [Programa] Raul Gil [do SBT], (...) aos sábados; (...) de duas até às sete da noite [fico] lá, vendo Raul Gil (...), quando eu posso”. Já aos domingos, disse ser muito raro assistir televisão: “porque eu toco de manhã e toco à noite na igreja, então é muito difícil”. Por fim, P8 respondeu que gosta muito de assistir ao Fantástico e, quando possível, ao Jornal da Globo, “que é muito bom”, e o Bem-Estar (Rede Globo). “E domingo é uma briga, que às vezes fica o Fantástico e o Domingo Espetacular, não tem jeito, que *eles são os dois jornais melhores que tem*”, opinou. (É interessante observar que ela classificou como telejornais os programas Fantástico e Domingo Espetacular, comumente designados ‘revistas eletrônicas’.)

A fim de explorar a relação com o telejornalismo, perguntou-se que noticiários mais acompanhavam na TV. P8 foi direta: “o preferido é o Fantástico. Ele passa as matérias mais detalhadas, são umas matérias interessantes, quando eles viajam pra fora, em outros países (...). *Umas notícias mais diferentes que aquela que tem toda semana ali, rigidamente. Aborda temas diferentes*”. P7 realçou o Jornal da Record: “eu acho mais interessante, os apresentadores (...) abordam as notícias, *eles dão mais ênfase também*. E na hora que eles estão na reportagem, (...) *explicam muito bem*, a meu ver, as notícias, o fato em si. Então, pra mim, *ele me atende muito bem*”. O Jornal Hoje (Rede Globo) foi destacado por P6: “eu gosto da Sandra Annemberg, daquele Evaristo [Costa, os âncoras do telejornal], eu acho que eles são ótimos jornalistas, *passam muito bem a notícia pra gente*”. P4 citou, também, o Jornal Hoje, além do Jornal da Globo, mas fez uma ressalva: “acontece que quando eu estou assistindo ele [Jornal da Globo], eu durmo. Eu gostava muito de assistir. Porque eu sou assim: *se eu começo a assistir a televisão, eu durmo*. Até o Jornal Nacional, eu estou assistindo, eu durmo, eu perco muito”. P5 apontou, como programa jornalístico preferido, o Globo Repórter, “até pelo [apresentador] Sérgio Chapelin, gosto muito dele. É muita informação, tem vez que tem temas interessantes, só que tem vez que está muito ruim. Mas, assim, no geral, eu acho que *aborda documentários muito importantes*”. P3 concordou: “eu gosto mais do Globo

Repórter, até porque eu prefiro mais ver as belezas da natureza (...); *você liga no jornal das seis, só passa violência*, essas coisas assim. *Eu prefiro mais ficar com as paisagens mesmo*”.

P2 disse: “quando eu estou em casa nos dias de semana, eu sempre acompanho o Jornal Hoje, *me passa as informações atuais* ali, do meio da tarde, eu acho bem interessante”. Por seu turno, P1 enalteceu o Bom Dia Brasil, “por causa dos âncoras, da participação do Renato Machado, eu *gosto muito dos comentários* do Alexandre Garcia; gosto muito do Chico Pinheiro, da Renata [Vasconcelos, os dois âncoras oficiais do noticiário]”.

Esses depoimentos sobre o consumo televisivo (e telejornalístico) são importantes para comprovar, neste estudo, que a audiência não é, necessariamente, alienada ou manipulável, nem totalmente passiva, mas que, antes, pode escolher programas conforme suas expectativas e seus interesses — como preconiza a citada tradição teórica dos Usos e Gratificações. Falas como “me atende muito bem”, “passam muito bem a notícia” e “me passa as informações atuais” evidenciam esse uso interessado da mídia. Além disso, o público (inclusive a fatia composta por telespectadores com deficiência visual) é capaz de “negociar” a recepção, em vez de absorver tudo ou, em outro extremo, resistir a todo o conteúdo transmitido, conforme seu repertório de experiências, sua cultura, suas vivências e seu contexto social, por exemplo. Apreciações como “tem vez que tem temas interessantes, só que tem vez que está muito ruim” e “você liga no jornal das seis, só passa violência (...). Eu prefiro mais ficar com as paisagens” realçam a criticidade da audiência em questão.

Posteriormente, os participantes foram indagados se compreendiam bem as notícias veiculadas por telejornais. P7 respondeu: “eu entendo, é muito raro não entender alguma coisa que eles estão passando, muito raro”. Outros integrantes concordaram, até que P3 ressaltou: “bom, *dá pra entender até a repórter falar: ‘veja na imagem a seguir o que está acontecendo’*”. Os deficientes visuais, então, admitiram esse impasse. P2 sintetizou: “isso aí complica mesmo”. P6 exemplificou: “eu já não gosto do Globo Repórter por causa disso, *é*

muita imagem” — exemplo reforçado por P1: “é porque você vai falar de bicho, de mato, essas coisas, então é muita imagem, então *não dá pra gente estar absorvendo*”.

Na ausência da visão, como um deficiente visual faz para receber o conteúdo televisivo da melhor maneira possível? P8 respondeu: “às vezes, *eu pergunto alguém que está assistindo*, porque às vezes não deu pra entender bem a imagem, (...) *eu pergunto pra pessoa vidente, se tiver*”. P3 ponderou: “*dependendo da descrição*, de poucas dicas que a pessoa dá, *dá até pra você fazer um esforço e entender*”. P6, então, cogitou: “eu acho que, *pra gente que já enxergou, é até mais fácil entender*, porque *a gente já tem na memória muitas coisas*. Agora, quem nunca enxergou, eu acho que fica meio difícil”. “No meu caso, como eu enxergo um pouquinho ainda, eu consigo ver muita coisa ainda na televisão. Eu fico bem perto da tela e, assim, é tranquilo, dá pra ver muita coisa. As cores, não [consigo identificar]”, expôs P7.

Já P1 disse que procura prestar mais atenção à fala dos jornalistas na condução de uma matéria, por exemplo: “na maioria das vezes, você vai conseguir entender a reportagem e saber o que está passando no momento. Eu também já enxerguei; então, eu acho que encontra um pouco mais de facilidade, (...) não tenho certeza”. P5, que é cego de nascença, também opinou: “é só ficar bem atento, prestar atenção na reportagem, no que ele está falando, e *ali você vai imaginando*, você mesmo vai descrevendo, pela sua descrição mesmo”.

A respeito do Jornal Nacional em especial, três participantes disseram assistir com mais frequência: P1, P5 e P6. Na verdade, P1 esclareceu que, no momento, não podia acompanhar mais esse telejornal por estar estudando à noite e expressou sua opinião: “*eu acho um jornal bom*. Agora eu não tenho acompanhado muito, [desde] quando está com a Patrícia Poeta, que entrou no lugar da Fátima Bernardes. Mas quando eram o William e a Fátima, eu achava que era um jornal bom. *Mas eu acho que ele está muito curto, está enxugando muito*”. P6 endossou a crítica, afirmando que o JN passa as notícias de modo “muito partido”, fragmentado. P8 e P3 falaram que o noticiário já foi melhor e mais detalhado

— “na época do Sérgio Chapelin, do Cid Moreira”, precisou P8. “Agora, eles pegaram mania de novela”, contribuiu P6. Na avaliação de P5, “eles estão passando a notícia muito rápido”; “ainda mais quando é dia de jogo” (geralmente, às quartas-feiras), emendou P3. P2 observou que há muitos comerciais no intervalo do JN: “o comercial dá o dinheiro; eles passam a reportagem muito rápido”. P1 detalhou: “os blocos são muito curtos e entram em comercial toda hora; (...) eu pelo menos tenho um pouco mais de dificuldade pra poder estar absorvendo ali o que está querendo passar”. Segundo P7, “mal começou aquele bloco, já está terminando, entrando já em intervalo, está muito rápido mesmo”.

P4 revelou sua impressão: “eles dão um ‘boa noite’ que parece, assim, que falta um pedaço (...). Eles não pegam nem uma notícia direito, aí já passa pra outra, então é complicado. (...) E também *não gosto muito do Jornal Nacional porque, se tem uma notícia boa, não repete*. Agora, se tem, igual o caso do Bruno [ex-goleiro do Flamengo que está preso em Minas Gerais, acusado de participação no desaparecimento e na morte da modelo Eliza Samúdio, em 2010] e outras coisas, aí todas as vezes que você liga é aquela mesma notícia, *aí te cansa*”. “Mas nessa questão aí, a Globo é uma das melhores ainda, porque você vê na Record, igual esse caso Bruno, você pode ligar lá que vai estar o dia inteiro sobre isso. A Globo não é tanto assim, não”, rebateu P1.

De acordo com P4, “a mesma coisa que fala no jornal de uma hora fala no Jornal Nacional. (...) fala aquela mesma notícia. *Fica cansativo! Você desliga por quê? É o caso que eu já sei!*” P5 também crê que “eles repetem muito” e questiona se seria necessário fazer isso. Segundo P7, “eles programam muito. Deu no [Jornal] Hoje, aí eles vão dar aquele detalhe todo, chega no [Jornal] Nacional, eles dão aquele mesmo detalhe que aconteceu, *não dá nenhuma diferença pra crescer nada*”. P1 lamentou: “mas, infelizmente, é isso daí que dá audiência, é isso daí que vende comercial”. Na opinião de P6, o Jornal da Band transmite as notícias “bem devagarzinho”: “eu acho que o tempo é maior, eles não dão tanta prioridade

nem à propaganda, nem à novela”. P8 lembrou que “a Globo é a emissora das novelas”, enquanto as demais não priorizam tanto a teledramaturgia.

4.4. RECEPÇÃO DE MATÉRIAS TELEJORNALÍSTICAS DO JN SOBRE DEFICIÊNCIA VISUAL

Após a primeira hora de discussões sobre identidade(s) de pessoas com deficiência visual e hábitos midiáticos dos oito participantes, a segunda metade do grupo focal concentrou-se na recepção de matérias telejornalísticas, do JN, sobre deficiência visual. Conforme explicado anteriormente, foram selecionadas oito das mais significativas reportagens colhidas em 2011. Na reunião com os deficientes visuais, mostrou-se, primeiramente, um bloco com quatro VTs veiculados no primeiro semestre, para um posterior diálogo; em seguida, foram exibidos os outros quatro vídeos, datados do segundo semestre de 2011. Dessa forma, a proposta era permitir que as discussões fossem mais produtivas e consistentes, pois a eventual exibição ininterrupta das oito matérias poderia ter causado, nos integrantes, certa fadiga ou mesmo o esquecimento de alguns dos assuntos tratados, o que prejudicaria a condução e a qualidade do debate.

As quatro primeiras matérias exibidas foram: “Prefeitura de São Paulo cria projeto para incluir cegos no carnaval” (de 3 de fevereiro de 2011); “Museu guarda memória da luta dos deficientes por direitos” (10 de março); “Fundação Dorina Nowill completa 65 anos” (11 de abril); e “Paixão de Cristo recebe melhor pessoas com deficiência em Pernambuco” (20 de abril)⁹⁷. Assim que foram mostradas, uma após a outra, a primeira pergunta dirigida ao grupo foi de caráter amplo, para não induzir os participantes quanto às suas possíveis respostas: “qual a sua opinião sobre essas matérias com cegos que o JN exibiu?” P6 respondeu: “*eu*

⁹⁷ Tais matérias, assim como as outras 12 que compuseram o *corpus* que elaboramos, foram apreciadas, no Capítulo 3, na perspectiva da análise textual de TV. Reiteramos que a transcrição (verbal e imagética) feita dos 16 vídeos encontra-se no Apêndice desta Dissertação.

achei excelente. Aquela da Dorina Nowill, aquele menininho falando, muito chique!” P1 opinou: “a primeira reportagem, do carnaval, acho que ela *ilustrou bem pra gente o que estava acontecendo ali*, o que estava passando, as imagens, até porque *era uma reportagem que estava entrevistando cegos*”. Ele, então, apresentou uma impressão: “no momento em que a repórter perguntou pro menino ou pro cara, que ele falou [da fantasia] do avião e dos prédios que estavam na cabeça dele [na matéria sobre o carnaval], é que tinha um enfeite na cabeça dele, não era isso? Então, eu acho que isso ilustrou bem pra gente a reportagem, *deu pra entender bem*”.

P6 disse ter achado interessante a reportagem do Museu com obras de arte adaptadas, “porque o cego não tem acesso a isso. Se não tiver alguém pra descrever (...), não tem como. Então, ali inclui mesmo o deficiente naquelas obras de arte, todos os deficientes, você viu que ali tem todos”. P5 também gostou, particularmente, dessa matéria, “porque, inclusive, teve uma [exposição acessível] aqui nos Correios [em Juiz de Fora], que cada peça que a gente tocava emitia um som, (...) do barco, da praia; então, *é a integração do deficiente com a arte*, que é muito difícil. Às vezes a gente vai nesses eventos e não pode nem tocar. Então, *se a gente não pode tocar na arte, não serve de nada a gente estar ali*”. Por sua vez, P3 afirmou ter achado interessante, principalmente, a matéria sobre o Instituto Dorina Nowill: “realmente, falou que estimula bem os bebês pra se adaptarem mais. E a questão daquele [vídeo] do samba, que o rapaz falou que estavam lá aqueles enfeites em cima da cabeça dele, achei interessante mesmo”. P6 chegou a identificar, pela voz do entrevistado ao fim da matéria sobre a Paixão de Cristo, quem era ele — o ator Thiago Lacerda.

Os membros do grupo foram estimulados a falar, ainda, se haviam se identificado com algum cego mostrado pelo JN. P6 expressou que teve dois sentimentos “muito contraditórios”, quando ouviu a matéria dos nenês cegos que começam a engatinhar (na Fundação Dorina Nowill): “*eu, como deficiente visual*, fiquei impressionada de (...) saber

como eles se desenvolvem, como é feito o trabalho. E ao mesmo tempo, *eu, como mãe*, olhei e falei assim: ‘gente, eu acho que eu ia pegar esse menininho e ficar andando pra cima e pra baixo’; assim, *aquela autoproteção que eu acho ruim, que a minha mãe tem comigo, eu tive o sentimento de eu ter com meu filho*”. A fala é significativa para demonstrar que, também no caso de pessoas com deficiência visual, não existe uma identidade única, sólida ou fixa, já que os termos “eu, como deficiente visual” e “eu, como mãe” representam dois aspectos identitários distintos e, nesse caso, conflitantes, segundo ela.

P1 declarou: “na parte que o cara tinha falado ali, a questão do deficiente ser igual a todos, ter a possibilidade de estar trabalhando, (...) *eu me identifiquei com esse cara*”. P7 destacou: “nesse caso, de você *sentir com as mãos como é a pessoa*, como ela faz, o que ela faz, você estar tateando” — ideia presente na matéria sobre o carnaval, em que um dos cegos percebia, por meio do tato, a beleza de uma passista. P3 chega a especificar isso: “aquele rapaz que pegou na mão da moça lá”. P6 fez um gracejo: “[aquele cego] viu até o rebolado [da moça], não é, P3?” Para P2, a descrição do teatro da Paixão de Cristo para deficientes visuais também foi bastante interessante: “*as cenas silenciosas de uma coisa, a gente não entende nada*; como tem a descrição, *você consegue saber tudo o que aconteceu ali*”.

Em seguida, perguntou-se aos deficientes visuais qual era a opinião deles sobre o modo como o JN havia mostrado os deficientes visuais. P4 respondeu: “*mostrou o trabalho que eles estavam desenvolvendo com os deficientes, que são capazes de exercer aquele trabalho*”. Ela exaltou a iniciativa de se ter levado 45 deficientes visuais para uma escola de samba, conforme mostrado na matéria do carnaval em São Paulo: “foi uma preocupação que eles tiveram, *enquanto muitos acham que o deficiente tem que ficar dentro de casa, com a família, sentadinho lá, esperando tudo na mão, eles, não, eles levaram lá pra eles participarem também, como as outras pessoas estavam lá, participando*”. Para ela, foi positiva a maneira como o JN mostrou os cegos.

P1 opinou que o JN não representara o deficiente visual como herói, nem como vítima. P8 enfatizou que o jornal mostrara ao Brasil a realidade “que acontece na vida do deficiente”: *“tem muitas pessoas que não têm conhecimento que o cego faz tanta coisa; mostrou ali, no jornal, que a gente é capaz de fazer muita coisa”*. P4 disse: “sim, eles [deficientes visuais] podem fazer, eles podem também estar numa escola de samba, eles podem também estar na caminhada da passagem de Cristo, *eles também poderiam estar ali*”. Para P6, deve-se *“mostrar mesmo pro Brasil que o cego não é pra ficar dentro de casa, sem fazer nada”*, pois *“ele é capaz de ir pra uma escola de samba, tocar instrumento, ver arte geral, ver aquele espetáculo (...) de Jesus. E na [matéria do JN sobre a Fundação] Dorina também, como eles colocam o cego na sociedade”*. A importância do convívio do cego com outras pessoas e de sua inserção em variadas esferas da vida social está explícita nesses depoimentos.

Entretanto, P1 fez uma ressalva sobre a abordagem do JN: *“também não botou totalmente a realidade, mas explicou bem o que o deficiente é capaz, de estar realizando alguma coisa”*. Segundo ele, o noticiário não “mostrou tanto a realidade”, porque destacou “o lado bom do deficiente, o deficiente capaz de fazer”; “mas eu acho que *tem um outro lado, das dificuldades que o deficiente encontra também, como o preconceito. Então, eu acho que não está totalmente a realidade por isso*”. (Posteriormente, após a exibição das quatro últimas matérias do JN utilizadas no grupo focal, P1 reconsiderou essa opinião, como se verificará; contudo, cremos ser importante expô-la aqui, uma vez que representa a impressão inicial que o participante teve no contato com essas reportagens, exibidas no primeiro semestre de 2011.)

P7 julgou como mais importante a participação de um menino cego, de 11 anos, na matéria sobre o aniversário da Fundação Dorina Nowill, pois o garoto falou *“que é bom nós estarmos convivendo com pessoas ditas comuns, normais, pra você ter o convívio com todos, não apenas um grupo (...)*. Ele explicou bem ali: *nós temos que viver com a sociedade em geral, pra não [nos] sentirmos excluídos*”. P2 emendou: *“pra aprender a apanhar do mundo*

quando você encontrar pessoas que não têm deficiência visual". Na avaliação de P1, foi importante o Jornal Nacional ter feito essa reportagem, *"pra sociedade estar conhecendo o que é o cego, a capacidade que o cego tem, (...) divulgando pra tentar tirar essa imagem que existe hoje na sociedade que o cego não tem possibilidade de fazer isso ou aquilo. Então, por isso, eu achei importante a reportagem do jornal, pra estar esclarecendo a mente das pessoas"*.

Não obstante, P3 apresentou uma crítica: *"eu penso que no jornal, geralmente, é muito raro você ver matéria sobre deficiente visual, eu acho que eles poderiam estar passando mais sobre isso. (...) mostrando mais o dia a dia da pessoa com deficiência"*. O estudante mencionou o exemplo dos Jogos Paralímpicos de 2012⁹⁸: *"não foi exibido no canal da Globo e da Record, só passavam pedacinhos muito curtos, mesmo das modalidades do cego. Eu acho que, se passasse com frequência, divulgasse mais, acabaria com isso [preconceitos]"*.

Na sequência, foi exibido o outro bloco de reportagens, contendo mais quatro VTs do JN sobre deficiência visual — desta vez, reportagens veiculadas no segundo semestre de 2011. Os VTs escolhidos entre os mais significativos para o objetivo do grupo focal foram: *"projeto usa música para ajudar jovens com deficiência"* (transmitido pelo noticiário em 12 de agosto); *"falta de cães-guia dificulta a vida de brasileiros que não enxergam"* (24 de outubro); *"Prêmio Innovare é entregue em Brasília"* (15 de dezembro); e *"aparelho criado por estudantes de MG pode ajudar deficientes visuais na locomoção"* (27 de dezembro).

Logo após a exibição, P1 ponderou sobre a opinião que havia manifestado anteriormente, ao dizer que o JN tinha mostrado somente *"o lado bom do deficiente"*, e não as dificuldades enfrentadas: *"quando você passou as primeiras reportagens, (...) não achei que [o JN] tinha passado totalmente a realidade (...); [agora] mostrou um outro lado. (...) mostrou ali a dificuldade de um deficiente ter um cão guia — tem poucos [cães-guia], mas também é caro*

⁹⁸ Em 2012, os Jogos Paralímpicos, com 20 modalidades esportivas, foram realizados em Londres (Inglaterra), entre os dias 29 de agosto e 9 de setembro. Houve a participação de cerca de 5 mil atletas, oriundos de aproximadamente 150 países, inclusive do Brasil, que ficou em 7º lugar no quadro de medalhas, com 43 conquistas. As Paralimpíadas são o equivalente das Olimpíadas tradicionais, mas envolvem somente atletas com deficiência (física, sensorial ou mental).

pra um deficiente estar adquirindo um e pra estar mantendo é um valor muito alto”. P5 comentou que “todo material de cego é caro”. P1 seguiu sua apreciação: “mostrou também a dificuldade que o deficiente encontra pra estar entrando no mercado de trabalho, (...) a dificuldade que o deficiente encontra pra atravessar a rua, pra estar se locomovendo com bengala, e mostrou também uma tecnologia. Então, eu acho que ali *mostrou o outro lado da coisa*; lá [no primeiro bloco de matérias] mostrou um lado positivo, e *aqui, nessas outras, já veio mostrando mais um lado negativo*”.

P6 revelou ter achado as matérias interessantes, pois exibiram “mesmo o que a gente passa”. Ela exemplificou: “*pra atravessar a rua, é um sacrifício (...)*. Se não tiver ninguém perto ou mesmo se tem, *a pessoa até finge que não escuta ou, sei lá, finge que não vê*”. Essa eventual “invisibilidade” dos cegos denota a pouca solidariedade que, por vezes, se verifica por parte das pessoas em geral. Não por acaso, a participante afirmou ter se identificado com a personagem cega da matéria sobre o aparelho criado para ajudar deficientes visuais em sua locomoção pelas ruas: “identifiquei [com a mulher entrevistada pelo JN], porque você tem que parar e esperar, não tem como você meter as caras também e atravessar [a rua]. Igual aconteceu com um rapaz lá no Sul do Brasil, (...) ele foi atravessar a rua, sozinho, às 7 horas da manhã, aí veio um ônibus, atropelou, ele morreu na hora. Então, *é uma coisa que não dá realmente pra gente fazer sozinho*”. Conforme exposto no Capítulo 1, nem sempre a visão pode ser substituída, sem riscos ou prejuízos, por outros sentidos, como pode ser o caso de atravessar uma rua — caso este tratado pelo JN e ressaltado por P6.

Ainda acerca dessa reportagem, P8 também disse ter se identificado com a situação abordada, “*porque, às vezes, é difícil mesmo vir uma pessoa pra ajudar a gente, às vezes a gente fica chamando, a pessoa finge que não escuta. É difícil*”. Ela esclareceu que os deficientes recebem, no curso de locomoção e mobilidade (oferecido na Associação dos Cegos), a orientação de que nunca devem atravessar sozinhos, “*porque, infelizmente, tem*

muito motorista que não obedece à sinalização; *a gente não pode arriscar*”. P7 narrou que, quando chega ao ponto de ônibus e pergunta a alguma pessoa se ela pode ajudar, avisando sobre a chegada do coletivo, “a pessoa às vezes balança a cabeça, aí você fica naquela: ‘e aí, vai ajudar ou não vai ajudar?’ E quando fala que vai ajudar, (...) o ônibus da pessoa vem, ela vai embora e não te fala nada”. P1 narrou um caso ocorrido na semana anterior, em que ele e um colega haviam pedido a ajuda de um rapaz no ponto de ônibus; após cerca de 40 minutos, se deram conta de que ele já havia ido embora — “não achamos o cara. Isso porque ele ia no mesmo ônibus que a gente! (...) aí, fomos pedir [auxílio a] uma outra pessoa”. A indiferença pelo Outro, que emergiu dessas falas, revela o (lamentável) egocentrismo por vezes existente.

Músico, P7 destacou o vídeo acerca do projeto Geração de Sons, que incluía pessoas com deficiência num grupo musical. Relatou: “comigo aconteceu no Conservatório. Eu já estava no ensino técnico. Um dos meus professores — sempre quando eu chegava no início do ano, como os professores são diferentes, eu já colocava pra eles: ‘*eu tenho deficiência visual, eu aprendo muito, mas eu preciso de uma ajuda*’ — e esse professor não queria, teve a coragem de falar comigo que eu tinha que voltar pro primeiro ano, quer dizer que *ele não queria me ajudar em nada*. (...) felizmente, eu conversei com o pessoal da secretaria, eles entenderam, me trocaram de professor e, graças a Deus, *eu consegui me formar*, tranquilo, não precisei de voltar pra primeiro ano nenhum; *a minha capacidade é muito boa*, assim como *nós todos temos a capacidade de poder enfrentar as dificuldades e vencê-las*”. Ele apontou que, realmente, existem pessoas despreparadas para receber e lidar com deficientes, pois “veem a nossa deficiência e *acham que nós somos incapazes (...) elas acham que nós não podemos, nós não devemos, nós não sabemos fazer nada*”.

Aludindo à matéria sobre a travessia da rua, P7 contou que percebe quando os carros estão parados de um lado da avenida ou quando os ônibus começam a movimentar, por exemplo, sendo capaz de intuir quando o semáforo está aberto ou fechado para os pedestres.

Sobre o VT acerca dos cães-guia, comentou que é “muito dispendioso” cuidar desses animais: “eu não gostaria nunca de ter um cão [guia], porque a manutenção dele é muito cara, não condiz com a nossa realidade, e porque, hoje em dia, é autorizado entrar em qualquer ambiente comunitário [na companhia do cão-guia], e pra você entrar no comunitário, você tem que ter um cachorro muito bem tratado: é banho, alimentação — não pode ser comida, tem que ser sempre ração, e a ração tem um custo enorme — e a manutenção do cão é muito cara”. Observou, ainda, que não há cão-guia em Juiz de Fora. P2 comparou: “é mais fácil você manter uma bengala do que manter o cão guia, por causa do custo”. P1 acrescentou: “o custo pra você manter um cão guia parece que dá mais ou menos um salário mínimo”.

“Eu fico com [a matéria sobre] as tecnologias desenvolvidas, que é acessível pra gente”, ressaltou P5. “Só não é acessível pro bolso, porque, infelizmente, são muito caros, tanto as bengalas, computadores também, celulares também são muito caros; então, a tecnologia está aí, mas é difícil pra gente ter, comprar”, arrematou. P7 ressaltou que, embora haja o invento para auxiliar na locomoção, “as parcerias do governo não ajudam em nada. Eles falam, falam, falam em acessibilidade, que estão ajudando, mas na verdade não fazem nada. (...) embolsam essa verba e falam que nunca tem”. Ele mencionou que, em São Paulo, já existem ônibus com um microchip capaz de indicar quando há cegos no ponto, e o deficiente, com um aparelho específico, também identifica seu ônibus chegando, por intermédio desse sistema eletrônico. (Tal exemplificação demonstra que, de fato, a recepção à mídia varia conforme o contexto e o repertório de informações e vivências de cada espectador.)

Indagado sobre uma eventual mudança identitária mediante ações inclusivas, P1 opinou que medidas de inclusão tornam os deficientes visuais “mais independentes”. Para ele, ter a oportunidade de, por exemplo, chegar e atravessar a rua sem ter que pedir ninguém, como foi mostrado pelo JN em Belo Horizonte, “*nos deixa mais independentes, nós nos sentimos mais realizados*”. Essa opinião converge para a própria representação operada pelo

Jornal Nacional, que, em diversas matérias, revelara como ações de inclusão podiam deixar o deficiente mais autônomo, conforme analisado no Capítulo 3.

Sucessivamente, perguntou-se aos participantes quais haviam sido os pontos negativos do modo como JN representara os deficientes visuais, caso houvesse algum na opinião deles, uma vez que os positivos já haviam sido ressaltados. P1 avaliou que, embora as matérias do JN tenham condito com a realidade, o telejornal poderia ter mostrado a dificuldade do elevado custo de aparatos de acessibilidade: *“eu já acho que tem totalmente a realidade do deficiente ali; então, pra mim está bom, mas só que eu acho que o jornal deveria fazer uma reportagem falando (...) que existem, sim, as tecnologias, que o mundo vem evoluindo muito, vem desenvolvendo várias formas pra gente estar interagindo mais, mas não tem um preço acessível”*. P4 pontuou que *“são poucos que conseguem ter, são uma minoria”*. P3 trouxe um exemplo: *“a licença de um leitor de tela de computador pra gente é mais cara que o próprio computador: R\$ 4 mil pra lá. Como é que um cego vai poder comprar isso?”* P1 retomou: *“então, eu acho que deveria fazer uma reportagem sobre isso”*. Segundo P4, *“eles mostram a tecnologia, mostram o deficiente fazendo a entrevista, mas só que eles não mostram a realidade, que o deficiente não tem acesso àquele mecanismo que eles estão desenvolvendo”*. A participante considerou que o Jornal Nacional não tratara das dificuldades, devendo *“prezar isso também”*, e indagou: *“qual o deficiente aqui, em Juiz de Fora, tem um aparelho daquele [mostrado no JN]? Estou falando em Juiz de Fora porque estou aqui, mas em outros lugares, mesmo em São Paulo, que é uma cidade grande, é difícil”*. Sobre a reportagem dos cães-guia, comentou que muitas pessoas dizem: *“você anda sozinha na rua; por que você não arruma um cão pra você?”* Eu falo assim: *‘minha senhora, não é fácil assim eu ter esse cão, não é qualquer um cão’*. Então, *é complicado*. Defendeu que deveriam fazer *“uma coisa adequada pro deficiente, que ele vai usar mesmo”* e que possa melhorar, de fato, sua vida. P3 adicionou: *“fora que, além de ter o cão, a gente não pode pegar o cão e sair de qualquer jeito, tem que ter*

o curso preparatório ainda”. De acordo com P8, o VT do cão-guia mostrou que o País precisa se desenvolver mais: “*o Brasil não está preparado para os deficientes visuais, porque eu acho que tinha condição de poder trazer esses cães-guia pro Brasil, arrumar professores, mas não estão dando a mínima*”. P2 lamentou: “o problema é que *eles não querem fazer isso*”.

Os participantes foram unânimes em responder que o JN não mostrara maneiras de a própria sociedade se adaptar para melhorar a vida do deficiente. “*Não mostrou, nenhum momento*”, exclamou P4. “*São poucas reportagens. Eles passam aí um tempo, depois fica muito tempo sem passar nada a respeito do deficiente visual*”, criticou P7. Ele exemplificou que não são tão divulgadas as pesquisas atuais com célula-tronco para restabelecimento da visão de quem tem retinose: “quase nada divulgado, muito poucas pessoas sabem que está tendo essa pesquisa, que está quase na fase final, o ano que vem [2013] já deve começar a fazer os tratamentos para aqueles que foram inscritos. Então, *é muito pouco divulgada* essa manutenção que está acontecendo da visão”.

Por que seria importante o JN mostrar matérias sobre a adaptação da sociedade aos deficientes? P1 respondeu: “porque, às vezes, a gente vai atravessar a rua; quando vem alguém pra ajudar a gente, a pessoa nos pega e sai puxando, às vezes não *sabe como pega, não sabe como abordar o deficiente*, como você tem que pegar no braço de uma pessoa, ela vai pegando a gente e saindo simplesmente puxando, ou *às vezes acha que o deficiente não anda*, não sabe andar direito, ou às vezes você está num lugar e *acham que o deficiente tem que ficar sentado, ele não pode ficar em pé*, não”. P4 completou: “e se você vai atravessar a rua, quando chega no degrau, parece que ele quer pegar a gente no colo pra subir”. P7 explicou como os cegos podem ajudar: “por exemplo, quando você vai atravessar a rua, a pessoa chega, pega pelo braço por trás e te empurra, então nós sabemos que não, nós pedimos licença à pessoa, pegamos no cotovelo ou no ombro da pessoa. (...) Nós já sabemos como fazer isso, então *basta também nós informarmos às pessoas o jeito certo de nos conduzir*”.

Os entrevistados também disseram que o fato de não ver as imagens não interferia na recepção das notícias. (Todavia, mais adiante, a conversa revelou que há, sim, momentos de interferência, ante a impossibilidade de ver as imagens.) P1 explicou: “essas [matérias] não interferiram, até porque estava se tratando de deficiente visual, então acho que não iria mesmo interferir, *porque eles vão estar tratando com deficiente visual, então você vai estar explicando bem*”. P5 lembrou: “até ali, na escola de samba, ele [um entrevistado cego] falou que tinha o helicóptero, o prédio (...); [a reportagem] descreveu, não teve dificuldade, não”. P6 enfatizou: “*deu pra entender porque foi direcionada pra deficiente visual. [Se não fosse], a gente podia se embananar [se confundir]*”.

Segundo os participantes, o JN pode, sim, ser entendido por qualquer deficiente visual. Disseram, também, que se sentem incluídos e respeitados pelo JN como telespectadores. P7 explicou: “porque ele abordou ali assuntos a nosso respeito e nos esclareceu sobre a sociedade, *como a sociedade age conosco e nós com a sociedade*”. P8 concordou: “*esclareceu, porque trouxe o ponto positivo e os pontos negativos pra gente, (...) mostrando ali para os telespectadores*”. P6 teve concepção semelhante: “*mostrou pro Brasil a realidade, os pontos positivos, (...) a capacidade [dos cegos], e o lado negativo, (...) as dificuldades que a gente passa; lógico que não deu pra mostrar tudo, mas deu uma ideia*”. P5 também elogiou o JN: “pra gente também *ficar alerta no que está acontecendo fora do nosso eixo aqui, [no estado de] Minas, o que está sendo desenvolvido, feito a nosso favor*”. (Como se verá, entretanto, houve algumas críticas quanto à falta de consideração por parte dos telejornais, por exemplo, ao tratar-se da existência de telespectadores desprovidos da visão, entre o público.)

Os deficientes também responderam, a princípio, que era possível saber quem estava falando nos VTs: “homem ou mulher, menino, criança, velho”, disse P6. Afirmaram, também, que puderam identificar quem era cego e quem era vidente, nos depoimentos ouvidos pelas reportagens do JN mostradas. No entanto, apontaram não ser possível saber o nome de todos

os entrevistados — “só o [ator] Thiago Lacerda”, lembrou P6, rindo em seguida. Quanto à profissão de cada fonte ouvida, P1 acentuou: “se falasse antes, dava pra saber, sim”. P8 comentou: “não lembro de nenhum ter falado sua profissão”. Ela e P1 concordaram, porém, que “dava pra saber quando era o repórter e quando era o entrevistado [falando no jornal]”.

P7 esclareceu: “geralmente, nessas reportagens, o que acontece é isso: o repórter pergunta pra algum entrevistado, e *aparece escrito: ‘fulano de tal, faz isso, faz aquilo’*. *Pra gente, não interessa isso, que nós não vemos nada disso*. Quer dizer, seria interessante o repórter perguntar: ‘você é fulano de tal? Faz o quê?’ Aí, sim”. P1 emitiu um parecer convergente a essa ideia: “porque vai direto pra pergunta, e *está ali na legenda, e a gente não vai entender*, porque às vezes está lá o nome da pessoa e o nome do repórter, mas o repórter já vai direto pra pergunta, a pessoa não se apresenta, e aí *a gente não fica sabendo, não*. *Isso atrapalha*”. P7 realçou: “atrapalha, *pra gente é grave*”. P1 complementou: “se realmente quer colocar a legenda ali, *poderia estar fazendo a audiodescrição*. No momento em que colocar a legenda, aparece a audiodescrição”. Tal recurso de acessibilidade na comunicação será explicitado ao fim deste Capítulo; por ora, basta notar que certos momentos dos noticiários não são bem assimilados por deficientes visuais, dadas a ausência de imagens na sua recepção à mídia e a falta de descrição das mensagens visuais, muito comum no telejornalismo⁹⁹.

Nessa perspectiva, os participantes responderam que os telejornais, em geral, não têm consciência de que haja espectadores com deficiência visual em casa, desejando acompanhar as notícias também¹⁰⁰. Para P6, esses programas se esquecem disso. P4 acentuou: “quanto tempo que vem falando da inclusão! *Já era pro jornal estar preocupado: ‘ah, tem cegos, estão*

⁹⁹ Na Monografia de conclusão de curso, o autor desta Dissertação investigou (MACHADO, 2009) a recepção telejornalística por parte de deficientes visuais, com entrevistas e grupo focal, utilizando uma edição integral do Jornal Nacional. Naquele estudo, foi possível identificar variados momentos em que a imagem, e apenas ela, trazia informações relevantes — inacessíveis, portanto, aos deficientes visuais.

¹⁰⁰ Esse momento apresentou um paradoxo, pois os participantes haviam afirmado, anteriormente, que se sentiam incluídos e respeitados como telespectadores; depois, porém, apontaram que os telejornais não costumavam lembrar que havia cegos entre o público. A contradição pode ter se dado por incompreensão da pergunta anterior ou, ao menos, de sua “dimensão” — ao aprofundar em discussões e reflexões mais específicas, parecem ter evidenciado as melhorias possíveis e necessárias no telejornalismo.

assistindo ao jornal nessa hora’. Então, *eles só passam ali o jornal para vidente*. Assim, *o cego se vira na audição só, só ouvindo*. (...) O que ele pôde entender entendeu”. P7 lembrou que o deficiente auditivo já conta com recursos de inclusão na TV, como a tradução para Libras — na verdade, essa opção ainda não é tão difundida na televisão brasileira, embora as legendas ocultas já sejam mais comuns, beneficiando o público formado por surdos. “Mas pra gente, que é deficiente visual, não tem [recursos de inclusão na TV]”, lamentou P7. Na opinião de P8, o telejornalismo não pensa no cego: “*precisa melhorar muito*”.

Na concepção de P1, “essa parte de inclusão funciona mesmo na base da lei. Se for iniciativa de uma empresa, iniciativa própria de uma pessoa, acho que não funciona, não”. P2 concordou: “o problema é a punição. *Se não tiver punição, eles vão continuar fazendo nada*”. P3 também acredita que os noticiários televisivos não se lembram dos cegos como público espectador: “passa muito ‘batida’ [ou seja, ignora-se] essa parte”. Além disso, algumas matérias são resumidas demais e passam “muito rápido”, menos detalhadas “às vezes”. P2 corrigiu: “não é só às vezes, não, é quase sempre!” P3, então, concordou: “quase sempre”. P5 opinou: “eu acho que *deixa muito a desejar*. Acho que (...) a audiodescrição facilitava pra nós; então, *acho que eles não estão muito preocupados, não*. Pra eles, *talvez achem que cego não assiste jornal*, não sei; deve ser, *porque eles não se preocupam com isso*”.

Por tudo o que foi dito, pode-se notar que a audiodescrição na TV despontou, por iniciativa dos próprios participantes, como alternativa de inclusão para deficientes visuais. A próxima subseção tratará de esmiuçar esse recurso e sua funcionalidade. Depoimentos de membros do grupo focal também comporão o item seguinte, apontando um “caminho” para a formação (ou a consolidação) de um modelo telejornalístico mais inclusivo e respeitoso para com as pessoas deficientes.

4.5. TELESPECTADORES COM DEFICIÊNCIA VISUAL E AUDIODESCRIÇÃO: UMA ALTERNATIVA INCLUSIVA

Na parte final do encontro com o grupo focal, perguntou-se aos oito deficientes visuais que melhorias o telejornal poderia introduzir para atender o público formado por cegos. P6 reforçou algo que já havia sido mencionado anteriormente por outros participantes: a implantação da audiodescrição. P7 completou: “audiodescrição, *pra nós sabermos quem está falando, quem é e quem está respondendo no caso, o que ele faz, de onde ele é, (...) pra nós sabermos o que está acontecendo; aí, sim, melhoraria*”. Este subitem propõe-se a explicar, então, no que consiste esse recurso.

A audiodescrição é a narrativa oral, sucinta e objetiva com as informações relevantes de cenas, cenários e imagens. Pode ser aplicada para “traduzir” imagens em palavras no cinema, no teatro, em museus e em variados espetáculos, por exemplo. No caso de atrações televisivas, é possível ser empregada pelo programa secundário de áudio (SAP). Esse recurso pode ser ouvido apenas por aqueles que necessitarem dele, com uma banda adicional de áudio, não causando transtorno aos demais espectadores. Com a audiodescrição, não apenas cegos seriam beneficiados, mas, também, analfabetos, idosos e pessoas com deficiência intelectual (como autismo e síndrome de Down), com transtorno de aprendizagem (como os disléxicos) ou com dificuldades cognitivas que as impeçam de ler textos escritos no vídeo. Para a implementação do recurso, estima-se que o custo seria baixo, envolvendo basicamente a formação ou a contratação de locutores, também chamados de audiodescritores-narradores.

Em países como Estados Unidos e Inglaterra, a audiodescrição já é regulamentada — no caso dos Estados Unidos, desde a década de 1970. Espanha, Alemanha e Canadá, entre outros, também já adotaram o recurso em sua produção audiovisual e em programações televisivas (SANTANA *In*: MOTTA, ROMEU FILHO, 2010, p. 106). No Brasil, o Governo

Federal anunciou a implementação gradual da audiodescrição na televisão aberta brasileira desde o dia 1º de julho de 2011, por meio da Portaria 188, editada em 2010 pelo Ministério das Comunicações, estabelecendo regras para ela na TV. O documento traz um cronograma de implantação do recurso, determinando que, 120 meses depois de receber autorização para operar o sinal digital, a emissora ofereça a seus telespectadores, pelo menos, 20 horas semanais de programas com audiodescrição, na programação veiculada entre 6h e 2h¹⁰¹.

No primeiro livro brasileiro sobre audiodescrição, organizado pela audiodescritora e professora Lívia Maria Motta e pelo criador do Blog da Audiodescrição (www.blogdaaudiodescricao.com.br), Paulo Romeu Filho, eles destacam (2010, p. 7) que esse recurso de acessibilidade amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em eventos culturais, gravados ou ao vivo, como peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras, musicais, óperas, desfiles e espetáculos de dança, além de eventos turísticos, esportivos, pedagógicos e científicos, a exemplo de aulas, seminários, congressos, palestras, feiras e outros, por meio de informação sonora. “É uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar” (idem).

Consultor em acessibilidade na web e criador dos sites Bengala Legal (www.bengalalegal.com) e Acessibilidade Legal (www.acessibilidadelegal.com), Marco Antonio de Queiroz, conhecido como MAQ, define (ibidem, p. 9) a audiodescrição como um dos recursos de tecnologia assistiva nos meios de comunicação que mais confere autonomia

¹⁰¹ No primeiro ano de vigência da norma, as emissoras de TV aberta brasileiras com sinal digital foram obrigadas a disponibilizar duas horas semanais de sua programação com o recurso da audiodescrição. A Rede Globo, por exemplo, anunciou, em julho de 2011, que as sessões de filme Tela Quente (nas noites de segunda-feira) e Temperatura Máxima (nas tardes de domingo) seriam audiodescritas. O SBT anunciou a adaptação do seriado Chaves, nas exibições de sexta-feira, à noite, e sábado, pela manhã. A MTV elegeu o programa Comédia MTV para receber o recurso, nas noites de quarta-feira, com reprise aos sábados. A Record indicou a série House, além de alguns filmes. A TV Brasil escolheu a sessão de filmes Programa de Cinema, nas noites de sexta-feira e sábado. Na Rede TV!, os seriados Dexter e Jornada nas Estrelas foram divulgados como atrações providas de audiodescrição, nas noites de quinta-feira e sábado, respectivamente. Por sua vez, a TV Cultura propôs a adaptação da sessão Mostra Internacional de Cinema, nas noites de sexta-feira.

aos deficientes. “Apesar de ter consciência de que aquela técnica não me substituiria a visão perdida, decididamente ela *estava permitindo que eu visse*” (ibidem, p. 12, grifo nosso); todavia, “muitos de nós [cegos] deixamos de assistir a produtos audiovisuais porque a falta de informações os deixa vazios (idem). Para MAQ (ibidem, p. 16), trata-se de uma necessidade fundamental, que deve ser introduzida na cultura social e, especialmente, no cotidiano das pessoas com deficiência, “por ser um segundo canal sensorial a ser aproveitado para uma compreensão mais rápida das informações visuais”.

As professoras Eliana Franco e Manoela Silva informam (ibidem, p. 20) que a audiodescrição “conta com pouco mais de trinta anos de existência”. Na verdade, “a prática de se descrever o mundo visual para pessoas não videntes é imemorial”; mas, na qualidade de atividade técnica e profissional, a audiodescrição nasceu em meados da década de 1970 nos Estados Unidos, pelas mãos do pesquisador norteamericano Gregory Frazier, em sua Dissertação de Mestrado (idem). Na Europa, a técnica foi implantada em 1985. “Hoje, além dos Estados Unidos, os países que mais investem na audiodescrição, tanto na televisão como no cinema e no teatro, são Inglaterra, França, Espanha, Alemanha, Bélgica, Canadá, Austrália e Argentina” (ibidem, p. 22). Comentam (ibidem, p. 24) que a área de Estudos da Tradução foi a que mais produziu material acerca da audiodescrição, desde o começo dos anos 2000.

No Brasil, ela foi utilizada em público, pela primeira vez, em 2003, durante o evento bienal “Assim Vivemos: Festival Internacional de Filmes sobre Deficiência”¹⁰² (ibidem, p. 26). Desde a promulgação da Lei 10.098 — regulamentada pelo Decreto 5.296, que por sua vez foi alterado pelos decretos 5.645 e 5.762 — o recurso da audiodescrição tornou-se um direito garantido pela legislação brasileira (ibidem, p. 28).

¹⁰² A atriz e audiodescritora Graciela Pozzobon Costa, uma das organizadoras desse festival de filmes, explica (In: MOTTA, ROMEU FILHO, 2010, p. 73) que tal evento temático exhibe vídeos que apresentam questões relativas às deficiências de modo geral. “Trata-se do primeiro festival de cinema no Brasil a reunir e apresentar ao público um panorama atualizado e completo do que se produz no mundo sobre este tema. Por ser um festival internacional, os filmes são estrangeiros em sua maioria, falados nas mais diversas línguas” (idem). Além de audiodescrição para cegos, o evento disponibiliza legendas e intérprete de Libras para surdos, bem como ambiente acessível para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida.

Paulo Romeu Filho considera (ibidem, p. 56) que a TV é o principal meio comunicacional de massa e o maior, mais abrangente e mais democrático veículo de comunicação, cultura e lazer, especialmente para as pessoas com deficiência; “a maioria das pessoas com todos os tipos de deficiências não têm o hábito de frequentar cinemas e teatros, alguns pela falta de acessibilidade arquitetônica, outros pela falta de acessibilidade na comunicação”. Defende (idem), então, que, ainda que a audiodescrição possa representar um ônus para as emissoras, não há como calcular o preço do desrespeito ao direito de aproximadamente 20 milhões de brasileiros.

Lívia Motta deseja (ibidem, p. 57-58) que todos possam apreciar as artes e a cultura, com a eliminação de barreiras físicas, atitudinais e comunicacionais. A professora Vera Lúcia Araújo frisa (ibidem, p. 82) que a Portaria 310, de 27 de junho de 2006, previa sua obrigatoriedade para pessoas com deficiência visual, e legendagem ou janela de Libras para surdos, desde 2008, de modo que as emissoras de TV aberta deveriam oferecer tais recursos gradativamente, até atingir a totalidade da programação em 10 anos. “No que diz respeito aos surdos e ensurdecidos, a lei foi cumprida; porém o mesmo não aconteceu com as pessoas com deficiência visual” (ibidem, p. 83); estas tiveram que esperar até 2011 pela efetivação da Portaria 188, citada anteriormente. Salienta (idem) que a narração adicional descreve a ação, a linguagem corporal, as expressões faciais, os cenários e os figurinos, por exemplo.

A produtora de cinema, teatro e festivais Lara Pozzobon, que dirige o já citado evento “Assim Vivemos”, concebeu o primeiro portal eletrônico de entretenimento acessível (www.blindtube.com) e ressalta (ibidem, p. 98-99) que há casos em que uma cena longa de filme é completamente ocupada por diálogos e ruídos importantes, sendo provavelmente necessário cobrir algum deles com uma rápida e sucinta audiodescrição — “claro que isso acontecerá apenas quando considerarmos que tal descrição é absolutamente imprescindível. E, felizmente, essa situação não é muito comum. (...) a criação do roteiro de audiodescrição

exige antes de tudo uma constante negociação de prioridades” (idem). Ela acredita (ibidem, p. 101) que, na maior parte das vezes, a qualidade da descrição resolve o problema da quantidade; “por isso, a precisão vocabular e a concisão textual são fundamentais” (idem).

Segundo a professora Bell Machado (ibidem, p. 128), a audiodescrição não é uma transcrição fonética, nem uma verdade absoluta; é uma leitura de um indivíduo diante de uma cena, não podendo ser uma descrição universal. O consultor Laercio Sant’Anna enfatiza (ibidem, p. 137) que a ausência da audiodescrição cria uma situação de desconforto: “seja na televisão, teatro, cinema ou mesmo nas descrições de gráficos e figuras de um livro, ou imagens de uma página da internet, ela é fundamental para a participação efetiva das pessoas com deficiência na interação com a sociedade”. Ele observa que, mediante a tendência de as interfaces se tornarem cada vez mais dependentes do sentido da visão, “mais importante será preocupar-se com tecnologias assistivas e recursos para suprir a lacuna deixada por estas para quem não tem possibilidade de usar este sentido” (idem). Segundo ele (ibidem, p. 138), os deficientes visuais formam um mercado de consumidores que compartilham uma necessidade similar: a necessidade e o direito de acesso à informação. O maior desafio da audiodescrição, na opinião do autor (ibidem, p. 140), é despertar as pessoas com deficiência para os “novos canais de comunicação” (produtos audiodescritos), uma vez que, em sua maioria, “não desenvolveram uma cultura para o teatro, cinema ou televisão”, por causa do “pouco estímulo oferecido aos produtos audiovisuais graças à falta de acessibilidade”.

A pedagoga Iracema Vilaronga observa (ibidem, p. 141), na cultura visuocêntrica, “uma super valorização do sentido da visão, como se fosse a única forma de perceber e/ou ler o mundo ao nosso entorno”. Crê (idem), porém, que a arte de “olhar” não está restrita ao sentido fisiológico e sensorial da visão: “aprender a perceber, ver, olhar o mundo a nossa volta com todos os sentidos, deve ser uma das preocupações das atuais tendências educativas”. A autora defende (ibidem, p. 143) que, assim com as demais pessoas, os

deficientes visuais precisam vivenciar tudo quanto desejem e que seja importante e necessário para seu pleno desenvolvimento como seres humanos. Nesse sentido, sustenta (ibidem, p. 148) que, para a audiodescrição tornar os produtos audiovisuais atividades autônomas e prazerosas, é preciso que “os indivíduos visualmente limitados, os movimentos sociais, as comunidades acadêmicas, os profissionais da área abracem a causa, levistem a bandeira da acessibilidade e passem a reivindicar e a fazer valer os direitos legalmente constituídos”.

De acordo com o publicitário e professor Mauricio Santana, “passou da hora das pessoas e empresas que atuam e que produzem conteúdos no campo da comunicação, seja de caráter cultural, acadêmico, de entretenimento ou publicitário, perceber que *a acessibilidade na comunicação é uma realidade e um direito garantido por Lei*” (ibidem, p. 105, grifo nosso). Ele realça (idem) a importância da inclusão sociocultural e da autonomia das pessoas com deficiência sensorial. “Todos têm o direito de fazer as próprias escolhas. De assistir ou ouvir este ou aquele programa de televisão ou de rádio, ou até mesmo de ver um bom filme no cinema. De comprar este ou aquele produto anunciado pela propaganda” (idem). O autor concorda (ibidem, p. 106) que, para os milhões de brasileiros com alguma deficiência visual, considerados por ele como um novo público consumidor, um dos caminhos para a inclusão sociocultural e a autonomia (no campo da informação e do entretenimento audiovisual) seja a audiodescrição. Geralmente com base em um roteiro, o audiodescritor descreve com detalhes e sem julgamento o que acontece de relevante nas cenas de uma obra; isso “preferencialmente deve acontecer nos espaços oferecidos entre os diálogos dos personagens, respeitando sempre o roteiro original, as intenções de pausas, efeitos, ruídos e trilha sonora” (idem).

Santana é um dos profissionais à frente da Iguale Comunicação de Acessibilidade, “a primeira empresa brasileira com solução completa em comunicação para pessoas com algum tipo de deficiência” (ibidem, p. 104). Foi a Iguale que produziu a audiodescrição para a propaganda televisiva de lançamento da empresa Natura (fabricante de cosméticos e produtos

de higiene e beleza), para a linha Naturé; a peça fora criada pela agência de publicidade Peralta Strawberry Frog. O filme com 60 segundos de duração foi o primeiro comercial acessível, desenvolvido com audiodescrição e *Closed Caption* (sistema de legendas ocultas para surdos) simultâneos, a ser veiculado pela TV brasileira, em 2008 (ibidem, p. 107-108)¹⁰³.

O autor explicita (ibidem, p. 108-112) o processo de produção dessa peça publicitária, especificando cinco etapas, que podem ser aplicáveis a outros contextos. Como geralmente a audiodescrição é produzida a partir de um filme finalizado, fez-se, primeiro, a “decupagem”, destacando-se o ritmo, o enredo e as demais informações necessárias para entender o vídeo. Para tanto, é preciso assistir ao produto, elencar os personagens, detectar o tempo e o espaço da história e mapear o que é imprescindível audiodescrever.

Numa segunda fase, realizou-se a marcação de cena, identificando os espaços entre os diálogos, pausas e silêncios que o filme apresenta, para a inserção adequada da audiodescrição. “Normalmente usamos como referência para este trabalho, o *Time Code* ou as ‘deixas’, que são os inícios e finais das falas dos atores/personagens” (ibidem, p. 109). Em seguida, como terceira etapa, elaborou-se o roteiro de audiodescrição, criando o conteúdo descritivo do filme. “É importante respeitar integralmente a obra original, tomando cuidado para não fazer suposições nem antecipar alguma situação ou informação que ainda não foi apresentada concretamente pelo filme” (ibidem, p. 110).

A quarta fase consiste na gravação da audiodescrição, abrangendo a pré-produção e a produção. Na pré, selecionou-se a voz que mais se adequasse ao filme em questão. Santana explica (ibidem, p. 111) que “é sempre interessante contrapor a voz, ou seja, no caso de um filme com predominância de voz feminina, a narração deve feita por um ator, e vice-versa”. Prosseguindo a explanação, Santana menciona a produção, abrangendo a gravação das falas descritivas, feita em estúdio projetado com tratamento acústico e isolamento de sons externos.

¹⁰³ Em outros trabalhos, o autor desta Dissertação analisou as propagandas televisivas (com audiodescrição) da Natura, como a da linha Mamãe e Bebê (MACHADO, 2012).

“Acompanhado de um diretor e um técnico de estúdio, o audiodescritor-narrador grava suas falas, acompanhando o filme por um monitor de vídeo e com o som original transmitido para o seu fone de ouvido” (ibidem, p. 112). Segundo ele, trata-se de um processo parecido com o da dublagem, gravado através de um *software* que integra recursos de áudio e vídeo.

A quinta e última etapa para se produzir uma audiodescrição, como a da propaganda exemplificada (e de outros vídeos diversos), envolve o tratamento, a mixagem e a finalização. Tratar o áudio é “limpar” o som de ruídos e sons de respiração indesejáveis, por exemplo, que porventura tenham sido captados na narração. A mixagem mistura o som original do filme com a narração descritiva gravada, numa nova banda de áudio. Na finalização, o trabalho (já tratado e mixado) é destinado ao formato de mídia solicitado; no caso, o comercial foi finalizado com a banda sonora da audiodescrição (mono) inserida no canal 3 — faixa de áudio que a emissora, no momento da exibição, destina para o SAP, o qual, para produtos nacionais, está sempre “vazio”, disponível (idem).

Diferentemente do *Closed Caption*, que há anos vem sendo utilizado por muitas emissoras em todo país e hoje se encontra presente nos *telejornais*, novelas, seriados e também numa quantidade digamos interessante no segmento publicitário, a audiodescrição em todas as áreas do audiovisual ainda é um recurso muito novo e pouco utilizado. (...) a divulgação e implantação da audiodescrição em inúmeros projetos só tem aumentado. (...) Os anunciantes e as agências certamente ficarão atentos a essa nova possibilidade de mostrar e vender seus produtos para um novo mercado, um novo público. A competitividade é muito acirrada e cada nova fatia conquistada significa muito dentro dessa disputa. Aproximadamente 16,5 milhões de pessoas. Consumidores, sim senhor. (SANTANA In: MOTTA, ROMEU FILHO, 2010, p. 113, grifos nossos)

No grupo focal com os oito deficientes visuais, P6 chegou a narrar que, certa vez, um colega lhe telefonou, pedindo, “pelo amor de Deus”, para que o filho dela visse na televisão o nome de um remédio para calvície, pois a propaganda enaltecia o produto, mas não enunciava (audivelmente) qual era o medicamento. “O meu menino teve que parar pra ver [o nome do remédio]”, contou. P3 acentuou que “tem uns comerciais que são mudos, só passa ali a imagem, passa efeito de som e tudo, mas não fala nada”. P7 citou o filme norteamericano “Náufrago” (Universal Pictures, 2000): “começa aquele filme todinho, uma parte enorme, só

barulho do mar. O ator fazendo um monte de coisa, e você não escuta nada, só barulho de mar”. P3 mencionou desenhos animados, ao falar que sua irmã mais nova gosta de assistir a atrações como o Pica-Pau na TV: “eu fico lá assistindo com ela. Ela fica lá, concentrada; mas [o desenho] fica mudo (...). *Eu não estou entendendo nada*, só está [dando para perceber] o barulhinho, as musiquinhas”, de modo que, às vezes, ele precisa perguntar à irmã o que está acontecendo nessas partes desprovidas de falas. Em casos como esses, a audiodescrição seria bastante útil. “Propaganda [audiodescrita], só uma da Natura que eu conheço”, disse P1. P6 deu outro exemplo: as sessões de filmes Tela Quente e Temperatura Máxima (Rede Globo).

Os participantes do grupo focal disseram que ainda não tinham constatado haver audiodescrição em telejornais. No caso do telejornalismo, para que serviria a audiodescrição? “Eu acho que seria nesses momentos de imagem”, respondeu P1. “Momento de imagem e na questão que o P7 falou também, quando, às vezes, [um texto] pode estar escrito lá [na tela], e a gente fica perdido”, complementou P1. P4 exemplificou: “quando eles falam assim: ‘os interessados favor procurar nesse endereço’, aí põem na tela; ali, só para os videntes”. “Ou ‘acesse o site abaixo’”, completou P1. P7 concordou que no momento da previsão do tempo no noticiário também seria importante haver relatos audiodescritos.

Os integrantes foram unânimes em dizer que, se houvesse audiodescrição, passariam a assistir televisão com mais frequência. “Você teria mais vontade de ver, porque você entenderia mais coisas, coisas que *a gente gostaria de entender e não entende por causa disso, a falta de consideração conosco*”, explicou P7. Segundo P1, “despertaria o interesse do deficiente, porque *às vezes o deficiente se sente excluído e aí não tem o interesse de estar acompanhando um telejornal*. Porque ele pensa: ‘eu vou acompanhar por quê? Não vou estar entendendo nada’. Então, por isso, prefere fazer outra coisa que dá pra poder estar, assim, *interagindo melhor* do que acompanhar um jornal, porque, [como] *ele acha que vai estar sendo excluído, então prefere deixar de lado*”.

É preciso destacar que a Universidade Federal de Juiz de Fora sediou, entre os dias 13 e 15 de dezembro de 2012, o 2º Encontro Nacional de Audiodescrição¹⁰⁴, reunindo cerca de 200 participantes, entre estudantes, profissionais e pesquisadores de variados estados do Brasil. O objetivo foi alavancar trabalhos nesta área, incentivando, assim, um maior acesso à cultura e à informação. Além das palestras e mesas de debate¹⁰⁵, o evento ofereceu oficinas sobre a audiodescrição no cinema, no teatro e na televisão.

Na ocasião, o secretário nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Antônio José Ferreira, sintetizou que a audiodescrição consiste em compartilhar o que se vê com quem não pode desfrutar das mesmas emoções e informações transmitidas na imagem. Para ele, uma cidade acessível é boa para todos. Na opinião do representante da Organização Nacional de Cegos no Brasil, Clóvis Alberto Pereira, a audiodescrição constitui uma ferramenta para “empoderar” os deficientes visuais. O fundador da ONG Amigos Pra Valer (www.amigospravaler.com.br), José Vicente de Paula, metaforizou: “a audiodescrição é uma cirurgia de oftalmologia bem sucedida”, aplicável aos mais variados momentos.

O analista de Infraestrutura do Ministério das Comunicações, Fábio Henrique Costa, esclareceu que, ao contrário da televisão a cabo (por assinatura), a TV aberta e gratuita tem os recursos de acessibilidade como obrigatórios. Explicou que a implementação do sistema de legendas ocultas (*Closed Caption*) na televisão é mais fácil do que a da janela de Libras e a da audiodescrição. Esta última já é tecnicamente viável na TV digital, segundo ele, mas a maior dificuldade encontrada está hoje em interiorizar a digitalização do sinal televisivo no Brasil —

¹⁰⁴ O 1º Encontro Nacional de Audiodescritores havia sido realizado em 2008, em São Paulo.

¹⁰⁵ Os temas principais discutidos no evento envolveram a implementação da audiodescrição nos diversos segmentos, as políticas públicas para ampliação de seu uso no País e a qualificação profissional para a prática. Entre os profissionais e pesquisadores da área presentes na UFJF, estavam: a audiodescritora Lívia Maria Motta; o representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil Clóvis Alberto Pereira; o representante do público consumidor Paulo Romeu Filho; as professoras Eliana Franco (Universidade Federal da Bahia), Soraya Alves (Universidade de Brasília) e Vera Araújo (Universidade Estadual do Ceará); o publicitário Maurício Santana; e as irmãs Graciela Pozzobon e Lara Pozzobon. Representantes do Governo federal também participaram do Encontro, como o secretário nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Antônio José Ferreira, o coordenador geral de Acessibilidade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Sérgio Paulo Nascimento, e o analista de infraestrutura Fábio Henrique Costa, do Ministério das Comunicações.

processo iniciado em 2006 e que deve ser concluído até 2016. O profissional ressaltou que a televisão digital traz muitas vantagens em comparação com o sinal analógico: alta definição de imagens, interatividade, mobilidade e possibilidade de multiprogramação, por exemplo. Contudo, o fundador do Blog da Audiodescrição, Paulo Romeu Filho, criticou que ainda será muito pouco, em 2020, o número de horas de programação audiodescrita na TV aberta (20 horas por semana), conforme previsto por decreto do Governo.

Durante a oficina de Audiodescrição na TV, oferecida no evento, o publicitário da agência Iguale, Leonardo Rossi, estimou que o preço cobrado às emissoras para realizar a audiodescrição tem variado de R\$ 15 a R\$ 40 por minuto. Considerou que a adoção do recurso em programas televisivos ao vivo deve ocorrer em breve, dada a obrigatoriedade de aumentar a quantidade de horas audiodescritas a cada ano. Segundo ele, a sobreposição de vozes é, às vezes, necessária em programas audiodescritos. O audiodescritor da Associação dos Tradutores Audiovisuais do Brasil (ATAV), Klístenes Braga, que dividiu a ministração da oficina com L. Rossi, realçou que os deficientes visuais não querem que um programa mude de horário ou “congele” as cenas para que, assim, possa ser recebido por eles; ao contrário, desejam ter acesso à mesma programação “em pé de igualdade” com os videntes. Explanou, ainda, que a audiodescrição costuma levar em conta os elementos visuais verbais (textos escritos no vídeo) e os não verbais (personagens, ações e ambientação espaço-temporal).

A professora Eliana Franco, que integra o pioneiro grupo de pesquisa “Tradução, Mídia e Audiodescrição” (Tramad), na UFBA, acentuou que, em matéria de audiodescrição, a narração deve refletir o “clima” e o ritmo do que se descreve — o tom da locução numa comédia deve ser diferente do que num filme de suspense, por exemplo. De acordo com a professora Soraya Alves, o roteiro de uma audiodescrição pode ser mais simples e centrado nas ações (modelo espanhol) ou mais detalhado (padrão inglês). A audiodescritora Livia Motta afirmou que as descrições devem ser discretas e polidas, não produzindo incômodos.

Discorrendo sobre a competência profissional do audiodescritor, a psicóloga Elizabeth Sá ponderou que “não basta enxergar para saber descrever”, nem ser cego para assumir o posto de audiodescritor-consultor, sendo necessárias competências específicas. Ela também enfatizou a importância da audiodescrição para imagens estáticas, como telas, pinturas abstratas, xilogravuras e livros (didáticos, paradidáticos e literários), a fim de propiciar a interação do cego com tais obras. Iracema Vilaronga defendeu a participação de deficientes visuais qualificados como consultores no processo de audiodescrição. Disse, ainda, que o ideal é que os cegos tenham à sua disposição uma variada gama de produtos audiodescritos, de modo que possam escolher um filme ou outra atração qualquer conforme seu interesse pessoal, seu gosto ou sua preferência, e não apenas porque contenha ações audiodescritas.

Portanto, percebe-se haver um longo caminho a ser percorrido para que pessoas com deficiência sejam, de fato, incluídas nas mais diversas esferas da sociedade brasileira. Os primeiros passos, porém, foram dados, tanto em nível institucional/legal quanto em termos de conscientização por parte de pessoas (físicas e jurídicas) e da própria academia. Que especialmente o telejornalismo, devido à sua importante condição de “(in)formador” da Contemporaneidade, desperte para ouvir (e ressoar) a voz daqueles que não têm a visão. Na Conclusão, que se segue, apresentaremos um desfecho dos temas tratados ao longo da Dissertação, comentando sobre a representação de deficientes visuais no JN e apontando direções que possam levar, com o apoio da comunicação e da mídia, ao respeito e à dignificação dos cidadãos com deficiência, que coabitam no espaço e integram a realidade (cada vez mais mediatizada) da vida social brasileira.

CONCLUSÃO

O percurso feito até aqui foi marcado pelo entrecruzamento de *olhares* — o *olhar* dos autores citados, o *olhar* dos participantes do grupo focal, nosso próprio *olhar* e, certamente, o *olhar* do leitor. (E, paradoxalmente, tratou-se aqui da falta de visão.) Certamente, o exercício do “olhar” não está restrito ao sentido fisiológico, sensorial e elementar da visão; se esta é “natural”, por assim dizer, o “olhar” é social, diferencial e conquistado, constituindo uma “aquisição” e responsabilizando (eticamente, moralmente, filosoficamente, artisticamente, criticamente, enfim) aquele que o exercita. Pode-se, então, praticar a percepção do mundo para além do uso dos distintos sentidos elementares, buscando-se, também, pesquisar, observar, sondar, examinar, ponderar e refletir sobre variados aspectos da existência. Se a análise textual de TV, por exemplo, consistiu em pontos de vista do pesquisador-autor desta Dissertação, o grupo focal com cegos permitiu a troca efetiva de “visões” a respeito do mundo, da vida, da TV e do telejornalismo, conforme exposto nos dois últimos capítulos.

A esta altura, podemos afirmar que, incontestavelmente, a temática da deficiência tem sido, de um modo geral, mais divulgada, mais considerada e mais debatida no Brasil. Enquanto esta Conclusão ia sendo escrita, uma propaganda do Governo Federal — com audiodescrição, legendas e janela de Libras — aparecia com frequência nos intervalos comerciais de emissoras da TV aberta, mostrando pessoas deficientes em convívio social; ao fim, o narrador dizia: “sem a [audio]descrição, você poderia pensar que são pessoas como você, certo? Então, continue pensando. As pessoas são muito mais que suas deficiências”. Esse exemplo ratifica a tendência de que o assunto continue sendo tratado pelo viés da inclusão, ao conscientizar-se a coletividade de que pessoas com deficiência podem, sim, compartilhar a esfera social ao lado de todos os outros cidadãos.

Permanecem, porém, os desafios — alguns deles indicados desde o Capítulo 1. Na reportagem “Deficiência ainda é fator de exclusão”, do jornal O Globo (30 de junho de 2012), por exemplo, a jornalista Fabiana Ribeiro apontou que, embora a legislação brasileira esteja mais atuante e a população de deficientes, no País, já some 45,6 milhões de pessoas (quase um quarto do total), as taxas de escolarização desse grupo são menores do que as de pessoas sem deficiência: na faixa populacional acima dos 15 anos de idade, a taxa de alfabetização, que é de 90,6%, cai para 81,7% no grupo com alguma deficiência, segundo dados do Censo 2010 do IBGE; além disso, 6,7% dos deficientes com mais de 15 anos têm diploma de ensino superior, ao passo que a proporção chega a 10,4% no grupo sem deficiência. Ela informou, ainda, que a desigualdade se repete nos indicadores de ocupação e rendimento: no primeiro, o percentual do grupo com deficiência é de 46,2% (contra 53,3% das pessoas não deficientes com mais de 10 anos); e, no segundo indicador, constata-se que os salários também são menores, sendo que cerca de 75% dos trabalhadores com deficiência têm rendimento mensal de até dois salários mínimos (em contraste à taxa de 70,9%, referente aos sem deficiência).

Certamente, a conscientização e/ou a mobilização de uma sociedade midiática como a atual passa(m) pelos *media*, conforme registrado no Capítulo 2. Afinal, como tecnologias que expandem a comunicação no tempo, no espaço e na modalidade, os veículos comunicacionais adquirem formas sociais e estéticas, exercendo uma considerável influência sobre outras instituições sociais. Quanto ao uso da mídia, os participantes de nosso grupo focal elegeram o rádio e a TV como os meios mais utilizados, conforme verificado no Capítulo 4: dos oito entrevistados, sete disseram ouvir rádio, sendo que quatro deles apontaram esse veículo como o predileto; sete também responderam que assistiam televisão, três dos quais a indicaram como meio preferido; por fim, quatro deficientes afirmaram utilizar internet — para um deles, essa era a mídia mais apreciada. Impressos, como jornais e revistas, não foram por eles

apontados, provavelmente devido ao fato de não haver muitas opções adaptadas para o sistema Braille e disponibilizadas para o público leitor formado por cegos.

Observou-se, neste estudo, que o receptor pode ser ativo diante das informações midiáticas, principalmente se estiver interessado com relação ao conteúdo. A passividade pode ser variável; num curto espaço de tempo (como durante a exibição de um telejornal), o indivíduo pode assumir ora posturas mais ativas e comprometidas, ora reações mais passivas e indiferentes, já que o nível de interesse parece não ser constante. A esse respeito, uma das participantes do grupo focal revelou que dormia, às vezes, quando acompanhava noticiários: *“se eu começo a assistir a televisão, eu durmo. Até o Jornal Nacional, eu estou assistindo, eu durmo, eu perco muito”*.

Ainda sobre a televisão, houve relatos de deficientes visuais, no grupo focal, que enalteciam esse meio de comunicação, como: “eu assisto televisão todos os dias (...) eu vejo mais filme. Eu sou fanático” e “televisão eu assisto mais, vejo mais os jornais”. Por outro lado, outros depoimentos opuseram-se à mídia televisiva: “eu prefiro mesmo o rádio, porque tem vez que eu acho a informação mais fácil do que na TV (...) porque na TV tem imagem, a gente não dá pra ver”; “a televisão, às vezes, mostra uma imagem que a gente não está entendendo o que está passando, (...) a gente não consegue absorver tudo”; e “eu tenho que ficar toda hora perguntando o que aconteceu pro meu menino, pra minha mãe, pra entender”.

Por sua vez, o rádio foi exaltado por metade dos participantes do grupo focal, e quase todos disseram ouvir esse veículo. Por não se basear na imagem, ele é capaz de emitir mensagens sem privilegiar cegos ou videntes simplesmente pelo quesito da visão (ou de sua ausência). Logo, entre os meios de comunicação, da forma como estão hoje estruturados, o rádio pareceu ser ainda o mais simples, acessível e eficiente para parte dos deficientes avaliados — o que não significa, porém, sustentar o estereótipo de que os cegos não possam se interessar por TV, por cinema, por teatro ou por outras manifestações essencialmente

(audio)visuais; a bem da verdade, observa-se que tais movimentos ainda são, com frequência, praticamente exclusivos para videntes, e não adaptados aos sujeitos com deficiência visual.

Realmente, nos (tele-)espetáculos contemporâneos, verifica-se, em muitos momentos, o predomínio do elemento visual e a interferência eletrônica no percurso de socialização e de divulgação/conscientização sobre variados assuntos. Sendo assim, considera-se importante que (tele)jornais abordem a questão da deficiência. Nesse sentido, as reportagens do Jornal Nacional, analisadas no Capítulo 3, trouxeram contribuições, na medida em que o noticiário apresentou iniciativas de integração ou inclusão social e cultural de deficientes visuais, especialmente nas nove matérias em que a temática ocupara papel preponderante.

Notou-se que houve diversidade de pautas com respeito a essa parcela da população: projeto para inclusão de cegos no carnaval; museu com a memória da luta dos deficientes por seus direitos; aniversário da Fundação Dorina Nowill; feira com novidades para pessoas com deficiência; espetáculo da Paixão de Cristo adaptado para pessoas deficientes; projeto de música para deficientes; falta de cães-guia no País; resultados do Censo 2010 referentes às pessoas com deficiência; invento para auxílio na locomoção de cegos. A maior parte desses nove VTs, em que a deficiência era tema de destaque, tratou de iniciativas de inclusão propriamente cultural.

Os espaços onde estavam os deficientes expostos pelo JN variaram conforme a notícia: quadra de escola de samba, museu, ruas, escolas, empresas, meios de transporte, sala de exercícios fisioterápicos e residências. É interessante notar que, considerando as 16 reportagens, predominou a apresentação de locais externos ao ambiente do lar e da família, de forma que, quase sempre, os cegos foram mostrados fora de casa, seja no trabalho, seja caminhando pelas ruas, seja em algum outro ambiente atípico. Por exemplo, viu-se a adolescente Rosileide em uma aula de música num casarão; Daniel e Regina andavam em vias públicas; Thays utilizava transporte coletivo; Priscila estava em seu local de trabalho, assim

como cegos do projeto de gravação de audiências. Tal observação pode ser um indício, apontado pelo noticiário, de que as maiores dificuldades enfrentadas pelos deficientes estejam, de fato, na sociedade, até porque a relação entre cegos e cidades mostrou-se um tanto “conturbada” em alguns momentos, revelando espaços urbanos ainda não adaptados. A matéria sobre cães-guia, realizada em São Paulo, e o VT sobre o aparelho criado para ajudar na locomoção, em Belo Horizonte, são exemplos que apontam para a necessidade de se avançar em termos de acessibilidade (nesse caso, quanto à sua arquitetura), o que beneficia não apenas deficientes, mas, também, idosos e gestantes, por exemplo. Além disso, a predominância da exibição de locais exteriores à casa dos deficientes mostrados pelo JN pode reforçar a mencionada tendência de se re(a)presentar pessoas com deficiência em espaços de convivência com o Outro.

Nessa perspectiva, observou-se que, em todos os VTs do JN com a presença de personagens cegos, estes foram representados na companhia de outras pessoas — sem deficiência, na maior parte das vezes. A título de exemplo, destacam-se os deficientes que aprendiam, de sambistas, lições a respeito do carnaval; aqueles que estudavam na mesma escola que alunos videntes (como o garoto Bruno e a adolescente Laura); ou ainda os que trabalhavam na mesma empresa de profissionais com visão (como o advogado Marcelo). Sobressaiu, portanto, a ideia de convívio com a alteridade.

Também é interessante ressaltar que a maior parte das matérias divulgou iniciativas de adaptação da sociedade em prol dos deficientes visuais — seja por meio de projetos sociais e culturais (para receber cegos na escola, no mercado de trabalho, em aula de música, em museu, em espetáculos), seja pela invenção de aparelhos (como a ‘caneta’ que ‘lê’ para o deficiente visual o texto de um livro, o dispositivo que auxilia a identificação das cores de semáforos de trânsito e a bengala que ‘apita’ nas proximidades de um obstáculo), seja ainda por instrumentos normativos (como a lei federal que permite a presença de cães-guia em

locais públicos). Logo, prevaleceu no JN a ideia de inclusão propriamente dita, em vez de mera integração social.

A esse respeito, constatou-se, ainda, que, todas as vezes em que houve personagens cegos no JN em 2011, os deficientes apresentados/representados pelo telejornal estavam já incluídos ou em fase de inclusão em determinado contexto — no carnaval, num museu, num espetáculo teatral, na escola, em projetos sociais ou no mercado de trabalho, por exemplo. Embora não se tenha acentuado a ideia de “vítima” ou de “super herói” na representação dos deficientes visuais feita pelo Jornal Nacional, transmitia-se, frequentemente, a figura do “cego vencedor”, que superara a deficiência, como é o caso do advogado Marcelo, do músico Grandpa Elliott, do funcionário público Daniel Sisti, dos estudantes Bruno e Laura, dos profissionais que trabalhavam no centro de gravação de audiência da Justiça Federal e da presidente do Instituto Íris, Thays Martinez. Acreditamos que esse tipo representado não chega a ser o de “super herói”, por não conferir “poderes sobre-humanos” aos deficientes, nem desconsiderar, totalmente, dificuldades eventualmente existentes; em outras palavras, os cegos mostrados pareciam mais com pessoas “comuns” do que com “heróis” dotados de características sobrenaturais e alheios à realidade dos “meros mortais”.

Apesar disso, pode parecer, em certos casos, que a força de vontade e as habilidades individuais bastam para o deficiente vencer na vida, desconsiderando-se o papel da sociedade em também se adaptar para a promoção da real inclusão. É como se todo cego pudesse se tornar, por exemplo, um profissional bem sucedido (como o advogado Marcelo), desde que queira. Sem dúvida, a disposição e a vontade do deficiente em se integrar à sociedade é parte fundamental do processo de inclusão; no entanto, não se pode ignorar que outra parte essencial para esse fim seja a ação da sociedade como um todo, no sentido de respeitar as pessoas com deficiência e lhes oferecer mecanismos que incentivem, viabilizem e consolidem sua inserção social.

Nessa perspectiva, convém acentuar que medidas inclusivas podem trazer certas mudanças identitárias às pessoas deficientes, uma vez que lhes conferem mais autonomia, dignidade e um grau maior de cidadania. Indicam essa possibilidade depoimentos de deficientes entrevistados pelo JN, como: “isso daria pra gente *uma independência muito grande*” (de Regina, comentando sobre o invento mineiro para ajudar cegos na locomoção); “*uma emoção muito forte e que faz com que a gente se integre cada vez mais na sociedade*” (de Marluce, acerca da experiência de assistir a um espetáculo com audiodescrição); “eu estou vendo tudo, sentindo tudo, e com um detalhe: *dessa vez interagindo*” (de Airton, quanto ao projeto do carnaval); “ter contato com a obra em si, esse contato tátil é *algo que emociona*” (de Beto, no Memorial da Inclusão); e “eu eu quero participar da orquestra, *quero um dia poder fazer faculdade de música*” (de Rosileide, a jovem participante do projeto social Geração de Sons). Percebeu-se que, além da inclusão social propriamente dita, estiveram presentes em reportagens do noticiário menções à inserção cultural — como na matéria sobre o Museu da Pessoa com Deficiência e na cobertura da Paixão de Cristo, em Pernambuco — e a inclusão digital, evidenciada em VTs que mostravam cegos utilizando computadores. Logo, transmitiu-se a noção de que ser cego não é, necessariamente, um empecilho para que se tenha acesso à cultura, a informações e a direitos como cidadão (a exemplo do ingresso no mercado de trabalho e do direito de ir e vir), acentuando-se a importante mensagem de que o deficiente não deve viver isolado, menos ainda ser excluído de todo convívio social.

Ainda com base na temática identitária, se, conforme consideramos no Capítulo 2, as identidades não são unas, nem permanentes, mas construções discursivas capazes de se modificar conforme o modo como o sujeito é representado, as pessoas com deficiência também podem apresentar múltiplas “facetas”. No grupo focal, entre algumas das identidades observáveis, estavam a de estudante, a de jovem, a de mãe, a de filho, a de homem, a de mulher, a de trabalhador/profissional, a de atleta, a de músico, a de consumidor, a de cidadão,

a de assistido, a de espectador da mídia e a de deficiente visual, por exemplo. O JN também expôs diferentes identidades de alguns deficientes mostrados (como advogado, trabalhador, estudante, cidadão, sambista, criança, jovem, adulto, homem ou mulher, para exemplificar); apesar disso, a deficiência predominou como característica nessa representação midiática, talvez porque as identidades costumem ser “fabricadas” mediante a marcação da diferença.

Em geral, os termos empregados por âncoras e repórteres em referência às pessoas com deficiência visual foram “deficiente(s) visual(-is)” e “cego(s)”, havendo variantes como “pessoas com problemas de visão”, “pessoa(s) com deficiência visual” e “brasileiros que não enxergam ou que enxergam muito pouco”. Tais expressões são consideradas adequadas, não compondo, portanto, uma terminologia depreciativa. Houve, porém, alguns poucos “deslizes” nesse sentido, como o uso das expressões “crianças e adolescentes *com necessidades especiais*” e “pessoas *com necessidades especiais*”, já em desuso, e a aplicação do termo “pessoas com deficiência *física*” para se referir, também, a cegos e surdos, que se enquadram na categoria da deficiência sensorial. A oscilação pode revelar certo desconhecimento e até mesmo a ausência de uma padronização no noticiário quanto ao uso da terminologia ligada a essa temática.

Em parte das reportagens, ficou implícita a dependência de cegos para com videntes: a menina Laura conseguiu uma medalha com a ajuda da professora; a aluna cega na escola de Realengo escapara de um assassino com o apoio de outros colegas; o grupo de deficientes que se preparava para o carnaval tinha o subsídio de sambistas com visão; os cegos que assistiam à encenação da Paixão de Cristo eram beneficiados pela audiodescrição feita por videntes; a atleta Regina testava um invento desenvolvido por universitários não cegos. Essa observação não é propriamente uma crítica; embora seja desejável conferir mais autonomia às pessoas com deficiência na realização de suas atividades, não se deve supor que a independência plena seja uma meta ideal, numa sociedade marcada, na verdade, pela interdependência de seus

membros. Então, não cremos ser errado que um cego seja auxiliado, quando da realização de certa tarefa por um vidente, até porque este também necessita, constantemente, da ajuda de outros integrantes da teia social. No caso dos meios de comunicação e, especificamente, do telejornalismo — cuja importância foi ressaltada também no Capítulo 2 — o risco de se consolidar um paradigma no tocante a preconceitos poderá existir quando apenas essa relação é mostrada ou exaltada, sugerindo, reiteradamente, que as pessoas com deficiência dependam dos não-deficientes e sejam meras beneficiárias de ações sociais, quando, em realidade, também podem — e constantemente o fazem — beneficiar a coletividade com suas habilidades, seus talentos e suas qualidades. Nesse sentido, a busca de equilíbrio e de isenção, no modo como são midiaticamente representadas as pessoas com deficiência, pode ser um caminho para que os recortes da realidade apresentados não destoem do que, de fato, ocorre cotidianamente, nem corroborem uma representação pejorativa ou, em outro extremo, “romantizada”, dessa parcela social, historicamente preterida e marginalizada.

Um dos modos de que o (tele)jornalismo pode se valer para evitar uma representação estereotipada ou estigmatizante das pessoas deficientes é lhes dando “voz” em suas matérias e, assim, permitindo que expressem suas opiniões e revelem suas impressões. Afinal, o modo como um cego exercita o “olhar” pode ser representativo de sua identidade como cidadão, devendo, por conseguinte, ser contemplado em representações que a mídia dele faz. Nessa linha, contabilizaram-se, no total, 15 deficientes visuais que deram seu depoimento ao JN. Em 16 vídeos, a maioria deles (10 ao todo) abriu espaço para ouvir pessoas com deficiência visual; seis fizeram menção à cegueira ou a deficientes, mas não apresentaram uma entrevista com algum personagem desprovido de visão. Sobre o perfil dos entrevistados, em sua maior parte eram adultos; três tinham idade inferior a 18 anos. Nove dos 15 distinguiram-se pelo que E. Goffman poderia chamar de “símbolos do estigma”, como óculos escuros, bengala branca ou cão-guia.

Outra relevante observação é a de que parte significativa dos cegos não foi entrevistada em sua qualidade de profissionais ou de detentores de uma função ativa em meio social, mas tão somente na (e, talvez, devido à) condição de deficientes visuais. Assim, personagens como o auxiliar de produtos Diego de Castro, o tecnólogo Airton Rio Branco, o radialista Beto Pereira, o advogado Marcelo Panico, a historiadora Marluce Cabral, o funcionário público Daniel Sisti e a atleta Regina Dornelas não falaram ao JN como auxiliar de produtos, tecnólogo, radialista, advogado ou historiadora, por exemplo, mas, sim, em sua qualidade/identidade (prevalecente) de pessoas com deficiência visual. Embora tenha havido algumas exceções — a exemplo do ritmista da escola de samba Tubarão, da estudante Laura, da advogada Priscila Selares e da presidente do Instituto Íris, Thays Martinez — tal ponderação pode indicar que o (tele)jornalismo recorre aos deficientes, na maioria das vezes, como fontes em matérias sobre deficiência, não utilizando o conhecimento profissional dessas pessoas, nem as evocando como especialistas, mas, somente, como personagens deficientes. É como se não tivessem outra identidade além da de pessoas com deficiência (ou, ao menos, tão significativa e marcante quanto esta) — entrando em contradição com o que a campanha do Governo Federal, citada no começo desta Conclusão, afirmava: “as pessoas são muito mais que suas deficiências”.

Não defendemos, com isso, que a deficiência deva ser desconsiderada, negada, mascarada ou ignorada em matérias (tele)jornalísticas; afinal, se uma pessoa é deficiente, essa condição faz parte de sua(s) identidade(s), podendo, em si mesma, ser relevante para uma reportagem. Entretanto, quando o (tele)jornalismo supervaloriza ou acentua, repetidamente, apenas tal aspecto identitário, limita a representação midiática dos sujeitos com deficiência, podendo, conseqüentemente, reforçar estereótipos, consolidar estigmas e fortalecer mitos e preconceitos sociais. Não por acaso, um dos deficientes declarou, no grupo focal: “sou uma pessoa normal. Só que *a sociedade não vê isso na gente, eles veem a gente com outros olhos,*

acham que nós não somos capazes de (...) realizar alguma coisa comum que o ser humano realiza”. Por vezes, a mídia age de modo semelhante, “vendo” os deficientes com esses “outros olhos”.

Notou-se que o JN não identificou, no gerador de caracteres (GC), a deficiência dos entrevistados; por exemplo, não se rotulou nos GCs Lia Cabral como “jornalista *cadeirante*”, nem Beto Pereira como “radialista *cego*” ou Regina Dornelas como “atleta *cega*”, mas, apenas, como “jornalista” e “radialista” e “atleta”, respectivamente. Consideramos isso positivo no sentido de não se realçar a deficiência em detrimento da pessoa ou de sua ocupação profissional. (Até porque, em se tratando de pessoas sem deficiência, o [tele]jornalismo não costuma identificar um entrevistado como “radialista *vidente*” ou “atleta *não cega*”.)

Nas matérias avaliadas, a audição despontou como o sentido proeminente, havendo ausência de visão: em cinco VTs, ela esteve presente explícita ou implicitamente (espetáculo da Paixão de Cristo; Festival de Paraty; projeto Geração de Sons; campeonato de robôs; Prêmio Inovare); em outras cinco, despontou junto com o tato (projeto do carnaval; Memorial da Inclusão; aniversário da Fundação Dorina Nowill; feira tecnológica em São Paulo; aparelho criado em Minas para ajudar cegos a atravessar a rua). Por sua vez, o tato teve destaque, estando subentendido em um VT (o da Olimpíada de Matemática), além de nos cinco vídeos mencionados, ao lado da audição. Nas demais reportagens, não se verificou haver um realce dado a um sentido específico. A prevalência da audição, nas notícias em geral, talvez se deva ao mito social, muito difundido, de que os cegos tenham, naturalmente, um ouvido melhor que o dos videntes, como foi discutido no primeiro capítulo deste estudo. De todo modo, percebeu-se que a audição e o tato foram, na ausência da visão, os dois sentidos mais evocados em matérias sobre cegos exibidas pelo JN no ano de 2011. Ambos

apareceram, por vezes, como sentidos que compensariam a falta da vista, auxiliando os deficientes na locomoção, bem com no processo de integração e/ou inclusão sociais.

É conveniente notar que o olfato e o paladar não foram representados nos VTs analisados, o que, de certa forma, restringe a representação de cegos operada pelo telejornal; por outro lado, conforme apontado na abordagem teórica do Capítulo 1, o olfato, o paladar e o tato costumam ganhar importância ou proeminência secundárias, se comparados a visão e audição. Logo, a ausência do olfato e do paladar nas reportagens investigadas pode ser um reflexo de uma subestimação destes sentidos, que, muitas vezes, se observa, mesmo (e, talvez, principalmente) entre videntes.

Sob o prisma dos sentidos, é válido enfatizar, ainda, que a deficiência visual esteve de alguma forma associada à música em três dos 16 vídeos: projeto do carnaval; festival de *jazz* em Paraty; e projeto Geração de Sons. Constatou-se, também, que, em alguns VTs, passou-se a ideia de que seja possível “ver” sem a visão, ou seja, perceber e sentir elementos do mundo por intermédio dos sentidos remanescentes, a exemplo das reportagens sobre o carnaval, o Memorial da Inclusão, a feira paulista, a Paixão de Cristo, a falta de cães-guia e o invento para ajudar deficientes visuais na locomoção. Evidências dessa apreciação estão em frases como “no meu imaginário, *eu estou vendo tudo, sentindo tudo*” (Airton Rio Branco, na matéria do carnaval); “uma oportunidade rara. *Beto pode dizer que viu uma obra de Portinari*” e “*consigo sentir os tecidos, o crucifixo*” (repórter Neide Duarte e Beto, respectivamente, no Museu da Pessoa com Deficiência); “*se os olhos não veem, a história pode ser ouvida assim: uma espécie de caneta eletrônica toca o canto da página, e lá vem aventura*” e “*eu fico só imaginando eu na história*” (repórter Graziela Azevedo e um garoto cego, nesta ordem, no VT sobre a feira de São Paulo); “os aparelhos permitem a *audiodescrição de tudo o que acontece durante o espetáculo*” (repórter Amorim Neto, sobre o espetáculo da Paixão de Cristo); e “pra

mim, agora, *está vermelho para os carros*” (Regina Dornelas, a deficiente visual entrevistada acerca do aparelho criado para ajudar cegos na travessia de ruas).

A respeito da representação corporal de cegos do JN, observou-se que os personagens sem visão mostrados despontaram como pessoas “comuns” e socializadas (como Airton, Diego, Giovana, Laura, Rosileide, Priscila, Daniel, Thays e Regina), apresentando hábitos, roupas, gestos e posturas coincidentes com os de videntes, ainda que alguns dos entrevistados estivessem usando óculos escuros ou bengala — signos visíveis da deficiência. Nesse sentido, a ideia de integração prevaleceu, apontando para a necessidade de o próprio deficiente se adaptar à sociedade e desenvolver um corpo “produtivo”, que seja ativo e capaz de beneficiar a coletividade, em vez de ser apenas por ela beneficiado. Por outro lado, foram expostos mecanismos pelos quais a sociedade (ou parte dela) também se mostra adaptada às pessoas com deficiência — sobressaindo, então, a noção de inclusão, a exemplo de matérias em que cegos (a)pareceram atuantes no mercado de trabalho e dos VTs sobre inventos.

Na representação de cegos no/pelo JN, apreendeu-se, por vezes, a ideia de que o corpo sem visão constitui um “corpo em movimento”. É o caso dos cegos que dançavam na quadra de samba, bem como de Daniel e Thays, que circulavam pela cidade (a pé, de metrô ou de ônibus); além deles, pôde-se notar o movimento de deficientes visuais no interior de um museu, na chegada para assistir a um espetáculo teatral e na locomoção com auxílio da bengala, por exemplo. Em alguns VTs, o corpo deficiente mostrou-se mais estático, não se explicitando (visualmente) eventuais deslocamentos: a aluna Rosileide estava sempre parada no vídeo, junto a instrumentos musicais; a advogada Priscila estava sentada, trabalhando; o grupo de cegos que ouvia gravações e digitava também se encontrava sentado. Não obstante, mesmo quando os corpos deficientes não estavam caminhando ou em circulação, predominou, no telejornal, a ideia de corpo ativo, atuante, dinâmico, capaz, habilidoso e presente em espaços urbanos, coletivos e/ou públicos (como ruas, prédios, metrôs, ônibus) — o que pode

vir a ser positivo para desmistificar preconceitos que associem (pessoas com) deficiência a constantes dependência, passividade e segregação.

Por outro lado, não se realçou, nos vídeos analisados, a exclusão social daqueles deficientes que ainda não conseguiram sair da posição marginal imposta, o que também seria relevante para promover a conscientização. O telejornal operou, pois, uma representação parcial, por assim dizer, não condizente com o que às vezes se verifica, por exemplo, quando não há políticas públicas afins em determinados municípios do País, assim como quando se nota a inexistência (ou a quantidade insuficiente) de organizações civis que prestem atendimento a pessoas com deficiência.

Algo que nesses VTs também não esteve presente, de forma clara, foram orientações sobre como as pessoas com visão podem, no dia a dia, lidar com os cegos. Seriam pertinentes, por exemplo, explicações sobre como ajudar na travessia de uma rua; como conduzir um deficiente visual por determinado percurso; que tom de voz deve ser utilizado; como dialogar com cegos considerando a ausência da percepção visual; qual deve ser a (re)ação da família ao constatar a deficiência visual de um de seus integrantes; e como os cidadãos podem apoiar a causa da inclusão, por meio de atitudes como o serviço voluntário em organizações que atendam deficientes. Embora estas “omissões” possam não ter sido o foco das matérias, uma menção ou lembrança poderiam ter contribuído para dotar as reportagens de uma maior utilidade social. Então, ainda que o telejornal tenha abordado, de modo respeitoso, o relevante tema da deficiência visual, ainda existem assuntos conexos a ser aprofundados e mais bem esclarecidos, indo além dos “casos de sucesso”, para mostrar as barreiras persistentes, conscientizando sobre como cada cidadão pode fazer sua parte para melhorar a realidade dos deficientes no País.

No grupo focal, os próprios participantes com deficiência visual ressaltaram que o JN não mostrara maneiras de a sociedade como um todo se adaptar para melhorar suas vidas.

“Não mostrou, nenhum momento”, disse um deles. Outro pesquisado criticou que “são poucas reportagens. Eles passam aí um tempo, depois fica muito tempo sem passar nada a respeito do deficiente visual”. Apesar dessas e outras críticas apresentadas no Capítulo 4, vale acentuar que os entrevistados disseram que se sentiam incluídos e respeitados pelo JN como telespectadores. Um deles afirmou que o jornal abordara assuntos a respeito dos cegos e esclarecera “como a sociedade age conosco e nós com a sociedade”. Outro participante concordou: “esclareceu, porque trouxe o ponto positivo e os pontos negativos pra gente”. Um dos integrantes opinou que o JN não representara o deficiente visual como herói, nem como vítima. “E pra gente também ficar alerta no que está acontecendo fora do nosso eixo aqui, [no estado de] Minas, o que está sendo desenvolvido, feito a nosso favor”, completou outro membro do grupo.

Acerca da função da imagem nas mensagens televisivas, considera-se que ela é, sim, importante no formato telejornalístico, que, normalmente, se mostra demasiadamente rápido, objetivo e superficial, tendo de mostrar, em pouco tempo, um conteúdo diversificado. Nesse sentido, a imagem é utilizada como uma “narrativa” auxiliar no papel de “informante” dos fatos. Ela também é capaz de revelar detalhes que suscitem reações subjetivas e sentimentais por parte do público, o qual pode até se sentir “chocado” diante delas. Apesar de, em telejornais, complementar ou repetir informações enunciadas verbalmente, a imagem é independente, no sentido de que existe por si mesma; contudo, o entendimento e a interpretação sobre ela, esses sim, podem depender (mais ou menos) do respaldo verbal.

Não obstante, a imagem (telejornalística) não deve ser supervalorizada, nem colocada num extremo que a “deifique”. Verificou-se que ela transmite, por vezes, informações adicionais, mas, no geral, a recepção de telejornal pareceu estar mais ancorada na força da palavra. Tanto é que, no grupo focal, os participantes disseram, em princípio, ser possível compreender as notícias em geral. Pondera-se, então, que o elemento verbal pode estar mais

associado ao conteúdo e ao sentido da notícia, enquanto o conteúdo imagético, no telejornal, pode relacionar-se mais à forma. Em outras palavras, o texto verbal pode (ser capaz de) informar mais que a imagem em um noticiário de TV, ao passo que a mensagem visual pode (ser capaz de) atrair o público vidente com mais intensidade e por si mesma, podendo ser interpretada de acordo com o “caminho” pelo qual o texto do repórter conduzirá o entendimento da audiência.

Isso não significa, entretanto, que a imagem seja dispensável no telejornalismo; pelo contrário, seu papel no mundo contemporâneo (e visuocêntrico) é cada vez mais explorado. Ela é, sim, importante na recepção telejornalística, e sua ausência faz falta no pleno entendimento de um fato veiculado pela TV, na qualidade de meio audiovisual por natureza. Então, o entendimento central — o “grosso” da notícia — pode ser apreendido por telespectadores com deficiência visual, conforme indicado pelos participantes do grupo focal; contudo, são inacessíveis aos cegos as percepções “periféricas” e complementares advindas das imagens, como créditos e infográficos, por exemplo, as quais são, também, relevantes e, dependendo do contexto, até fundamentais para a perfeita compreensão da mensagem.

Desse modo, para além do conteúdo noticiado, a mídia em geral pode participar do processo inclusivo ao promover, também, eventuais adaptações em sua própria estrutura, visando um atendimento mais satisfatório, direcionado ao público das pessoas com deficiência. Como dissemos, a televisão não foi concebida para cegos, mas pode oferecer mecanismos que abranjam essa audiência, dando-lhe condições de assimilar o material audiovisual veiculado da melhor maneira possível. A audiodescrição, assunto tratado ao fim do Capítulo 4, é uma opção importante para o telejornalismo, no sentido de conduzir a uma aproximação da ampla fatia de público, que não deve ser considerada somente como *target* — para usar um jargão do marketing em alusão a segmentos de mercado — mas, antes, como

parte do tecido social, tendo em vista que a sociedade é, em última análise, o substrato do fazer jornalístico.

Uma das participantes do grupo focal criticou: “quanto tempo que [se] vem falando da inclusão! *Já era pro [tele]jornal estar preocupado: ‘ah, tem cegos, estão assistindo ao jornal nessa hora’*. Então, *eles só passam ali o jornal para vidente*”. Outro integrante indicou: “*talvez achem que cego não assiste jornal, (...) porque eles não se preocupam com isso*”.

No caso do formato telejornalístico, a implementação da audiodescrição apresenta complicadores, deve-se reconhecer. Afinal, trata-se, em geral, de programas televisivos com exibição ao vivo, o que torna a audiodescrição mais complexa em comparação a atrações gravadas. Além disso, pode ser mais difícil audiodescrever um telejornal do que um filme ou um programa de auditório, por exemplo, dada a instantaneidade e o ritmo acelerado da edição que, comumente, marcam os noticiários de TV. Num telejornal típico, são poucos (senão, raros) os momentos de pausa e de silêncio prolongados, o que dificultaria a inserção da descrição nos interregnos de fala.

Seria inviável para o telejornalismo implantar a audiodescrição? Acreditamos que não. Face às mencionadas peculiaridades desse tipo de programa, cremos que possa ser uma opção conveniente a presença de um ou mais audiodescriptores profissionais na redação jornalística, que pudessem avaliar os VTs à medida que fossem sendo editados ao longo do dia. Em verdade, há reportagens que ficam prontas “em cima da hora” para o começo do telejornal, além das notícias “de última hora” (imprevisíveis, portanto), que podem eventualmente ser incorporadas à atração. Contudo, também há matérias que são editadas e disponibilizadas com mais antecedência. Estas, em especial, poderiam ser apreciadas pelo audiodescriptor com mais cuidado, a fim de que se observasse em que momentos a descrição poderia ser habilitada.

Este procedimento deveria ocorrer somente quando se tratar de imagens relevantes para a apreensão da mensagem telejornalística: leitura de GCs com o nome e a função dos

entrevistados, para que o espectador cego possa saber de quem são as vozes ouvidas; narração de cenas ou cenários importantes, como a breve descrição de um local ou de um personagem; informação de quais são as áreas claras, escuras ou coloridas, por exemplo, no mapa exibido durante a previsão do tempo; enfim, o conteúdo imagético considerado revelador e fundamental para o bom entendimento da notícia. Devido à escassez de (relativamente) longas pausas no decorrer do noticiário, será necessário que, em alguns instantes, ocorra sobreposição de vozes — a do audiodescritor e a do repórter, por exemplo. Embora a sobreposição deva ser evitada, existem momentos cuja audiodescrição se mostra imprescindível; nesses momentos, e apenas neles, cremos que a simultaneidade de falas seja válida, em benefício de cegos, analfabetos, idosos, disléxicos e demais telespectadores que desejem usufruir do recurso. (Conforme dito no Capítulo 4, especialistas da audiodescrição, presentes no Encontro Nacional de Audiodescritores realizado na UFJF em dezembro de 2012, ressaltaram, também, que a citada sobreposição não deve ser liminarmente rechaçada; será considerada desde que sua relevância seja equivalente ou superior ao som original.)

Por se tratar de um instrumento de inclusão (social, cultural, escolar e midiática) relativamente recente, a audiodescrição vem sendo aprimorada no País e, à medida que sua adoção venha a enfrentar novos desafios (como o telejornalismo), poderá ganhar contornos e nuances inéditos. Como não há, atualmente, telejornais brasileiros que utilizem a audiodescrição de modo recorrente, é provável que, em caso de implementação do recurso, haja dúvidas e inesperados problemas, principalmente nos primeiros dias ou meses de seu uso. Entretanto, é preciso dar o primeiro passo nesse sentido. Só assim, na prática, eventuais impasses que surjam em decorrência da adoção da audiodescrição pelo telejornalismo poderão ser avaliados e resolvidos.

O noticiário Repórter Brasil, da emissora pública TV Brasil, chegou a apresentar, em junho de 2011, uma única matéria com audiodescrição, para que os telespectadores pudessem

conhecer o funcionamento daquele novo mecanismo. Todavia, não foi uma reportagem comum, mas adaptada para receber a AD; assim, quando o repórter apareceu na tela para enunciar o texto de sua passagem, por exemplo, ele esperou por alguns segundos antes de começar a falar — e, naquele intervalo, foi acrescentada a voz da narradora/audiodescritora, informando o nome do jornalista e o local onde estava. Apesar de ter sido interessante (e até inovadora) a iniciativa do telejornal em divulgar o assunto e mostrar, na prática, uma forma de se audiodescrever, não cremos que esse modelo seja viável, especialmente para as emissoras privadas, de caráter eminentemente comercial; afinal, beneficiaria uma parte do público, mas prejudicaria a recepção de sua grande maioria, que provavelmente iria preferir assistir ao jornal “normalmente”, sem a interferência das descrições — redundantes para quem não é cego. Também não pensamos que o ideal seja criar um noticiário específico para deficientes visuais, porque, embora isso já pudesse ser um avanço em termos de inclusão, ainda manteria incólumes parâmetros de segregação. Então, cremos que o melhor seja adaptar os mesmos programas que, hoje, são veiculados prioritariamente para a audiência de videntes, adicionando-se a audiodescrição numa faixa de áudio extra, disponível (por meio do sistema SAP, no controle remoto) somente para aqueles que desejarem fazer uso desse recurso de tecnologia assistiva¹⁰⁶ na TV. A nosso ver, estaria aí um caminho para a inclusão midiática mais efetiva e dignificante dos cidadãos com deficiência visual.

A fim de saber se a Rede Globo já estudou ou ainda estuda a possibilidade e a viabilidade (técnica, econômica e operacional) de se implantar a audiodescrição nos telejornais, em especial no Jornal Nacional, contactamos o setor Globo Universidade, em junho de 2012, e enviamos o então Projeto de pesquisa com algumas indagações, feitas ao Departamento de Jornalismo da emissora. Além de perguntas sobre a audiodescrição nos produtos telejornalísticos da empresa, inquirimos como surgiam e eram elaboradas as pautas

¹⁰⁶ Embora não dicionarizado, o termo “assistivo(a)” foi utilizado, também, na obra sobre audiodescrição (MOTTA, ROMEU FILHO, 2010), trazendo a ideia de “dar assistência”, “prestar auxílio”.

referentes ao tema das deficiências e das pessoas deficientes no telejornalismo da emissora, em especial no Jornal Nacional; quais eram os principais objetivos e desafios do telejornalismo da Rede Globo (especialmente, do JN) na abordagem dessa temática; se os jornalistas/repórteres recebiam algum treinamento ou orientação com respeito à abordagem do assunto e ao uso de termos para se referir aos deficientes; enfim, se o JN considerava a existência de telespectadores cegos entre o público, no desenvolvimento de suas matérias jornalísticas. Após outras trocas de mensagem por correio eletrônico, o Globo Universidade enviou, em agosto de 2012, o comunicado de que a emissora não responderia às indagações propostas; em setembro, informou que o Centro de Documentação (CDOC) da organização poderia disponibilizar, apenas, duas das cinco reportagens solicitadas na ocasião¹⁰⁷ — conforme mencionamos no Capítulo 3, tratava-se de matérias do mês de janeiro de 2012, mencionadas no site do JN, mas não disponíveis, em vídeo, no mesmo portal. O setor não nos forneceu o motivo pelo qual o Projeto havia sido desconsiderado pela Rede Globo; não obstante, julgamos importante mencionar aqui a tentativa de entrevistar algum profissional da empresa, pois a “não resposta” também constitui uma resposta.

Concluindo esta Dissertação, frisamos que, como toda pesquisa, esta também é limitada e, em último grau, uma “obra aberta” a novas descobertas e não definitiva, por assim dizer. Os resultados aqui expostos se seguem à metodologia posta em prática — revisão bibliográfica, análise textual de TV e grupo focal — de maneira que, com os mesmos objetivos, este estudo poderia ter chegado a novos apontamentos, se considerasse a aplicação de outro arcabouço teórico e metodológico. Porém, nosso objetivo maior era que as escolhas

¹⁰⁷ Por e-mail, o departamento Globo Universidade informou, em agosto: “infelizmente, o seu pedido para entrevistar um profissional do JN foi negado. No entanto, vamos ceder os vídeos do JN solicitados. Já mandamos o seu pedido para o setor responsável para que as cópias sejam realizadas”. No mês seguinte, uma nova mensagem foi enviada pelo setor: “enviamos a sua solicitação das matérias na íntegra do Jornal Nacional (dias: 22/01/11, 25/01/11, 26/01/11, 28/01/11, 29/01/11) para o Centro de Documentação (CDOC), responsável pelas cópias. No entanto, o CDOC não autorizou a cópia de todas as reportagens solicitadas por você. Como não poderemos ceder todas as reportagens, gostaria de pedir para você escolher no máximo duas, que sejam essenciais para a sua pesquisa, para que possamos fazer o pedido das cópias”. Solicitamos, então, a cópia das reportagens dos dias 22/01 e 25/01/11. Em janeiro de 2013, o departamento respondeu: “tentaremos disponibilizar os vídeos o mais rápido possível”.

que delinearão esta Dissertação permitissem a elaboração um tratado consistente sobre os temas abordados em torno da deficiência visual, das identidades, da comunicação e do telejornalismo, oferecendo um panorama no qual coubessem não apenas certezas, mas também dúvidas e indagações, apontando-se caminhos.

Agradecemos por nos ter acompanhado até aqui, cruzando seu *olhar* com o nosso. E finalizamos de forma semelhante ao modo com que introduzimos este estudo: com pensamentos instigantes e oportunos sobre *ver* e *olhar*. Porque já dizia o dramaturgo George Bernard Shaw (1856-1950): “alguns homens *veem* as coisas como são e perguntam: ‘por quê?’ Eu sonho com as que nunca existiram e pergunto: ‘por que não?’” Por que não construir uma sociedade em que o amor ao próximo tome a forma de atitudes concretas e comportamentos diários? Por que não se empenhar na formação de “*olhos bons*” — para usar o termo cristão que integrou a epígrafe desta Dissertação — e capazes de enxergar a si mesmo e o Outro? Por que não deixar a condição de “cegos que, vendo, não veem”, metaforizada por José Saramago (1922-2010), e começar a operar a transformação que se deseja *ver* no mundo? Por que não? Afinal, como outrora poetizou o português Fernando Pessoa (1888-1935), “sou tamanho do que *vejo* e não, do tamanho da minha altura”. *Vejam* além.

REFERÊNCIAS

- ANTÔNIO, Severino. Movimento VIII: Interdisciplinaridade, transdisciplinaridade. *In: Uma nona escuta poética da educação e do conhecimento: diálogos com Prigogine, Morin e outras vozes.* São Paulo: Paulus, 2009.
- AUMONT, Jacques. **A imagem.** 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.
- BALDISSERA, Rudimar. Por uma compreensão da comunicação organizacional. *In: SCROFERNEKER, Cleusa Maria Andrade (Org.). O diálogo possível: comunicação organizacional e o paradigma da complexidade.* Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 2009.
- BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Roberto de. A edição. *In: Manual de Telejornalismo: os segredos da notícia na TV.* Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- BARBOSA, Marialva Carlos. O presente e o passado como processo comunicacional. **Matrizes / Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo**, São Paulo: ECA/USP, ano 5, n.2, p. 145-155, jan./jun.2012.
- BAUDRILLARD, Jean. **Tela-total: mito-ironias da era do virtual e da imagem.** 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 1999. (Capítulos 11, 22 e 24)
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. (Capítulos 3 e 4)
- BECKER, Beatriz; MATEUS, Lara. O melhor telejornal do mundo: um exercício televisual *In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Orgs.). 60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica.* Florianópolis: Insular, 2010.
- BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: teoria e metodologia.** São Bernardo do Campo: UMESP, 2004.
- BENJAMIN, Roberto. **Folkcomunicação no contexto de massa.** João Pessoa: UFPB, 2000.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 2001. (Introdução, capítulos 1 e 2)
- Bíblia de Estudo Aplicação Pessoal.** Traduzida por João Ferreira de Almeida. Edição revista e corrigida. Rio de Janeiro: CPAD, 1995.
- BITTENCOURT, Luís Carlos. **Manual de Telejornalismo.** Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1993.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BONNER, William. **Jornal Nacional: modo de fazer.** Rio de Janeiro: Globo, 2009.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação.** 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. *In: Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRANDÃO, Maria Cristina. **Telenovelas e identidade**. Considerações sobre o tema reunidas para apresentação pública em 18/10/2007, do grupo de pesquisa “Comunicação, Identidade e Cidadania”, do Mestrado em Comunicação da UFJF.

CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

CARIJÓ, Filipe Herkenhoff; ALMEIDA, Maria Clara de; KASTRUP, Virgínia. Redirecionamento visuotátil da atenção em pessoas com deficiência visual tardia. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.39, p.3-9, abr./jul. 2008.

CASSETTI, Francesco; DI CHIO, Frederico. Análisis textuales; Estudios culturales. *In: Análisis de la televisión: instrumentos, métodos y prácticas de investigación*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1999. (Capítulos 11 e 12)

CASTELLS, Manuel. Para além da caridade: responsabilidade social no interesse da empresa na nova economia. *In: CORTINA, Adela (Org.). Construir confiança: ética da empresa na sociedade da informação e das comunicações*. São Paulo: Loyola, 2007.

CASTIEL, Sandra Maria; MADEIRA, Margot Campos. Construções identitárias e representações sociais: o silenciamento na expressão de crianças deficientes visuais. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.37, p. 3-9, ago./set. 2007.

CEBRIÁN, Juan Luis. Os valores da empresa informativa. *In: CORTINA, Adela (Org.). Construir confiança: ética da empresa na sociedade da informação e das comunicações*. São Paulo: Loyola, 2007.

COELHO, Maria das Graças Pinto. **Cidadania na TV: plasticidade social ou identidade?** Unirevista, vol. 1, nº 3, p. 1-12, jul. 2006.

COSTA, Graciela Pozzobon. Audiodescrição e voice over no Festival Assim Vivemos. *In: MOTTA, Livia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo (Orgs.). Audiodescrição: transformando imagens em palavras*. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

COSTA, Maria Eugênia Belckzak. Grupo focal. *In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.) Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

COTES, Cláudia. O corpo. *In: KYRILLOS, Leny; COTES, Cláudia; FEIJÓ, Deborah. Voz e corpo na TV: a fonoaudiologia a serviço da comunicação*. São Paulo: Globo, 2003.

COUTINHO, Iluska. Telejornalismo e identidade em emissoras locais: a construção de contratos de pertencimento *In: VIZEU, Alfredo (Org.). A sociedade do telejornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. Leitura e análise da imagem. *In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.) Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

COUTINHO, Iluska; MATA, Jhonatan. Dos personagens à incorporação do público: uma análise sobre o lugar do cidadão no telejornalismo. *In*: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Orgs.). **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.

CURADO, Olga. **A notícia na TV: o dia-a-dia de quem faz telejornalismo**. São Paulo: Alegro, 2002.

DOURADO, Jacqueline Lima. **Rede Globo: mercado ou cidadania?** Teresina: EDUFPI, 2011.

EPSTEIN, Isaac. Ciência, poder e comunicação. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

FAUSTO NETO, Antônio. Comunicação das organizações: da vigilância aos pontos de fuga. *In*: OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; SOARES, Ana Thereza (Orgs.). **Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008.

FECHINE, Yvana. Procedimentos e configurações espaço-temporais no telejornal. *In*: VIZEU, Alfredo (Org.). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio eletrônico século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e Lexicon Informática, 1999, CD-rom, versão 3.0.

FONTES, Maria. **Mídia, mulheres deficientes e cultura: Uma análise dos processos de afirmação cultural do corpo feminino ideal e de rejeição ao corpo deficiente**. Trabalho apresentado no NP13 – Núcleo de Pesquisa Comunicação e Cultura das Minorias, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, set. 2002.

FRANÇA, Vera Veiga. **Paradigmas da comunicação: conhecer o quê?** *In*: Ciberlegenda, n. 5, 2001.

FRANCO, Eliana Paes Cardoso; SILVA, Manoela Cristina Correia Carvalho da. Audiodescrição: breve passeio histórico. *In*: MOTTA, Livia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo (Orgs.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

FREITAS, Maura Glória de; PRETTE, Zilda Aparecida Pereira Del; PRETTE, Almir Del. Melhorando habilidades sociais de crianças com deficiência visual: um programa de intervenção para mães. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.37, p. 17-27, ago./set. 2007.

GARCÍA-MARZÁ, Domingo. Confiança e poder: a responsabilidade moral das empresas de comunicação. *In*: CORTINA, Adela (Org.). **Construir confiança: ética da empresa na sociedade da informação e das comunicações**. São Paulo: Loyola, 2007.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas: cidadania e informação**. 1995. 216 f. Dissertação de Mestrado — Escola de Comunicações e Artes, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1995.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HAMBURGER, Esther. Novela, política e intimidade: a construção da realidade. *In*: **O Brasil antenado**: a sociedade da novela. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

HJARVARD, Stig. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes / Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo**, São Paulo: ECA/USP, ano 5, n.2, p. 53-91, jan./jun.2012.

IASI, Mauro Luís. **Meta amor fases**: coletânea de poemas. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

JACKS, Nilda. Abordagem sociocultural; Abordagem comportamental (cap. 1 e 2). *In*: JACKS, Nilda (coord.) e outros. **Meios e audiências**: a emergência dos estudos de recepção no Brasil. Porto Alegre: Sulina, 2008.

JACKS, Nilda; ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Comunicação e recepção**. São Paulo: Hacker, 2005.

KLEIN, Daniela Thomaz; ROCHA, Raquel Machado. **A audiência jovem do Jornal Nacional**. 2003. 133 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. Mídia da exclusão. *In*: KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica**: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

LAZAR, Judith. **Escola, comunicação, televisão**. Portugal: Rés, 1987.

LEAL, Bruno Souza. A comunidade como projeto identitário. *In*: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta S. (Org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

LIMA, Fábila. Possíveis contribuições do paradigma relacional para o estudo da comunicação no contexto organizacional. *In*: OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; SOARES, Ana Thereza (Orgs.). **Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. Paradigmas teórico-metodológicos e pesquisa em comunicação. *In*: **Pesquisa em Comunicação**: formação de um modelo metodológico. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

MACHADO, Bell. Ponto de Cultura Cinema em Palavras — a filosofia no projeto de inclusão social e digital. *In*: MOTTA, Livia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo (Orgs.).

Audiodescrição: transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

MACHADO, Marcello Pereira. **Dois janelas abertas:** uma análise sobre a recepção de telejornal por cegos. 2009. 190 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

MAFRA, Rennan. **Entre o espetáculo, a festa e a argumentação:** mídia, comunicação estratégica e mobilização social. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Televisão:** a vida pelo vídeo. São Paulo: Moderna, 1988.

_____. **Comunicação e Jornalismo:** a saga dos cães perdidos. 2. ed. São Paulo: Hacker, 2002.

MARQUES, Luciana Pacheco. **O professor de alunos com deficiência mental:** concepções e prática pedagógica. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2001.

MARQUES, Luciana Pacheco; MARQUES, Carlos Alberto (Orgs.) **(Re)significando o outro.** Juiz de Fora: UFJF, 2008.

MATA, Jhonatan Alves Pereira. **Um telejornal pra chamar de seu:** identidade, representação e inserção popular no telejornalismo local. 2011. 192 f. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Identidades. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

McLUHAN, Marshall. **McLuhan por McLuhan:** conferências e entrevistas. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

MELO, José Marques de; SATHLER, Luciano. Apresentação. *In:* MELO, José Marques de; SATHLER, Luciano (Orgs.). **Direitos à comunicação na sociedade da informação.** São Bernardo do Campo: UMESP, 2005.

MIRANDA, Ricardo; PEREIRA, Carlos Alberto M. **Televisão:** as imagens e os sons: no ar, o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MORAGAS SPA, Miguel de. Introducción: Ubicación epistemológica e ideológica de la investigación de La comunicación de masas. *In:* **Teorías de la comunicación – investigaciones sobre medios en América y Europa.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1981.

MORIN, Edgar. O desafio da globalidade; Realismo e utopia. *In:* **Rumo ao abismo?:** ensaio sobre o destino da humanidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

MOSCOVICI, Serge. A história e a atualidade das representações sociais. *In:* MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOTA, Célia Ladeira. Imagens do Brasil: televisão e memória social. *In*: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Orgs.). **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.

MOTTA, Livia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo. Apresentação *In*: MOTTA, Livia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo (Orgs.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

MOTTA, Livia Maria Villela de Melo. A audiodescrição vai à ópera. *In*: MOTTA, Livia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo (Orgs.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

MOURA, Luís Celso Marcondes de. **A deficiência nossa de cada dia: de coitadinho a super-herói**. São Paulo: Iglu, 1992.

MUSSE, Christina Ferraz; PERNISA, Mila. Telejornalismo e diversidade cultural: a TV pública e a construção de identidades. *In*: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Orgs.). **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.

NEWMANN, Carla Ruppenthal. RIBEIRO, José Luis Duarte. **Estudos qualitativos com o apoio de Grupos Focados**. Florianópolis: Semana de Engenharia de Produção Sul-Americana na UFSC, 2006.

NIGHTINGALE, Virginia. La perspectiva de la audiencia y la crítica de los medios de comunicación. *In*: **El estudio de las audiencias**. El impacto de lo real. Barcelona: Paidós, 1999.

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; PAULA, Carine F. Caetano de. Comunicação no contexto das organizações: produtora ou ordenadora de sentidos? *In*: OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; SOARES, Ana Thereza (Orgs.). **Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. Televidenciando. Una perspectiva de investigación y educación de las audiencias; La audiencia frente a la televisión y la televisión frente a la audiencia (cap. 1 e 2). *In*: **Televisión y audiencias**. Un enfoque cualitativo. Madrid: Ediciones de la Torre/Universidad Iberoamericana, 1996.

ORTIZ, Renato; BORELLI, Silvia Helena Simões; RAMOS, José Mário Ortiz. História. *In*: **Telenovela história e produção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PASCARETTA JÚNIOR, Vicente. **A cegueira na humanidade: do mecanismo da visão à catarata**. Recife: Linceu, 2008.

PATERNOSTRO, Vera Iris. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PENA, Felipe. **Jornalismo** (coleção 1.000 perguntas). Rio de Janeiro: Rio, 2005.

PORCELLO, Flávio. Mídia e poder: os dois lados de uma mesma moeda. *In:* VIZEU, Alfredo (Org.). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

PORCELLO, Flávio; GADRET, Débora Lapa. A TV no Brasil: influência política e o discurso de poder. *In:* VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Orgs.). **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.

PORTILHO, Loren Macedo. **A imagem como formadora de sentido na narrativa telejornalística**. 2007. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

POZZOBON, Lara. Políticas públicas de acessibilidade para pessoas com deficiência. *In:* MOTTA, Livia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo (Orgs.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Movimentos sociais e massa: identidades coletivas no espaço público contemporâneo. *In:* MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta S. (Org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

QUEIROZ, Marco Antonio de. Prefácio. *In:* MOTTA, Livia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo (Orgs.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

RABOY, Marc. Mídia e democratização na sociedade da informação. *In:* MELO, José Marques de; SATHLER, Luciano (Orgs.). **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo: UESP, 2005.

RAMONET, Ignacio. Globalização, ética e empresa. *In:* CORTINA, Adela (Org.). **Construir confiança: ética da empresa na sociedade da informação e das comunicações**. São Paulo: Loyola, 2007.

RAMOS, Murilo César. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. *In:* MELO, José Marques de; SATHLER, Luciano (Orgs.). **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo: UESP, 2005.

RECTOR, Monica; TRINTA, Aluizio Ramos. **Comunicação do corpo**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

ROCHA, Hilton; RIBEIRO-GONÇALVES, Elisabeto (Coord.). **Ensaio sobre a problemática da cegueira: prevenção, recuperação, reabilitação**. Belo Horizonte: Fundação Hilton Rocha, 1987.

ROMEU FILHO, Paulo. Políticas públicas de acessibilidade para pessoas com deficiência. *In:* MOTTA, Livia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo (Orgs.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

ROSA, Silvana de Nazareth. **Direitos da pessoa com deficiência**. Juiz de Fora: OAB-JF, 2010.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.

SANT'ANNA, Laercio. A importância da audiodescrição na comunicação das pessoas com deficiência. *In*: MOTTA, Livia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo (Orgs.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

SANTANA, Mauricio. A primeira audiodescrição na propaganda da TV brasileira: Natura Naturé um banho de acessibilidade. *In*: MOTTA, Livia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo (Orgs.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
SCORALICK, Kelly. **A representação das minorias marginalizadas no telejornalismo**. Revista de C. Humanas, vol. 9, nº 2, p. 191-203, jul./dez. 2009.

SEVERO, Cristine Gorski; PAULA, Adna Candido de. Identidade e alteridade. *In*: SEVERO, Cristine Gorski; PAULA, Adna Candido de. **No mundo da linguagem: ensaios sobre identidade, alteridade, ética, política e interdisciplinaridade**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

SILVA, Edna de Mello; ROCHA, Liana Vidigal. Telejornalismo e ciberespaço: convergência de tecnologias e informação. *In*: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Orgs.). **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.

SILVEIRA, Bianca Alvim de Andrade. **A materialização midiática da brasilidade: a cobertura do Jornal Nacional sobre a Seleção de Futebol e a narrativa da identidade brasileira**. Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

SOARES, Carminha. **A inclusão social e a mídia: um único olhar**. São Paulo: Cortez, 2009.

SODRÉ, Muniz. Comunicação: um campo em apuros teóricos. **Matrizes / Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo**, São Paulo: ECA/USP, ano 5, n.2, p. 11-27, jan./jun.2012.

SOUSA, Mauro Wilton de. A recepção sendo reinterpretada. *In*: SOUSA, Mauro Wilton de (org.) **Recepção mediática e espaço público: novos olhares**. São Paulo: Paulinas, 2006.

TAVARES, Solange Maria Pinto. **Qual o poder de interferência da TV no que diz respeito à deficiência?** 2003. 41 f. Monografia do Curso de Especialização em Mídia e Deficiência – Faculdades de Comunicação e Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2003.

TEIXEIRA, Nelson Carlos. **O grande livro dos provérbios**. Belo Horizonte: Leitura, 2000.

TOLEDO, Luciane Andréia. **A imagem no telejornalismo: uma tele-visão de mundo.** 2001. 156 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2001.

TRINTA, Aluizio Ramos. **Introduzindo a/à televisão.** Considerações sobre o tema reunidas para aula em 14/04/2011 (a), na disciplina “Televisão e Identidade Cultural”, do Mestrado em Comunicação da UFJF-MG.

_____. **Das origens ao estado-da-arte.** Considerações sobre o tema reunidas para aula em 21/04/2011 (b), na disciplina “Televisão e Identidade Cultural”, do Mestrado em Comunicação da UFJF-MG.

_____. **Mito e ideologia na TV: a dimensão televisiva.** Considerações sobre o tema reunidas para aula em 26/05/2011 (c), na disciplina “Televisão e Identidade Cultural”, do Mestrado em Comunicação da UFJF-MG.

_____. **Simulação e simulacros.** Considerações sobre o tema reunidas para aula em 12/04/2012 (a), na disciplina “Semiótica do Espetáculo”, da Graduação em Comunicação da UFJF-MG.

_____. **Representação.** Considerações sobre o tema reunidas para aula em 17/05/2012 (b), na disciplina “Semiótica do Espetáculo”, da Graduação em Comunicação da UFJF-MG.

VEIGA, José Espínola. **O que é ser cego.** Rio de Janeiro: J Olympio, 1983.

VILARONGA, Iracema. “Olhares cegos”: a Audiodescrição e a formação de pessoas com deficiência visual. *In:* MOTTA, Livia Maria Villela de Melo; ROMEU FILHO, Paulo (Orgs.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras.** São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010.

VINICIUS, Marcus. **Manual de instruções para cegos.** Rio de Janeiro: 7Letras; Juiz de Fora: Funalfa, 2004.

VIRILIO, Paul. **O espaço crítico.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

VIZEU, Alfredo; CORREIA, João Carlos. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. *In:* VIZEU, Alfredo (Org.). **A sociedade do telejornalismo.** Petrópolis: Vozes, 2008.

VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Orgs.). **40 anos de telejornalismo em rede nacional: olhares críticos.** Florianópolis: Insular, 2009.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão.** São Paulo: Ed. Ática, 1996.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In:* SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000.

Notícia em jornal:

RIBEIRO, Fabiana. Deficiência ainda é fator de exclusão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 jun. 2012. O País, p. 4.

Sites:

BARROS, Armando; RAMOS, Michelle; CAPUTO, Nicole. A construção do sujeito pelo outro: notas sobre a linguagem, o discurso e a palavra na cegueira. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.31, ago. 2005, disponível no site www.abc.gov.br.

BRAGA, José Luiz. **O problema da pesquisa – como começar**. Disponível no site pt.scribd.com/doc/43447105.

BRUNS, Maria Alves de Toledo. Deficiência visual e educação sexual: a trajetória dos preconceitos ontem e hoje. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.07, set. 1997, disponível no site www.abc.gov.br.

CABRAL, Lídia Caldeira Lustosa. A fundamentação civil-constitucional dos direitos dos deficientes. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.13, set. 1999, disponível no site www.abc.gov.br.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. 2003. Disponível no site www.ebooksbrasil.com/eLibris/socespetaculo.html.

FIGUEIRA, Anamaria Attié. Linguagem e corpo na deficiência visual. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.23, dez. 2002, disponível no site www.abc.gov.br.

FIGUEIREDO, João Ricardo Melo. Análise Contrastiva da Compreensão de Metáforas Visuais por Escolares de Ensino Fundamental Cegos Congênitos e Não-Cegos. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.44, dez. 2009, disponível no site www.abc.gov.br.

FRANCO, João Roberto; DENARI, Fátima Elisabeth. A sociedade e a cegueira: discriminação e exclusão. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.48, abr. 2011, disponível no site www.abc.gov.br.

FRANCO, João Roberto; DIAS, Tércia Regina da Silveira. A pessoa cega no processo histórico: um breve percurso. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.30, abr. 2005, disponível no site www.abc.gov.br.

FREIRE, Ida Mara. A experiência com a cegueira. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.31, ago. 2005, disponível no site www.abc.gov.br.

MATOS, Nelson Dagoberto de. O conceito de excepcionalidade: uma abordagem histórica. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.34, ago. 2006, disponível no site www.abc.gov.br.

MONTEIRO, Lucia Maria Filgueiras da Silva. O processo de romantização das deficiências. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.38, dez. 2007, disponível no site www.ibc.gov.br.

_____. Desconstruindo mitos — Compensar? Regenerar? Recuperar a visão? **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.50, dez. 2011, disponível no site www.ibc.gov.br.

MORGADO, Fabiane Frota da Rocha; FERREIRA, Maria Elisa Caputo. Sociedade Pós-Moderna, Imagem Corporal e Deficiente Visual: Algumas Considerações. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.42, abr. 2009, disponível no site www.ibc.gov.br.

NOBRE, Luciane Aparecida. Personagens cegas na literatura brasileira: estereótipo e símbolo. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.38, dez. 2007, disponível no site www.ibc.gov.br.

OLIVEIRA, João Vicente Ganzarolli de. Do essencial invisível. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.14, out. 1999, disponível no site www.ibc.gov.br.

_____. Cegueira e metáfora. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.28, ago. 2004, disponível no site www.ibc.gov.br.

_____. Como vemos a cegueira? Algumas respostas: umas, boas; outras, não. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.49, ago. 2011, disponível no site www.ibc.gov.br.

PARNOF, Deisy. Deficiência visual: a perda e a superação. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.45, abr. 2010, disponível no site www.ibc.gov.br.

QUEIROZ, Marco Antônio. **Como designar pessoas que têm deficiência?** Disponível no site www.bengalalegal.com/pessoas-com-deficiencia.

REGO-MONTEIRO, Paula; MANHÃES, Luciana Pereira; KASTRUP, Virgínia. Questões acerca da Teoria da Compensação no campo da deficiência visual. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.36, abr. 2007, disponível no site www.ibc.gov.br.

SÁ, Elizabet Dias de. Acessibilidade: as pessoas cegas no itinerário da cidadania. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.24, abr. 2003, disponível no site www.ibc.gov.br.

SANTIN, Sylvia; SIMMONS, Joyce Nesker. Problemas das crianças portadoras de deficiência visual congênita na construção da realidade. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.16, ago. 2000, disponível no site www.ibc.gov.br.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo: ano 5, n. 24, p. 6-9, jan./fev. 2002, disponível no site www.deficienteciente.com.br.

VALENTE, Dannyelle. Como pensar o handicap: as representações sociais da cegueira e as dificuldades de inclusão das pessoas cegas na sociedade francesa. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.40, ago. 2008, disponível no site www.ibc.gov.br.

<<http://www.bengalalegal.com/pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em 24 out. 2011.

<<http://globo.com/jn>>. Acesso em: jan. 2012.

<<http://ies.portadoresdedeficiencia.vilabol.uol.com.br/DeficienciaVisual.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

<<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/04/29/populacao-adulta-foi-a-que-mais-cresceu-na-ultima-decada.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

<<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/10/populacao-mundial-chega-7-bilhoes-de-pessoas-diz-onu.html>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

<<http://educacao.uol.com.br/biografias/stephen-hawking.jhtm>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

<<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/11/censo-2010-reforca-desafio-do-brasil-em-dar-uma-vida-digna-aos-deficientes.html>>. Acesso em: 24 jun. 2012.

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/guia_do_censo_2010_glossario.php>. Acesso em: 24 jun. 2012.

<<http://portal.comunique-se.com.br>>. Acesso em 03 dez. 2011.

<<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1028388-globo-fecha-ano-com-faturamento-em-alta-e-ibope-em-queda.shtml>>. Acesso em 15 nov. 2012.

<<http://diversao.terra.com.br/tv/noticias> >. Acesso em 15 nov. 2012.

<<http://f5.folha.uol.com.br/colunistas/ricardofeltrin/1087708-ibope-do-jornal-nacional-no-pais-cresce-com-patricia-poeta.shtml>>. Acesso em 21 nov. 2012.

APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “Telejornalismo, identidades e deficiência visual: representação e recepção midiática por um grupo de pessoas com deficiência visual em Juiz de Fora-MG”. Neste estudo, pretendemos estudar a representação telejornalística de deficientes visuais e a recepção midiática por parte de pessoas sem visão. A Pesquisa pretende analisar como se dá a representação do deficiente visual no Jornal Nacional (TV Globo) e verificar, por meio da pesquisa de recepção (com grupo focal), se os cegos participantes identificam-se ou não com a mesma.

O motivo que nos leva a estudar esse assunto é trazer contribuições ao campo de estudos da Comunicação e causar um impacto positivo no que se refere à conscientização para a necessária inclusão social, cultural e midiática das pessoas com deficiência visual.

Para este estudo adotaremos os seguintes procedimentos: análise textual de matérias veiculadas pelo Jornal Nacional; e realização de um grupo focal com deficientes visuais, para discussões e análises em torno do tema da Pesquisa, a ser agendado e realizado na Associação dos Cegos em Juiz de Fora.

Para participar deste estudo, você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador. O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não terá seu nome identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Este estudo apresenta risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler, etc. Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____, fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, 29 de novembro de 2012.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) participante

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP- COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFJF
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA / CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA UFJF
JUIZ DE FORA (MG) - CEP: 36036-900
FONE: (32) 2102-3788 / E-MAIL:
cep.propesq@ufjf.edu.br

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: MARCELLO PEREIRA MACHADO
ENDEREÇO: RUA DIMAS BERGO XISTO, 264, SÃO PEDRO
JUIZ DE FORA (MG) - CEP: 36037-510
FONE: (32) 3231-6979 / E-MAIL:
MARCELLOACESSO@YAHOO.COM.BR

APÊNDICE 2: ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA GRUPO FOCAL

A) Sobre hábitos midiáticos

- 1) Que meio de comunicação vocês mais utilizam? Por quê? Com quais finalidades?
- 2) Com que frequência assistem a TV? A que programas mais assistem?
- 3) Vocês acompanham telejornais? Com que frequência? Por quê? A qual telejornal assistem mais?
- 4) Você compreende bem as notícias veiculadas no telejornal? Na ausência da visão, como você faz para receber esse conteúdo da melhor maneira possível?
- 5) Vocês costumam assistir ao Jornal Nacional? Por quê?

B) Sobre a identidade de deficiente visual

- 1) Em sua opinião, o que significa ser cego? Quais as principais características da deficiência visual e como elas afetam seu dia a dia?
- 2) Como é a vida do cego no convívio com outras pessoas?
- 3) Em sua opinião, como a sociedade trata as pessoas com deficiência visual?
- 4) Que dificuldades e preconceitos a pessoa cega enfrenta no dia a dia?
- 5) Na ausência da visão, que outro sentido vocês mais utilizam?

C) Sobre a representação de cegos no JN (recepção de matérias telejornalísticas)

- 1) Qual a sua opinião sobre essas matérias com cegos que o JN exibiu?
- 2) Você se sentiu identificado com algum cego mostrado no JN? Por quê? Em caso positivo, qual?
- 3) Após acompanhar as matérias que exibimos, qual a sua opinião sobre o modo como o JN mostrou os deficientes visuais? O cego apareceu como um super herói, uma vítima ou nenhum desses dois tipos?
- 4) Quais os pontos positivos e negativos do modo como o JN representou os deficientes visuais?
- 5) O fato de não poder ver as imagens interfere na recepção das notícias? Por quê?
- 6) Em sua opinião, o JN pode ser entendido por qualquer cego? Você se sente incluído e respeitado pelo JN como telespectador? Que melhorias o telejornal pode introduzir para atender o público formado por deficientes visuais?

APÊNDICE 3: DESCRIÇÃO DAS MATÉRIAS — JORNAL NACIONAL

Matéria 1: Prefeitura de São Paulo cria projeto para incluir cegos no Carnaval

Data: 03/02/11

Duração da reportagem: 2'28''

Repórter: Neide Duarte

Sonora	Texto	Cenário/Imagens
Âncora (Fátima Bernardes)	A pouco mais de um mês do Carnaval, um projeto inovador está abrindo as quadras das escolas de samba de São Paulo para grupos de deficientes visuais.	Estúdio do Jornal / Bancada dos apresentadores.
Âncora (William Bonner)	A repórter Neide Duarte acompanhou uma dessas visitas, ontem à noite.	Estúdio do Jornal / Bancada dos apresentadores.
Repórter (<i>off</i>)	Eles estão se preparando para o Carnaval como todo sambista.	Uma jovem ajeita sua fantasia carnavalesca na cabeça; um homem, de óculos escuros, faz o mesmo.
Entrevista (personagem não identificada em GC)	O tecido parece um tecido brilhante.	A jovem que apareceu no começo da matéria toca o tecido que compõe seu adereço, enquanto dá seu depoimento à repórter.
Repórter (<i>off</i>)	Ensaiam as batidas dos instrumentos.	O mesmo homem que apareceu no começo do VT aparece tocando um instrumento de percussão.
Personagem não identificado em GC	Isso! Pam, pum, pam, pum!	Outro homem, ao lado do personagem da cena anterior, dá-lhe instruções sobre como tocar o instrumento de percussão.
Repórter (<i>off</i>)	Eles não são da escola, mas vieram descobrir as belezas do Carnaval. São 45 cegos que participam de um projeto de inclusão no Carnaval de São Paulo.	Deficientes visuais dançam em grupos, ao som da música que tocava no ambiente.
Entrevista (Luiz Sales, diretor da SPTurismo)	Participam do ensaio, eles vão ao Sambódromo, eles vão assistir o desfile e por fim nas campeãs, todo o grupo vai desfilar.	Luiz Sales dá sua entrevista à repórter, identificado em GC: "Luiz Sales, diretor da SPTurismo".
Repórter (<i>off</i>)	Na quadra da escola, uma aula para identificar o som de cada instrumento.	Quatro cenas rápidas de instrumentos musicais sendo tocados.
Personagem não identificado em GC	A caixa, que é o instrumento agudo da bateria.	Um homem fala ao microfone para um grupo de pessoas. Mostra-se outro instrumento de percussão sendo tocado.
Repórter (<i>off</i>)	Dona Arlene conseguiu um professor especial:	Arlene, ao lado de um homem de

	aprende a tocar caixa com Tubarão. Ele perdeu a visão há seis anos, mas não o lugar na bateria. Antes, tocava surdo.	óculos escuros, aprende com ele a tocar um instrumento. Ele segura as mãos dela, ensinando-lhe a tocar caixa. Mostra-se Tubarão tocando bateria em meio a outros músicos.
Entrevista (Tubarão, ritmista da escola)	Agora, eu estou tocando caixa, porque a caixa é um instrumento mais fácil pra eu me locomover na avenida.	Tubarão dá seu depoimento à repórter, sendo identificado no GC: “Tubarão, ritmista da escola”.
Personagem não identificada em GC	Se cair na avenida, não pode nem parar pra pegar.	Um deficiente visual fantasiado escuta uma mulher que está ao lado dele, dando-lhe uma instrução.
Repórter (<i>off</i>)	Fabiano quer saber como se comportar no desfile e quis vestir a fantasia.	Olhos de Fabiano em destaque. Depois, aparece dançando, perto de duas mulheres.
Repórter (entrevista)	O que é que tem na sua cabeça?	Fabiano dança.
Entrevista (personagem não identificado em GC)	Tem uns prédios, um helicóptero.	Fabiano responde. Os prédios e o helicóptero que compõem o adereço usado por ele na cabeça são realçados.
Repórter (<i>off</i>)	A fantasia de Diego foi outra: dançar com a princesa da bateria. Airton aproveitou a brecha e também se enturmou, mas quem ganhou um abraço foi Diego.	Diego dança de mãos dadas à princesa da bateria. Airton também dança com ela, que fica no meio deles, de mãos dadas aos dois. A passista beija e abraça Diego.
Entrevista (Diego de Castro, auxiliar de produtos)	A beleza dela, depois que eu descobri. Maravilhoso!	Diego dá sua entrevista. GC identifica-o: “Diego de Castro, auxiliar de produtos”.
Repórter (entrevista)	Como é que você descobriu?	Na mesma cena, a repórter emenda a fala dele com uma pergunta.
Entrevista (Diego de Castro, auxiliar de produtos)	Na hora que eu peguei nas mãos dela, deu pra sentir a delicadeza das mãos, o gingado.	Diego responde, no mesmo enquadramento de câmera.
Repórter (<i>off</i>)	A beleza de Joice encantou todo mundo.	Uma deficiente visual (Giovana) toca as costas de Joice.
Entrevista (personagem não identificado em GC)	Nossa, que cabelo lindo!	Ela apalpa o cabelo de Joice.
Repórter (<i>off</i>)	Giovana é cantora lírica e se sentiu à vontade junto com a bateria da escola. Os outros cegos, inspirados pelo ritmo, entraram no clima e fizeram da quadra o espaço da Apoteose.	Giovana canta e dança, segurando um microfone. Ela está junto a um grupo de músicos que tocam instrumentos de percussão. Outros grupos de cegos dançam, em meio a outras pessoas (videntes).
Entrevista (Airton Rio Branco, tecnólogo)	No meu imaginário, eu estou vendo tudo, sentindo tudo, e com um detalhe: dessa vez interagindo.	Airton fala à repórter, sendo identificado em GC: “Airton Rio Branco, tecnólogo”. Cena de

		Airton dançando entre outras pessoas. (Está de óculos escuros.)
--	--	---

Matéria 2: Museu guarda memória da luta dos deficientes físicos por seus direitos Data:

10/03/11

Duração da reportagem: 2'32''

Repórter: Neide Duarte

Sonora	Texto	Cenário/Imagens
Âncora (William Bonner)	Antes de encerrar esta edição, o Jornal Nacional tem que apresentar pra você um lugar que permite a pessoas com deficiência física entrar em contato direto com a arte. É a repórter Neide Duarte quem mostra.	Estúdio do Jornal / Bancada dos apresentadores. Fátima Bernardes está ao lado de Bonner.
Voz masculina / fundo musical (BG)	Me parece desenho de uma fruta.	Mãos tateando uma obra em alto relevo.
Outra voz masculina / fundo musical prossegue	Isso aqui seria simulando um espelho, né?	Mãos tateando a miniatura de um guarda-roupa, o qual tem um espelho no centro.
Repórter (<i>off</i>)	O Museu da Pessoa com Deficiência é pequeno, ocupa pouco espaço. Este memorial foi criado pra que a história não se perca, uma luta que começou em 1981, Ano Internacional da Pessoa com Deficiência — tempo de passeata pelo Centro de São Paulo: cadeirantes e até uma mulher numa maca. Os cartazes eram tão simples quanto os desejos. A jornalista Lia Crespo estava lá.	Cena do Museu com alguns visitantes. Uma cadeirante anda pelo local, observando as obras. Um cego anda com seu cão guia. Um dedo percorre uma página impressa (com tinta e em Braille). Mostra-se mais do Museu. Cenas de arquivo (crédito: 'arquivo'): multidão na rua; uma cadeirante segura uma criança no colo; outra mulher está deitada numa maca; pessoas andam pela rua, algumas levando cartazes; um deles, colado atrás de uma cadeira de rodas, diz: "Temos direito a: trabalho, transporte, estudo, reabilitação, lazer". De volta ao Museu, está Lia Crespo; sobre sua cadeira de rodas, observa imagens (do passado) num monitor de TV.
Entrevista (Lia Crespo, jornalista)	Quando eu comecei, eu não esperava usufruir de nenhum dos resultados da minha luta. É legal me ver naquela imagem lá e pensar nisso, né? Pensar o que eu esperava e o que a gente, de fato, conquistou, né?	Lia Crespo dá seu depoimento, enquanto anda lentamente pelo Museu com sua cadeira de rodas, ao lado da repórter. É identificada no GC: "Lia Crespo, jornalista". No monitor existente no local, imagens (de resgate histórico)

		mostram pessoas com deficiência na rua, reivindicando direitos.
Repórter (<i>off</i>)	Caminhos sinalizados, informações em Braille...	Pernas de um homem (cego), andando com uma bengala sobre o piso sinalizado do Museu. Outro cego lê, em Braille, a legenda abaixo de um quadro.
Personagem não identificado em GC	Obra Santo Antônio.	O mesmo homem fala, em voz alta, o que estava lendo em Braille.
Repórter (<i>off</i>)	Áudio pra substituir a leitura...	Um cego está de frente para um livro, acionando um botão que emite o áudio do texto.
Voz masculina (emitida tecnicamente, pelo áudio de um livro adaptado)	“... os sentidos na comunicação.”	Esse mesmo cego ouve parte do que estava escrito no livro, por meio de um mecanismo de áudio.
Repórter (<i>off</i>)	São algumas conquistas, reunidas aqui, no Memorial da Inclusão. “Meu nome é Natália Frazão” — na língua dos sinais, é ela quem organiza como deve ser feita a entrevista.	Mãos (de um cego) tateando uma obra. Em seguida, ele anda com seu cão guia, pelo Museu. Uma surda fala seu nome, por Libras. Entre a repórter e um intérprete, ela faz sinais, explicando como deve ser feita a entrevista.
Intérprete de Libras	“Eu vou responder pra você...”	O intérprete de Natália Frazão fala à repórter o que a deficiente está dizendo.
Repórter (em conversa)	Eu coloco o microfone nele.	Na mesma cena, a repórter completa a conversa com Natália e seu intérprete, antes da entrevista propriamente dita.
Intérprete de Libras	Isso!	O intérprete conclui.
Intérprete de Libras, falando o que Natália Frazão diz por meio de sinais	“Gostei bastante desse Museu, que contempla as pessoas com deficiência, dando a elas acessibilidade à cultura.”	Natália e seu intérprete andam pelo Museu e observam algumas obras. De volta à cena da entrevista, Natália faz os sinais, e seu intérprete os “traduz” ao microfone, dando a resposta dela. Aparece, no GC, a identificação errada: “Beto Pereira, radialista” — na verdade, esse crédito refere-se ao entrevistado seguinte.
Repórter (<i>off</i>)	Uma oportunidade rara. Beto pode dizer que viu uma obra de Portinari.	Beto está tateando uma réplica adaptada da obra “Santo Antônio”, com elementos em alto relevo.
Entrevista (Beto Pereira, radialista)	Uma réplica perfeita, consigo sentir os tecidos, o crucifixo. Eu já li muito sobre Candido Portinari, mas ter contato com a obra em si, esse contato tátil é algo que emociona.	Beto dá seu depoimento, enquanto apalpa o quadro adaptado. Mãos de Beto apalpando o crucifixo e, em seguida, outras partes da obra, como roupas e cabelo dos

		personagens retratados na pintura.
Entrevista (Elza Ambrósio, curadora do Memorial da Inclusão); fundo musical ao fim da entrevista	Construir esse espaço acessível, um dos objetivos foi que as pessoas, principalmente as pessoas com deficiência, participem desse espaço, que foi feito pra elas.	Elza Ambrósio dá seu depoimento à repórter, sendo identificada pelo GC: “Elza Ambrósio, curadora do Memorial da Inclusão”. A jornalista Lia Crespo anda com sua cadeira de rodas pelo Museu. Mãos de um cego tateando um guarda-roupa em miniatura, e Natália Frazão fazendo, em Libras, alguns sinais (reprise das cenas mostradas durante o VT).

Matéria 3: Professor salva turma da fúria de assassino em escola no Rio de Janeiro

Data: 08/04/11

Duração da reportagem: 2’50’’

Repórter: Bette Lucchese

Sonora	Texto	Cenário/Imagens
Âncora (Fátima Bernardes)	Uma das turmas da escola conseguiu escapar da mira do assassino com a ajuda de um professor.	Estúdio do Jornal / Bancada dos apresentadores. William Bonner está ao lado de Fátima.
Repórter (<i>off</i>)	Seria a primeira aula do dia na turma 1.903. A matéria: Geografia. O professor Luciano se preparava para falar sobre as duas Grandes Guerras Mundiais. Mas os ensinamentos foram interrompidos pelos tiros, que partiram da sala ao lado.	Imagens da câmera interna da escola mostram alunos andando num corredor. O professor Luciano e a repórter caminham juntos e conversam. Eles se sentam junto a uma mesa de praça.
Entrevista (Luciano Anderson Faria, professor)	Na hora, eu não sabia que eram tiros, né? Eu ouvi barulhos. E, quando eu saí da sala, dei de cara com alunos se atropelando na saída da sala ao lado e tentei impedir para que eles não se machucassem. Até então, eu não sabia o que estava acontecendo. Eu cheguei a colocar a mão no peito, impedindo alguns de passar, pra não atropelar os outros, quando, de repente, eu, olhando pro chão, observei que tinha uma criança com sangue, com a camisa toda suja de sangue.	Luciano dá seu depoimento à repórter. Continuam sentados à mesa de uma praça.
Repórter (<i>off</i>)	A primeira preocupação foi salvar a turma de 40 alunos.	<i>Take</i> de Luciano, no mesmo local, falando com a repórter em <i>off</i> .
Entrevista (Luciano Anderson Faria, professor)	Entrei na sala, joguei todo mundo que tinha pra trás, peguei, falei pra todo mundo ir pro fundo da sala primeiro. Muitos alunos foram pra trás da minha mesa, que era uma mesa grande, se esconderam ali no chão, abaixados. Os próprios	Luciano prossegue seu relato para a repórter.

	alunos que estavam do lado, ali, começaram a arrastar as cadeiras também, as mesas, pra me ajudar a prender a porta. E eu fiquei na porta com o pé de lado pra segurar, caso ele viesse pra poder empurrar a porta.	
Repórter (<i>off</i>)	Mesmo assim, o assassino tentou invadir a sala.	Luciano simula, numa porta, como ocorrera o fato na escola.
Entrevista (Luciano Anderson Faria, professor)	Ele empurrou um pouco a porta, e a porta estava travada. Eu cheguei a sentir pelo pé, ele empurrando um pouco a cadeira nesse momento. Quando ele viu que tinha muitas cadeiras e olhou pelo vidro e não viu nenhum aluno — que eles estavam todos no fundo, deitados no chão, escondidos — eu acredito que ele tenha desistido pelo volume de cadeiras e mesas, que são mais de 40, que a gente botou tudo lá pra frente, lá.	Luciano continua a entrevista, sentado no banco da praça.
Repórter (<i>off</i>)	Quando teve uma chance, Luciano foi buscar socorro.	Novamente, imagem de Luciano simulando o ocorrido perto de uma porta.
Entrevista (Luciano Anderson Faria, professor)	Eu vi que ele voltou pra dentro da sala e tinha parado de atirar por um momento. Então, eu imaginei que ele tivesse voltado pra recarregar a arma. Então, eu abri a porta devagar. Então, naquele momento, eu descii desesperado, ainda escutei uns tiros atrás de mim, que eu não sei se ele atirou em mim. Eu descii correndo, passei na secretaria, gritando pra ligar pra polícia. Lá fora, eu tomei um telefone numa pessoa na rua, liguei.	Luciano continua a entrevista no mesmo cenário da praça.
Repórter (<i>off</i>)	Quando retornou ao colégio, o atirador estava morto. Nenhum aluno dele se feriu. Uma das estudantes é deficiente visual e recebeu a ajuda dos amigos.	Luciano, sentado no banco da praça, fala com a repórter, em <i>off</i> .
Entrevista (Luciano Anderson Faria, professor)	Na hora que ela correu, os alunos ajudaram a descer, e ela chegou em segurança lá embaixo, graças a Deus.	Luciano continua falando à repórter, no microfone.
Repórter (entrevista)	Os alunos estão traumatizados. E é para eles que o professor Luciano — não é isso, professor? — deixa uma mensagem.	A repórter Bette Lucchese faz sua fala de encerramento, na mesma praça onde se deu a entrevista.
Entrevista (Luciano Anderson Faria, professor)	Queria pedir que eles tivessem muita força nesse momento, né? E que eles continuassem acreditando no trabalho dos professores, da equipe da escola. E que a gente, junto, unidos, a gente, nós vamos conseguir resgatar o que a escola é pra gente, né? Uma família, um lugar de formação da cidadania, um lugar de paz, de conhecimento, de aprendizagem, né? Um lugar que resgata pessoas pra sociedade.	Luciano deixa sua mensagem final.

Matéria 4: Fundação Dorina Nowill completa 65 anos auxiliando pessoas cegas**Data:** 11/04/11**Duração da reportagem:** 2'45''**Repórter:** Alan Severiano

Sonora	Texto	Cenário/Imagens
Âncora (William Bonner)	Agora em 2011, a iniciativa de uma mulher que mudou a vida dos deficientes visuais no Brasil está completando 65 anos. A gente vê na reportagem de Alan Severiano.	Estúdio do Jornal / Bancada dos apresentadores. Fátima Bernardes está ao lado de Bonner.
Repórter (<i>off</i>)	Foi de repente. Aos 33 anos, a vida deu uma reviravolta. As veias da retina se romperam, e Marcelo perdeu quase toda a visão.	Homem (cego) anda pela calçada de uma cidade com seu cão guia. Veste um terno. Não usa óculos escuros. Por fim, efeito de imagem desfocada.
Entrevista (Marcelo Panico, advogado)	Foi um luto de se fechar em casa, no meu quarto. Pensei que a vida tinha realmente acabado.	Ele (Marcelo Panico) dá seu depoimento ao repórter.
Marcelo Panico, advogado	Bom dia!	Marcelo entra, com seu cão, numa sala (ambiente profissional), onde outras pessoas estão trabalhando junto a computadores.
Repórter (<i>off</i>)	Isso faz oito anos. Hoje, com a ajuda de um cão guia e de um programa de computador, ele faz parte da equipe de advogados de uma multinacional.	Continuação da cena anterior (Marcelo chegando ao trabalho). Marcelo aparece, em seguida, sentado, em frente a uma mesa, sobre a qual está seu computador, além de papéis, por exemplo. Põe um fone de ouvido e manuseia o computador.
Entrevista (Marcelo Panico, advogado)	Eu reaprendi a fazer o que eu sabia de uma outra forma e hoje eu convivo muito bem com esse aparato tecnológico.	Marcelo, sentado, dá outro depoimento ao repórter; como cenário de fundo, estão sua mesa de trabalho e outros profissionais do escritório. O GC identifica-o: "Marcelo Panico, advogado".
Repórter (<i>off</i>)	O recomeço não foi fácil, como acontece com todos que passam pela Fundação Dorina Nowill, em São Paulo. A instituição leva o nome da pedagoga que ficou cega aos 17 anos e foi a primeira deficiente visual a estudar numa escola regular. Nos anos 40, eram raros os livros em Braille no País.	Marcelo, em sua mesa de trabalho, mexe em um papel. Imagens externas da Fundação Dorina Nowill (fachada e logomarca na parede). Crédito: "imagens Ronaldo de Sousa". Foto de Dorina. Imagens de livros em Braille.
Repórter (passagem)	Convencidas de que eles eram essenciais para a inclusão do deficiente visual, Dorina e um grupo de amigas criaram a "Fundação para o	Imagem de gráfica imprimindo páginas em Braille. Um livro em Braille é folheado rapidamente.

	Livro do Cego no Brasil”. O que era uma pequena gráfica virou a maior editora de livros em Braille da América Latina, uma instituição sem fins lucrativos, administrada por voluntários.	Mãos tateiam uma página em Braille, operando a leitura. Repórter aparece na gráfica, de pé e parado, entre livros em Braille e profissionais trabalhando. GC identifica-o: “Alan Severiano, São Paulo”. Dá alguns passos pela gráfica, enquanto finaliza sua passagem.
Repórter (<i>off</i>)	Por ano, 64 mil livros são distribuídos gratuitamente para bibliotecas e deficientes visuais em todo o País. Além de publicações em Braille, livros digitais e os livros falados.	Páginas em Braille são folheadas. Profissionais trabalham na gráfica, organizando os materiais. Uma mão “lê” uma página em Braille. Profissionais diante de seu computador.
Voz feminina (gravando voz em estúdio)	“... que aparenta ter hábitos saudáveis.”	Estúdio de gravação de áudio, semelhante a um estúdio de rádio. Há um operador de áudio e uma locutora, lendo e gravando texto em um microfone.
Repórter (<i>off</i>)	Aqui, muitos reaprendem a ler, a entender formas, a se localizar.	Uma deficiente visual parece ler algo, auxiliada por outra mulher. Mãos colorem dentro de uma fôrma quadrada. Um cego põe suas mãos sobre um grande “mapa”, auxiliado por uma mulher. <i>Close</i> nas mãos dele tateando o mapa em alto relevo.
Entrevista (Glicélia Alves, pedagoga)	É infinita a superação. Desde que você fale “eu vou fazer” e tenha ali a condição.	Glicélia dá sua entrevista, sentada, em uma sala. O GC identifica: “Glicélia Alves, pedagoga”.
Repórter (<i>off</i>)	Outros dão os primeiros passos. Os bebês são estimulados para evitar atraso no desenvolvimento.	Um garoto anda por um corredor; uma das mãos vai escorando a parede, e a outra segura a mão de uma mulher. Imagens de um bebê sobre uma grande bola, sendo segurado por uma profissional (Márcia Silva). Outra mulher observa o exercício.
Entrevista (Márcia Silva, fisioterapeuta)	Geralmente, eles demoram mais pra engatinhar, eles demoram mais pra andar. Quando a gente estimula, eles aprendem naturalmente. Isso vai ajudá-lo também na sua expressão corporal.	Márcia dá sua entrevista na sala, sendo identificada pelo GC: “Márcia Silva, fisioterapeuta”. Outra imagem dela movimentando o bebê sobre a bola aparece.
Repórter (<i>off</i>)	Entre consultas e terapias, são 18 mil atendimentos por ano.	Uma mulher ajuda um garoto a usar o computador. Outra mulher (cega) anda com sua bengala branca numa sala onde há outras pessoas sentadas.
Entrevista (Ademir)	E não é lugar de coitadinho, não, ninguém tem	Ademir Silva dá seu depoimento

Ramos da Silva, presidente da Fundação)	pena do deficiente visual. Ele tem a deficiência. Ele precisa superar uma barreira, mas, fora isso, ele é uma pessoa plenamente capaz de satisfazer os seus desejos, e é isso que Dorina nos ensinou.	ao repórter, sendo identificado pelo GC: “Ademir Ramos da Silva, presidente da Fundação”.
Repórter (<i>off</i>)	Bruno segue esse caminho. Nasceu cego, passou a frequentar a Fundação e, aos 11 anos, tira de letra o convívio na escola com crianças que enxergam.	Rosto de Bruno usando um fone de ouvido com microfone. Outras crianças estão na sala de aula com ele. Bruno usa um computador. Mostra-se a sala, com a professora, o quadro e crianças em suas respectivas carteiras escolares.
Entrevista (Bruno, estudante)	Não adianta você viver num ambiente que só tem pessoa que tem o seu problema, porque senão você não vai se acostumar com o mundo, né?	Bruno dá seu depoimento, sentado em sua carteira escolar. Ao fundo, seus colegas de turma. O GC identifica: “Bruno, 11 anos”. Bruno aparece andando num pátio da escola, de bengala branca, ao lado de um colega (vidente); outras crianças também estão no local — todos eles estão com o uniforme escolar.

Matéria 5: Feira em São Paulo traz novidades para pessoas com deficiência

Data: 14/04/11

Duração da reportagem: 2’08’’

Repórter: Graziela Azevedo

Sonora	Texto	Cenário/Imagens
Âncora (Fátima Bernardes)	A tecnologia a serviço das pessoas com necessidades especiais é a atração de uma feira que começou hoje em São Paulo.	Estúdio do Jornal / Bancada dos apresentadores.
Âncora (William Bonner)	É a segunda maior do mundo e está cheia de novidades.	Estúdio do Jornal / Bancada dos apresentadores.
Repórter (<i>off</i>)	Parece não haver obstáculo que não seja vencido pela criatividade e sabedoria dos homens. Se os olhos não veem, a história pode ser ouvida assim: uma espécie de caneta eletrônica toca o canto da página, e lá vem aventura.	Um homem desce escadas numa cadeira de rodas especial, adaptada por meio de um sistema mecânico. Tudo se passa numa sala da Feira. Um garoto (cego) passa uma “caneta” adaptada sobre a página de um livro em Braille e, depois, leva essa “caneta” ao ouvido.
Voz masculina (gravada) e fundo musical	“O carrinho de rolimã é uma prancha de madeira.”	A voz sintetizada é emitida pela “caneta”. Mostra-se a página de um livro infantil.

Entrevista (garoto não identificado)	Eu fico só imaginando eu na história.	O garoto dá seu depoimento, sentado. Sobre a mesa, está o livro adaptado. O menino segura a “caneta”.
Repórter (entrevista)	Vai longe?	A repórter emenda esta pergunta, no mesmo cenário.
Entrevista (garoto não identificado responde)	Ahã [Sim].	O garoto responde, no mesmo local.
Repórter (<i>off</i>)	Quem tem baixa visão pode aumentar as letras, mexer nas cores. Esse outro aparelho ajuda quem não pode virar as páginas. Aqui, o mais novo: basta botar qualquer texto, que o equipamento fotografa e lê tudinho em voz alta.	Um monitor mostra a página de um livro em tamanho ampliado. As cores na tela modificam-se. Um aparelho vira a página de um livro automaticamente, com auxílio de um sistema eletrônico. Um livro é colocado sobre outro aparelho e é fotografado por um aparato.
Voz feminina (gravada)	“Artigo implementação monitoramento nacional.”	Voz sintetizada enuncia o conteúdo do livro fotografado no aparelho.
Repórter (<i>off</i>)	Algumas invenções são brasileiríssimas e vêm do coração, como esse carro que ainda é o protótipo, um modelo inventado por amigos de um cadeirante.	Um cadeirante entre no carro por meio de uma sistema com rampa. Outro homem acompanha de perto. Mostra-se o cadeirante manuseando o volante do carro.
Entrevista (João Gil, cientista da computação)	Ele é como um irmão pra nós, e essa ideia surgiu realmente pra ajudar uma pessoa. Esse projeto tem alma.	João Gil dá sua entrevista. O carro adaptado está ao fundo da cena. GC identifica: “João Gil, cientista da computação”.
Repórter (<i>off</i>)	Nesse outro carro, o banco é giratório, o aparelho recolhe e guarda a cadeira de rodas.	Cadeirante sentada sobre um banco giratório do carro. O aparelho suspende e guarda a cadeira de rodas dela.
Entrevista (mulher não identificada em GC)	A gente se sente melhor. A gente quer fazer tudo sozinha.	No banco do carro, em frente ao volante, uma cadeirante fala à repórter.
Repórter (passagem)	Às vezes, as perdas são muitas, são imensas, mas, se restar apenas o olhar, a tecnologia pode dar ao deficiente quase o mundo inteiro.	Repórter aparece sentada, numa sala. Câmera aproxima a imagem de um monitor ao fundo. O GC identifica: “Graziela Azevedo, São Paulo”.
Repórter (<i>off</i>)	O olhar fixo por frações de segundos funciona como um clique. Assim é possível escrever, navegar na internet e até controlar eletrodomésticos.	Olhos de uma mulher são mostrados. Em seguida, aparecem num monitor, guiando funções como de digitação.
Entrevista (mulher não identificada em GC)	Eu posso ligar um ventilador, por exemplo, um abajur.	Ela dá entrevista à repórter; está de frente para o aparelho e de costas para o cinegrafista do JN.
Repórter (<i>off</i>)	E pensar que isso demorou 20 anos para chegar ao Brasil, porque impostos e burocracia ainda	Imagens do monitor e da mesma mulher, agora mostrada de frente,

	são barreiras a serem vencidas.	controlando-o pelo movimento dos olhos. Imagem de uma pessoa na cadeira de rodas adaptada, descendo a escada.
Entrevista (José Roberto Sevieri, organizador da Feira)	O Brasil precisa que essas pessoas sejam olhadas com mais vontade, porque a única coisa que elas querem é ter direito a viver igual aos outros.	José Sevieri fala à repórter. GC identifica-o: “José Roberto Sevieri, organizador da feira”. Imagem de uma cadeira subindo pela escada e de um garoto cadeirante observando a cena.

Matéria 6: Paixão de Cristo recebe melhor pessoas deficientes em Pernambuco

Data: 14/04/11

Duração da reportagem: 1’42’’

Repórter: Amorim Neto

Sonora	Texto	Cenário/Imagens
Âncora (William Bonner)	Todos os anos, milhares de pessoas assistem àquele espetáculo da Paixão de Cristo em Nova Jerusalém, Pernambuco. Mas, pra muitas, só agora, em 2011, é que ficou mais fácil acompanhar tudo no teatro ao ar livre.	Estúdio do Jornal / Bancada dos apresentadores. Fátima Bernardes está ao lado de Bonner.
Repórter (<i>off</i>)	A cada mudança de cenário, o público se apressa para ficar pertinho dos personagens. Não é o caso deste grupo. Pela primeira vez, as cenas do espetáculo da Paixão de Cristo de Nova Jerusalém foram narradas para 75 pessoas com problemas de visão.	Uma multidão caminha junta. Crédito: “imagens Adelson Siqueira, Bonifácio Souza”. Um grupo de quatro cegos é destacado. Cena do teatro, em que Jesus está ceando com seus discípulos. Alguns cegos aparecem com fones de ouvido.
Repórter (passagem)	Equipamentos como este, usados em traduções simultâneas, foram entregues a pessoas com deficiência visual. Os aparelhos permitem a audiodescrição de tudo o que acontece durante o espetáculo.	O repórter faz sua passagem, tendo como cenário o público e o palco onde ocorre o teatro. Ele segura um aparelho. GC identifica: “Amorim Neto, Brejo da Madre de Deus, PE”.
Repórter (<i>off</i>)	Principalmente, nos intervalos silenciosos das cenas.	Cena da apresentação teatral.
Homem (audiodescritor), não identificado em GC	“Mulheres se abraçam com Herodes, com roupas suntuosas e provocantes.”	Continuação da cena, sendo descrita por uma voz masculina. Na cena, o rei Herodes está entre mulheres numa festa, com a presença de outros homens. O audiodescritor aparece, com um microfone em mãos, narrando a cena; ao lado dele, uma

		audiodescritora também está com um microfone.
Mulher (audiodescritora), não identificada em GC	“Enquanto isso, no salão mais estreito, entra Jesus.”	A audiodescritora narra a cena. No teatro, entra Jesus, levado por um soldado e rodeado por outros personagens da peça teatral.
Entrevista (Marluce Cabral, historiadora)	Uma emoção muito forte e que faz com que a gente se integre cada vez mais na sociedade.	Marluce Cabral dá seu depoimento. Ao fundo, outras pessoas aparecem. O GC a identifica: “Marluce Cabral, historiadora”.
Repórter (<i>off</i>)	Outra experiência, aprovada há três anos, permite que pessoas com dificuldade para caminhar assistam ao espetáculo. Guias do maior teatro ao ar livre do mundo levam os cadeirantes aos locais onde a visão dos palcos é privilegiada.	Um grupo de cadeirantes assiste à peça. Guias aparecem, conduzindo os inúmeros deficientes físicos em suas respectivas cadeiras de rodas. Novamente, vê-se a plateia, com cadeirantes na primeira fileira.
Entrevista (Maria Olinda da Silva, aposentada)	Eu ia embora, e eles, com toda delicadeza, com toda gentileza, providenciaram a cadeira de roda para que eu pudesse assistir até o fim.	Maria Olinda fala ao repórter, sentada em sua cadeira de rodas. Ao fundo, outras pessoas compõem o cenário. GC identifica: “Maria Olinda da Silva, aposentada”.
Entrevista (Thiago Lacerda, ator)	É emocionante a forma como eles se sentem incluídos. Eu acho que esse é um passo irreversível no processo desse espetáculo, e tomara que seja exemplo para muitos outros.	Thiago Lacerda dá entrevista ao repórter. Ao fundo, estão alguns elementos do cenário da peça. GC identifica: “Thiago Lacerda, ator”. Mais cenas do espetáculo são exibidas, como de Jesus levando sua cruz e, em seguida, sendo crucificado.

Matéria 7: Festival de jazz reúne músicos brasileiros e estrangeiros em Paraty

Data: 18/06/11

Duração do *flash* ao vivo e da reportagem: 2’33’’

Repórter: Thiago Eltz

Sonora	Texto	Cenário/Imagens
Âncora (Renata Vasconcellos)	Em Paraty, no litoral do Rio de Janeiro, um Festival de Jazz reúne artistas brasileiros e internacionais. E quem está lá é o repórter Thiago Eltz. Boa noite, Thiago! Quais são as atrações aí, essa noite?	Estúdio do Jornal / Bancada dos apresentadores. Eraldo Pereira está ao lado de Renata.
Repórter (<i>flash</i> ao vivo)	Boa noite! Nesse momento, estão passando o som aqui no palco pro show que começa daqui a pouquinho André Frateschi e Miranda Kassin.	Repórter faz seu <i>flash</i> ao vivo, tendo como cenário o palco e o público presente. GC identifica:

	<p>Hoje, nós teremos a americana Erica Falls. Amanhã, “Oi, tudo bem?”, a americana Jane Monheit e, fechando o Festival, Maria Gadu. Agora, nós vamos mostrar pra vocês onde está montado esse palco. Dá uma olhada: no meio do centro histórico da cidade. E foi nessas ruas que hoje nós tivemos uma surpresa: encontramos uma das atrações de hoje, o grupo Playing for Change, muito especial por conta da sua formação. Um pouquinho da história deles e o burburinho que tomou conta da cidade você acompanha agora, na reportagem.</p>	<p>“Tiago Eltz, Paraty, RJ). Aparecem pessoas dançando, caminhando e assistindo à apresentação.</p>
Repórter (<i>off</i>)	<p>As ruas históricas de Paraty estão tomadas por um clima diferente.</p>	<p>Pessoas caminham pelas ruas de Paraty. Um homem toca saxofone. Crédito: “imagens Diógenes Melquíades”.</p>
Entrevista (mulher não identificada em GC)	<p>Vimos um rapaz tocando, e tem um som muito bonito, aí a gente: ‘vamos sentar ali, na soleira, pra ficar curtindo o cara ali’.</p>	<p>Uma mulher fala ao repórter, sentada na calçada. Ao lado dela, está outra mulher. Ao fundo, a porta de uma casa. O músico continua tocando seu sax, enquanto outras pessoas o observam.</p>
Repórter (<i>off</i>)	<p>O Festival de Jazz de Paraty começou ontem, à noite. Hoje, os turistas puderam acompanhar uma canja inesperada. Sabe aqueles músicos que você encontra tocando nas ruas? Mark Johnson resolveu rodar o planeta gravando esses artistas, tocando separadamente as mesmas músicas. Hoje, eles formam o Playing for Change. E a versão de “Stand By Me”, cantada pelo grupo, virou sucesso mundial. O vídeo na internet já foi visto por 32 milhões de pessoas. Maior ícone da banda, o americano Grandpa Elliott, de 66 anos, é cego. Depois das ruas de New Orleans, já tocou em grandes palcos mundo afora e hoje se sentiu à vontade em Paraty.</p>	<p>Lua no céu. Músicos se apresentam no palco. Imagens de pessoas (turistas) ouvindo, de dia e numa rua da cidade, o grupo Playing for Change. Os músicos da banda cantam e dançam. O público aplaude. Imagens da rua cheia de turistas assistindo à apresentação do grupo na rua. Cenas do vídeo na internet mencionado em <i>off</i> — crédito: “Cesar Pope, Rio de Janeiro, Brazil” e “Twin Eagle Drum Group, Zuni, New Mexico”. O cego Elliot aparece cantando; usa uma espécie de “tampão” escuro em um dos olhos.</p>
Repórter (passagem)	<p>O pessoal do Playing for Change ainda está aqui, acabou a apresentação feita aqui, na rua, mas vocês já podem ouvir aí, né? Quem estava assistindo o Playing for Change não precisou andar muito, não, porque já tem outra banda começando a tocar.</p>	<p>Tiago Eltz está numa rua de Paraty; ao fundo, algumas pessoas. GC: “Tiago Eltz, Paraty, RJ”. Ele caminha pela rua enquanto fala seu texto. Algumas pessoas caminham pelo local; outras se concentram para ver uma banda se apresentar.</p>
Repórter (<i>off</i>)	<p>Até amanhã vai ser assim. Nos palcos ou nas ruas, a música vai fazer sua mágica.</p>	<p>Pessoas na rua. Músicos se apresentam no palco. O público</p>

		acompanha o show. Mais imagens do cego Elliot, desta vez tocando gaita. Outro artista estrangeiro canta, rodeado por mais pessoas.
--	--	--

Matéria 8: Estudantes recebem medalha de ouro da Olimpíada Brasileira de Matemática

Data: 21/06/11

Duração da reportagem: 2'03''

Repórter: André Luiz Azevedo

Sonora	Texto	Cenário/Imagens
Âncora (Fátima Bernardes)	Mais de 500 estudantes de todo o Brasil sentiram hoje o gostinho de receber uma medalha de ouro olímpica.	Estúdio do Jornal / Bancada dos apresentadores. William Bonner está ao lado de Fátima Bernardes.
Âncora (William Bonner)	São campeões de matemática.	Estúdio do Jornal / Bancada dos apresentadores. Fátima Bernardes está ao lado de Bonner.
Repórter (<i>off</i>)	O Theatro Municipal do Rio ficou lotado de jovens estudantes. Na plateia, pais orgulhosos não queriam perder um momento sequer dos campeões da Olimpíada Brasileira de Matemática.	Plateia no Theatro aplaude. Pais e familiares são destacados entre o público. Uma faixa com o nome "Vinícius" é erguida por duas pessoas. Uma fileira de estudantes recebe cumprimentos das autoridades, no palco.
Repórter (passagem)	Participam da Olimpíada os alunos das escolas públicas, da 6ª série até o ensino médio, e esse ano o número de participantes foi recorde: 19,6 milhões de estudantes. E apenas 504 conseguiram a nota máxima: a medalha de ouro em matemática.	O repórter faz sua passagem, tendo ao fundo a plateia e o palco do Theatro repleto de estudantes. GC: "André Luiz Azevedo, Rio de Janeiro".
Repórter (<i>off</i>)	Entre os alunos premiados, Laura. Ela é cega desde muito pequena e estuda no interior de Minas Gerais. A professora dela aprendeu Braille para poder ensiná-la, e agora Laura é medalhista de ouro.	Laura, ao lado de uma mulher (vidente), recebe cumprimentos de algumas autoridades no palco. Imagem de Laura de frente a um computador e com fone de ouvido, na sala de aula. Um mapa de Minas Gerais aparece na tela da TV, localizando a cidade de Senador José Bento. A professora de Laura, ao lado dela, passa algumas orientações, na sala de aula; outros estudantes estão em suas respectivas carteiras.
Entrevista (Laura, sem identificação em GC)	Minha professora me ajudou bastante.	Laura fala ao repórter no Theatro onde ocorre a premiação. Ao

		fundo, outros estudantes caminham.
	A presidente Dilma Rousseff entregou os prêmios para os grandes vencedores: os estudantes que já ganharam medalhas de ouro por mais de três anos seguidos. Henrique, André e Maria Clara chegaram ao topo. Eles são pentacampeões e vão ter o desafio extra de representar o Brasil na Olimpíada Mundial de Matemática, na Holanda. Será a primeira vez que estudantes da rede pública vão participar da competição, que terá também os melhores alunos das escolas particulares.	Imagem da presidente Dilma Rousseff cumprimentando Laura no palco do Theatro e ajudando a menina a se posicionar para tirar foto. Outros estudantes recebem o prêmio também. Henrique, André e Maria Clara estão conversando; ao fundo, mais estudantes. <i>Close</i> na medalha. Os três beijam suas respectivas medalhas. Mais imagens de estudantes no Theatro.
Entrevista (Maria Clara Mendes, estudante)	Às vezes, as pessoas não gostam de matemática por falta de incentivo, por falta de estímulo, mas qualquer um pode gostar mesmo.	Maria Clara fala ao repórter no Theatro; ao fundo, mais estudantes. GC identifica: “Maria Clara Mendes, estudante”.
Entrevista (André Costa, estudante)	Quando você passa a gostar de uma coisa, você começa a ter muito mais motivação pra você estudar e pra você conseguir desenvolver ainda mais.	André Castro dá entrevista; ao fundo, outros alunos. GC: “André Costa, estudante”.
	Segundo os organizadores, a Olimpíada demonstrou que, quando há bons professores, os alunos gostam de matemática. E a prova disso são os estudantes das escolas de Cocal dos Alves, no Piauí. Na semana passada, o Jornal Nacional mostrou que a cidade, com pouco mais de 5 mil habitantes, conquistou 14 medalhas, sendo 5 de ouro.	Mais imagens de estudantes no Theatro. Imagens de alunos estudando numa sala — aparece o mapa do Piauí, com a cidade de Cocal dos Alves em destaque. Imagens dos alunos em aula. Muitas medalhas são mostradas.
Entrevista (João da Cruz, coordenador regional de educação)	Eu acho que é uma junção de professor motivado, motivando aluno, apoios institucionais. Acho que tudo isso é que contribuiu pra o sucesso desse momento.	João da Cruz dá seu depoimento. Ao fundo, alguns estudantes observam. GC: “João da Cruz, coordenador regional de educação”. Um estudante mostra sua medalha. João da Cruz aparece numa roda, conversando com quatro alunos.

Matéria 9: Projeto usa música para ajudar jovens com deficiência

Data: 12/08/11

Duração da reportagem: 3’39’’

Repórter: Beatriz Castro

Sonora	Texto	Cenário/Imagens
Âncora (William Bonner)	O Jornal Nacional vai apresentar um projeto social executado no sul da Bahia, com o apoio	Estúdio do Jornal / Bancada dos apresentadores. Fátima Bernardes

	do Criança Esperança. Esse trabalho utiliza a música e muita sensibilidade pra ajudar crianças e adolescentes com necessidades especiais.	está ao lado de Bonner.
Repórter (<i>off</i>)	Dias de esperança estão iluminando a terra do descobrimento do Brasil. Em Porto Seguro, na Bahia, as notas musicais ecoam num cenário improvável, marcado pelas adversidades. Por aqui, o talento brota sem aceitar limitações. Rosileide, de 16 anos, é deficiente visual, mas nunca se rendeu à escuridão. Há quatro meses ela encontrou uma nova motivação na música.	Sol sai entre as nuvens. Crédito: “imagens Tony Lins”. Paisagem de Porto Seguro. Rosileide toca flauta na varanda de sua casa — a casa está sem acabamento, apenas com tijolo e cimento. Rosileide aparece tocando teclado, sentada no sofá de sua casa.
Entrevista (Rosileide Nunes Santos, estudante)	Eu tenho muitos planos, né? Eu quero tocar na orquestra mesmo, eu quero participar da orquestra, quero um dia poder fazer faculdade de música.	Rosileide fala à repórter. Está sentada no sofá, com o teclado no colo. GC: “Rosileide Nunes Santos, 16 anos”.
Repórter (<i>off</i>)	Alan, de 10 anos, também adora música.	Alan toca flauta.
Entrevista (Alan Nicolas, estudante)	Dá vontade de eu ficar alegre, dá vontade de eu sapatear, dá vontade de eu fazer um monte de coisa.	Alan dá seu depoimento, sentado em uma cama. GC: “Alan Nicolas, 10 anos”.
Repórter (<i>off</i>)	Hiperativo, o menino de 10 anos está encontrando o ritmo certo para se desenvolver.	Alan, de pé, está em sua casa. Depois, sentado na cama, bate palmas.
Entrevista (Elizabeth Silva, musicoterapeuta)	Ele se identificou muito com a bateria. Então, é na bateria que ele coloca as emoções dele pra fora, né? E aonde vem o equilíbrio.	Elizabeth fala à repórter, sentada numa casa, na casa de Alan.
Repórter (<i>off</i>)	Neste casarão, no centro de Porto Seguro, os destinos de 60 crianças e adolescentes especiais, como a Rosileide e o Alan, se encontram. Eles aprendem música de uma forma divertida, com jeito de brincadeira. O projeto ‘Geração de Sons’ surgiu graças ao apoio do Criança Esperança. As aulas são um momento mágico para os alunos com algum tipo de deficiência física ou mental. Aqui, por algumas horas, eles podem ser apenas crianças, exercendo o direito à alegria.	Fachada do casarão onde ocorrem as aulas do projeto. Alunos e professores estão reunidos no pátio. Ao ar livre, as crianças estão com baquetas nas mãos e as batem, formando sons, sob orientação do professor. Alguns alunos cantam, enquanto outros tocam com as baquetas em carteiras escolares — estão em círculo, ainda no pátio do casarão. Uma professora toca teclado.
Entrevista (Daniel Vilela, professor)	O segredo são as brincadeiras, o que a gente chama de lúdico, e principalmente amor, né? Trazer o carinho com cada um, pra tentar trazer eles da melhor forma.	Daniel dá seu depoimento, no pátio do casarão. GC: “Daniel Vilela, professor”. Muitos alunos estão ao fundo.
Repórter (passagem)	O projeto Geração de Sons é o irmão caçula da Orquestra Sinfônica do Descobrimento. Criada há apenas dois anos, a orquestra, que surpreende pela superação dos jovens músicos, apresenta o seu maior espetáculo: o da inclusão.	Repórter faz sua passagem em uma sala, dentro do casarão, onde, ao fundo, um professor rege cerca de três alunos, que tocam flauta ou percussão — entre eles, Rosileide, com flauta, e Alan, com baquetas.
Repórter (<i>off</i>)	A flauta de Rosileide e a percussão do Alan se	Rosileide e Alan tocam seus

	juntam aos violinos. É o ensaio do que o projeto pretende para o futuro: juntar todos os músicos numa só orquestra, onde as diferenças de cada um, assim como nas notas musicais, ajudem a formar uma só melodia, um só ritmo.	instrumentos musicais. Crédito: “produção Maria Fernanda Rebouças”. Alguns alunos tocam violinos. Crédito: “edição Charles Tricot, Wellington Swallon”. Professor rege os alunos — Rosileide e outros, com flauta, Alan com suas baquetas e os demais com violinos.
Entrevista (Moana Viterbo, diretora artística do projeto)	É a harmonia que se dá quando a gente tem instrumentos diferentes, pessoas diferentes, e assim a gente vai construir uma linda orquestra. É isso que a gente acredita.	Moana fala à repórter, na sala do ensaio. Ao fundo, os alunos estão sentados. GC: “Moana Viterbo, diretora artística do projeto”. Mais imagens de participantes tocando seus instrumentos (flauta, teclado e violino).
Âncora: nota-pé (Fátima Bernardes)	Você também pode contribuir para a campanha Criança Esperança. Para doar R\$ 7, ligue 0500 2011 007. Para doar R\$ 15, ligue 0500 2011 015. Para doar R\$ 40, ligue 0500 2011 040. Para garantir a doação, é preciso ouvir a mensagem até o fim. Para doar outros valores, entre no nosso site e clique na marca Criança Esperança. Os brasileiros que vivem no exterior só poderão doar pela internet. A sua doação é depositada diretamente na conta da Unesco e não tem que ter dedução fiscal.	Estúdio do Jornal / Bancada dos apresentadores. Bonner está ao lado de Fátima Bernardes. Vinheta do Criança Esperança, mostrando a logomarca do projeto e informações para doação (números de telefone e valores): “para doar R\$ 7,00: 0500 2011 007; para doar R\$ 15,00: 0500 2011 015; para doar R\$ 40,00: 0500 2011 040; para doar outros valores acesse: g1.com.br/jornalnacional. Custo da ligação: telefone fixo R\$ 0,39 + impostos / celular: R\$ 0,71 + impostos”. De volta à bancada, Fátima conclui o texto, enquanto Bonner a observa.

Matéria 10: OMS estima que metade dos fumantes morrerá por doença ligada ao tabaco

Data: 30/08/11

Duração da reportagem: 4’

Repórter: André Luiz Azevedo

Sonora	Texto	Cenário/Imagens
Âncora (William Bonner)	O Jornal Nacional exhibe esta semana uma série de reportagens sobre tabagismo. Para cada pessoa que fuma, há pelo menos uma outra que fica exposta à fumaça.	Estúdio do Jornal / Bancada dos apresentadores. Fátima Bernardes está ao lado de Bonner.
Âncora (Fátima Bernardes)	E o repórter André Luiz Azevedo mostra que muitos fumantes só conseguem largar o cigarro	Estúdio do Jornal / Bancada dos apresentadores. Bonner está ao

	quando descobrem que estão doentes.	lado de Fátima Bernardes.
Repórter (<i>off</i>)	Consultório do Hospital do Câncer no Rio. Rosa Garcia fuma há 36 anos; está com câncer no pulmão. Joel Ferreira é fumante desde os 14; tem câncer na laringe. Maria Helena fuma há 40 anos e tem câncer na boca.	Imagem de cigarro sendo apagado. Imagens de fumaça de cigarro e de um fumante. No consultório do Hospital do Câncer no Rio, um grupo de pessoas está sentado, em círculo. Destaque nos personagens citados: Rosa, Joel e Maria Helena. Crédito: “imagens Pedro Acyr, Sisley Monteiro”.
Entrevista (Maria Helena, não identificada em GC)	Pode ter sido cigarro, sim. Porque eu só fumo desse lado.	Maria Helena dá seu depoimento, na mesma sala, sentada. Ao fundo, estão outros membros do grupo.
Repórter (<i>off</i>)	Numa pesquisa feita em 14 países, que representam metade da população mundial, o Brasil se destacou como o segundo país com menor percentual de fumantes. Isso representa quase a metade do que era há 22 anos. Segundo os dados oficiais, são cerca de 25 milhões de fumantes no Brasil.	Imagem de cigarro. Infográfico revela, segundo dados da OMS (2008-2010), o percentual de fumantes em diversos países. No Brasil, é de 18%. O país com menor índice é o México, com 16%, e o maior, Bangladesh, 43%. O gráfico compara que, em 1989, o percentual no Brasil era de 32%, contra os 18% de 2010. Pessoas andando numa rua movimentada. Imagem de um fumante, acompanhada pelo crédito: “24,6 milhões de fumantes” (no Brasil).
Entrevista (Alexandre Padilha, ministro da Saúde)	Nós queremos reduzir ainda mais essa proporção. E o nosso alvo, em primeiro lugar, são as mulheres, os jovens e as pessoas de mais baixa escolaridade.	O ministro dá seu depoimento numa sala. GC: “Alexandre Padilha, ministro da Saúde”.
Repórter (<i>off</i>)	O problema não é só dos fumantes. Quem está em volta também sofre: 24 milhões de pessoas no Brasil são fumantes passivas, dentro de casa. No apartamento da corretora de seguros Ana Cecília, ela é a única que fuma.	Imagem de cigarro sendo aceso. Imagens de fumantes. Crédito: “24,6 milhões de fumantes passivos em casa”. Imagem de cigarro e, ao fundo (por meio de uma montagem da edição), uma família com três mulheres. <i>Close</i> em Ana Cecília.
Entrevista (aparentemente, filha de Ana Cecília, não identificada em GC)	Não gosto de ficar perto, é muito ruim o cheiro.	A adolescente dá seu depoimento. Está sentada no sofá de seu apartamento.
Entrevista (Anna Maria Levy de Lavor, mãe de Ana Cecília)	Ela fuma lá no quarto dela, e a fumaça vem pra cá. Todo mundo fala que quem não fuma, mas tem gente que fuma dentro da casa, é fumante passivo. E não é bom.	Anna Maria fala ao repórter, na sala do apartamento. GC: “Anna Maria Levy de Lavor, mãe da Ana Cecília”. Imagem de Ana Cecília fumando. Câmera abre o enquadramento, mostrando Anna e a filha, ao seu lado.

Repórter (<i>off</i>)	Diante de tanta pressão, Ana Cecília diz que tem de ir pra rua, pra fumar, e isso não acontece só em casa.	Ana Cecília abre a porta e sai do prédio para a rua. Está fumando.
Entrevista (mãe de Ana Cecília)	No trabalho é proibido, né? Não posso, tem que fumar escondido.	Ana Cecília fala ao repórter na rua. Imagem dela fumando.
Repórter (passagem)	As restrições ao fumo não são as mesmas no Brasil inteiro, já que muitos estados e municípios têm leis específicas, que são mais severas até do que a legislação federal, que é de 15 anos atrás.	O repórter fala seu texto numa rua da cidade. GC: “André Luiz Azevedo, Rio de Janeiro”.
Repórter (<i>off</i>)	A lei federal proíbe o fumo em recintos fechados coletivos, mas autoriza áreas para fumantes, conhecidas como fumódromos. Sete estados já têm legislação própria com proibição total ao fumo em qualquer ambiente fechado. Um projeto de lei em discussão no Congresso quer levar a restrição para todo o País.	Imagem de mulher acendendo o cigarro num recinto fechado. Imagens de outros fumantes. Infográfico revela os sete estados do País que proíbem totalmente o fumo em ambientes fechados (PR, SP, RJ, PB, RO, AM, RR). Imagens de mais fumantes e de cartazes afixados da campanha “Rio sem fumo”.
Entrevista (Felipe Mendes, técnico da Comissão de Controle do Tabaco)	Somente uma proibição integral do tabagismo nos ambientes fechados é eficaz pra proteger a saúde da população.	Felipe Mendes dá entrevista numa sala, de casa ou escritório. GC: “Felipe Mendes, técnico da Comissão de Controle do Tabaco”.
Repórter (<i>off</i>)	A Organização Mundial da Saúde afirma que metade dos fumantes vai morrer por alguma doença relacionada ao tabaco. No Brasil, são 200 mil mortes por ano devido ao tabagismo, segundo o Instituto Nacional de Câncer. O médico do instituto usa uma imagem chocante para mostrar as doenças provocadas pelo fumo. Da cabeça à ponta do pé, é o cigarro que pode fazer tudo isso.	Imagem de embalagens de cigarro. Imagem de pessoas na rua, com o crédito: “200 mil mortes por ano”. Imagem de cigarro. Crédito: “produção Michelle Dominguez”. Mostra-se o médico e, em seguida, a imagem (ilustrativa) de um organismo humano muito deteriorado pelo fumo.
Entrevista (Ricardo Meirelles, médico do INCA)	Fumante é uma pessoa que vai ter mais pneumonia, mais tuberculose, né? Mais infecções respiratórias altas, como sinusite e outras. E outras substâncias também no cigarro vão levar a alterações oculares; então, o cigarro também pode levar à cegueira. Osteoporose também é muito frequente.	O médico dá seu depoimento; ao fundo, a ilustração do corpo deteriorado pelo cigarro está projetada num telão. GC: “Ricardo Meirelles, médico do INCA”. <i>Close</i> na cabeça e no olho do corpo humano ilustrado.
Repórter (<i>off</i>)	No caso do câncer, mesmo para quem já está doente por consequência do cigarro, os médicos alertam sobre a importância de parar de fumar.	Imagem de pessoas andando pela rua.
Entrevista (Cristina Cantarino, médica do INCA)	O resultado do tratamento do câncer num paciente que para de fumar logo após o diagnóstico é melhor. Quer dizer, ele vai ganhar em qualidade de vida e em sobrevivência se ele parar de fumar.	Cristina fala ao repórter, na mesma sala do começo do VT; ao fundo, estão outros participantes do grupo. GC: “Cristina Cantarino, médica do INCA”.
Repórter (entrevista)	E agora, você parou ou continua fumando?	Repórter entrevista Maria Helena, a mesma personagem do começo

		da matéria. Ambos estão sentados; ao fundo, outros membros do grupo.
Entrevista (Maria Helena, não identificada em GC)	Parei, eu estou parando, 23 dias, parei.	Maria Helena responde à pergunta feita. O cenário permanece o mesmo. Em seguida, imagem de cigarro sendo apagado.
William Bonner: nota-pé	Depois de amanhã, portanto na quinta-feira, a terceira e última reportagem da série vai mostrar que 19 milhões de fumantes precisam de tratamento pra largar o cigarro.	Estúdio do Jornal / Bancada dos apresentadores. Apenas Bonner é enquadrado pela câmera. Crédito: “William Bonner”.

Matéria 11: Treinamento ensina alunos de escolas do Rio como agir em caso de enchentes

Data: 26/09/11

Duração da reportagem: 2’12’’

Repórter: Mônica Sanches

Sonora	Texto	Cenário/Imagens
Âncora (Fátima Bernardes)	Alunos de escolas públicas do Rio estão passando por um treinamento que ensina como agir durante temporais e enchentes. As orientações podem salvar vidas.	Estúdio do Jornal / Bancada dos apresentadores. Apenas Fátima Bernardes é enquadrada pela câmera. Ao fundo, no telão do JN na redação, imagem de chuva forte.
Repórter (<i>off</i>)	Thiago se disfarça de idoso, Isabelle ganha uma barriga de grávida, e Michael Douglas está pronto para interpretar um ferido.	Uma mulher ajuda Thiago a se caracterizar como idoso. Isabelle, simulando uma grávida (com uma barriga falsa e uma boneca nos braços), anda pela sala de aula, entre os colegas de classe que estão assentados na carteira escolar. A mulher ajuda Michael com os “curativos” na cabeça.
Repórter (passagem)	Os alunos do 5º ano têm várias responsabilidades neste simulado. Eles representam moradores da comunidade que receberam treinamento e atuam como agentes de saúde, da Defesa Civil e também assistentes sociais. Eles vão organizar e liderar a saída das turmas do 1º ao 4º ano. E aí, todo mundo preparado?	Repórter faz sua passagem enquanto caminha pela sala de aula. GC: “Mônica Sanches, Rio de Janeiro”. Os alunos estão assentados em suas respectivas carteiras escolares. Um deles, virado para trás, traz uma faixa nas costas com a inscrição “Assist. Social”.
Entrevista (alunos respondem em coro)	Sim!	Alunos respondem à repórter. Continuam na sala de aula.
Repórter (<i>off</i>)	A escola fica na Favela do Borel, Zona Norte	Fachada da escola. Imagem da

	do Rio. Uma das mais de 40 comunidades que têm um sistema de alarme quando há risco de deslizamento. Com calma, os monitores, começam a percorrer as salas.	Favela do Borel. <i>Close</i> no sistema de áudio (alarme) da escola. Outra imagem da Favela. Na sala de aula, alunos ouvem o sinal sonoro. Três deles, representando agentes, entram em outra sala e falam aos colegas.
Criança (fala aos alunos)	“Bom dia! Somos da saúde e viemos retirá-los para o ponto de apoio.”	Uma garota fala aos colegas, numa sala de aula.
Outra criança (fala aos alunos)	“Não esqueçam do documento e o remédio!”	Outra menina completa a orientação aos colegas. Os demais alunos preparam-se para sair da sala.
Repórter (<i>off</i>)	Casais com crianças de colo têm prioridade, assim como pessoas com necessidades especiais e os mais velhos. Em cada tenda, os agentes comunitários fazem uma chamada.	Crianças caminham por um corredor da escola. Destaque para as que interpretam casais com crianças de colo, uma menina que anda com muletas, e o garoto Thiago interpreta um idoso. Imagem dos alunos na tenda.
Repórter (entrevista)	E se faltar alguém?	Repórter pergunta a um garoto, numa “tenda” na escola. Há outras crianças no local.
Entrevista (Patrick Lemos, estudante)	Nós comunicaremos os familiares e, se a pessoa não for encontrada, ligaremos pro telefone de emergência.	Patrick responde à repórter. GC: “Patrick Lemos, 11 anos”.
Repórter (<i>off</i>)	O barulho é de chuva forte e trovões. A escola é mesmo um ponto de apoio para temporais. E Matheus leva a sério a interpretação de um deficiente visual em perigo.	Um homem mexe numa caixa de som da escola, emitindo um barulho semelhante ao de chuva e trovões. Alunos caminham pela escola, em fila, de mãos dadas. O garoto Matheus interpreta um cego; está de óculos escuros e rodeado por outros colegas.
Entrevista (Matheus Alves da Silva, estudante)	Se a gente continuasse em casa, a gente ia correr risco de morrer.	Matheus dá entrevista à repórter, rodeado de colegas. GC: “Matheus Alves da Silva, 10 anos”.
Entrevista (Lenita Vilela, diretora da escola)	São momentos onde as pessoas entram em pânico. E a criança, sabendo o que fazer, ela ajuda a orientar a sua família para que nada saia errado.	A diretora dá seu depoimento. Ao fundo, as crianças estão sentadas junto às mesas do salão escolar. GC: “Lenita Vilela, diretora da escola”.
Repórter (<i>off</i>)	De norte a sul do País, as chuvas provocam tragédias. E as prefeituras não precisam de muitos recursos para fazer treinamentos como este.	Imagens de arquivo de chuvas. Crédito: “setembro – 2011”. Um mapa de Santa Catarina aparece na tela. O mapa do Rio de Janeiro também aparece em seguida, junto com o crédito “janeiro – 2011” e as imagens dos efeitos da chuva no período.

Entrevista (Márcio Motta, subsecretário de Defesa Civil – RJ)	Isso não custa nada, basta apenas serem orientados e participar do treinamento.	Márcio fala à repórter. Está em frente a um prédio, possivelmente o da Defesa Civil do Rio. Há um carro oficial estacionado no local. GC: “Márcio Motta, subsecretário de Defesa Civil – RJ”.
---	---	---

Matéria 12: Falta de cães-guia dificulta ainda mais vida de brasileiros que não enxergam

Data: 24/10/11

Duração da reportagem: 2’24’’

Repórter: Wallace Lara

Sonora	Texto	Cenário/Imagens
Âncora (William Bonner)	Os brasileiros que não enxergam ou que enxergam muito pouco estão enfrentando uma dificuldade adicional no nosso País. Faltam cães-guia. E isso é grave, porque a ajuda deles é preciosa.	Estúdio do Jornal / Bancada dos apresentadores. Fátima Bernardes está ao lado de Bonner.
Repórter (<i>off</i>)	Jack caminha com tranquilidade pela cidade. Está pronto para conduzir com segurança qualquer tipo de deficiente visual. Mitiko ainda está aprendendo. Já consegue subir escadas e sabe o momento certo de atravessar a rua. O treinamento dura dois anos e é feito por instrutores como Adylson.	Cão-guia Jack caminha com um homem pela rua da cidade. Eles atravessam a rua, pela faixa de pedestres. Mitiko caminha por uma calçada com outro homem. Mitiko sobe escadas; atravessa a rua, sobre a faixa de pedestres, com seu instrutor.
Entrevista (Adylson Lima, adestrador de cães)	O cão-guia brasileiro, treinado no Brasil, ele guia em qualquer parte do mundo.	Adylson fala ao repórter, numa calçada — ao fundo, carros andam pela rua da cidade. GC: “Adylson Lima, adestrador de cães”.
Repórter (<i>off</i>)	Mesmo assim, o País tem apenas 70 cães-guia para uma população de 170 mil cegos e 2,5 milhões de pessoas com baixa visão.	Imagem do cão-guia Mitiko andando com seu instrutor, Adylson, sobre trilhos de trem. Eles atravessam a rua. Créditos destacam: “170 mil cegos” e “2,5 milhões com baixa visão”.
Repórter (passagem)	No Brasil, não é simples ter um cão-guia. Existem poucos centros de treinamento, e faltam profissionais preparados para adestrar os animais de maneira adequada.	Repórter faz sua passagem numa calçada; atrás dele, há pessoas, como o instrutor com o cão-guia Mitiko atravessando a rua. GC: “Wallace Lara, São Paulo”.
Repórter (<i>off</i>)	Formar um cão-guia custa em torno de R\$ 25 mil. Mas o animal não pode ser vendido — é apenas cedido ao deficiente. Num projeto pioneiro, desenvolvido por uma entidade ligada	Cão-guia andando pela rua com o instrutor. Sobem uma rampa. Andam pela calçada. Uma mulher alimenta outro cão-guia (Frontier)

	à indústria paulista, 32 filhotes, como Frontier, são adotados por famílias. Em casa, os animais aprendem a obedecer regras básicas para, depois, num centro de treinamento, completar a formação de cão-guia, para uso de um deficiente.	em frente a uma casa. O cão brinca com um osso. Além da mulher, um homem está próximo e, em seguida, sai com o cachorro numa coleira.
Entrevista (mulher não identificada em GC)	O sentimento é de poder ajudar alguém que você não conhece. Dar amor a um cachorro e depois ele ir embora.	Uma mulher, não identificada em GC, dá entrevista, em frente de casa.
Repórter (<i>off</i>)	O desafio é transformar Frontier em um cão como Broke. Esse simpático Labrador já salvou a vida do seu dono.	Frontier anda pela rua com o homem (vidente) que, ao que parece, está treinando o cão. Broke anda com seu dono, Daniel Sisti, pela cidade.
Entrevista (Daniel Sisti, funcionário público)	Nós estávamos parados lá, em frente ao elevador, e eu pedi, né? A porta abriu, e eu pedi pra ele entrar. Na terceira vez que ele não entrou, eu acabei descobrindo que o elevador não estava.	Daniel dá seu depoimento dentro de um prédio. Ao fundo, há um elevador com pessoas entrando e saindo. GC: “Daniel Sisti, funcionário público”.
Repórter (<i>off</i>)	Broke recebeu treinamento no instituto criado por Thays. Foi ela que, em 2006, brigou e ganhou na Justiça o direito de andar com Bóris no metrô de São Paulo. Hoje, uma lei federal garante a entrada de cães-guia, como Diesel, em qualquer ambiente coletivo.	Broke está deitado, ao lado de Daniel. Imagens de arquivo: Thays caminha com um cão-guia pelo terminal de metrô. Crédito: “arquivo”. Thays está dentro do metrô, em pé, com seu cão deitado perto dela. Ao fim dessas imagens de arquivo, vê-se Thays sentada, dentro de um ônibus, na companhia de seu cão Diesel, que aparece deitado ao lado dela.
Entrevista (Thays Martinez, presidente do Instituto Íris)	Ele me dá muita liberdade, ele me dá muita autonomia e muita segurança. E, além de tudo, né, é uma delícia conviver com esses cães, né? Mesmo em casa, onde eles não trabalham, são companheiros.	Thays fala ao repórter em seu local de trabalho. Ao fundo, mesa, computador, bolsa e pilhas de pastas/papéis compõem o cenário. Ela não usa óculos escuros. GC: “Thays Martinez, pres. Instituto Íris”. Imagem de Thays sentada em sua cadeira, no trabalho, acariciando Diesel, que está deitado perto dela.

Matéria 13: Crianças criam robôs com peças de brinquedo em campeonato

Data: 15/11/11

Duração da reportagem: 1’53’’

Repórter: Lília Teles

Sonora	Texto	Cenário/Imagens
Âncora (Carla Vilhena)	Começou hoje, no Rio de Janeiro, um campeonato onde crianças e adolescentes criam robôs com peças de brinquedo.	Estúdio do Jornal / Bancada dos apresentadores. Apenas Carla é enquadrada pela câmera.
Repórter (<i>off</i>)	Até que parece, mas não é uma simples brincadeira. Estes robôs, formados por peças montáveis de brinquedo, têm um propósito: estimular a pesquisa. Eles são produzidos por crianças de 9 a 15 anos que estão aprendendo robótica. O tema este ano é medicina. A intenção é criar protótipos de equipamentos que possam melhorar a vida de pessoas com algum tipo de deficiência ou doença grave. A bengala, com sensores na ponta, é pra orientar a locomoção de deficientes visuais e surgiu pelas mãos destes cinco meninos.	Alunos observam um pequeno robô, que anda sobre uma grande mesa. Mãos montando uma peça. Crédito: “imagens Edson Santos”. Um rapaz monta e manuseia um robô. Imagens dos robôs atuando e de alunos observando ou mexendo neles. Mostra-se a bengala que apita. Um aluno faz uma simulação com a bengala: anda até uma lixeira, a bengala apita ao chegar perto dela, e o adolescente desvia do obstáculo; enquanto isso, outros alunos e um homem observam, todos dentro de uma sala de aula. Cinco alunos estão sentados numa mesa circular, e o professor dá orientações a eles.
Entrevista (Daniel Friedman, estudante)	Quando a bengala se aproxima de algum obstáculo, de algum obstáculo, ela começa a apitar.	Daniel fala à repórter, na sala de aula; ao fundo, outros colegas, de pé, assistem à entrevista. GC: “Daniel Friedman, 12 anos”. Imagem da bengala apitando ao se aproximar de um obstáculo.
Repórter (<i>off</i>)	Este outro grupo desenvolveu um modelo de maca que deixa o paciente em pé.	Outro grupo, com mais de cinco alunos, está numa sala de aula, com seu pequeno robô. Ele contém uma pequena maca que, ao ser erguida, deixa o boneco (simulando um paciente) de pé.
Entrevista (Elisa Gonçalves de Andrade, estudante)	Preveniria que pessoas, depois de processos cirúrgicos, tivessem que fazer um esforço que poderia prejudicar na recuperação.	Elisa dá entrevista na sala de aula, enquanto seus colegas estão ao fundo, sentados. GC: “Elisa Gonçalves de Andrade, 15 anos”.
Repórter (passagem)	É nesta mesa que o robô tem que mostrar eficiência. Todos os obstáculos são ligados à medicina. Aqui, por exemplo, o robô tem que identificar essas células escuras, que são de câncer, colar um osso quebrado, instalar o marca-passo no coração, desobstruir uma artéria entupida. Uma brincadeira que pode estimular a formação de futuros médicos, engenheiros e pesquisadores.	Repórter faz sua passagem na quadra da escola onde a Feira está ocorrendo. Ela apresenta uma mesa onde um dos robôs atua. GC: “Lília Teles, Rio de Janeiro”. Ela mostra os elementos mencionados: “células” (espécie de ‘cubos’) escuras, um osso quebrado que é consertado por ela na hora, um marca-passo, uma simulação de artéria entupida.
Repórter (<i>off</i>)	As turmas têm um tempo de dois minutos e	Imagens dos alunos e de robôs em

	meio pra cumprir a tarefa. Vence quem for mais eficiente. Mas ganham todos, que aprenderam brincando.	funcionamento. Crédito: “produção Angelo Tortelly”.
Entrevista (aluno não identificado em GC)	No meio das aulas, a gente aprende uma coisa nova e: “cara, olha o robô, a gente pode botar isso no robô!”	Um adolescente fala à repórter. Ao fundo, outros alunos observam um robô.
Entrevista (homem não identificado em GC)	O nosso intuito é conseguir fazer com que ciência e tecnologia seja tão legal quanto os esportes de modo geral, futebol, e assim por diante.	Alunos mexendo num robô. Imagem do entrevistado, um homem não identificado em GC. Imagem dos alunos alegres na Feira; dois deles se cumprimentam, como que celebrando um conquista.

Matéria 14: Censo 2010 reforça desafio do Brasil em dar uma vida digna aos deficientes

Data: 21/11/11

Duração da reportagem: 2’39’’

Repórter: André Luiz Azevedo

Sonora	Texto	Cenário/Imagens
Âncora (William Bonner)	O Censo 2010 também pesquisou o número de brasileiros que declararam ter algum tipo de deficiência. São pessoas que apresentam algum grau de dificuldade de enxergar, de ouvir ou com uma deficiência motora, por exemplo.	Estúdio do Jornal / Bancada dos apresentadores. Fátima Bernardes está ao lado de Bonner.
Âncora (Fátima Bernardes)	O repórter André Luiz Azevedo mostra que os dados apresentados pelo IBGE surpreendem.	Estúdio do Jornal / Bancada dos apresentadores. Bonner está ao lado de Fátima Bernardes.
Repórter (<i>off</i>)	Uns nasceram com a deficiência, outros são vítimas de doenças ou acidentes. O militar Diego Loureiro ficou paraplégico num acidente de moto há três anos.	Dois garotos cadeirantes estão sendo colocados num veículo (Kombi, aparentemente) por três homens. Uma paciente faz exercícios com o braço, sentada e orientada por uma profissional da saúde. Um homem se exercita numa bicicleta de ginástica. Diego Loureiro anda, com duas pernas mecânicas, num percurso, apoiando-se em duas barras laterais; parece estar numa clínica de tratamento/fisioterapia. Uma cadeira de rodas está no fim do percurso.
Entrevista (Diego Loureiro, militar reformado)	Já me adaptei um pouco. Já adaptei meu carro. Já tenho uma locomoção maior, uma independência maior.	Diego dá seu depoimento, em pé, segurando nas barras do percurso citado. GC: “Diego Loureiro,

		militar reformado”.
Repórter (<i>off</i>)	Segundo o Censo de 2010, 45 milhões de brasileiros disseram ter algum tipo de deficiência, ou seja, quase 24% da população. Na hora de responder o questionário, era possível declarar ter alguma dificuldade, grande dificuldade e impossibilidade total. As pessoas que se enquadraram nas duas últimas categorias foram consideradas com deficiência grave.	Infográfico destaca: “Censo 2010 pessoas com deficiências: 45.623.910 pessoas, fonte: IBGE”. Um novo dado aparece no gráfico: 23,92% da população. Mais informações gráficas: “respostas do questionário: 1) alguma dificuldade; 2) grande dificuldade; 3) impossibilidade total”. Durante o <i>off</i> , as duas últimas opções são realçadas e caracterizadas: “deficiência grave”.
Repórter (passagem)	Ter uma deficiência física grave é muito mais comum do que se imagina no Brasil. Quase 13 milhões de pessoas responderam aos pesquisadores do IBGE que sim, que têm uma grave deficiência motora, visual, auditiva ou mental. O resultado divulgado pelo Censo mostra o imenso desafio, que é dar uma vida digna a esses milhões de brasileiros.	O repórter faz sua passagem ao ar livre; no cenário, há algumas pessoas com deficiência, principalmente motora, paradas, a maioria sentadas. GC: “André Luiz Azevedo, Rio de Janeiro”.
Repórter (<i>off</i>)	Mais de dois milhões afirmaram ter deficiência auditiva grave; mais de quatro milhões declararam ter problemas motores severos; e o maior número disse ter uma grande dificuldade ou nenhuma capacidade de enxergar. Em muitos casos, a pessoa tem mais de uma deficiência. Esta advogada tem apenas 5% de visão em um dos olhos. Ela é a chefe do departamento jurídico de uma organização de defesa das pessoas com deficiência. Diz que os números mostram o tamanho da responsabilidade com esta parcela da população.	Infográfico: “Censo 2010: 2.147.366 deficiência auditiva grave; 4.442.246 deficiência motora severa; 6.585.308 grande dificuldade ou nenhuma capacidade de enxergar; fonte: IBGE”. A advogada põe um óculos adaptado; no lado esquerdo, há uma espécie de luneta pequena. Aparece, em seguida, sentada à mesa de trabalho, com uma pilha de papéis; ela está digitando em um computador — o tamanho da fonte (letra) na tela é maior que o comum.
Entrevista (Priscila Selares, advogada)	Tem um estudo que diz que a legislação brasileira destinada à pessoa com deficiência é a melhor lei das Américas, mas, no entanto, a menos cumprida.	Priscila fala ao repórter, sentada à mesa, no seu trabalho. GC: “Priscila Selares, advogada”.
Repórter (<i>off</i>)	Natália e Nicolas nasceram com paralisia cerebral. Maria de Lurdes se dedica integralmente aos filhos.	Natália está numa cadeira de rodas, junto a uma mesa de sua casa. Nicolas digita no computador, perto dela. Crédito: “produção Olivia Haiad, Michelle Rodriguez”. Maria de Lurdes ajeita a filha na cadeira de rodas. Nicolas continua em frente ao computador.

Entrevista (Maria de Lurdes Brandão, dona de casa)	Eu tenho que dar o café, eu tenho que dar o banho, eu tenho que vestir, arrumar a mochila do colégio, né? Aí, é muita coisa.	Maria fala ao repórter, de pé e atrás dos dois filhos, sentados em suas respectivas cadeiras de rodas. Continuam em casa.
Repórter (<i>off</i>)	Nicolas está na nona série. E Natália está terminando o Ensino Médio.	Nicolas está sentado, de frente para o computador. Natália está em sua cadeira de rodas, à mesa; atrás dela, está a mãe, Maria de Lurdes, de pé.
Entrevista (Maria de Lurdes Brandão, dona de casa)	Eu sempre ouvi dizer que lugar de criança é na escola, né? São crianças, vão pra a escola. E agora, ver Natália no terceiro ano, quase terminando o Ensino Médio, né? Pra mim, é uma emoção muito grande.	Continua a entrevista da mãe ao repórter. Apenas ela é enquadrada pela câmera; atrás dela, uma cortina da casa. GC: “Maria de Lurdes Brandão, dona de casa”. Imagem da mãe empurrando a cadeira de rodas com a filha, descendo uma rua.

Matéria 15: Prêmio Innovare é entregue em Brasília

Data: 15/12/11

Duração da reportagem: 2’15’’

Repórter: Cláudia Bomtempo

Sonora	Texto	Cenário/Imagens
Âncora (Patrícia Poeta)	Foi entregue hoje, em Brasília, o prêmio Innovare, que apresenta iniciativas pra modernizar a Justiça. Esse ano, os trabalhos vencedores foram sobre inclusão social e combate ao crime organizado.	Estúdio do Jornal / Bancada dos apresentadores. A câmera enquadra apenas Patrícia Poeta.
Repórter (<i>off</i>)	O prêmio Innovare conta com o apoio das Organizações Globo e há oito anos é dado a autores de práticas inovadoras, que trazem benefícios para a sociedade. É o caso dessa juíza de Porto Alegre. Ela organizou um centro de gravação de audiências onde os funcionários são deficientes visuais. Eles conseguiram um emprego, e os processos ficaram mais rápidos.	Salão cheio de pessoas. Uma mulher é premiada por um homem, ao som de aplausos da plateia. Outros homens e mulheres aparecem dando e recebendo prêmios. A juíza Salise Monteiro aparece numa sala com estante repleta de papéis (ações judiciais, possivelmente). Mais de cinco deficientes visuais estão numa sala de computadores, digitando e usando fone de ouvido.
Entrevista (Salise Monteiro Sanchotene, juíza federal)	A Justiça Federal abriu um espaço de inserção social, que ate então não havia, e conseguiu com isso criar um novo mercado de trabalho pros cegos.	Salise Monteiro fala à repórter em frente a um prédio não identificado, à noite. GC: “Salise Monteiro Sanchotene, juíza federal”.

Repórter (<i>off</i>)	No Rio de Janeiro, esse promotor propôs uma parceria entre o Ministério Público e a Polícia Civil, para análise dos crimes de homicídio. A prática diminuiu a burocracia e o tempo do processo.	Imagens do promotor em uma sala de trabalho, com outros dois homens e uma mulher. Imagens de salas com estantes cheias de processos judiciais.
Entrevista (Pedro Borges Mourão, promotor de Justiça)	Mais cidadãos tiveram um bom serviço de Justiça prestado e, conseqüentemente, foram incluídos socialmente.	Pedro Mourão dá entrevista à repórter, em frente ao mesmo prédio onde Salise também o fizera. GC: “Pedro Borges Mourão, promotor de Justiça”.
Repórter (<i>off</i>)	Para este advogado, a preocupação maior era o dinheiro público desviado pela corrupção. Ele trabalha na Advocacia Geral da União e recrutou advogados de todas as procuradorias da União. Formou um grupo de investigadores que em três anos recuperou mais de R\$ 1 bilhão.	Imagem do advogado André Mendonça, conversando com outras cinco pessoas, todos sentados junto a uma mesa, em local de trabalho. <i>Close</i> em um livro com a palavra “corrupção” compondo sua capa. Imagens de outros profissionais trabalhando, no computador, falando ao telefone, conversando.
Entrevista (André de Almeida Mendonça, diretor do departamento de Patrimônio da AGU)	Pra você combater a corrupção, você não pode ser um advogado de gabinete. Você tem que pesquisar, você tem que investigar.	André fala à repórter. Ao fundo, um computador da sala de trabalho. GC: “André de Almeida Mendonça, diretor do depto. de Patrimônio - AGU”.
Repórter (passagem)	Muitas dessas práticas que estão sendo premiadas hoje serão levadas para outras regiões do Brasil pelo Instituto Innovare. O objetivo é fazer com que as ações que deram certo sirvam para aproximar a Justiça do cidadão.	A repórter faz sua passagem no salão onde a premiação estava ocorrendo. Atrás dela, vê-se a plateia, lotada. GC: “Cláudia Bomtempo, Brasília”.
Entrevista (Sérgio Renault, diretor vice-presidente do Instituto Innovare)	Esse é o objetivo principal: fazer com que essas praticas possam ser difundidas em outras realidades, em outros estados, em outros, em outros municípios, porque elas são importantes e podem trazer resultados relevantes pra população.	Sérgio Renault dá entrevista à repórter, no local do evento. Atrás dele, há outras pessoas, algumas paradas, outras andando.
Repórter (<i>off</i>)	Para um dos idealizadores do Instituto, essas práticas modernizam a Justiça brasileira.	Márcio Bastos fala ao microfone para a plateia do evento. Imagens de outras pessoas presentes na cerimônia.
Entrevista (Márcio Thomaz Bastos, presidente do Conselho Superior do Instituto Innovare)	Aqui, nós estamos identificando o Judiciário que dá certo, o Judiciário que funciona, o Judiciário que cria, que constrói condições pra que a Justiça seja mais barata, mais acessível, mais perto do povo.	Ele dá seu depoimento ao JN; ao fundo, há pessoas transitando pelo local do evento.

Matéria 16: Aparelho criado por estudantes de MG pode ajudar deficientes visuais**Data:** 27/12/11**Duração da reportagem:** 1'38''**Repórter:** Ricardo Soares

Sonora	Texto	Cenário/Imagens
Âncora (Ana Paula Araújo)	Estudantes de Engenharia de Minas Gerais criaram um aparelho que irá ajudar as pessoas com deficiência visual numa atividade comum do dia a dia.	Estúdio do Jornal / Bancada dos apresentadores. A câmera enquadra apenas Ana Paula.
Repórter (<i>off</i>)	O projeto, feito a muitas mãos, nasceu de uma situação que envolvia risco de acidente.	Três rapazes estão numa sala, mexendo em equipamentos. Um aparelho com luzes em três cores (verde, amarelo e vermelho) é mostrado.
Entrevista (Guilherme Camelo, estudante)	Eu me deparei com uma situação onde eu vi um deficiente atravessando uma rua, há mais ou menos uns 200 metros, onde ele estava atravessando a rua sem auxílio de nenhuma pessoa, apenas na audição.	Guilherme fala ao repórter, sentado à mesa de trabalho/estudo; atrás dele, outro estudante também está sentado, acompanhando a entrevista. GC: “Guilherme Camelo, estudante”.
Repórter (<i>off</i>)	O grupo de estudantes de Engenharia Elétrica fez testes durante quatro meses até surgir o protótipo. Preso ao braço, ele produz três vibrações diferentes, cada uma sincronizada com uma cor do sinal de trânsito. O sistema foi inspirado no controle de um videogame	Os três universitários estão mexendo em aparelhos elétricos, na mesma sala. Mostra-se o protótipo, preso ao braço de uma mulher (cega), emitindo um barulho, na rua. Semáforo acende a luz verde e, depois, a vermelha. Dois dos estudantes mexem em aparelhos novamente, na mesma sala.
Entrevista (Rafael Silveira, estudante)	Se o cara do videogame percebe que tem um perigo, a manete vibrou, então é o mesmo, o mesmo princípio que a gente vai utilizar pro deficiente visual.	Rafael fala ao repórter, sentado, atrás de Guilherme, na sala de serviço. GC: “Rafael Silveira, estudante”.
Repórter (passagem)	Pra funcionar na prática, o sistema precisa apenas da instalação de um chip como esse no poste de semáforo. A partir daí, a comunicação é instantânea, e o radinho receptor passa a ser o guia de quem não tem o sentido da visão.	O repórter faz sua passagem na rua. GC: “Ricardo Soares, Belo Horizonte”. Atrás dele, carros passam pelo local, e há um semáforo. Ele mostra um chip. Em seguida, vira-se e atravessa a rua, pela faixa de pedestres, enquanto mostra o rádio receptor e acaba de falar seu texto.
Repórter (<i>off</i>)	Regina diz que uma vantagem é não se confundir em locais barulhentos.	Regina está na rua, com o protótipo no braço. Atrás dela, prédios, um semáforo e fiações da

		rede elétrica. Regina aguarda para atravessar a rua pela faixa de pedestres; usa uma bengala branca, e não está com óculos escuros.
Regina Dornelas (diz ao atravessar a rua)	Pra mim, agora, está vermelho para os carros.	Regina fala e atravessa a rua, pela faixa de pedestres.
Entrevista (Regina Dornelas, atleta)	Na maioria das vezes, é as pessoas que não veem a gente, né? A gente sente a presença deles, mas na hora que vai pedir auxílio, o pessoal já foi, e você fica ali. Então, isso daria pra gente uma independência muito grande.	Regina dá seu depoimento, na calçada; atrás dela, carros passam pelo local. GC a identifica: “Regina Dornelas, atleta”. Imagem de Regina atravessando a rua com o aparelho no braço e sua bengala.
Repórter (<i>off</i>)	Segundo os inventores, o produto agora só depende de parcerias pra chegar ao mercado	Imagem de Regina conversando com os três estudantes que desenvolveram o aparelho. <i>Close</i> no aparelho preso ao braço dela.
Entrevista (homem não identificado em GC)	A ideia nossa é ficar em torno, um custo em torno de R\$ 50 a R\$ 60.	Um dos estudantes, não identificado por GC, fala ao repórter, segurando o protótipo. Ao fundo, carros andam pela rua. Imagem de Regina atravessando a rua pela faixa de pedestre, com o aparelho no braço e sua bengala.